



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO

ARAUTO DA MISÉRIA: PODER FAMILIAR E ELEMENTOS DO DISCURSO DO
ESTADO NEOLIBERAL NOS EDITORIAIS SOBRE REFORMA PREVIDENCIÁRIA
DA GAZETA DO POVO

CIDADE

2023



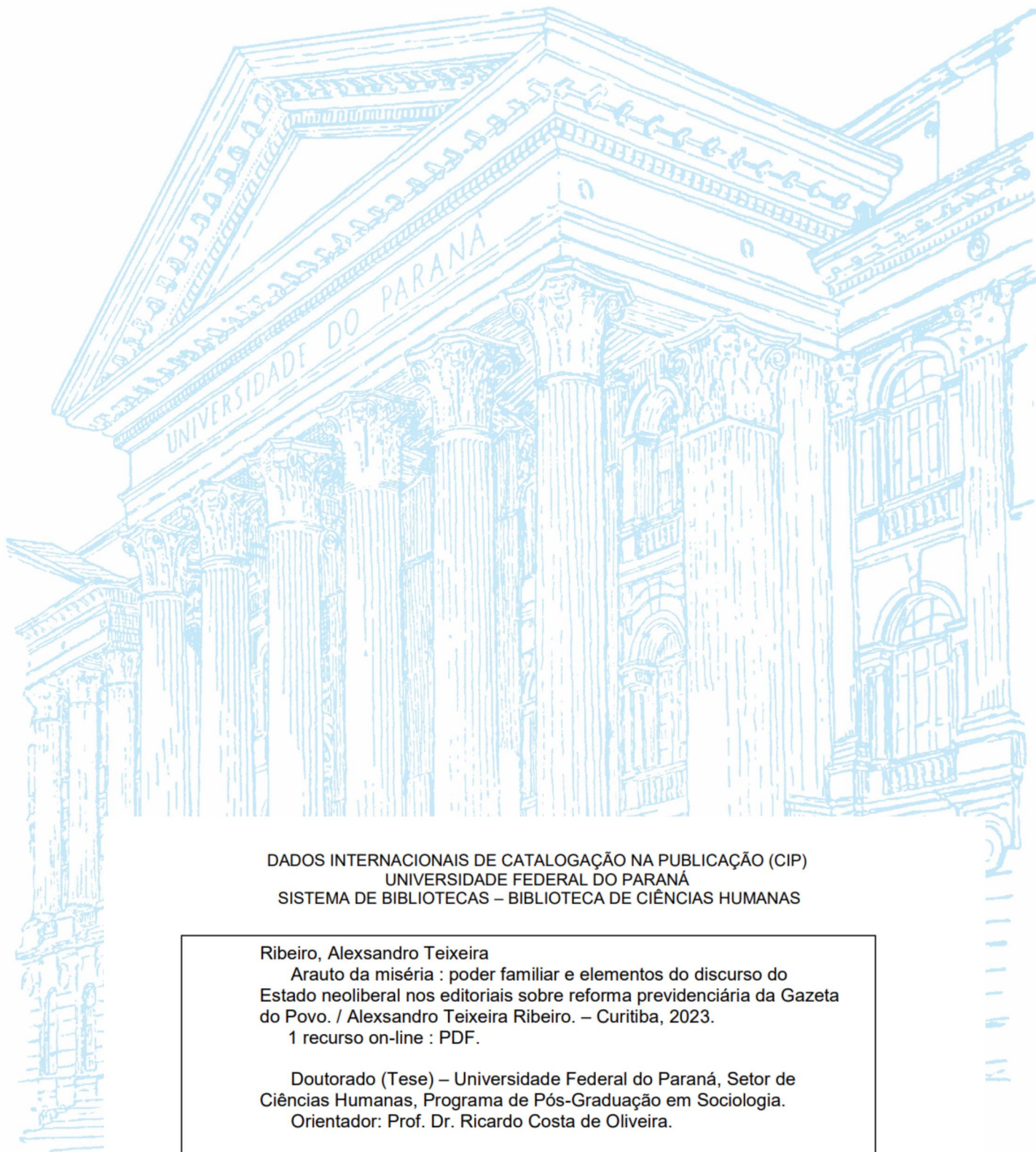
ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO

ARAUTO DA MISÉRIA: PODER FAMILIAR E ELEMENTOS DO DISCURSO DO
ESTADO NEOLIBERAL NOS EDITORIAIS SOBRE REFORMA PREVIDENCIÁRIA
DA GAZETA DO POVO

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em Sociologia,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor
de Ciências Humanas, Universidade Federal do
Paraná

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de
Oliveira/UFPR

CIDADE
2023



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Ribeiro, Alexsandro Teixeira

Arauto da miséria : poder familiar e elementos do discurso do Estado neoliberal nos editoriais sobre reforma previdenciária da Gazeta do Povo. / Alexsandro Teixeira Ribeiro. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

1. Cunha Pereira, Família. 2. Famílias de classe alta. 3. Genealogia. 4. Neoliberalismo. 5. Jornalismo – Aspectos sociais. I. Oliveira, Ricardo Costa de, 1964-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO** intitulada: **A RAUTO DA MISÉRIA: PODER FAMILIAR E ELEMENTOS DO DISCURSO DO ESTADO NEOLIBERAL NOS EDITORIAIS SOBRE REFORMA PREVIDENCIÁRIA DA GAZETA DO POVO**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO COSTA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Novembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

27/11/2023 19:07:08.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

28/11/2023 10:19:08.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

27/11/2023 19:11:10.0

TARCIS PRADO JUNIOR

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

28/11/2023 11:03:38.0

LUCIANA PANKE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

28/11/2023 14:48:53.0

ALVARO NUNES LARANGEIRA

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL)

Rua General Carneiro, 460 - 9º Andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: pgsocioufpr@hotmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 330404

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 330404

AGRADECIMENTO

Agradeço acima de tudo a minha esposa, Kassiane dos Santos Giacomoni Ribeiro, companheira de todos os momentos, que esteve ao meu lado dando-me o suporte necessário para este projeto, e demonstrando eterna paciência nessa dura jornada do doutorado. Agradeço também aos meus dois filhos, Caio dos Santos Ribeiro e Heitor dos Santos Ribeiro, que me impulsionam na vida, na eterna busca de avançar e ser um homem melhor.

Agradeço aos meus pais, Sebastião Ribeiro e Sonia Maria dos Santos Ribeiro. Aos meus companheiros e sócios do Livre.jor, Rafael Moro Martins, João Guilherme Frey, e em especial ao fundador da agência, José Lázaro Ferreira Barros Júnior, que tem parte nisso, como amigo e guia.

Ao meu orientador, Dr. Ricardo Costa de Oliveira, que com sua imensa paciência e sapiência sempre me amparou e indicou as sendas da pesquisa e as ferramentas mais adequadas a se empunhar na difícil batalha da ciência. Agradeço também aos integrantes da banca de qualificação, Dr^a Mônica Helena Harrich Silva Goulart, Dr^a Luciana Panke e Dr Álvaro Nunes de Laranjeira, que ajudaram na demarcação dos caminhos da pesquisa, bem como ao Dr. Tarcis Prado Júnior, que se junta aos demais professores na banca de avaliação final.

Agradeço aos meus amigos e parceiros do curso de Bacharelado em Jornalismo do Centro Universitário Uninter, pelo apoio e incentivo. Agradeço a todos os professores, funcionários e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), aos colegas doutorandos e parceiros de caminhada e aos professores que iluminaram meu caminho da pesquisa.

RESUMO

As relações familiares são preponderantes na sociedade, e resultam em uma forma de poder que busca a reprodução do capital familiar, sobretudo quando vinculado ao cenário político ou da máquina pública. Assim, o familismo representa a luta pela manutenção ou ainda a expansão de um capital simbólico na sociedade. À luz das bases teóricas sobre familismo, genealogia e Classe Familiar Dominante, a partir de Oliveira, Goulart e Monteiro, a pesquisa aqui desenvolvida busca evidenciar algumas destas estratégias de reprodução do poder familiar, especificamente da família Cunha Pereira a partir de práticas discursivas no jornal de grande circulação no Paraná, a Gazeta do Povo, pertencente à família desde a década de 1960. Com a morte do advogado e jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, em 2009, o jornal passa a ser dirigido pelo seu filho, Guilherme Döring Cunha Pereira. Na lógica do esforço familiar em reafirmar sua posição de classe e reforçar o capital político-familiar, a tese central é de que é possível observar a unidade do discurso ideológico a partir dos editoriais do jornal ao longo de duas gerações de gestão familiar. O estudo, portanto, parte de um diálogo entre o campo sociológico e comunicacional, ao buscar o mapeamento da forma de reprodução do poder familiar a partir de estratégias discursivas na imprensa. O objetivo é observar que, mesmo com trajetórias de vida distintas dos seus presidentes, há semelhanças nas marcas discursivas a partir dos editoriais do jornal, que representa a opinião dos donos do periódico. O corpus de análise é composto por 90 editoriais selecionados a partir da leitura das publicações realizadas nos períodos de tramitação de seis Propostas de Emenda à Constituição (PEC) com propostas de alterações na previdência social. Para esta análise, busca-se centrar especificamente a leitura a partir dos modos de ideologias nos editoriais sobre as reformas da previdência empreendidas pelo governo federal em distintas gestões desde a década de 1990 até 2019. Como instrumento nos apropriamos da Análise Crítica do Discurso a partir das contribuições de Fairclough e Dijk. As categorias de análise para a observação do discurso partiram das leituras sobre neoliberalismo sob as perspectivas de Foucault, Bourdieu e marxistas. Após observação e reflexão sobre os editoriais, alcançamos evidências da unidade do discurso neoliberal nas publicações da Gazeta do Povo nas gestões de Francisco Cunha Pereira Filho e Guilherme Döring Cunha Pereira a partir da defesa do Estado Neoliberal, do Estado Mínimo, na promoção de Redução da Proteção Social, da Lógica da Eficiência e da Predominância do Elemento Econômico. O emprego de estratégias discursivas similares na defesa dos ideais neoliberais traça uma unidade desta posição ideológica de classe ao longo das duas gestões do jornal, passando de pai para filho.

Palavras-chave: Genealogia. Família Cunha Pereira. Gazeta do Povo. Discurso neoliberal. Jornalismo.

ABSTRACT

Family relationships are preponderant in society and result in a form of power that seeks to reproduce family capital, especially when linked to the political scene or the public machine. In this way, familism represents the struggle to maintain or expand symbolic capital in society. In light of the theoretical bases on familism, genealogy and the Dominant Family Class (OLIVEIRA, GOULART, MONTEIRO), the research developed here seeks to highlight some of these strategies for reproducing family power, specifically that of the Cunha Pereira family, based on discursive practices in the widely circulated newspaper in Paraná, *Gazeta do Povo*, which has belonged to the family since the 1960s. With the death of lawyer and journalist Francisco Cunha Pereira Filho in 2009, the newspaper was taken over by his son, Guilherme Döring Cunha Pereira. In the logic of the family's effort to reaffirm its class position and reinforce the family's political capital, the central thesis is that it is possible to observe the unity of the ideological discourse from the newspaper's editorials over two generations of family management. The study is therefore based on a dialog between the sociological and communication fields, seeking to map out how family power is reproduced through discursive strategies in the press. The aim is to observe that, despite the different life trajectories of their presidents, there are similarities in the discursive marks from the newspaper's editorials, which represent the opinion of the newspaper's owners. The corpus of analysis is made up of 90 editorials selected after reading the publications published during the periods in which six Proposed Amendments to the Constitution (PEC) with proposed changes to social security were being processed. For this analysis, the aim is to focus specifically on the modes of ideology in the editorials on the social security reforms undertaken by the federal government in different administrations from the 1990s to 2019. As a tool, we used Critical Discourse Analysis based on the contributions of Fairclough and Dijk. The categories of analysis for observing the discourse were based on readings on neoliberalism from the perspectives of Foucault, Bourdieu and Marxists. After observing and reflecting on the editorials, we found evidence of the unity of the neoliberal discourse in *Gazeta do Povo*'s publications during the administrations of Francisco Cunha Pereira Filho and Guilherme Döring Cunha Pereira, based on the defense of the neoliberal state, the minimal state, the promotion of a reduction in social protection, the logic of efficiency and the predominance of the economic element. The use of similar discursive strategies in defense of neoliberal ideals traces a unity of this ideological class position throughout the newspaper's two administrations, passing from father to son.

Keywords: Genealogy. Cunha Pereira family. *Gazeta do Povo*. Neoliberal discourse. Journalism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CATEGORIA PALAVRAS-CHAVE (REVISTA DO NEP)	42
FIGURA 2 – CATEGORIA ABRANGÊNCIA (REVISTA DO NEP).....	42
FIGURA 3 – CATEGORIA METODOLOGIA (REVISTA NEP).....	43
FIGURA 4 – CATEGORIAS AUTORES (REVISTA DO NEP)	45
FIGURA 5 – CATEGORIA OBRA (REVISTA DO NEP).....	48
FIGURA 6 – MAPA DA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA COM OS ENDEREÇOS DA GAZETA DO POVO.....	66
FIGURA 7 – QUADRO DE SÓCIOS DA EDITORA GAZETA DO POVO (2023)	73
FIGURA 8 – MAPA DA PRIVATIZAÇÃO REALIZADA NO GOVERNO FHC	94
FIGURA 9 – INFLAÇÃO DO BRASIL ENTRE 1948 E 2013	188
FIGURA 10 – GRÁFICO INDICANDO VOLUME PROPORCIONAL DE MARCAÇÕES DOS ELEMENTOS DO DISCURSO NEOLIEBRAL NOS EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO ACERCA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....	239
FIGURA 11 – GRÁFICO DOS ELEMENTOS DO DISCURSO NEOLIEBERAL NOS EDITORIAIS AGRUPADOS POR PEC	242
FIGURA 12 – GRÁFICO DOS ELEMENTOS DO DISCURSO NEOLIEBRAL NOS EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO AGRUPADOS POR PRESIDENTE DA GAZETA DO POVO.....	244

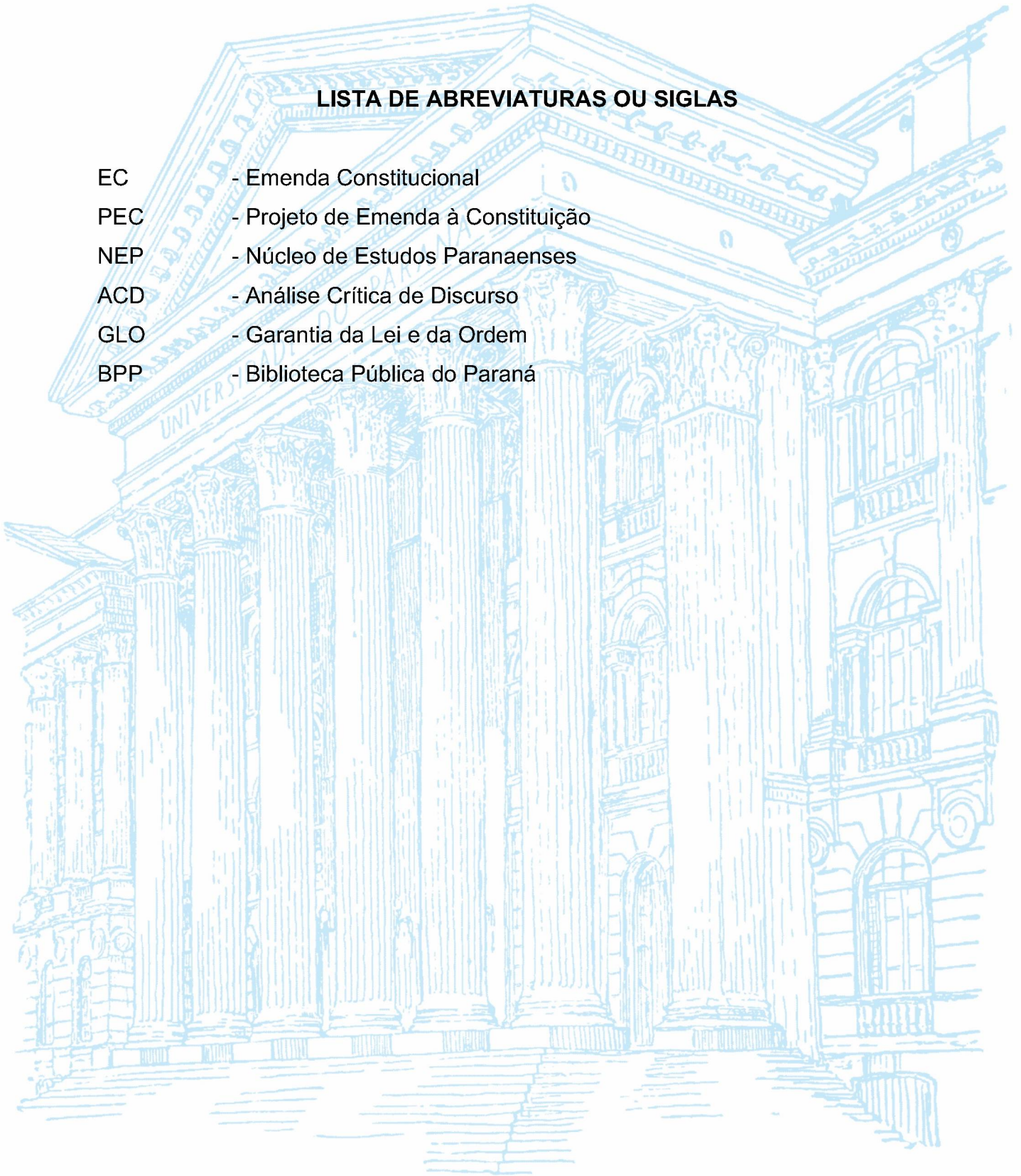


LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CATEGORIA OBRAS (REVISTA DO NEP)	50
TABELA 2 – QUADRO DE CATEGORIAS DE ELEMENTOS NEOLIBERAL	118
TABELA 3 – MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA.....	140
TABELA 4 – PADRÕES DE MANIPULAÇÃO DA IMPRENSA, SEGUNDO ABRAMO	143
TABELA 5 – INDICAÇÃO DO RECORTE TEMPORAL DE ABRANGÊNCIA DOS EDITORIAIS EM ANÁLISE	162
TABELA 6 – INDICAÇÃO DO RECORTE TEMPORAL DE ABRANGÊNCIA DOS EDITORIAIS EM ANÁLISE COM INDICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA EMPRESA	163
TABELA 7 – QUADRO COM DADOS QUANTITATIVOS DO LEVANTAMENTO DOS ELEMENTOS DO DISCURSO NEOLIBERAL NOS EDITORIAIS DO JORNAL GAZETA DO POVO RELATIVOS À REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....	239

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

- EC - Emenda Constitucional
- PEC - Projeto de Emenda à Constituição
- NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses
- ACD - Análise Crítica de Discurso
- GLO - Garantia da Lei e da Ordem
- BPP - Biblioteca Pública do Paraná



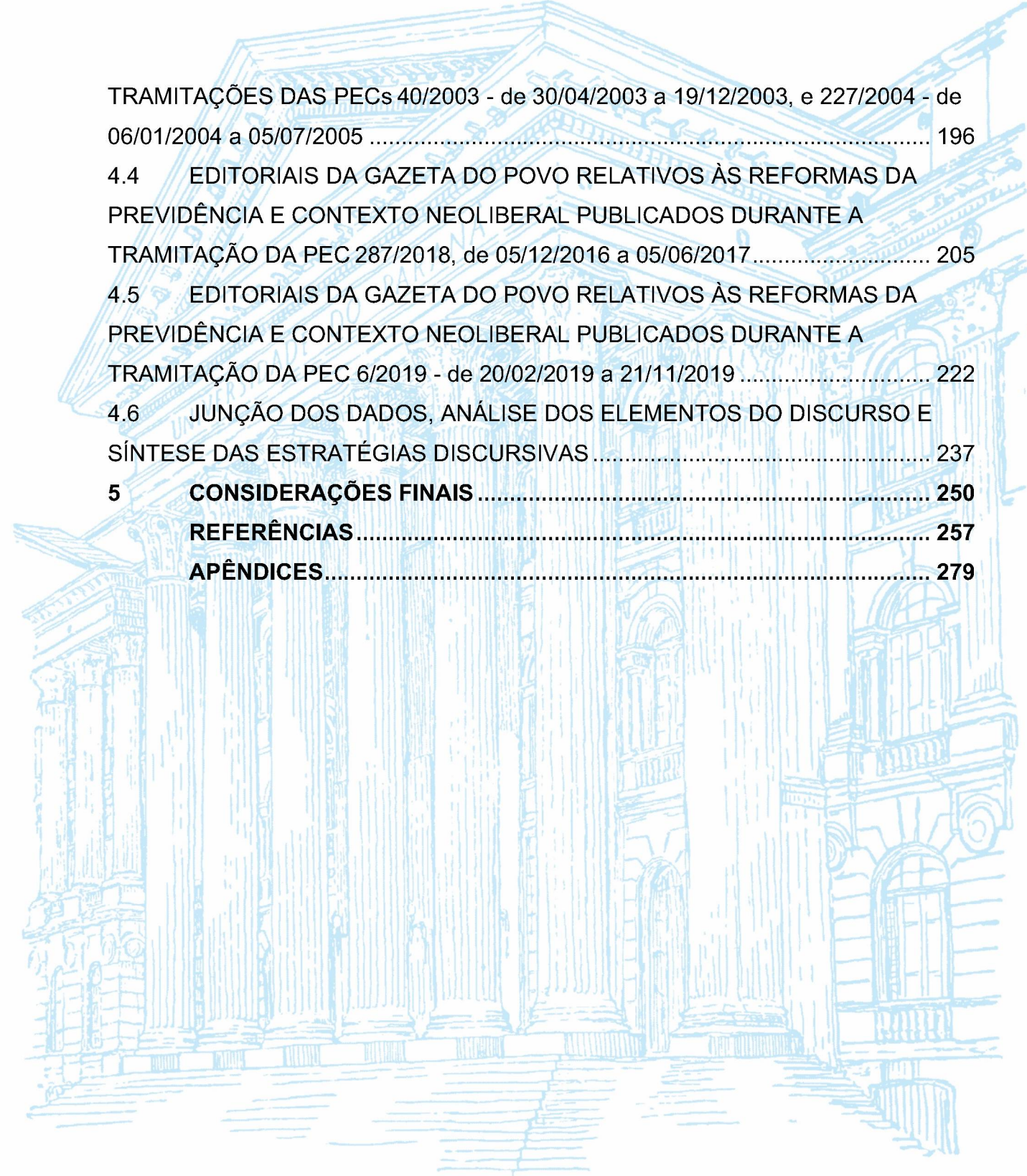


APÊNDICE

APÊNDICE 1 – QUADRO DE SÓCIOS DA PBV REPRESENTAÇÕES, EVENTOS E PARTICIPAÇÕES.....	279
APÊNDICE 2 – QUADRO DE SOCIOS DA GAZETA DO POVO.....	280
APÊNDICE 3 – QUADRO DE SOCIOS DA CONVERGÊNCIA PARTICIPAÇÕES	281
APÊNDICE 4 – QUADRO DE SOCIOS DA CPL.....	282
APÊNDICE 5 – QUADRO DE SOCIOS DA TOYOTA.....	283
APÊNDICE 6 – LISTA DO EDITORIAIS ANALISADOS.....	284
APÊNDICE 7 – DADOS DOS ELEMENTOS DO DISCURSO NEOLIBERAL COMPILDOS DOS EDITORIAIS.....	288
APÊNDICE 8 – LISTA DE CATEGORIAS MARCADAS POR EDITORIAL ANALISADO.....	289
APÊNDICE 9 – QUADRO DE SOCIOS DA FACULDADE BELA VISTA.....	290
APÊNDICE 10 – QUADRO DE SOCIOS DO CENTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	291

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1	FAMÍLIA, ELITE POLÍTICA E LUTA DE CLASSES	25
1.1	REFERÊNCIAS DO DEBATE SOBRE FAMILISMO NA SOCIOLOGIA POLÍTICA	28
1.2	O NEP E O PERFIL DAS PUBLICAÇÕES SOBRE FAMILISMO	38
1.3	RELAÇÕES FAMILIARES E TEORIA DAS ELITES	50
1.4	PARENTESCO, PODER E MÍDIA	54
1.5	A GAZETA DO POVO E A IMPRENSA NO PARANÁ	62
1.6	A FAMÍLIA CUNHA PEREIRA E A GAZETA DO POVO: RELACÕES FAMILIARES NO PODER INSTITUCIONAL	80
2	ELEMENTOS E CONCEITOS DO NEOLIBERALISMO	89
2.1	A PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO A PARTIR DE FOUCAULT	95
2.2	A PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO A PARTIR DE BOURDIEU	102
2.3	A PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO A PARTIR DA LEITURA MARXISTA	106
2.4	ELEMENTOS DO DISCURSO NEOLIBERAL PARA ANÁLISE DOS EDITORIAIS DO JORNAL GAZETA DO POVO ACERCA DAS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA	114
3	INVESTIGANDO A IDEOLOGIA DO PODER MUDIÁTICO	121
3.1	NEWSMAKING, PODER MUDIÁTICO E JORNALISMO OPINATIVO	125
3.2	ANÁLISE DE DISCURSO E ESTRATÉGIAS DE MANIPULAÇÃO DO CAPITAL COMUNICACIONAL	134
4	OS EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO E AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA	149
4.1	EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO RELATIVOS À REFORMA DA PREVIDÊNCIA E CONTEXTO NEOLIBERAL PUBLICADOS DURANTE A TRAMITAÇÃO DA PEC 48/1991 - de 19/09/1991 a 17/03/1993	165
4.2	EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO RELATIVOS À REFORMA DA PREVIDÊNCIA E CONTEXTO NEOLIBERAL PUBLICADOS DURANTE A TRAMITAÇÃO DA PEC 33/1995 - de 29/03/1995 a 15/12/1998	187
4.3	EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO RELATIVOS ÀS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E CONTEXTO NEOLIBERAL PUBLICADOS DURANTE AS	



TRAMITAÇÕES DAS PECs 40/2003 - de 30/04/2003 a 19/12/2003, e 227/2004 - de 06/01/2004 a 05/07/2005	196
4.4 EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO RELATIVOS ÀS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E CONTEXTO NEOLIBERAL PUBLICADOS DURANTE A TRAMITAÇÃO DA PEC 287/2018, de 05/12/2016 a 05/06/2017.....	205
4.5 EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO RELATIVOS ÀS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E CONTEXTO NEOLIBERAL PUBLICADOS DURANTE A TRAMITAÇÃO DA PEC 6/2019 - de 20/02/2019 a 21/11/2019	222
4.6 JUNÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE DOS ELEMENTOS DO DISCURSO E SÍNTESE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS.....	237
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	250
REFERÊNCIAS.....	257
APÊNDICES.....	279

INTRODUÇÃO

A centralidade da imprensa como agente de reprodução do poder na sociedade e como instrumento de aparelho ideológico a serviço das classes dominantes torna os jornais arena de disputa de visibilidade no cenário político e social. Claro, não ignoraremos aqui o papel valoroso, porém ainda incipiente em termos de amplitude social e de consumo de informação, dos veículos jornalísticos que atuam com viés contra hegemônico, alternativamente e independente do capital econômico e político. Também não ignoramos a multiplicidade de veículos e de imprensa no país com as mais variadas matizes de linhas editoriais, e a consequente ampliação dos veículos que de forma explícita assumem posições no espectro político ou do comportamento social, e com isso renunciam a pressupostos preconizados pelo código deontológico do campo profissional e dos profissionais de imprensa. Mas são minoria diante de uma lista significativa de sites de notícias, rádios online e de sinais pelo espectro FM/AM, além das emissoras de televisão, que desempenham papel significativo na disseminação da informação no Brasil.

Faz-se fundamental reforçar ainda que estes veículos que integram a grande mídia atuam com papel de destaque ocupando os vazios de notícias locais, resultantes da consolidação dos desertos de notícias¹ (PROJOR, 2019), municípios com população mediana de 7,1 mil habitantes, e sem cobertura de mídia local. Portanto, cidades consumidoras de notícia e informação centralizada pelos grandes

¹ Considera-se Deserto de Notícias as localidades com população mediana de 7,1 mil habitantes sem qualquer cobertura de mídia local. Segundo dados do Atlas da Notícia (2019), este quadro corresponde a cerca de metade dos 5,5 mil municípios brasileiros. Reforçamos que o conceito de Deserto de Notícias não considera a cobertura de mídia, mas sim a produção de conteúdo. Ou seja, considerando a amplitude de cobertura das redes de Televisão e de Rádio, há uma abrangência significativa do espectro ou da cobertura de tráfego de informação e de entretenimento. Contudo, o questionamento que se acentua com o conceito de Deserto de Notícias não é o de abrangência ou cobertura da mídia, mas sim os espaços de produção de conteúdo. Discorremos sobre o tema (RIBEIRO & BARROS JUNIOR, 2022), ao analisar a forma como há uma oferta distinta entre produção de conteúdo jornalístico entre os grandes centros urbanos e pequenas cidades no cenário paranaense. Conforme destacamos, a dinâmica capitalista é o principal elemento promotor da disparidade da cobertura jornalística e midiática, acentuada na relação entre pequenas cidades, área rural e metrópole. Conforme destaca Singer (1998), no capitalismo, percebe-se uma concentração acentuada das atividades nos centros urbanos e grandes metrópole, promovendo uma hipertrofia destas áreas, a migração de fluxos migratórios, e a acumulação de capital concentrada nestes espaços. Mas de que forma esta dinâmica de distribuição irregular da notícia ou da mídia afeta a sociedade? Promovendo inclusão e exclusão, ou seja, visibilidade e invisibilidade, tanto na cobertura do que se torna realidade midiática, quanto no que se consolida como acesso de informação ao cidadão. A carência de veículos locais tende a promover uma invisibilização dos acontecimentos locais.

grupos midiáticos. Importante reforçar que para além da cobertura da mídia, o conceito de Deserto de Notícias abarca o espaço de produção, o que fragiliza o potencial de visibilidade e de revitalização da esfera pública local a partir da imprensa nos locais em que se evidenciam a sua inexistência. Da mesma forma que guarda um potencial propositivo junto à sociedade, conforme destacamos em anteriormente (RIBEIRO, 2022), as instituições de imprensa também são frutos de preocupação no campo da comunicação e da sociologia pela sua capacidade de mobilizar e influenciar as massas - foco dos principais paradigmas formulados nas primeiras pesquisas sobre a comunicação no início do século XX, conforme Cohn (2004) -, ou ainda pelo seu potencial de se consolidar como uma ferramenta de dominação discursiva sob o domínio de elites políticas, segundo Chomsky e Herman (2003). Afinal de contas, a imprensa e as demais instituições de comunicação e entretenimento se consolidaram como atores centrais na mediação da realidade na sociedade contemporânea.

É quase impossível acompanhar os principais fatos do dia em âmbito local, regional, nacional e internacional sem ter que recorrer às instituições de imprensa ou veículos de comunicação. Em meio a isso, existe um limitado rol de temas e assuntos que são tornados públicos pela mídia. Assim, como preconiza McCombs (2009, p. 67), ao estabelecer as linhas gerais da Hipótese do Agendamento, a intensa competição entre “os temas para um lugar na agenda é o mais importante aspecto deste processo. A qualquer momento há dezenas de temas disputando a atenção do público”. Tal capacidade, a de desempenhar influência e colaborar na formação da opinião pública, bem como a de atender ao interesse público, sobretudo diante o Estado e a Economia, confere à mídia o título de quarto poder, segundo Lippmann (2009).

Diante de tal centralidade na sociedade, os meios tornam-se espaços de interesses econômicos e políticos, e conseqüentemente, uma das arenas de disputas por poder. Ou seja, não apenas a visibilidade que a mídia permite é cobiçada pelas elites ou grupos políticos, mas também a posse dos meios de comunicação. É sobre este último aspecto dos meios de comunicação que buscamos lançar uma análise. Ou seja, pela forma como se é instrumentalizada. Buscamos analisar a mídia como um objeto de poder a partir do domínio empresarial, sobretudo pelo seu potencial de ser uma ferramenta de dominação ou de perpetuação do discurso de classes ou grupos dominantes na sociedade.

O presente trabalho busca analisar esta dinâmica da instrumentalização da imprensa a partir de um discurso que reproduz poder social, e que carrega marcas da

relação familiar nesta perpetuação do poder². Para além da base que estabelece a ferramenta de leitura sociológica da mídia, destaca-se que a fundamentação teórica estabelecida aqui, observando sobretudo as dinâmicas históricas familiares no Paraná, e o conceito de Classe Dominante Tradicional, dá contornos consistentes a uma análise sobre como a genealogia e sua representatividade na sociedade a partir das conexões familiares e de parentescos permitem as “transmissões de capitais sociais e político familiares, muitas vezes em termos de longa duração, em parentelas numerosas e complexas das mesmas famílias” (OLIVEIRA, 2017, p.182).

Oras, isso reforça a lógica de que as relações e estruturas de parentescos consolidam, mesmo na sociedade contemporânea, um grupo que centraliza o poder político e econômico, sobretudo no que diz respeito ao poder estatal em todas as suas instâncias, quer seja no executivo, no legislativo ou no judiciário. Assim, destaca o pesquisador, as “redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações” (OLIVEIRA, 2012, p.13). Em nosso estudo, a lógica é identificar esta reprodução do poder familiar a partir do discurso operado pela imprensa como instituição empresarial que vocaliza a leitura de mundo familiar, e conseqüentemente a leitura de classes. Ou seja, partimos do pressuposto de que é possível identificar esta reprodução a partir da unidade do discurso ao longo do tempo, considerando os efeitos dos discursos não apenas como representações de entidades e relações sociais, mas como construção e constituição

² Reforçamos que a pesquisa que aqui se desenvolve, apesar de propor um diálogo os estudos do familismo e da comunicação, é uma pesquisa que se sustenta teórica e metodologicamente dentro da Sociologia. Ou seja, os conceitos da sociologia da comunicação ou ainda do campo do jornalismo foram aqui invocados com objetivo de nos orientar e amparar na observação das dinâmicas e estratégias de reprodução dos capitais da Classe Dominante Familiar. Dito isso, para fins de transparência e de esclarecimentos sobre os interesses deste pesquisador nas temáticas. Sou jornalista profissional desde 2012, com graduação em Comunicação Social (ênfase em Jornalismo) no mesmo ano. Fiz especialização em Comunicação Empresarial e posteriormente mestrado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2016. Como jornalista, atuei em assessorias de imprensa para entidade sindical e instituições do terceiro setor. A pesquisa empreendida no mestrado versou sobre a imprensa sindical. É neste período que tenho contato com o conceito e os impactos do neoliberalismo no mundo do trabalho e na fragilização do Estado de Bem-Estar Social. E parte, esta tese começa a ser gestada neste espaço de atuação profissional. Já o interesse pelo familismo e pela sociologia política começa a ganhar espaço na medida em que começo atuar no jornalismo político, sobretudo junto à Agência Livre.jor, em sociedade com os jornalistas José Lázaro Barros Júnior, Rafael Moro Martins e João Guilherme Frey, em projeto especializado em dados públicos e transparência, com publicações em parceria com The Intercept Brasil, Agência Pública, UOL, Folha de S.Paulo, Revista Elástica, dentre outros.

destas próprias relações e entidades. Assim, os “sujeitos sociais são moldados pelas práticas discursivas, mas também capazes de remodelar e reestruturar essas práticas” (FAIRCLOUGH, 2019, p.71).

O jornal e a família que definimos como base para verificarmos o fenômeno da centralidade discursiva da imprensa e do papel dela como instrumento do poder familiar na sociedade é o jornal Gazeta do Povo e a família Cunha Pereira. Como um dos maiores veículos de imprensa do estado paranaense, o jornal ocupa, desde sua centenária fundação, papel central nas dinâmicas de poder político, econômico e social. Contudo, destacada a função de poder da imprensa, localizada a dinâmica sociológica do familismo na reprodução do poder na sociedade, e indicados os espaços de observação, faz-se necessária ainda a indicação do corpus de análise pelo qual será investigada estas relações, ou seja, as marcas discursivas selecionadas para analisar a ótica familiar manifestando a instrumentalização do jornal na sociedade paranaense.

Buscaremos tal empreendimento a partir do discurso do Estado Neoliberal, compreendido dentro de uma abordagem teórica de práticas econômicas e políticas que pressupõe a liberdade empreendedora individual (bem como o fomento aos direitos de propriedade privada e de livre comércio) como uma das dimensões que aprimora a oferta de bem-estar humano. A função do Estado, na lógica neoliberal, é permitir esta liberdade econômica, e as condições e instituições que garantem a liberdade a partir do conjunto de leis, da polícia etc. Como aponta o Harvey, a garantia destes direitos “arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. [...] A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos” (HARVEY, 2011, p.77). Isso, contudo, é a síntese do discurso empregado pela classe dominando para implementação de um projeto político da classe capitalista como resposta à crise e ao sentimento de ameaça política e econômica desta classe ao seu poder de domínio.

No fim, o neoliberalismo e as estratégias de fragilização da classe trabalhadoras e do estado – reforçadas por ações no polo ideológico e político - foi uma medida de controle da classe dominante diante do desespero de perda de poder. “É a partir de lá que emergiu o projeto político que chamarei de neoliberalismo” (HARVEY, 2011). O Estado Neoliberal, principal agente da política econômica que atende aos interesses das classes dominantes, caracteriza-se por ser um ator que

cria as condições legais para o mercado, que privilegia o capital em detrimento ao Estado de Bem-Estar Social.

Direitos básicos que eram atendidos pelo Estado, sobretudo sob influência do modelo econômico keynesiano que coloca o Estado como regulador do mercado e como garantidor do pleno emprego etc, deixam de ser ofertados pelo Estado Neoliberal, que promove uma série de reformas reduzindo benefícios e legislação sociais, precarizando o trabalho e as condições das classes populares, terceirizando ou beneficiando o capital econômico, que começa a ocupar os espaços abertos pelo Estado Neoliberal.

Um dos direitos que são impactados com a instauração do Estado Neoliberal é a seguridade social, sobretudo a partir de uma das suas bases, a previdência social. No Brasil, foram várias alterações no regime geral da previdência, que atende a maior parte dos trabalhadores que atuam na iniciativa privada, que retiraram direitos, como redução do percentual de benefício após a aposentadoria, aumento do tempo de contribuição, uso da expectativa de vida como base de cálculo para solicitação de benefício, aumento da idade mínima para requerimento de benefício (independentemente do tempo de contribuição do trabalhador), dentre outras medidas empreendidas pelo Governo Federal desde a década de 1990.

Com isso, alcançamos uma última etapa de definição da linha da pesquisa aqui proposta, a de observar as lógicas do neoliberalismo a partir das reformas da previdência brasileira, considerando as propostas que afetaram estruturalmente a aposentadoria dos trabalhadores. No caso brasileiro, podemos destacar ao menos seis projetos de emenda à constituição que buscaram alterações estruturais no sistema de previdência social com impactos negativos para os trabalhadores. Cinco destas emendas foram aprovadas no Congresso Federal e uma delas chegou a tramitar nas casas legislativas, mas não teve êxito, diante da falta de apoio de senadores e deputados federais para a aprovação do projeto. Em ordem cronológica, podemos indicar as Emendas Constitucionais 3/1993; 20/1998; 41/2003, 47/2005 e a EC 103/2019 como propostas aprovadas com efeitos práticos na previdência, e o PEC 287/2018, que chegou a tramitar, mas não foi aprovado.

Assim, apresentamos o corpus de análise sobre o qual nos debruçaremos para observar a manifestação discursiva da Família Cunha Pereira e a reprodução do poder da Classe Familiar Dominante. Considerando que procuramos de forma evidente a fala institucionalizada de Francisco Cunha Pereira Filho, patriarca do clã Cunha

Pereira, e que coordenou com mão de ferro a linha do jornal até seu falecimento, em 2009, e de seu filho, Guilherme Döring Cunha Pereira, que assumiu a presidência e coordena o jornal desde então, optamos por analisar os editoriais das edições publicadas durante a tramitação dos Projetos de Emendas à Constituição relativos às reformas da previdência. Conforme destaca Marques de Melo (2003), o editorial é um espaço privilegiado de manifestação da fala dos donos do jornal, sendo tradicionalmente no Brasil um local em que percebe as orientações ou a manifestação patente da linha editorial do jornal. “Editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. [...] Popularmente se diz que o editorial contém a opinião do dono do jornal ou da emissora de radiodifusão” (MARQUES DE MELO, 2003, p.103), sobretudo quando resulta de uma administração com centralização familiar. No caso do jornal Gazeta do Povo, desde que passou o ativo da Família Cunha Pereira, este espaço sempre esteve sob a vigilância direta do patriarca da família, como aponta Fernandes (2010), ao registrar a instrumentalização do jornal pelo seu dono: “nos momentos de maior tensão, o Publisher usava de “força de expressão”. Seu ponto de vista podia ser conferido nos editoriais – via de regra, espaço que guarda a história de suas causas” (FERNANDES, 2010, p.182). A partir de leitura atenta e filtragem pelos temas relacionados às reformas da previdência, alcançamos um número de 90 editoriais distribuídos entre os seus intervalos de tempo indicados para as análises.

Considerando os elementos aqui destacados, chegamos ao desenho da problemática que norteia a investigação aqui iniciada, qual seja, a indicação das marcas sociológicas do familismo e do discurso neoliberal manifestadas nos editoriais (espaço por excelência no jornalismo em que a empresa jornalística, e seus mantenedores ou donos, acessam para imprimir suas opiniões ou visão de mundo) do jornal Gazeta do Povo ao longo da tramitação das propostas de emendas constitucionais que resultaram nas reformas da previdência a partir das emendas constitucionais 3/1993 (CÂMARA, 1991); 20/1998 (CÂMARA, 1995); 41/2003 (CÂMARA, 2003); 47/2005 (CÂMARA, 2004) e 103/2019 (CÂMARA, 2018), bem como da PEC 287/2018 (CÂMARA, 2016). Como pano de fundo, indica-se nas hipóteses da pesquisa a identificação da coesão do discurso e perspectiva da família Cunha Pereira nos editoriais ao longo das reformas, mesmo diante da passagem do domínio do jornal do patriarca Francisco Cunha Pereira, falecido em 2009, para o filho, Guilherme Cunha Pereira, que ainda encabeça as decisões administrativas e ideológicas do

jornal e demais empreendimentos de mídia da família, motivo pelo qual é possível mapear determinadas estratégias discursivas que se perpetuam nas páginas do jornal em todos os momentos de análise.

O esforço aqui empreendido se apropria de base metodológica múltipla, que passa pela perspectiva genealógica para compreensão das dinâmicas familiares e suas relações de reprodução do poder de classe a partir da coesão do discurso operado junto à instituição jornalística. Na outra ponta, para alcançar as marcas deste discurso, pressupõe o uso da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2019; DIJK, 2023), nos aprofundando nos reforços textuais e simbólicos manifestados pelas edições do jornal para defender o ideário neoliberal nas reformas previdenciárias supracitadas.

Para reunir elementos teóricos e metodológicos que nos auxiliem na leitura deste cenário indicado, no primeiro capítulo nos debruçaremos sobre a base central do estudo, relativo aos estudos do familismo no campo da sociologia política. Para tanto, destacaremos as contribuições aos estudos das relações familiares, do nepotismo e do familismo a partir de Leticia Bicalho Canedo³, Igor Gastal Grill⁴ e sobretudo pelo professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira⁵, este encabeçando o Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP)⁶, ao qual integra pesquisadores como Mônica Helena Harrich Silva Goulart⁷ e demais investigadores que colaboram para a retomada sociológica e fortalecimento dos estudos sobre nepotismo, capital social familiar, instituições políticas, genealogias e trajetórias políticas. Ainda neste capítulo, a partir da perspectiva genealógica, indicaremos as relações familiares da família Cunha Pereira, sobretudo tendo como marco temporal o tempo de existência do jornal Gazeta do Povo, elemento-chave do nosso estudo.

No segundo capítulo, nos aprofundaremos sobre os conceitos do neoliberalismo, cabal para nos orientar nas marcas de atuação na sociedade. A partir dos conceitos, conseguimos definir quais as perspectivas e interpretações de neoliberalismo nos serão determinantes para observar o discurso operado pelo jornal, e de qual forma podemos perceber o neoliberalismo manifestado em seus editoriais.

³ <http://lattes.cnpq.br/7664296743388180>

⁴ <http://lattes.cnpq.br/6648080593915062>

⁵ <http://lattes.cnpq.br/4666317856051079>

⁶ <https://revistas.ufpr.br/nep>

⁷ <http://lattes.cnpq.br/1682464404261569>

Para tanto, visitaremos as abordagens e leituras em três vieses: a partir da leitura de governamentalidade de Foucault; a partir da leitura da suposta primazia do campo econômico a partir de Bourdieu; e pela leitura do Estado Neoliberal e da luta de classes pelo viés marxista. Também neste capítulo, indicaremos as marcas temporais e de acontecimentos relativos às reformas da previdência e propostas de emenda à constituição que atuam em pano de fundo em nossa pesquisa, bem como delimitaremos as categorias que nos guiarão para analisar os 90 editoriais selecionados como corpus da presente pesquisa. Com base na literatura, alcançamos sete categorias de elementos do discurso neoliberal passíveis de serem identificados nas manifestações de defesas do neoliberalismo, sendo elas: Estado Neoliberal, Estado Mínimo, Lógica da Eficiência, Modernização, Predominância do Elemento Econômico, Redução da Proteção Social e Liberdade e Autonomia. Destacamos que serão explorados descritivamente tais elementos o segundo capítulo do presente trabalho.

No terceiro capítulo, buscamos nos aproximar dos estudos da sociologia da comunicação, como forma de estabelecer um diálogo com os estudos da genealogia e do familismo. O objetivo ao longo do capítulo foi identificar o papel da imprensa como um aparelho ideológico que opera na reprodução das lógicas do capital, e conseqüentemente na reprodução do poder na sociedade. Destaca-se ainda o papel estratégico da imprensa na sociedade como arena de visibilidade, e de disputa do campo econômico e político, que busca influenciar a sociedade a partir do processo de evidência de determinados conteúdos midiaticamente. Isso, a partir da capacidade de construção da realidade e de agendamento de pautas de debate que a imprensa pode desempenhar junto à sociedade. Desta forma, somos guiados pela leitura da imprensa a partir da Newsmaking, cujo conjunto teórico parte de um pressuposto de que a notícia não é um espelho fiel da realidade, mas sim resultante de um processo de construção social da realidade. A notícia é condicionada, portanto, às rotinas produtivas e às dinâmicas organizacionais (TUCHMAN, 1978), bem como a uma série de ações de ordem pessoal, social, ideológica e cultural cujas pressões se dão tanto interna quanto externamente à empresa jornalística.

Como empresa da família Cunha Pereira, o jornal Gazeta do Povo, principal veículo de imprensa do Paraná, e um dos veículos que integra o capital comunicacional da família, tende a ser um instrumento de posição ideológica e de poder da família na sociedade paranaense. A ideia central que abordamos é que esta

postura ideológica se mantém coesa defendendo os interesses da Classe Dominante Tradicional e a reprodução do capital a partir do jornal, mesmo diante da troca da gestão do veículo com a morte do advogado e jornalista, Francisco Cunha Pereira Filho, e com a presidência assumida pelo seu filho, o advogado Guilherme Döring Cunha Pereira. A forma como buscamos analisar a manifestação deste poder ideológico e sua unidade ao longo dos anos é a partir do discurso midiático, sobretudo operado dentro do editorial do jornal, local reservado pelo campo jornalístico à manifestação das ideias e defesas dos donos dos jornais e da empresa jornalística. Deixando mais específico ainda o caminho da pesquisa sobre o poder ideológico da imprensa, buscamos analisar a manifestação de classe pela defesa de reformas neoliberais propostas pelo Estado à previdência pública.

Desta forma, como instrumento para mapear e analisar o discurso ideológico dos donos do jornal empregamos as estratégias metodológicas da Análise Crítica do Discurso (ACD), que permite a abordagem do discurso a partir de uma prática social, ou seja, não apenas pelo viés linguístico, mas como uma prática social (portanto, não individual), sendo assim, um espaço de reprodução ou de mudança de realidades sociais. Ou seja, ainda no terceiro capítulo, percorremos a leitura da imprensa como integrante dos aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 1987), bem como marcamos os principais conceitos que nos orientam na estrutura metodológica do trabalho, acerca da Análise Crítica do Discurso (ACD) (FAIRGLOUGH, 2019; DIJK, 2023).

No quarto capítulo, seguimos para a marcação dos elementos do discurso neoliberal nos 90 editoriais selecionados para a presente pesquisa, partindo da proposta de Fairclough (2019) para a ACD, partindo de uma leitura tridimensional abordando o discurso como texto, como prática discursiva e como prática social. O foco, reafirmando as propostas de pesquisa até aqui indicadas, ao longo dos capítulos que aqui apresentamos, segue a linha de uma perspectiva de investigação sobre o poder familiar, contudo, não apenas a partir das análises das relações entre seus agentes, mas em como a família pode se apropriar de ferramentas e instrumentos e aparelhos ideológicos para reproduzir o seu poder na sociedade. No capítulo quatro, portanto, buscamos alcançar as marcas que apontam a unidade do discurso neoliberal, bem como as estratégias de reprodução do poder manifestado pela família Cunha Pereira a partir dos editoriais do seu principal jornal, o Gazeta do Povo, especificamente a partir do discurso neoliberal nos textos em que os donos do jornal apresentam sua visão de mundo e suas posturas sobre as reformas da previdência

empreendidas entre os anos 1993 e 2019, ao longo das gestões dos governos de Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

1 FAMÍLIA, ELITE POLÍTICA E LUTA DE CLASSES

As relações familiares são elementos-chave para entender as estruturas de poder e influência na sociedade brasileira na atualidade. O sobrenome e a carga de poder simbólico que ele carrega permeia todas as instâncias sociais, não apenas abarcando o poder público, mas também consolidando como um potencial de aglutinação de poder no setor privado. A centralidade do parentesco como elemento de poder social é reflexo da forma como a sociedade brasileira foi se consolidando ao longo do tempo.

Observando a organização da sociedade brasileira na colonização portuguesa, Freyre (2004) reconhece a família como a unidade social primordial para o desenvolvimento do Brasil, tendo um papel mais efetivo que a coroa ou demais instituições, como a religiosa. Para Freyre, ao longo de quatro séculos foi a família a grande força permanente responsável pelos principais acontecimentos do Brasil, e que “entre nós não deixará completamente de ser a influência se não criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal” (2004, p.78). De fato, no campo político, por exemplo, a família é uma das principais estruturas de perpetuação e reprodução do poder, com reflexo também em outros campos, como o comunicacional, área foco da análise do presente trabalho.

Família domina e importa quando o assunto é oligopólio da comunicação social no país, sobretudo em estruturas institucionais resultantes da relação direta com o poder público, como em casos de concessões de rádio e TV. A análise de parentesco e organização política, conforme destaca Oliveira (2001), é um estudo sobre uma ampla rede social e política de interesse, cujas conexões e capitais políticos e sociais são arregimentados, muitas vezes, por gerações.

De fato, conforme aponta Saint Martin (2009), ao analisar as elites políticas francesas, e em outro estudo de Saint Martin com Labache (2008), sobre análise das elites sociais francesas e as rupturas e continuidades, percebe-se uma extensa rede de influências e de ramificações históricas que se perpetuam no poder, sendo verdadeiras dinastias de várias gerações de homens de negócios, de donos de indústrias e de banqueiros, mas também de altos funcionários e, em menor medida, de homens políticos, e em nossos dias novas dinastias se constituem. Essas dinastias se caracterizam pelo acúmulo das diferentes espécies de capitais: capital econômico, escolar, cultural, social, poder simbólico (SAIN MARTIN, 2009, p.57)

Ao transpormos tais percepções sobre os fluxos de poder para o cenário midiático brasileiro, vemos a possibilidade de uma leitura que dá conta de formatar um mapa de formação e reformatação dessas redes ao longo do fornecimento das concessões de rádio e TV ao longo de seis décadas. Ex-governadores, deputados federais e estaduais, senadores, vereadores, prefeitos e demais integrantes do poder público executivo e legislativo estão entre detentores de concessões de radiodifusão, de televisão, ou ainda consolidando o poder a partir de mídias impressas em oligopólio midiático.

Um mapeamento cruzado dos meios de comunicação pela ótica do familismo permite lançar luz sobre as relações de parentesco e de parentelas que podemos observar entre donos de mídia e atores do cenário político, e em como isso permite a perpetuação das concessões – mesmo considerando que não são vitalícias, mas resultantes de atualizações e renovações – bem como de manutenção do poder político a partir de uma elite organizadas e reproduzidas a partir desta ação mútua.

À guisa dos estudos sobre elites e parentescos na política, Saint Martin e Labache (2008, 2009) identificam que a reprodução do poder entre as mesmas linhagens de gerações e de estruturas de aparenta-se justamente na “formação das elites organizadas em torno de grandes écoles e de classes preparatórias”. Isso faz com que o cenário total da política gire em torno dos mesmos atores ou clãs, com pouco espaço e “probabilidade de que um outsider pouco conhecido na classe política” (SAINT-MARTIN; LABACHE, 2008, p.44) venha a galgar um posto importante eletivo, a não ser que se introduza por meio das redes já instituídas.

Com isso, Saint Martin (SAINT-MARTIN; LABACHE, p.48) alerta, no entanto, que as redes e elites não se consolidam apenas na somatória de “grupos ou dos atores que ocupam posições dominantes nos domínios políticos”, mas na proposição de agendas e na formação de grupos de influência, ou seja, o reflexo da formatação das redes, que é justamente a perpetuação de modos de administração, de sistemas de valores, de planos de governo e modelos de sociedade. E essa replicação, essa manutenção se dá de diversas formas. Estratégias de fecundidade, educativas, matrimoniais de sucessão, nepotismo, clientelismos, dentre outras, estão entre as artimanhas para a manutenção do poder sob os mesmos grupos ou linhagens (OLIVEIRA, 2001, 2007; SAINT MARTIN, 2009).

Observando as empresas de comunicação (incluídas aqui as de TV, rádio, e mídia impressa, como jornais e revistas), Dantas (2002) percebe uma concentração

de poder institucional a partir de um mercado oligopolizado, controlado, sobretudo, por grupos familiares. O autor indica nove famílias como detentoras do poder midiático no país a partir de domínio de empresas que detêm posse de jornais e de concessões de rádio e TV. A concentração confere às famílias não apenas o poder político, mas também financeiro, uma vez que, à época do levantamento, no final da década de 1990, as nove famílias detinham aproximadamente 70% das recitas publicitárias direcionadas aos meios de comunicação no país (DANTAS, 2002, p.219). À luz desta perspectiva, o sobrenome Marinho não representa apenas a linhagem familiar, mas também um potencial simbólico de poder midiático e político que remonta desde o final da década de 1950⁸, com a concessão de TV outorgada pelo então presidente Juscelino Kubitschek, e que na atualidade soma-se a outorgas de rádio, portal de notícias, jornais impressos, dentre outros produtos e meios de comunicação.

Segundo Dantas (2002), o mesmo pode ser observado no caso da família Mesquita e o Grupo Estado⁹, a família Civita, que à época do levantamento comandava o grupo Abril¹⁰, a família Frias com Grupo Folha¹¹, a família Santos com o SBT e o Grupo Silvio Santos¹², Família Nascimento Brito, que à época do levantamento comandava do Jornal do Brasil, a família Saad e o grupo Bandeirantes de Comunicação¹³, a família Bloch e a hoje extinta Rede Manchete¹⁴, e finalizando a lista com a família Levy, do extinto jornal A Gazeta Mercantil¹⁵. Saindo dos veículos de alcance nacional partindo para os de abrangência e peso regional ou estadual, como o caso de jornais de melhor circulação, ou ainda pelo controle de outorgas de rádios locais ou ainda de concessões de afiliadas aos grandes canais, a dimensão de poder aumentaria para uma lista de novos sobrenomes aprofundando a trama do oligopólio midiático.

Em um mapeamento próximo ao empreendido por Dantas, no entanto, cerca de 15 anos depois, o Coletivo Intervezes também alcançou um quadro de

⁸<https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/documentos/noticia/pedido-de-registro-da-marca-tv-globo.ghtml>

⁹ http://www.meiosnobrasil.com.br/?page_id=463

¹⁰https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/07/19/internas_economia,974546/familia-civita-deixa-o-comando-do-grupo-abril.shtml

¹¹ https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4

¹² <https://grupossilviosantos.com.br/>

¹³ <https://bandeirantes.gupy.io/>

¹⁴ <https://manchete.org/historia/tudo-sobre-o-adolpho-bloch/>

¹⁵ <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/10/03/morre-aos-77-anos-luiz-fernando-levy-dono-da-gazeta-mercantil.ghtml>

concentração ou de domínio de poucos grupos familiares sobre empresas de comunicação de massa. No mapeamento, intitulado Media Ownership Monitor¹⁶, foram analisados quatro segmentos de mídia: redes abertas e fechadas de TV; redes de rádio; veículos impressos; e veículos online (este último segmento não observado por Dantas, considerando que ainda era incipiente a atuação das empresas de mídia no meio online).

O resultado do mapeamento alcançou um quadro de 50 meios de comunicação analisados, dos quais, nove pertencentes ao Grupo Globo (Família Marinho), cinco ao grupo Bandeirantes (Família Saad), cinco pertencentes ao Grupo Record (Família Macedo), quatro pertencentes ao grupo de amplitude regional RBS (na região sul do país), e três ao Grupo Folha (Família Frias). Entre os dois levantamentos, há uma reconfiguração de alguns canais ou concessões, mas que passam de uma família para outra, mantendo assim o domínio de parentesco como uma estrutura de convergência e concentração de poder. Para observar de forma aprofundada estas relações, precisamos, contudo, observar as bases teóricas que nos orientem sobre a dinâmica de parentesco e como as conexões familiares se consolidaram ao longo da história nacional como uma forma de reprodução do poder.

1.1 REFERÊNCIAS DO DEBATE SOBRE FAMILISMO NA SOCIOLOGIA POLÍTICA

Em se tratando de genealogia e relações de parentesco na sociedade, lançar olhares para o presente é automaticamente fazer uso de lentes consolidadas ao longo da história. Para tanto, buscamos aqui destacar os estudos que se debruçaram em analisar as lógicas do familismo como elemento determinante para as relações de poder na sociedade. A abordagem tem como norte partir de um recorte de análise das leituras que indique a centralidade das relações de parentesco no campo político e na reprodução do capital político.

Ou seja, considerando a estreita influência das redes de parentesco e da importância do sobrenome para a perpetuação do poder ou do ingresso e manutenção no campo político. Empreendimento similar é realizado por Goulart (2016) e Oliveira

¹⁶ <http://brazil.mom-gmr.org/br/midia/>

(et al, 2017), com resultados que serão incorporados aqui e avançados ao indicar elementos da produção do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) e suas contribuições para o estudo do familismo na atualidade.

Usaremos como marco de leitura inicial os autores clássicos da interpretação do pensamento político, econômico e social do Brasil, pelo potencial de alinhamento das bases de análise, e também pelo potencial de influência dos estudos destes autores no pensamento contemporâneo sobre a identidade nacional. Para Freyre (1998), a família é o principal instrumento da colonização do país desde o século XVI, sendo, portanto, também o ponto de partida para analisar, em menor escala, as dinâmicas de funcionamento das instituições sociais. O autor aponta que é a partir da família que são operadas as principais ações que mobilizam a consolidação da colônia e suas atividades, a partir da abertura de novas áreas e suas ocupações, bem como a conversão em área produtivas, na comercialização de escravos, dentre outros aspectos. A família rural, destaca Freyre (1998, p.22), é a unidade que encabeça o processo de formação social do Brasil a partir de 1.532, alcançando funções sociais e econômicas ao longo dos séculos, sobretudo no mando político.

Desta forma, Freyre (2004) reforça a centralidade social da família, sobretudo a partir de uma estrutura patriarcal, como uma das principais forças permanentes do país, sendo que em torno da família que ocorre os acontecimentos essenciais, e não em volta do chefe de estado, do rei ou ainda do poder religioso. Reforça o Freyre que a família, entre nós, “não deixará completamente de ser a influência se não criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal” (2004, p.78). A família, aponta Candido (1951), era organizada não apenas pelos laços sanguíneos e não limitado aos domínios do lar, mas integrava uma dinâmica de agrupamento por laços de afinidade e de relações sociais a partir de um sistema centrado na solidariedade parenta.

Nesta sistemática, a reprodução do poder se dá no privilégio resultante do benefício interno que o grupo gera entre seus membros, em contatos ou entre intertravamento com outros grupos familiares a partir de graus de conexões familiares, formando assim um “poderoso sistema de dominação econômica e política e, portanto, para a aquisição e manutenção de prestígio e status” (1951, p.299). O poder patriarcal é central nesta dinâmica, que se apropria da política de compadrio para gerar um senso de dever entre padrinho e afilhado, tanto na gestão dos deveres e

benefícios gerados entre os membros da família, quando no senso de preservação do grupo.

Já Holanda (1995), também observando as linhas de formação da identidade nacional, destacará em sua obra algumas passagens a relação familiar e de parentesco como um agregador de reprodutor de poder na sociedade colonial, sobretudo ao refletir a paridade de conceito entre as facções e as famílias quanto à forma de organização, sobretudo famílias em estilo patriarcal, em que as conexões biológicas são preponderantes para fortalecer os laços entre os descendentes, colaterais e afins aos chefes da família, formando assim “um todo indivisível, cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou ideias” (1995, p.79).

A percepção do poder familiar, sobretudo patriarcal, é negativa em Holanda, uma vez que é um elemento prejudicial à organização de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade moderna brasileira (OLIVEIRA, 2017, p.170). Destaca o autor que a força do poder e do quadro familiar é tão profundo que sua sombra cobre os indivíduos para além do ambiente doméstico, fazendo com que a instituição privada se estabeleça em detrimento ou por sobre a entidade pública. Com isso, reforça Holanda (1995, p.81), o resultado era a predominância em “toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”. Desta forma, para Holanda, para que o Estado se consolide, deve existir um claro rompimento entre as dimensões público e privado, o que contrapõe o poder familiar do poder estatal. No lugar de um entrecruzamento dos núcleos estatal e familiar, residiria para o bem da coisa pública uma oposição, e não uma continuidade, portanto, a “ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência” (1995, P.141).

Oliveira (2017, p.170), fazendo uma leitura sobre Vianna (1999), vai apontar que o autor também se debruçou sobre o familismo como elemento determinante para a estrutura social brasileira, sobretudo na medida em que a formação do clã se deu sobre a falta de um espírito coletivo e de um poder central. Assim, de uma família senhorial ou patriarcal com organização e predomínio interno nas fazendas ou da casa-grande, vão se aglutinando e formando o clã, composto de famílias geradas a partir de laços de consanguinidade ou de afinidade (1999, p.228), sendo que o seu fortalecimento ou poder social está em contrafluxo com o poder estatal. Desta forma, como indica Oliveira (2017), é interesse do clã a supremacia do poder dos seus

representantes e do seu grupo diante de uma consolidação de um poder público ou de uma estrutura de poder que privilegie a plenitude da vida pública.

A importância do papel de autores como Vianna e Holanda também é ressaltado por Canêdo (1994), que faz um resgate sobre a obra dos autores para a compreensão do papel dos laços familiares para as questões do cenário político. Para a pesquisadora, estes autores atuaram de forma a indicar a relação operatória do parentesco para o universo político. Observando Vianna, Canêdo (1994, p.89) indicará o pesquisador clássico como o primeiro autor a centralizar o papel do parentesco e do clã para as análises sobre o Estado e sobre a sociedade brasileira. A perspectiva de Vianna indicaria uma predominância do espírito de clã brasileiro focado no patriarcalismo e nas relações de parentesco com a coisa pública, em contraposição ao iberismo, que viria a negar a sociedade utilitária individualista (CANÊDO, 1994, p.89).

Para além destes autores, reunidos em publicações da primeira metade do século XX, e que reforçam a centralidade da família para a leitura sociológica brasileira, Oliveira (2017) e Goulart (2016) vão identificar uma lacuna de produção com a problemática do parentesco alinhado ao poder social e econômico e como um elemento que integra uma dinâmica do campo político institucionalizado. Observando a pesquisa sobre o campo, Canêdo (1994) imputa, em parte, o vazio da produção entre os autores da primeira metade do século passado até início da década de 1990 à maneira sintetizadas de pensar as dinâmicas políticas nacional inibindo as relações de família e política, passando a resgatar a família apenas como categoria para políticas públicas. Aponta a autora que a "família simplificada em códigos e a política sintetizada em siglas num país que se modernizada em siglas e números impediu a visão dos novos contornos do desenho da legitimidade eletiva, construindo uma orientação da duração" (CANÊDO, 1994, p.95).

Segundo Oliveira (2017) e Goulart (2016), este vazio de contribuições específica que reforcem macrossociologicamente o familismo e o nepotismo na análise das dinâmicas sociais e políticas viria a ser preenchido apenas com a retomada do campo a partir da década de 1990. Não que neste intervalo fosse totalmente ausente de esforços acadêmicos sobre o poder familiar. Contudo, diferente do que vinha se operando nas obras referidas aqui com observação ampla da relação do parentesco para um plano político nacional, o que se viu foram obras com viés microsociológico com produção direcionados ao poder local, "baseadas na dominação do mandão, do

coronel, do chefe político local que representam certo sobrenome poderoso e que submetem o espaço político [...] ao seu domínio porque aglutina prestígio” (GOULART, 2016, p.4). Desta feita, as pesquisas que estão no interstício dos estudos entre o grupo de pesquisadores da primeira metade do século XX e da década de 1990 vão observar o parentesco como elemento da organização política a partir de uma perspectiva singular de eventos locais, bem como desvelam tais relações de poder familiar inseridas no contexto da política institucionalizada.

Em uma abordagem sistemática sobre o quadro de produção do pensamento social acerca da temática da família e política, Oliveira (2017) traça uma linha do tempo do século XX recortando em três partes, sendo a primeira, abarcando a primeira metade do século, resultante do agrupamento de autores como Oliveira Viana, Sérgio Buarque e Holanda, Victor Nunes Leal, Gilberto Freyre e outros, que realizaram estudos e esses sobre o pensamento social brasileiro usando como pano de fundo a centralidade da família como elemento fundamental para a análise do cenário da formação da identidade nacional.

O bloco intermediário da linha do tempo reúne um interstício de produção de macrossociologia em que os estudos passam a centralizar as instituições partidárias ou ainda se voltar epistemologias europeias e estadunidenses para observar o fenômeno nacional, cujas perspectivas não centralizam a importância do agrupamento de parentesco e suas dinâmicas. A retomada dos estudos sobre política viria no terceiro bloco, "tendo a família como variável importante, estabelecendo relação entre o local e o nacional" (OLIVEIRA, 2017, p.175). Aqui há também o fortalecimento de uma agenda centrada nos estudos do familismo, com esforços para a formação de um corpus teórico e metodológico.

Lançando o olhar para a retomada, portanto, dos estudos da genealogia e do parentesco na sociedade, sobretudo observando as conexões de poder na contemporaneidade, Goulart (2016) e Oliveira (2017) vão identificar maior centralidade da família nas pesquisas de Leticia Bicalho Canedo¹⁷, Igor Gastal Grill¹⁸ e Ricardo Costa de Oliveira¹⁹, este encabeçando o Núcleo de Estudos Paranaenses

¹⁷ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>

¹⁸ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>

¹⁹ <http://lattes.cnpq.br/4666317856051079>

(NEP)²⁰, ao qual integra Mônica Helena Harrich Silva Goulart²¹ e demais pesquisadores com contribuições para o fortalecimento dos estudos sobre nepotismo, capital social familiar, instituições políticas, genealogias e trajetórias políticas. Um dos principais autores que retomam a centralidade da família nas pesquisas, Grill vai empreender esforços em observar as elites políticas gaúchas e as lógicas do uso de capitais familiares e políticos para a atuação social. A família torna-se, portanto, uma das dimensões que Grill adotará como viés metodológico e de interpretação para compreender as dinâmicas de transformação social do Rio Grande do Sul, percebendo as organizações institucionais a partir desta categoria e de outras mais, como espaços de formação e outras instâncias de socialização de formação do capital social (GRILL, 2004; 2007; 2012; 2017).

As investigações de Grill adotam posturas de análise complexa das relações de formação do capital a partir do prestígio buscando cercar tais dinâmicas a partir da conexão familiar e nas conexões sociais. Uma destas abordagens foi a percepção da ligação entre o parentesco e o itinerário educacional e político de parlamentares gaúchos (GRILL, 2007), criando uma postura metodológica de mapear os perfis das famílias observando a posição social da origem, sobretudo a partir da função profissional do patriarca da família, bem como identificar a forma de entrada no cenário político, cruzando posteriormente os dados sobre a carreira escolar e as origens geográficas das famílias.

A partir deste percurso, para o pesquisador, é possível apreender os “processos de construção e transmissão do patrimônio político que se constitui no conjunto da reputação coletiva e das bases de fidelidade acumuladas pelo grupo familiar” (GRILL, 2007, p.6). Seguindo a pesquisa sobre a organização da elite política do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir de núcleos de parentesco em torno de imigrantes que vão se consolidar em tradicionais famílias na região, Grill (2012) parte do pressuposto de que as famílias atuam no meio institucional como estruturas informais acrescentando complementarmente aos atores políticos camadas ou instâncias de distinção e de capital, fomentando a partir do parentesco as conexões entre grupos a partir do matrimônio, estabelecendo a ocupação de espaços políticos a partir de nomeações e resultando também em ampliação o capital econômico.

²⁰ <https://revistas.ufpr.br/nep>

²¹ <http://lattes.cnpq.br/1682464404261569>

Assim, as famílias constituem o “lócus de reprodução, pois são capazes de orquestrar um conjunto de estratégias [...] que formam um sistema de funções interdependentes, compensatórias e cronologicamente articuladas” (GRILL, 2012, p.140), considerando ainda, que no meio político, as condições de elegibilidade ou de potencial para ocupar cargos públicos institucionais perpassam também pelo pertencimento às famílias tradicionais ou ainda às associações aos nomes de tais famílias.

Junto com Reis (2015), Grill também se aprofundará em uma análise a elite política a partir do conceito de multinotabilidade, que parte de um recorte mais complexo sobre o capital social e político de um ator social. Segundo os autores, o conceito tem base na abordagem weberiana de notável como o indivíduo que consegue “converter a estima decorrente da sua origem social, da sua fortuna ou de recursos passíveis de serem distribuídos aos seus seguidores em posição de poder” (2015, p.333). Segundo Reis e Grill (2017), a análise de multinotabilização parte de três abordagens para mapeamento ou interpretação das elites políticas. Cada base, segundo os autores, pode ser um viés de análise ou uma estrutura para abordagem mais ampla das elites.

A primeira está vinculada à estrutura familiar, ou seja, aos estudos da genealogia como elemento de origem dos capitais patrimoniais, competências etc. Assim, é a partir da análise das relações de parentesco que os autores parte para observar a gênese do acúmulo de capitais econômicos, culturais, sociais e simbólicos. O trajeto social a partir das bases educacionais e profissionais são concentradas na segunda estrutura ou pilar de análise destacadas pelos autores para a multinotabilidade.

Neste aspecto, para além das relações familiares, ampliam-se ou delineiam-se os capitais dos atores políticos a partir dos processos de conexões no mundo do trabalho ou das atividades de militância, bem como a partir do processo de aprendizado e de ampliação de competências. Por fim, o encerramento da tríade é a partir da produção de bens simbólicos, das decisões e tomadas de partido dos atores, das novas colocações ou considerando aspectos da individualidade e dos resultados das disputas sociais. Assim, a composição e a legitimidade das elites políticas resultam deste tripé, de forma interseccionada e multidimensional. O resultado deste enquadramento a partir da relação familiar, das competências do trajeto e do processo de escolhas e capital acumulado por ação pessoal o que Grill e Reis (2018) alcançam são recortes que permitem o tratamento de dados e de situações indicando

interconexões estruturais representações que “estão na base da multinotabilidade desfrutada por determinados agentes e da sua capacidade de impor princípios de visão e divisão do mundo social” (IDEM, 2018, p.199).⁶

A família, nesta abordagem, consolida-se como uma primeira camada ou espaço de recebimento de poder ou de capital, sendo eles políticos, materiais, simbólicos ou ainda econômicos e culturais. Segundo os autores, a família não seria, portanto, um agrupamento de origem natural, mas sim a partir de um processo de formação e de reunião e convergência de processos como Estado, Igreja etc, e ela é o que os pesquisadores apontam como primeira fonte de socialização e de reunião de atributos. Mas não apenas, isso, além de um local ou espaço de aprendizado sobre classificação do mundo social, ela também é uma “instância catalisadora e (re)distribuidora de um patrimônio coletivo, exigindo empenhos dos seus membros na adoção de estratégias de reprodução com vistas à sua continuidade” (REIS, 2015, p.146). O capital e os lucros resultantes da “honra coletiva” estão estreitamente conectados às relações de parentesco, portanto, os autores consideram que a conexão ou o pertencimento familiar ou de parentesco resulta também em uma dimensão de transmissão de estima social, sendo que no meio político esta estima pode ser convertida em votos ou prestígio e pertencimento ao cenário político institucional.

Revisitando as pesquisas de Canêdo sobre capital político e parentesco em Minas Gerais, Goulart (2015) e Oliveira (2017), vão destacar que a pesquisadora percebe a genealogia como uma camada que agrega informação na análise de acúmulo de capital simbólico, sobretudo no cenário do jogo político. A forma de operar este poder ou capital fica mais evidente na maneira como os atores sociais se apropriam ou manifestam uso da tradição familiar e do que esta tradição representa em termos de poder na sociedade.

A genealogia como postura metodológica de observação das lógicas de funcionamento do poder político na sociedade, segundo Canêdo (2011a, p.58), confere as linhas de leitura de identidade da família, na medida que permite analisar a origem e suas relações com o meio, bem como suas conexões com outras famílias e a forma como estas relações conferem status e acúmulo de capital social. Assim o desenho genealógico, cronológico, dá uma percepção da trajetória familiar cumulativa, permitindo uma análise das práticas individuais e coletivas e como este capital

resultante destas ações e destes acúmulos interferem nos cenários sociais históricos e na contemporaneidade.

Reforçando a centralidade das relações de parentesco no cenário político institucional, Canêdo (2011b, p.87) vai destacar a defesa de que muitos estudos sobre poder tendem a ignorar ou naturalizar o quadro político a partir de um amontado de siglas partidárias ou observando apenas o quadro final como resultante da votação ou das manifestações do teatro político. Segundo a pesquisadora, esta perspectiva não aprofunda a leitura para a construção social que é resultante das mecânicas de parentesco, ou das ritualizações de trocas de favores e de alianças.

Para Canêdo, a genealogia confere um potencial de concretude às análises sobre as relações de parentesco no cenário político, uma vez que permite reunir dados que legitima a descendência ou ainda as conexões familiares construídas mesmo que por meio do que a autora denomina de “manipulações”, para indicar a consolidação de um grupo coeso a partir de uma mesma identidade ou ainda a partir de casamentos. Neste sentido, reforça Canêdo (1994, p.100), a partir de um registro ou traçado genealógico, a família é a prova de um trajeto resultante de acúmulo de gerações, sendo, portanto, um elemento fundamental no jogo político, pois “ela se inscreve, e deve se inscrever numa continuidade, marcando dessa maneira a solidez de seu poder social, seu domínio do tempo e sua capacidade de adaptação”.

A partir, inicialmente, de uma leitura sobre a relação de parentesco e genealogia no Paraná, Ricardo Costa de Oliveira (2000; 2001; 2006; 2007; 2012; 2015) contribui para o aprofundamento da literatura teórica e metodológica acerca dos estudos sobre o nepotismo, as relações familiares e a sociologia política. A partir das investigações que resultaram na tese doutoral defendida pela Unicamp (OLIVEIRA, 2000), o pesquisador dará o início à consolidação do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que vem se firmando como um importante espaço de debate e de produção de conhecimento sobre temáticas vinculadas ao Estado, Sociedade e Instituições. A centralidade da família e das relações de parentesco como estrutura fundamental para interpretar a sociedade brasileira, sobretudo na atualidade, é acentuada nas contribuições de Oliveira. Como destaca Oliveira a se debruçar sobre as lógicas do nepotismo no cenário político, a família ainda importa. Ou seja, não apenas no Brasil colonial, no império ou ainda nas primeiras décadas do Brasil

República que as lógicas do parentesco são elementares para as realidades sociais e políticas.

No século XXI as dinâmicas do familismo ainda ajudam a entender as lógicas do poder. Ou seja, as “redes familiares controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações” (OLIVEIRA, 2012, p.13). Pela leitura de Oliveira (2012), não apenas o poder político institucional é permeado pelas conexões do familismo, mas outras instâncias sociais, a economia e os meios de comunicação, como a “mídia, a intelectualidade, os jornalistas também já formaram grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização e profissionalização” (IDEM, 2012, p.13). Desta forma, o nepotismo, a partir da primazia da família nas instâncias de poder público, consolida-se como uma espécie de sistema político ou de rede social, que pressupõe uma estratégia de classes, com claro favoritismo entre os membros deste círculo familiar.

Como destaca o autor, a teoria do nepotismo reafirma a centralidade familiar para abordagem dos cenários sociais, sendo a família uma das principais unidades da política institucional do país (OLIVEIRA, 2015, p.335), sendo que a acumulação de poder familiar resulta em uma série de códigos comportamentais ou de capitais sociais empregados pelos indivíduos nas disputas de espaços e poder na sociedade, sendo que o mapeamento destas dinâmicas ou conexões de parentesco ajudam a desvelar as trajetórias e os interesses envolvidos no ambiente político e social. Em grande medida, a partir de leitura bourdiana e marxista, Oliveira debaterá o intertravamento entre a relação familiar e de classes no meio político, considerando que o campo político institucional vai de tornando um espaço em que impera o negócio familiar e de ricos, sobretudo a partir de um profissionalismo que se apropria dos capitais sociais e de notabilidade dos sobrenomes, somados aos acessos à recursos financeiros em campanhas cada vez mais caras.

Desta forma, Oliveira (2001, p.12) expõe que a lógica do parentesco atua permeando a classe dominante, sendo esta composta por grupos familiares que reproduzem e perpetuam o seu poder social, político e econômico ao longo de gerações. A contribuição de Oliveira para os estudos do nepotismo e do familismo também está em perceber o a genealogia a partir de uma perspectiva de análise das dinâmicas do capital familiar, ou seja, como uma ferramenta metodológica que permite observar os bastidores e a abrangência rizomática do parentesco. Assim, a

genealogia consiste em “uma estrutura social temporalmente organizada em termos reais, ou mesmo imaginários, de modo a conectar e estruturar vários indivíduos e grupos familiares em complexas redes de parentesco e de interesses unidas entre si” (2012, p.52).

A genealogia, assim, é defendida por Oliveira como uma linguagem social que opera as conexões de parentesco para manifestar a leitura sobre as conversões de capitais sociais, bem como a reprodução do poder a partir de gerações ou de grupos familiares. Para este mapeamento, é necessária a reunião de fontes documentais, orais, dados e uma série de ferramentas metodológicas que deem subsídio para a leitura social. Como destaca Oliveira (2006), quanto “maior a reunião documental, melhor para a pesquisa genealógica. Há muitas linhas em que os documentos seguem um trilho tridentino até o século XVI. Em termos de linguagem social é uma genealogia bem documentada”. A genealogia confere uma base temporal e linear de evidências que sustentam a análise sobre os vínculos familiares, e sobre as suas abrangências sociais, como a predominância em determinadas instâncias do estado, ou ainda de área do mercado.

1.2 O NEP E O PERFIL DAS PUBLICAÇÕES SOBRE FAMILISMO

A produção de Oliveira sobre as relações de parentesco e de familismos presentes nas instituições políticas no Paraná, e posteriormente em abrangência nacional, orienta as investigações empreendidas pelos pesquisadores (dentre os quais alunos de graduação, especialização, e pós-graduação como mestrado e doutorado) que integram ou integraram o Núcleo de Estudos Paranaenses (conhecido pela sigla NEP), sob coordenação do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira analisa as relações e contornos sociológicos de instituições políticas paranaenses como câmaras municipais, prefeituras, assembleia legislativa, empresas de capitais mistos, dentre outros.

O NEP surge em 1996²² vinculado ao curso de Ciências Sociais da UFPR, com a perspectiva de acompanhamento parlamentar, e com três eixos de análise:

²²<https://web.archive.org/web/20060207075706/http://www.nep.ufpr.br/genealogia.htm>

elaboração de um perfil sociológico com o objetivo de reunir dados para a formação de uma base de dados sobre atores políticos dando conta de informações pessoais, sobre vínculos de parentesco, sobre carreira educacional e profissional, bem como trajetória política; atuação parlamentar e o mapeamento da performance do parlamentar nas casas legislativas e participação nas comissões; e relação entre o poder executivo e legislativo, para perceber as relações de força entre os poderes e as ligações de parentesco que são operadas em interconexão do executivo e legislativo.

Resultante de pesquisas iniciadas no mestrado e doutorado em Ciências Sociais na UFPR sob orientação do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira, outros pesquisadores integrantes do NEP aprofundaram as contribuições do grupo, ampliando ainda mais a abrangência do núcleo em termos institucionais e geográficos, como no caso das pesquisas empreendidas pela professora Dra. Monica Helena Harrich Silva Goulart²³ (2014; 2016; 2015; 2004; 2008), vinculada ao Departamento Acadêmico de Estudos Sociais - DAESO - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), com pesquisas focadas sobretudo no mapeamento e na análise das lógicas de parentesco no legislativo paranaense. Também integra o NEP o professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Elites, Famílias e Desigualdades (NEFADE/CNPq), Dr. José Marciano Monteiro²⁴, também com pesquisas sobre parentesco e elites políticas, sobretudo com foco no nordeste brasileiro (MONTEIRO, 2019; 2017).

Considerando as orientações realizadas pelo professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira²⁵ sobre a temática da política paranaense, poder político, nepotismo, instituições, famílias, estruturas de parentesco e poder legislativo, o NEP registra como produção acadêmica 23 dissertações e 16 teses de doutorado junto ao eixo temático Instituições e poder, vinculado à linha de pesquisa Cidadania e Estado, do Programa de pós-graduação em Sociologia da UFPR, além de 36 monografias de graduação. Além das produções bibliográficas dos pesquisadores do NEP, destaca-se ainda a contribuição do núcleo para o debate do familismo a manutenção da

²³ <http://lattes.cnpq.br/1682464404261569>

²⁴ <http://lattes.cnpq.br/1364782229198714>

²⁵ <http://lattes.cnpq.br/4666317856051079>

Revista do NEP, publicação semestral dos membros do grupo de pesquisa do NEP, cujo propósito é se consolidar um espaço perene de interlocução com pesquisadores do campo social “no país e no exterior que se dedicam ao estudo da política no Brasil e no Paraná, em específico, e a temática Sociedade, Instituições e Estado, em geral”²⁶. Desde 2015, foram 19 edições com artigos temáticos de dossiês vinculados ao tema do nepotismo, instituições, poder e genealogias. Como forma de identificar o volume de produção e as linhas gerais das contribuições da Revista, realizamos um mapeamento contabilizando e categorizando os artigos publicados na Revista do NEP desde sua origem até a primeira edição de 2022, última editada até o desenvolvimento da presente tese.

Conforme destacado no site do periódico²⁷, a revista é organizada nas editoriais Dossiê, em que são publicados artigos vinculados ao tema indicado como central da publicação corrente; Artigos, com produções sob a linha editorial da revista, mas não necessariamente vinculado ao tema corrente; e Notícias, com resumos expandidos e demais publicações, como contribuições de alunos de graduação. Como forma de analisar o perfil das publicações para apreender elementos que possam colaborar no delineamento das produções sobre nepotismo, estruturas de parentesco e poder político, tabulamos apenas os trabalhos publicados em Dossiê e em Artigos, considerando que seriam as publicações com maior aderência ao tema, e com consistência teórica e metodológica. Ao longo das 19 edições, foram publicados 229 artigos.

Como percurso de mapeamento, nos apropriamos da perspectiva de análise de conteúdo a partir de Bardin (2016)²⁸, que nos permite reunir categorias para organizar os dados e identificar padrões nas publicações da revista. A postura metodológica usada no levantamento dos artigos foi predominantemente quantitativa. Reunidos os dados em uma tabela, iniciamos uma primeira exploração, indicado como

²⁶ <https://revistas.ufpr.br/nep/about>

²⁷ <https://revistas.ufpr.br/nep/about/submissions#authorGuidelines>

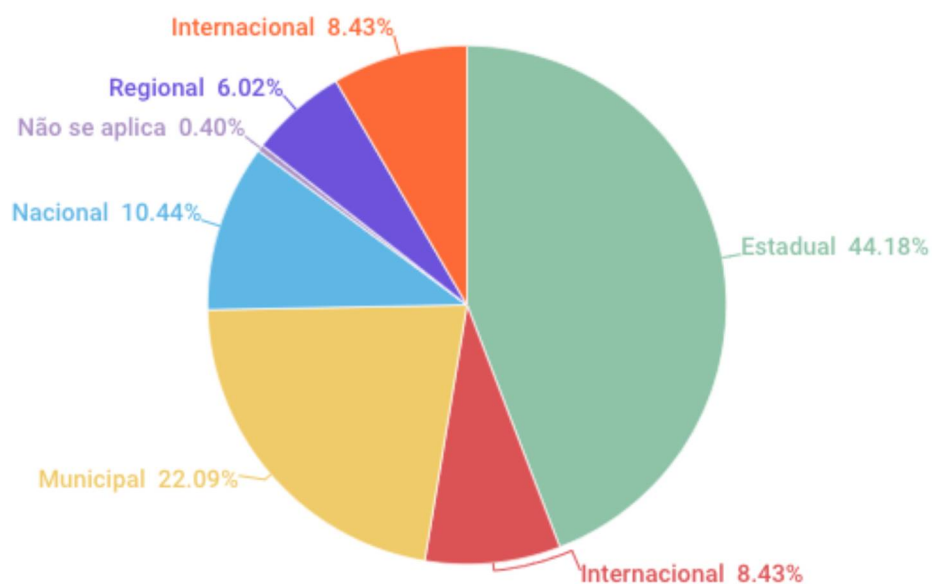
²⁸ Para fins de esclarecimento, a Análise de Conteúdo foi empregada exclusivamente para promover o mapeamento dos trabalhos e publicações da Revista do NEP. A proposta do mapeamento partiu de uma necessidade do pesquisador em observar a centralidade de determinadas obras, autores e métodos no estudo do familismo e da Classe Dominante Tradicional. Os resultados nos guiaram para a base teórica e metodológica do presente estudo, motivo pelo qual mantivemos os resultados do levantamento no texto final desta pesquisa. Reforçamos também a contribuição do NEP para os estudos do familismo, reconhecendo a profundidade e amplitude dos trabalhos dos pesquisadores do núcleo, inserindo a presente pesquisa como partícipe deste conjunto de contribuições para o campo sociológico dos estudos da genealogia e do familismo.

Fonte: Autor (2023)

Dando início à apresentação dos dados coletados, primeiro indicaremos uma nuvem de palavras com os principais temas indicados pelos autores sobre seus trabalhos. O objetivo com o mapeamento a partir desta categoria é indicar o volume e padrão de agrupamento de dados relativos aos assuntos centrais das publicações e o seu alinhamento com os estudos sobre o parentesco.

A opção pela visualização de nuvem de palavras, portanto, colabora na percepção do volume dos temas, em que de apenas indicar o quantitativo, uma vez que o objetivo é a comparação entre os assuntos dentro do universo de conteúdos indicados pelos autores dos 229 artigos. Conforme indica a nuvem de palavras com os termos chave usados nos artigos, há um maior predomínio da Família como tema central indicado, seguido de Genealogia, Paraná, Política, Nepotismo e Prosopografia. Percebe-se, portanto, uma maior centralidade do tema familismo, o que indica alinhamento significativo com a linha editorial da revista. A centralidade é maior ainda se somarmos temas que estão conectados pelos conceitos, como Família e Nepotismo, ou ainda como Genealogia e Prosopografia.

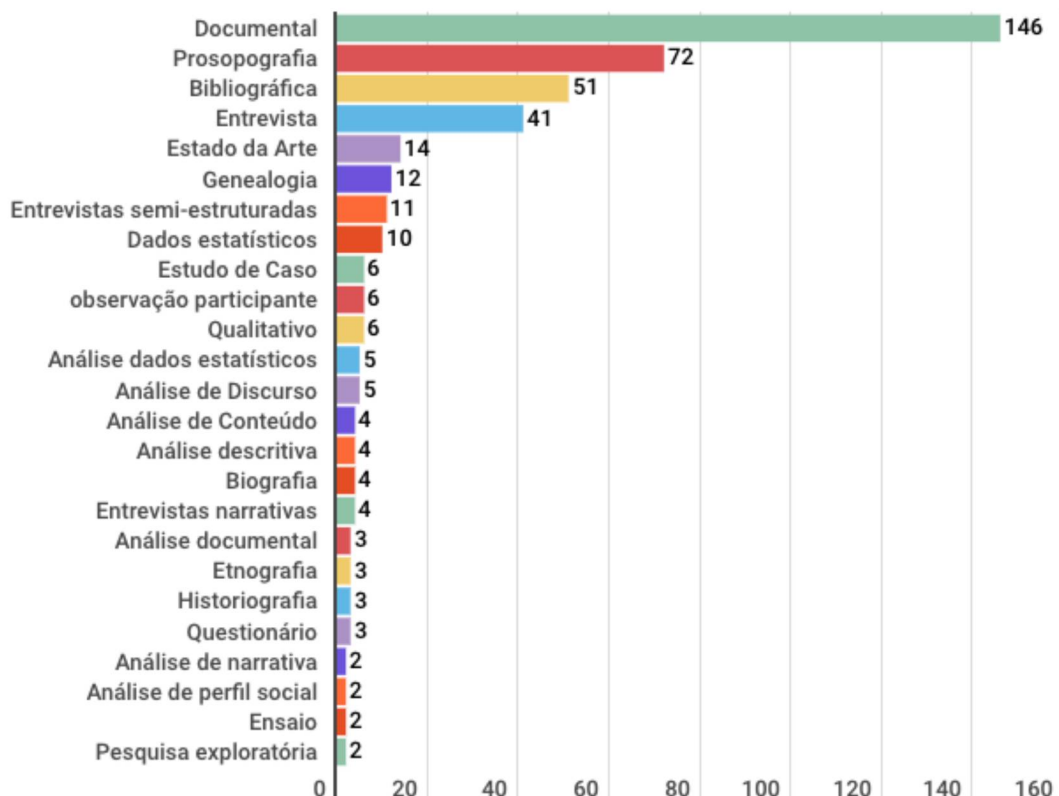
FIGURA 2 – CATEGORIA ABRANGÊNCIA (REVISTA DO NEP)



FONTE: autor (2022)

O mapeamento dos dados dos artigos publicados nas edições da Revista do NEP indica maior volume de abrangência entre análise estaduais e municipais. Ou seja, 66% dos trabalhos publicados estão observando os fenômenos sociais e políticos sobre família, poder e demais temas que dialogam com a linha editorial da revista estão centradas nas manifestações municipais (como câmara de vereadores ou ainda a relação de parentesco em uma determinada cidade) e estaduais (aqui tanto em vínculo com executivo e legislativo estaduais, ou ainda sobre um tema vinculado à abrangência em todo o território do estado). Aqui podemos indicar a abrangência paranaense como maior dentre as indicações dos trabalhos, sobretudo cruzando o gráfico que aponta maior incidência de abrangência estadual, com a visualização de nuvem de palavras sobre os termos-chave, em que um dos termos de maior incidência é Paraná. Temos assim maior volume de trabalho que busca desvelar a centralidade e poder do nepotismo que estejam relativos à um universo localizado, e não com amplitude regional, nacional ou ainda internacional, como em trabalhos sobre o familismo como vimos no início do século passado, com foco em mapear uma identidade nacional a partir das relações de família.

FIGURA 3 – CATEGORIA METODOLOGIA (REVISTA NEP)



FONTE: autor (2022)

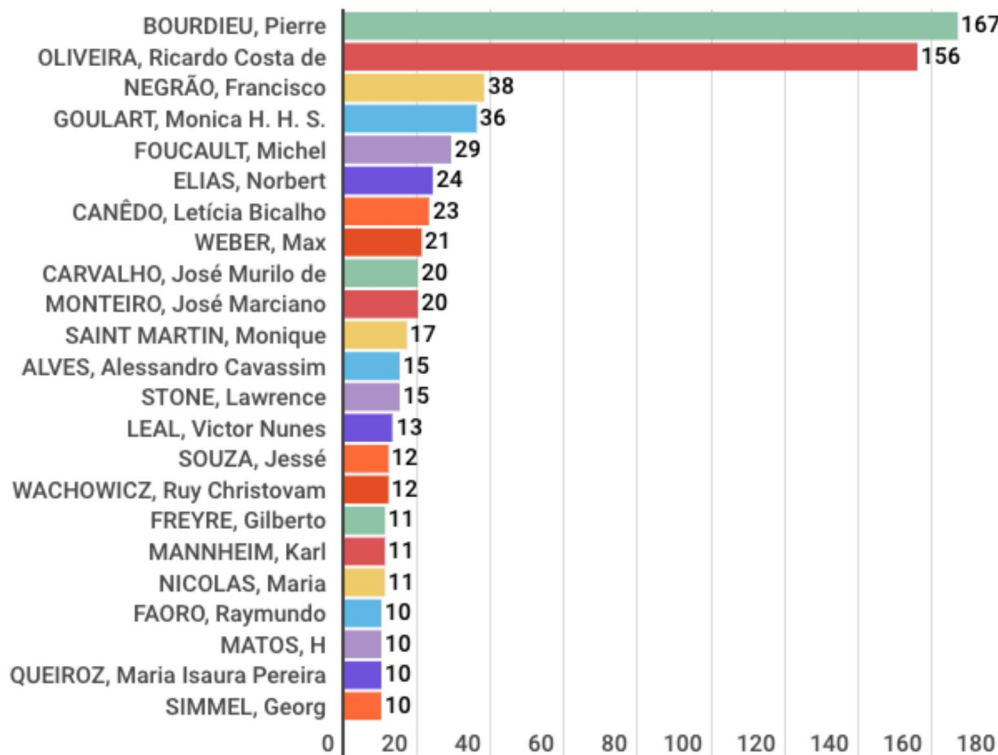
Outra categoria mapeada a partir do levantamento dos dados da Revista do NEP foi metodologia. Foram consideradas aqui duas abordagens de coletas, sendo a indicada pelos autores (como ferramentas documentais, entrevistas semiestruturadas etc) e as apreendidas a partir dos dados e elementos apresentados no trabalho. Percebe-se uma predominância de Pesquisa Documental e sobre Prosopografia. Somando Prosopografia com Genealogia, com diálogo entre as estratégias, podemos perceber uma maior centralidade do método como privilegiado nas pesquisas e resultados de pesquisas publicados pela Revista do NEP. Conforme indicado na literatura, sobretudo em Canêdo (2011a, p.58), os documentos (somando aqui não apenas os históricos, mas também digitais, como sites, portais de notícia, redes sociais digitais) são bases fundamentais para subsidiar as análises sobre o familismo e para mapeamento das dinâmicas de parentesco no cenário político institucional.

A metodologia, como forma de contemplação e apreensão do objeto, tem que dar conta da complexidade das relações e redes de influências. Considera-se, sobretudo, a dificuldade de visualização das redes políticas (OLIVEIRA, 2017, p.151), muitas vezes não identificadas justamente por entes e estruturas que se especializam em mapeá-las na sociedade, como é o caso do ministério público, justamente devido as suas ramificações e sua capacidade de readaptação, mutações e transformações provenientes das reconfigurações da conjuntura e dos governantes. Com isso, teorizar sobre tais redes e ramificações do poder é depender de “estudos empíricos que identifiquem a origem, o funcionamento e as dimensões das redes políticas de poder e riqueza” (OLIVEIRA, 2017, p.152). Não basta apenas as pesquisas documentais, de mídia e bibliográfica, se não estruturadas dentro de uma premissa de conexão entre as multiplicidades de fontes de informações. Desta forma, percebe-se a centralidade do método Prosopografia²⁹, que se debruça na coleta padronizada de informações

²⁹ Entende-se prosopografia aqui como uma “investigação das características subjacentes comuns a um grupo de atores na história mediante o estudo coletivo das suas vidas” (STONE, 2011). Como pontua Bulst, não é possível analisar as estruturas políticas e sociais de determinados grupos, suas “continuidades e a descontinuidade”, as formas de inclusão de membros, nomeações, definições de estruturas e demais questões descartando o conhecimento prévio das pessoas (2005, p.58). Assim, entender os vínculos e sobretudo a trajetória é jogar luz às relações e construção de capital simbólico, o que permite estruturar uma base de análise para identificar o fluxo de influência e de estrutura das elites. Nesta perspectiva, graças ao conhecimento de origem de cada ator e de suas conexões é que é possível “relacionar diferentes grupos”, uma vez que é neste contexto que “as pessoas tenham

com vistas a conectar biografia (BULST, 2005, p.52), estrutura de funcionamento, formas de relação e conexão, dentre outras relações, como ferramental para análise dos dados coletados.

FIGURA 4 – CATEGORIAS AUTORES (REVISTA DO NEP)



moldado as instituições e tenham sido também por elas impregnadas”, (BULST, 2005, p.50) e que todo esse teor e formatação devem ser levados em consideração em cada análise prosopográfica. A abordagem metodológica apontada para empreendimento de pesquisa sobre familismo se centra na observação e identificação de características e elementos que são comuns a determinados atores sociais e políticos, que uma vez mapeados possam dar conta de delinear a forma de organização de determinados grupos de influência. Como reforça Stone (2011, p.115), ao resgatar o histórico do uso da prosopografia para os estudos das elites, o método prosopográfico constitui em “estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada”. Tais pontos, portanto, indicam o caminho de formatação das guias de entrevistas e demais métodos de coletas de dados que devem consolidar no rol de práticas que ajudarão no processo de pesquisa. O resultado da prosopografia é um cenário de dados que permite identificar a existência de conexões entre atores sociais de um determinado grupo ou meio, sobretudo a partir de uma leitura de graus de influência e de poder, como é o caso do tensionamento entre o campo da comunicação e o político que busca se inferir na pesquisa que se quer empreender junto ao programa de doutorado. Assim, basicamente, a prosopografia lança olhar para um mapa estrutura rizomática de influência a partir de uma investigação “meticulosamente detalhada sobre a genealogia, os interesses comerciais e as atividades políticas do grupo, os relacionamentos expostos por meio de detalhados estudos de caso, apoiados apenas de maneira secundária e em um grau relativamente menor por suportes estatísticos”(STONE, 2011, p. 117).

FONTE: autor (2022)

Realizando o mapeamento dos dados e agrupando a partir da categoria Autores, conseguimos identificar a recorrência de pesquisadores e autores que são consultados e que sustentam as bases das pesquisas publicadas na Revista do NEP. Na contagem, foram consideradas apenas as indicações únicas nas referências, ou seja, não foram quantificadas as abordagens internas, a quantidade de citações, o volume das citações em termos de quantidade de caracteres, bem como não foram realizadas análises qualitativas sobre as abordagens dos autores nas obras. O objetivo era apenas identificar a partir das obras usadas, a participação dos autores a partir das referências. Com isso, o quadro final quantitativo nos aponta para maior incidência do uso de obras dos sociólogos Pierre Bourdieu e Ricardo Costa de Oliveira.

Sobre a recorrência da obra de Bourdieu, destacamos a centralidade nas análises sobre familismo as disputas de capitais junto no campo social e campo político. Desta forma, nos parece central também o debate de campo, identificando-o como espaços “estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas” (BOURDIEU, 1983). Compreende-se aqui, portanto, o campo como um espaço de disputa e constrangimentos, um campo social em que há fluxos e pressão, um campo de forças e de lutas, em que “há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço” (BOURDIEU, 2007a). Tais perspectivas sociológicas permitem reverberar as percepções da análise de redes políticas, nepotismo e elites políticas, sobretudo no âmbito da pesquisa proposta, na medida em que Bourdieu preconiza que explicitar os atos, o modo de funcionamento e relações de constrangimento e de pressão, sobretudo no campo político, é auxiliar na compreensão da “gênese social de um campo”, e atuar de forma a “apreender que faz a necessidade específica da crença que o sustenta” (BOURDIEU, 2000).

Especificamente ao campo político, destaca-se nesta premissa, que os atores qualificados a atuarem ou navegarem neste espaço devem comungar de características e corpus de saberes muito específicos. Não raras vezes, ao pontuar a perspectiva política paranaense, indica-se ainda que há um aval de atuação quase sempre relativo às conexões de famílias que integram classes dominantes tradicionais

muito bem consolidadas e ramificadas. Temos aqui, portanto, alguns elementos específicos do habitus³⁰ deste campo³¹, com ritos, falas e características específicas de quem trafega e acumula o domínio de linguagens e saberes do campo político, que passaram pela “iniciação, com as suas provas e os seus ritos de passagem”, que tendem a impor “uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido” (BOURDIEU, 2000).

Já no caso da recorrência das obras do professor Ricardo Costa de Oliveira, claramente destacamos a sua participação fundamental para o debate sobre

³⁰ Entendemos o Habitus como o conjunto de estruturas e manifestações culturais, comportamentais, e domínios de práticas resultantes de um processo de relacionamento entre os agentes de um determinado campo. O habitus, assim, pode ser entendido como uma organização ou sistema de posturas e representações sociais, que tende a reproduzir as lógicas da posição de um indivíduo ou agente em um determinado campo, ou seja, como uma matriz cultural, de comportamento, valores e capitais que orienta os agentes nas suas performances dentro de um determinado espaço. Conforme destacada Bourdieu (2007), o habitus se consolida como uma organização ou esquema com durabilidade, com potencial gerador. Ou seja, ele “tende, ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador, e a permitir ajustamentos e inovações às exigências postas pelas situações concretas que põem à prova a sua eficácia”. Bourdieu, desta forma, delimita ou indica a compreensão de habitus como um “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, que dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, Objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o Domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação combinadas de um maestro” (BOURDIEU, 2007).

³¹ Assume-se aqui as premissas de Bourdieu sobre debate de campo, identificando-o como espaços “estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas” (BOURDIEU, 1983). Compreende-se aqui, portanto, o campo como um espaço de disputa e constrangimentos, um campo social em que há fluxos e pressão, um campo de forças e de lutas, em que “há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço” (BOURDIEU, 2007). Tais perspectivas sociológicas permitem reverberar as percepções da análise de redes políticas, nepotismo e elites políticas, sobretudo no âmbito da pesquisa proposta, na medida em que Bourdieu preconiza que explicitar os atos, o modo de funcionamento e relações de constrangimento e de pressão, sobretudo no campo político, é auxiliar na compreensão da “gênese social de um campo”, e atuar de forma a “apreender que faz a necessidade específica da crença que o sustenta” (BOURDIEU, 2000). Especificamente ao campo político, destaca-se nesta premissa, que os atores qualificados a atuarem ou navegarem neste espaço devem comungar de características e corpus de saberes muito específicos. Não raras vezes, ao pontuar a perspectiva política paranaense, indica-se ainda que há um aval de atuação quase sempre relativo às conexões das elites ou de estruturas familiares muito bem consolidadas e ramificadas. Temos aqui, portanto, alguns elementos específicos do habitus deste campo, com ritos, falas e características específicas de quem trafega e acumula o domínio de linguagens e saberes do campo político, que passaram pela “iniciação, com as suas provas e os seus ritos de passagem”, que tendem a impor “uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido” (BOURDIEU, 2001).

nepotismo, sobre parentes e poder político, e demais temas que estão alinhados às pesquisas publicadas na Revista do NEP. Desta feita, percebemos como natural o uso recorrente do pesquisador para debate sobre abordagens teóricas nos trabalhos, visto a volumosa e importante contribuição para as investigações acerca da política paranaense, poder político, nepotismo, instituições, famílias, estruturas de parentesco e poder legislativo. Ainda sobre os dados dos autores abordados nos artigos, ressaltamos também outros pesquisadores que integram o NEP, como a professora Dra. Monica Helena Harrich Silva Goulart³² e o professor Dr. José Marciano Monteiro³³.

FIGURA 5 – CATEGORIA OBRA (REVISTA DO NEP)



FONTE: autor (2022)

A última categoria reunida com a contagem dos artigos publicados na Revista do NEP é a Obras. Nela, contabilizamos as obras que são mais indicadas nas referências junto aos trabalhos e pesquisas que constam nas publicações do NEP. A

³² <http://lattes.cnpq.br/1682464404261569>

³³ <http://lattes.cnpq.br/1364782229198714>

categoria Obras está vinculada à categoria Autores, uma vez que partimos da mesma base para estabelecer o recorte das obras contabilizadas. Para uma melhor assertividade nos dados, e para perceber as contribuições das obras nos trabalhos, não foram consideradas distintas as mesmas obras com anos e editoras diferentes. Ou seja, como o objetivo era identificar as obras mais indicadas, foram agrupadas as referências publicadas em anos e editoras diferentes, desde que fossem de mesma autoria e título.

TABELA 1 – CATEGORIA OBRAS (REVISTA NEP)

Nome da obra	Nome da obra
Na Teia do Nepotismo: Sociologia Política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil	50
Genealogia Paranaense	38
O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná	28
O poder simbólico	25
Razões práticas: sobre a teoria da ação	22
Prosopografia	15
A economia das trocas simbólicas	14
A Política como Negócio de Família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar	11
Capital social e comunicação: interfaces e articulações	10
A ilusão biográfica	9
A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais	9
Coisas ditas	9
Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França	9
Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007	9
Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro	9
Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.	8
Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva	8
Estado, classe dominante e Parentesco no Paraná	8
Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945	8
O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)	8

FONTE: autor (2022)

A obra que foi apontada como a mais usadas dentre os trabalhos publicados no NEP foi o livro “Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações e poder político no Paraná e no Brasil”, de autoria do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira. Foram 50 indicações de uso nos trabalhos, ou seja, cerca de ¼ dos artigos publicados usaram a obra como referência teórica para sustentar os debates sobre os temas de nepotismo, família e relações de parentesco no cenário político.

Outra obra apontada também como as mais citadas, e também de autoria do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira, é o livro “O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná”. As duas obras são centrais para entender as lógicas do familismo na sociedade paranaense e brasileira, e desvelar as práticas do nepotismo e a reprodução do poder a partir das dinâmicas do parentesco.

Ainda de autoria do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira, contabilizamos os textos “Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007” e “Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945” dentre as obras mais referenciadas, o livro organizado pelo professor junto aos demais pesquisadores do NEP, intitulado “Estado, classe dominante e Parentesco no Paraná”, bem como a tese doutoral do professor, intitulada “O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)”. A incidência das obras indicadas do professor segue a mesma proporcionalidade e centralidade para os estudos apontada na categoria Autores.

Da mesma forma como na tabulação dos autores, registramos também colaborações de outros autores do NEP entre as vinte obras mais referenciadas nos trabalhos publicados na revista. Dentre elas destacamos o livro “A Política como Negócio de Família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar”, do pesquisador Dr. José Marciano Monteiro; e do livro “A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais”, publicado pelo Dr. Alessandro Cavassin Alves, resultante da tese de doutorado realizado na UFPR sob orientação do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

1.3 RELAÇÕES FAMILIARES E TEORIA DAS ELITES

Falar sobre as lógicas do parentesco e a reprodução do poder a partir das relações familiares no meio social e no meio político institucional passa também por considerar o poder das famílias como resultante da integração às elites políticas³⁴. Ou seja, como resultante de um cenário de forças com distribuição desigual de poder em que alguns atores se destacam pela acumulação deste capital e o converte em ações concretas.

As elites políticas, neste aspecto, atuam de forma a estabelecer o papel de liderança e de detenção do poder, considerando os estudos das elites como “um estudo dos agentes que exercem o poder, isto é, um estudo do príncipe e, por extensão, das decisões tomadas por ele” (PERISSINOTTO, 2019, p.143). Desta forma, abordaremos aqui a perspectiva do familismo pelo viés do cientista político e jurista italiano Gaetano Mosca, um dos autores clássicos sobre elitismo político. Considerando sobretudo que a elite política não é apenas aquela que faz uso ou ocupa cargos eletivos ou que integra o campo político institucional, mas também aqueles que desempenham funções de poder e econômico, social e/ou político. Um dos principais teóricos sobre as elites políticas, Mosca concebe o cenário social político a partir de dirigentes e dirigidos, percebendo aquele como uma classe com condições de liderança e de domínio sobre esta. Para o estudioso italiano, em todas as sociedades, das mais medíocres às mais fortes, destacam-se duas classes: a dos governantes e dos governados.

A primeira é a menos numerosa, mas que desempenha funções políticas, e que, portanto, goza do monopólio do poder e das vantagens decorrentes disso. Já a segunda é a dos governados, que via de regra é mais numerosa, e subserviente ou dirigida pela primeira (MOSCA, 1984, p.17). Não significa, no entanto, que seja uma leitura sobre lei da natureza a partir de uma perspectiva biológica entre um grupo mais

³⁴ Fundamental indicar que, apesar de nos debruçarmos na literatura sobre Elites Políticas como forma de aprofundar o debate sobre as estratégias de reprodução do poder na sociedade, a pesquisa que aqui se desenvolve reconhece com fundamental o conceito de Classe Dominante Tradicional, cujos capitais não são apenas resultantes de um poder circunstancial ou ainda momentâneo, mas sim reproduzido a partir de gerações. Desta forma, como preconizado por Oliveira (2007), a estrutura de poder não é uma “abstração, ela se materializa em situações objetivas de posse de riqueza, se reproduz e se consolida graças a redes políticas, sociais e de parentesco [...]. Além da ideologia que lhe reforça a legitimidade, as redes podem utilizar artifícios tais como o nepotismo, o clientelismo e a corrupção”.

adaptado e outro menos adaptado buscando a sobrevivência a partir de um processo de aniquilação (PERISSINOTTO, 2018, p.28), mas sim um cenário de grupo ou de homens que buscam a premência, ou seja, o predomínio.

Os dirigentes, desta forma, se destacariam a partir de determinados atributos com consideráveis importâncias ou valores diante do meio social em que ele estabelece poder. Podemos indicar, a partir de Mosca, atributos como a força, como a relação com o divino, o saber, a riqueza, e também a relação de parentesco ou de pertença à elite social a partir de conexão familiar.

Desta forma, as classes que se consolidam no poder, fazem uso de estratégias de perpetuação e reprodução do poder como monopólio seu, tendendo assim à inércia ou à manutenção do status quo. Neste ponto, a inércia é garantida quando o poder é restrito à “determinadas famílias pelo critério de nascimento – formando-se, assim, uma classe política aristocrática – ou pela hereditariedade, isto é, pela transmissão do conhecimento, de bens e de relações pessoais aos filhos dos seus membros” (IDEM, 2018, p.35). Assim a partir desta perspectiva da inércia, ao se debruçar sobre castas hereditárias e sobre o poder da hereditariedade na política, Mosca (1984, p.120) perceberá que, de fato, as classes políticas apresentam uma tendência a se consolidarem hereditariamente.

Portanto, o local de nascença, a pertença a determinada família, representa uma determinada posição social e política, bem como representa também um acesso à riqueza. Mesmo em condições em que ocorra situações de suposto processo seletivo ou concursos teoricamente aberto a todos, a vantagem de posições já adquiridas tende a se sobrepor a partir do acesso prévio, da vantagem da longa preparação anterior, sendo que a “muitos outros faltam as relações e os parentescos pelos quais um indivíduo é posto imediatamente no bom caminho e se evitam as hesitações e os erros inevitáveis quando se entra num ambiente desconhecido, em que se não têm guias nem apoios” (MOSCA, 1984, p.120). Para Mosca, existem três formas ou processos de diferenciação que pressiona para a constituição de minorias privilegiadas e maioria subordinadas: riqueza, biografia ou local de nascimento, e mérito.

Considerando a abordagem do nepotismo e do familismo como elemento central de estratégias de reprodução social, percebe-se ecoar a abordagem a partir da categoria de local de nascimento ou biografia, uma vez que para Mosca, a relação de parentesco e o espaço de nascimento ou de origem tende a localizar o indivíduo

em um ambiente de valores, posturas e conhecimentos que concebem distinção ao indivíduo. Ou seja, “entre os bens e os malnascidos haveria uma distância significativa nas chances de incorporação às elites” (HOLANDA, 2011, p.15). Mosca vai destacar que a história civilizada é resumida a partir do embate e disputa pelo poder, com uma classe menos numerosa buscando a tendência de monopólio das forças políticas, e formas de “transmitir sua posse a seus filhos de forma hereditária; e para transmitir sua posse a seus filhos em forma hereditária; e a não menos forte tendência para a substituição e mudança dessas forças e a afirmação de novas forças” (MOSCA, 1984, p.126).

Em dinâmica contrária à intenção da classe dominante, há a dinâmica social que pressiona para a queda de um grupo e ascensão de outra nova classe, que buscará um novo período de estabilidade. O declínio vem a partir da incapacidade de exercer as mesmas qualidades que colocaram a classe no poder. As estratégias de conexões familiares, a partir do matrimônio, por exemplo, e do acoplamento de grupos de parentesco, cria uma forma de manter a rede de poder, mesmo com uma imagem de alteração do grupo, uma vez que as ramificações familiares podem ficar não evidentes a partir de uma gama maior de variedade de sobrenomes, que estabelecem relações de parentesco entre si.

Ainda sobre a temática, destaca-se que este poder da elite política, mesmo que familiar ou de riqueza, não se dá de forma clara, ou ainda de forma aberta, mas sim de forma implícita. Assim, como destaca Holanda (2011, p.16), as justificativas das elites para manter o privilégio não estão necessariamente ancoradas no discurso direto na origem deste poder, “isto é, elas não anunciam a riqueza, o nascimento ou o mérito pessoal como definidores da sua condição de elite: estes marcadores sociais operam de modo tácito e escapam ao discurso político”.

É neste sentido que Mosca (1984) propõe o conceito de fórmula política, relativa às estratégias de dissimulação ao sentido real da dominação das elites. Ou seja, o conceito fórmula política sintetiza os elementos que resultam ou que justificam a dominação ou poder de uma minoria sobre uma maioria. Esta forma dos atributos de legitimação pode se dar em três abordagens. A primeira é pelo divino, que indica um certo respaldo do sobrenatural como justificativa do poder, desta forma, com base teológica. A segunda abordagem segue pela racionalidade da soberania popular, como por exemplo a partir de uma eleição que é resultante de uma vontade do povo. Contudo, não é o povo o eleito, mas sim uma elite política que se constitui a partir de

um profissionalismo e de estratégias de manutenção deste poder. Uma terceira abordagem daria de forma mista entre as duas anteriores.

1.4 PARENTESCO, PODER E MÍDIA

A mídia desempenha um papel central na sociedade contemporânea como ferramentas de mediação e de construção da realidade (BERGER, 1985), a partir de meios como jornais, rádios, portais de notícias, redes sociais digitais e canais de televisão. Sua atuação central na sociedade da informação pode ser destacada tanto a partir da centralidade no debate e consolidação da opinião pública (LIPPMANN, 2008), quanto como instrumento importante para subsidiar a sociedade na revitalização da esfera pública e para a constituição de uma razão dialógica (HABERMAS, 2003). Da mesma forma que guarda um potencial propositivo junto à sociedade, os meios de comunicação também são frutos de preocupação no campo da comunicação e da sociologia pela sua capacidade de mobilizar e influenciar as massas -foco dos principais paradigmas formulados nas primeiras pesquisas sobre a comunicação no início do século XX (COHN, 2004) -, ou ainda pelo seu potencial de se consolidar como uma ferramenta de dominação discursiva sob o domínio de elites políticas (CHOMSKY & HERMAN, 2003). Com isso, considerando a mídia como uma arena de visibilidade social e ferramenta de poder ideológico, é possível perceber que a importância social da mídia também a faz ser foco de interesses econômicos e políticos, sendo interesse da elite social e política não apenas ter a visibilidade nos meios, mas também deter o mando ou a posse dos meios de comunicação.

A nossa percepção e esforço ao longo desta pesquisa, é não necessariamente centrar no potencial de visibilidade, mas no papel de poder que a posse dos meios tem, e a forma como este poder é central na consolidação e reprodução do poder familiar e dos ideais de sociedade defendidos por um grupo familiar a partir dos discursos operados pelo jornal. Para isso, é central debater a posse dos meios e a concentração midiática em grupos de poder e em redes de parentesco, ou seja, pela forma como se é instrumentalizada a mídia como um objeto de poder a partir do domínio empresarial, sobretudo pelo seu potencial de ser uma ferramenta de dominação ou de perpetuação do discurso de classes ou grupos dominantes na sociedade.

A concentração midiática, sobretudo a partir das relações de parentesco, não é exclusivo do Brasil. Conforme levantamento feito por Ramonet (2012), a mídia televisiva e radiofônica francesa do início do século estava sob domínio de cinco grupos, sendo que a imprensa escrita estava “concentrada nas mãos de um punhado de oligarcas” (RAMONET, 2012, p.46), reforçando ainda, citando o escritor Honoré de Balzac, do século XVII, sobre a imprensa, indicando que “o homem de negócios vê em um jornal um investimento de capitais cujos juros serão pagos em influência, prazeres e algumas vezes em dinheiro” (IDEM, 2012, p.46), ou seja destacando que esta concentração atende uma lógica de benefício econômico e de poder político.

No Brasil, a concentração alcança contornos distintos. A concentração ou monopólio da mídia, sobretudo por grupos políticos e/ou familiares, é a perspectiva que se coloca como dominante para a análise do uso dos meios de comunicação como ferramenta ideológica ou de defesa da classe dominante. Isso se consolida diante de uma falta de dispositivos legais que deem conta de coibir ou fiscalizar de forma contundente a monopolização ou concentração dos meios de comunicação no país, sobretudo os serviços de radiodifusão, que abrange tanto as concessões de rádio e de TV, com espectro público, e sob tutela da união. Um dos poucos instrumentos legais é a Constituição Federal, a partir do capítulo quinto, que busca “regular e pacificar os conflitos e interesses de grupos que integram uma sociedade. Para isso, estabelece regras que tratam desde os direitos fundamentais do cidadão, até a organização dos Poderes” (BRASIL, 1988), indicando o impedimento de monopólio ou oligopólio, de forma direta ou indireta. Já no caso específico da radiodifusão, o Decreto Lei 236 de fevereiro de 1967 (DECRETO, 1967), em seu artigo 12, determina que cada entidade terá limitação de atuação e abrangência no espaço nacional, ficando restrita à quantidade de concessões nas seguintes formas: para as estações de rádio locais, cada empresa ou entidade é limitada a quatro estações de ondas médias, ou seis FM.

Em abrangência regional, estes números são reduzidos para três estações em ondas médias ou três em ondas tropicais, limitadas a duas estações por estado. Em abrangência nacional, o limite cai ainda mais, ficando estipulada a duas estações em ondas médias ou duas em ondas curtas (DECRETO, 1967). Ou seja, há um indicativo de limite ou de restrição de concessão ou posse dos meios, sobretudo para evitar a concentração a partir de monopólio ou oligopólio. Contudo, na prática, o que se percebe são estratégias para burlar a legislação, como por exemplo, a partir da

propriedade cruzada dos meios, em que grupos empresariais e/ou familiares dividem as administrações das concessões entre nomes de parentes.

Esta concentração pode ser percebida tanto em âmbito nacional quanto em dimensões regionais ou locais. No meio nacional, vários são os mapeamentos que buscam identificar como grandes empresas sob dominação familiar detêm o domínio de empresas de mídia. Um destes levantamentos, já indicado aqui anteriormente, é realizado pelo Coletivo Intervozes, a partir de uma metodologia do Media Ownership Monitor³⁵, que destaca 50 veículos de comunicação de abrangência nacional sob domínio de quatro famílias.

Aires e Suzy (2017), pesquisadoras sobre a concentração da mídia e do seu uso político, vão destacar que a solidariedade parental é fundamental para observar as dinâmicas de funcionamento e de controle dos meios de comunicação no país, sobretudo de veículos de TV e Rádio, cujas concessões estão estreitamente conectadas com o poder político, o que veremos logo mais à frente ainda neste tópico. Realizando caminho próximo ao do Coletivo Intervozes e de Dantas (2002), elas vão identificar uma série de conexões familiares entre dirigentes de mídia e integrantes do cenário político institucional. Em uma listagem genérica, sem aprofundamento ou mapeamento amplo para identificar a totalidade dos casos, as autoras indicam algumas situações, como o caso da Família Marinho junto aos veículos da Rede Globo, ou de outras emissoras.

No SBT, a esposa e todas as filhas do Sílvio Santos trabalham na empresa; na Record, esposa, irmã, filhas, irmão, sobrinho, esposa do sobrinho, filho do sobrinho, e assim por diante. É importante também marcar que é usual, no mesmo núcleo familiar, pessoas com cargos importantes nos meios de comunicação terem, elas próprias, atividades políticas. Alguns exemplos dessas relações familiares: Patrícia Abravanel, casada com o deputado federal Fábio Farias; Rebeca Samuel Câmara e Jônatas Câmara, diretores da Rede Boas Novas, irmãos de Silas Câmara, deputado federal; ou podemos citar, ainda, Guel Arraes e Amora Mautner, diretores de dramaturgia da Rede Globo: ele, filho e tio de políticos importantes em Pernambuco; ela, casada com o filho do senador, ex-presidente da República e um

³⁵ <http://brazil.mom-gmr.org/br/midia>

dos donos da Rede Gazeta, afiliada da Globo em Alagoas, Fernando Collor de Mello (AYRES & SUZY, 2017, p.26).

Destacam ainda as autoras que a ótica do familismo e o raciocínio genealógico é fundamental para os estudos sobre a mídia e o coronelismo eletrônico³⁶ (termo que logo retomaremos ainda neste tópico), sobretudo para dar dimensão das conexões de poder e de ligações entre as redes de parentesco e as dinâmicas da

³⁶ O conceito de coronelismo, na perspectiva de Leal (2012), passa pela leitura de um sistema de domínio em que a relação ou poder privado dos coronéis se vincula ou se confunde com o poder público, a partir de um cenário de privilégios que afasta deste quadro de poder a população em geral. Reforça o pesquisador, que o coronelismo é uma espécie de compromisso, ou seja, uma “troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (2012, p.44). Há uma questão ou fato político ou cenário de organização política, mesclado com um contexto econômico e social inadequado, que é como Leal destaca como elementos que fomentaram tal sistema. Oras, aqui, podemos invocar Carvalho (1997) para nos ajudar a compreender o que [e este contexto econômico e político. Segundo o autor, a abordagem do conceito de coronelismo conforme preconizado pro Leal e datada na medida em que destaca o fato político do qual o coronelismo surge como o federalismo, relutante da forma como a república vai se estabelecendo em substituição ao poder imperial. Carvalho explica que o federalismo vai fomentar o fortalecimento de um ator político cujo poder no espaço local será notável, que é o governador de estado, com papel mais determinante em termos de decisões e impacto local que a figura similar no regime imperial, o antigo Presidente de Província, que à época não tinha “não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província à qual era, muitas vezes, alheio”(CARVALHO, 1997). Já a figura do Governador surge como chefe da política local, e juntamente com ele, fortalecem-se as oligarquias locais, sendo estas representadas, em sua maioria, pelos coronéis. É sobre isso que Leal destacará em sua obra quando reforça o coronelismo como uma “forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (LEAL, 2012, p.44). Já o contexto econômico era justamente o da perda de potencial financeiro das elites agrárias, o que resultava em um enfraquecimento político dos corneis, e o fortalecimento do Estado. Reafirma Carvalho (1997), que o coronelismo é fruto justamente desta “relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel”. O conceito de Coronelismo Eletrônico surge do olhar para um novo contexto, não necessariamente buscando atualizar a abordagem de Leal e Carvalho, mas olhando as interfaces de poder e entrelaçamento entre o público e o privado, com foco em observar isso pelos Meios de Comunicação de Massa, em especial, as emissoras de rádio e TV. Se o conceito de coronelismo está datado a um momento contextual econômico e político brasileiro sobretudo da Primeira República, entre 1889 e 1930 (CARVALHO, 1997), o coronelismo digital é um conceito que remete a um fenômeno urbano brasileiro pós 1950. Segundo Lima (2007), é ligada a poder que determinadas elites assumem a partir do controle de meios de comunicação de massa resultante de outorgas e concessões públicas, sobretudo em rádio e TV, cujos espectros são de controle da União. Assim, o coronelismo eletrônico é resultado da “resultado da adoção do modelo de curadoria (trusteeship model), isto é, da outorga pela União a empresas privadas da exploração dos serviços públicos de rádio e televisão e, sobretudo, das profundas alterações que ocorreram com a progressiva centralidade da mídia na política brasileira, a partir do regime militar (1964-1985)” (LIMA, 2007, p.3). Na mesma relação que a terra servia como espaço físico de abrangência do poder do coronel ou como instrumento da sua influência, Santos (2006) indicará a radiodifusão (incluídas aqui as concessões de TV e Rádio) como estrutura ainda mais eficiente de domínio e de reprodução do poder dos coronéis na atualidade, na medida em que “serve para difundir a imagem protetora do coronel, serve para controlar as informações que chegam ao eleitorado e serve, por fim, para atacar os inimigos. Estas funções da radiodifusão justificam, para o coronel, a busca do controle desses meios e o cuidado para deixar seus inimigos longe deles” (SANTOS, 2006).

política, na medida em que ambas as redes estão interconectadas (AYRES & SUZY, 2017, p.26). Isso se torna mais evidente quando buscamos aprofundar as pesquisas para além dos nomes conhecidos da política ou em evidência no cenário midiático, nos direcionando para as relações diretas de parentesco. A concentração e o poder da mídia, até para não recair nos impedimentos legais já apontados aqui, se dá de forma cruzada usando os agentes familiares. Assim, se ao buscar informações sobre os agentes públicos muitas informações serão fornecidas ou explicitadas, o que não é de desejo daqueles que querem manter o poder do coronelismo eletrônico, a mesma evidência não ocorre nos dados dos outros integrantes da família que não ocupam os mesmos cargos públicos. Segundo as pesquisadoras, o universo das mulheres donas de meios de comunicação não necessariamente se traduz e um quadro de mulheres que estão no comando ou condução das emissoras, pois são “esposas, filhas, noras, cunhadas, etc, que emprestam seus nomes aos verdadeiros donos. Muitas vezes, nem têm noção das suas próprias posses. Trata-se, na verdade, da face patriarcal da elite nacional” (AYRES & SUZY, 2017, p.32).

Oras, o cruzamento não se dá apenas por meio de empresas ou de relações de sociedade, ou seja, apenas a partir do associativismo. Mas se consolida, sobretudo em conexão com o meio político, a partir de estruturas mais complexas de parentesco, como apadrinhamentos, uso de matrimônios e de outras estratégias de laços sociais. A partir disso, as teias de relações que sustentam o sistema de mídia conseguem ficar mais evidentes a partir de uma genealogia familiar como mecanismo teórico e metodológico para compreensão a reprodução do poder neste meio.

De forma mais evidente, Caldas (1995) vai destacar esta lógica de abrangência do poder familiar na radiodifusão mapeando os domínios contabilizando rádios e concessão de TV de algumas famílias a partir da abrangência nacional. Apresentando estes dados a partir das posses mais numerosas, partimos da Família Marinho junto à Rede Globo com 17 concessões de televisão e 20 de rádio; seguido da família Sirotsky junto ao Grupo RBS, na região sul do país, com 14 emissoras de TV e 21 de rádio; ainda dentre os primeiros, pelo levantamento de Caldas (1995, p.124), está a família Saad junto ao grupo Bandeirantes, com 9 concessões de televisão e 21 de rádio; na sequência, entra a família Abravanel, com o SBT e Grupo Sílvio Santos, com 9 emissoras de Televisão; a família Bloch, do grupo Manchete, com 5 concessões de televisão e 6 de rádio; a família Daou, da TV do Amazonas, com 5 concessões de TV e 4 de rádio; a família Zahran, do grupo Zahran, conta com 4

canais de televisão e 2 de rádio; e finalizando a lista, Caldas ainda destaca a família Jereissati, do Grupo Verdes Mares, com uma emissora de televisão e 5 emissoras de rádio. Se considerarmos que a concentração ocorre de forma mais rizomática e em camadas, quando percebemos que no caso das Tvs existem as cabeça de rede, e as afiliadas, o poder de alguns grupos de tornam mais acentuados, com ramificações que alcançam de forma regional e local os estados e municípios. Assim, o poder da Globo e da Família Marinho é mais acentuada ainda na lista indicada acima, na medida em que cinco das dez famílias indicadas (Sirotsky, Câmara, Jereissati, Zahran e Daou) têm seus domínios sob concessões de TV afiliadas da Rede Globo, que “com as afiliadas, expande seu domínio e passa a operar com mais de 31 repetidoras para distribuir o sinal e programação da Globo em todo o país” (CALDAS, 1995, p.125).

Não se trata apenas de uma concentração identificada nos números de concessões a partir de um indivíduo na família, mas sim considerando dinâmicas de perpetuação e reprodução deste poder institucional da mídia no seio da família, capacitando novas gerações da família para assumir a gestão da concessão pública. Como declarado pelo ex-patriarca da Família Marinho, Roberto Marinho, em reportagem no portal de notícias do Grupo Globo, o Portal G1³⁷, ao reconhecer a origem do império familiar a partir de um jornal local, ampliando a empresa para abarcar rádio, revista, demais jornais e concessão de TV, para se tornar um dos maiores grupos de mídia do mundo. E isso, aprofundando a ideia de uma empresa construída a partir das relações de parentesco:

Nós, da terceira geração, já incorporamos a quarta, representada por meu sobrinho Paulo, e por meu filho Roberto, que seguiram no duro programa de preparação para ocupar de forma planejada posições executivas nas empresas. Além disso, meu neto mais velho, Rodrigo, membro da quinta geração, acaba de fazer seu primeiro estágio aqui. Somos e queremos continuar sendo uma empresa familiar, que olha para o longo prazo e – como diz um dos nossos valores – investe hoje para construir o futuro onde queremos viver³⁸.

Este monopólio familiar sob condução patriarcal é que nos remete ao conceito de coronelismo eletrônico, reformatado a partir do conceito de coronelismo, termo

³⁷<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/jornal-nacional-inaugura-estudio-no-centro-de-nova-redacao-integrada-da-globo.ghtml>

³⁸<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/jornal-nacional-inaugura-estudio-no-centro-de-nova-redacao-integrada-da-globo.ghtml>

recorrente para indicar estratégias de patrimonialismo e de poder do meio público a partir de lógicas de controle de membros de uma elite econômica e política. Atualizado e transposto para o século XXI a partir da ótica da concentração dos meios de comunicação, o termo busca identificar um sistema organizacional da estrutura de radiodifusão e de meios de comunicação (como meio online e mídia impressa), estabelecido a partir de intercruzamento do poder nacional e poder local “configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação” (AYRES & SUZY, 2017, p.39). O eletrônico, apontado no termo, portanto, refere-se à centralidade dos veículos de comunicação, sobretudo os meios de radiodifusão.

Esta mesma relação de coronelismo eletrônico e vínculo familiar é percebido em dimensão local, como uma rede de dominação e de controle dos meios de comunicação. De forma localizada, percebemos isso a partir da concentração cruzada nas concessões de rádio na região sudoeste do Paraná, a partir dos integrantes da família Seleski (RIBEIRO, 2022).

O grupo familiar integra a sociedade e posse de seis rádios AM e FM de várias cidades da região de Francisco Beltrão, sob liderança do patriarca da família, Agustinho Seleski, abrangendo irmãos, irmãs e filhos no quadro societário das empresas. A dinâmica do sudoeste paranaense representado pelas rádios destacadas no trabalho segue a mesma lógica de concentração midiática do cenário nacional. Como destaca Zapani (2021), em tese sobre coronelismo midiático no Paraná, o mercado das rádios e Tvs, decorrentes da concessão pública, replica o contexto nacional, permitindo assim um quadro de “oligopolização, concentração de poder em um nível entre moderada e alto e limitações polifônicas, o que pode ser validado pioneiramente por meio de mensurações utilizando técnicas da microeconomia” (ZAPANI, 2021, p.309).

Os dados da pesquisa de Ribeiro (2022) dialogam com os resultados das pesquisas desenvolvidas por Zapani (2016; 2021; 2017; 2015), que apontam que metade das famílias estaduais que concentram as rádios e concessões ultrapassam os limites legais de posse de outorgas estabelecidos por lei, em boa medida, usando a lógica de propriedade cruzadas como forma de subterfúgio dos dispositivos legais, bem como há uma replicação das estratégias e cenários nacionais no quadro local. Como aponta Oliveira (2007), esta riqueza e poder são resultados da “conciliação de interesses dominantes em termos de um processo político de longa duração, processo

esse definido basicamente pela conciliação entre os poderosos”. Assim, esta concentração pode ser resultante de um poder político e econômico familiar que garante a sua performance no oligopólio da mídia, da mesma forma como o poder político e a manifestação pública de poder a partir do capital social pode ser resultante da concentração da mídia pelo clã familiar.

Como indica Zapani (2016, p.257), em pesquisa realizada sobre concentração midiática junto ao NEP, a propriedade cruzada é uma forma central de consolidação dos monopólios e oligopólios, sendo que ela resulta não apenas na posse dos meios, mas também “restringe a diversidade e a pluralidade de vozes, nivela práticas jornalísticas, causa um soterramento monofônico da notícia e restringe a liberdade democrática”. Ou seja, a concentração midiática atende não apenas as relações de poder político e econômico, mas também do controle da informação, considerando que a instrumentalização dos meios pela elite econômica ou política considera o patrimonialismo da informação, e da construção do discurso e da realidade. Assim, o clientelismo e o coronelismo eletrônico se apropriam de dinâmicas profissionais do jornalismo, desempenhando também o controle do conteúdo da informação midiática.

A mensuração do nível de concentração da mídia, segundo Denis McQuail (2003) é medido a partir do “grau em que as maiores empresas controlam produção, emprego, distribuição e público. Embora não haja limite além do qual se possa dizer que o grau é indesejável” (2003, p.218). A preocupação maior com tal concentração, contudo, não está apenas na centralidade financeiros, mas nos reflexos desta concentração e desse domínio de mercado para a o direito ao acesso à informação, pois o monopólio dos meios de comunicação é um risco à democracia social, representando “redução das fontes de informação, e um perigoso monopólio de opiniões dominantes, reduzindo a possibilidade de que opiniões diferentes sejam apresentadas e divulgadas” (BORGES, 2009 p.98). Ou seja, a pluralidade do conteúdo, e conseqüentemente, a leitura e interpretação, são achatados com a concentração midiática, pois assim “reduzem-se mais ainda as possibilidades de variedade de opiniões” (MARCONDES FILHO, 1986 p.72).

A pluralidade de vozes e representação democrática da sociedade não são os únicos pontos afetados com a concentração da mídia. Pode-se adicionar no debate o mercado publicitário, de classificados e de editais no bojo da discussão, uma vez que, em um mercado restrito, com pouca ou nenhuma concorrência, a empresa dominante fica livre para escolher seus anunciantes e determinar as linhas de preços,

pois, com a mídia sob monopólio, “as grandes empresas têm condições de determinar preços de anúncios e de assinaturas bem como o nível de salários, pagamentos e a velocidade da mecanização e da automação” (MARCONDES FILHO, 1986 p.71). A falta do avanço legal, a escassez de novos dispositivos de controle do monopólio, e sobretudo a fragilidade na fiscalização das leis de mídia denotam os reflexos do poder dos grupos que controlam os principais meios de comunicação na sociedade.

1.5 A GAZETA DO POVO E A IMPRENSA NO PARANÁ

Seguindo a mesma dinâmica de concentração dos meios de comunicação que indicado no cenário nacional, o Paraná também apresenta seus conglomerados de mídia sob batuta de laços familiares. Um dos grupos de maior atuação é o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM), denominada pelo site de um dos braços, a Rede Paranaense de Comunicação (RPC) como “sociedades empresariais dedicadas à comunicação e compartilham entre dados de infraestrutura visando inovação”³⁹. O grupo é administrado pelas famílias Cunha Pereira e Lemanski, e abrange nada menos que o portal Gazeta do Povo, o portal Tribuna e jornal impresso, as emissoras de rádio 98FM e a Mundo Livre FM com abrangência em Curitiba e Maringá, a unidade móvel de alta definição HDView⁴⁰ e pela RPC e oito emissoras afiliadas à Rede Globo, sendo elas: Radio Emissora Paranaense; Radio Emissora Paranaense; Televisão Cultura De Maringá Ltda; Tv Cataratas Ltda; Rádio e Televisão Imagem Ltda; Tv Esplanada Do Paraná Ltda; Tv Oeste Do Paraná Ltda; e Tv Oeste Do Paraná Ltda⁴¹.

O foco do presente trabalho é observar as relações de parentesco e o discurso operado a partir do jornal Gazeta do Povo, que foi o primeiro empreendimento que desembocaria no GRPCOM. Ou seja, o império da comunicação paranaense surgiu com uma edição de seis páginas, com quase metade delas veiculando conteúdo publicitário, em um estado com cerca de 80 mil habitantes⁴². Em 3 de fevereiro de 1919 iniciava a circular na capital paranaense a primeira edição do jornal Gazeta do

³⁹ <https://www.negociosrpc.com.br/politica-de-privacidade-rpc/>

⁴⁰ <https://www.grpcom.com.br/>

⁴¹ <https://www.negociosrpc.com.br/politica-de-privacidade-rpc/>

⁴² <https://www.gazetadopovo.com.br/especiais/90-anos/independencia/primeira-edicao-beal0f9mkg967etxugqkrq15a/>

Povo, periódico com sede na Rua Dr. Muricy, entre a Rua XV e a Praça Zacarias, à época recém-fundado pelos advogados Benjamin Lins⁴³ e De Plácido e Silva⁴⁴. As primeiras quatro décadas de existência do jornal são marcadas basicamente pela mudança de sede por duas vezes até se estabelecer na Praça Carlos Gomes, em que ficaria até 2017, quando deixaria o centro da capital paranaense para seguir para o

⁴³ Natural de João Pessoa, no Estado da Paraíba, em 29 de janeiro de 1876, Benjamin Baptista Lins d'Albuquerque era filho Anna Carolina Lins D'Albuquerque e do Capitão João Links D'Albuquerque, militar que chegou a ocupar a chefia da Tesouraria da Fazenda da Paraíba (O CEARENSE, 1856). Seu pai faleceu quando ainda era jovem, e com isso, teve se trabalhar para se sustentar desde cedo e para manter os estudos (CROCETTI, 2011, p.86). Para se manter, dava aulas de português e matemática no colégio Porto Carrero, em Recife, enquanto estudava ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife, vindo a se formar em 1904. Veio para o Paraná em 1907, em companhia de um colega de curso, Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, que viria a ser promotor público da capital paranaense, juiz de direito de Guarapuava, deputado estadual em diversas legislaturas (NICOLAS, 1984). Chegando ao Paraná, abriu um escritório de advocacia na Rua Dr. Muricy. Dividiria o escritório com Lindolpho, e depois com Oscar Joseph De Plácido e Silva. Neste mesmo local, seria também uma das sedes do jornal a ser lançado em 1919, a Gazeta do Povo. Segundo Granato (2018), Benjamin Baptista Lins d'Albuquerque foi “Grão Mestre do Grande Oriente e do Supremo Conselho do Paraná, entre os anos de 1914 a 1918”. Em 1919 funda Gazeta do Povo com De Plácido (para evitar duplicidade de dados, não nos aprofundaremos sobre este ponto aqui), e poucos anos depois, com David Carneiro, funda o jornal O Dia. Ambos os veículos se tornariam críticos ao situacionismo. Torna-se um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), local em que será professor entre 1913 e 1943, quando se aposenta do quadro docente. Na UFPR, assume cadeiras na escola de direito sobre “Enciclopédia Jurídica”, “Filosofia do Direito” e “Introdução à Ciência do Direito” (COSTA, 2003). Com atuação política, é um dos fundadores do Partido Democrático Paranaense, e assume a diretoria do partido em 1927. É nomeado Diretor de Instrução, cargo equivalente ao de Secretário de Estado, assim que o Senador Mário Tourinho assume a interventoria do Estado, logo após a revolução de 1930, e entre 1930 e 1934 chegaria a ocupar o cargo de Procurador Regional da República (NICOLAS, 1984, p.20-22).

⁴⁴ Natural de Alagoas, Oscar Joseph de Plácido e Silva nasceu em 18 de junho de 1892 em Marechal Deodoro, então conhecida como Vila Madalena do Sumaúma. É filho de Francisco Manoel da Silva e Senhorinha de Plácido e Silva. A mãe morre ao durante o parto de um dos seus irmãos. Quem o ajuda a criar é a irmã Anna Plácido e Silva. Em 1912, com 20 anos, vem para Curitiba a convite do irmão, João Alfredo Silva, que já morava na capital paranaense. (João Alfredo Silva é também natural de Marechal Deodoro, nascido em 6 de maio de 1888. Casou-se com Isaura Cordeiro de Cabral e teve quatro filhos. Foi secretário da Rádio Clube Paranaense, fundada com o irmão na década de 1920. Graduou-se em medicina pela UFPR em 1928, ajudando futuramente a construir o Hospital e Maternidade Victor Ferreira do Amaral. Foi presidente do Clube Atlético Paranaense entre 1947 e 1948 quando tinha 60 anos (FURACÃO, 2023). Seu neto, Antônio Carlos Biscaia, foi procurador do Estado do Rio de Janeiro durante prisão do bicheiro Castor de Andrade, e foi deputado federal durante três mandatos, de 1999 a 2000, de 2003 a 2007 e de 2008 a 2010 (GONÇALVES, 2012).) De Plácido e Silva, como ficou conhecido ao longo da vida, casou-se com Salmon Carlberg em 1916, e teve cinco filhos: Osil de Plácido e Silva (2018-2018), Jusil de Plácido e Silva (1918-2011), Juril de Plácido e Silva (2021-2012), Jusita Lourdes de Plácido e Silva (1922-2014) e Jucy de Plácido e Silva (1924). (Uma de suas filhas, Juril de Plácido e Silva, acompanhando o pai desde criança nas redações, viria a ser uma das primeiras mulheres jornalistas na Gazeta do povo. Foi casada com o juiz auditor da Justiça Militar, Arnaldo Westermam Carnasciali, e era tia do ex-presidente da Alep e atual deputado com diversos mandatos, Nelson Justus (G1, 2012)). Em Curitiba, De Plácido e Silva foi o primeiro aluno do curso de Direito e o primeiro funcionário da Universidade Federal do Paraná. (GOVERNO DE ALAGOAS, 2017). Foi fundador da Escola Técnica de Comércio, que desembocaria futuramente na criação da Faculdade de Ciências Econômicas De Plácido e Silva, e depois a Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná (Fesp).

bairro Tarumã. Destaca o jornal, em seu primeiro editorial, que se consolidaria como um veículo imparcial, e que atenderia ao interesse público. Destaca ainda:

Este jornal, como já o declarou seu director em boletim profusamente distribuído, é um jornal imparcial. [...]Não temos, pois, que attender a melindres pessoas; não temos que attender a interesses particulares; o facto, uma vez que interesse à collectividade é um dado positivo de sua vida; deve ser conhecido, divulgado, analisado, commentado, para que delle se possa retirar as utilidades que for capaz de produzir. Certo, muitas vezes, actos prejudiciaes são commettidos com as melhores intenções. Mas a boa intenção não é motivo sufficiente para se calar deante de um mal⁴⁵.

Apesar da defesa do seu primeiro editorial, de que o jornal se balizaria por uma isenção, independência e imparcialidade, a primeira edição do jornal enfatiza a defesa da candidatura de Ruy Barbosa para a presidência. Aponta o jornal, escancarando o apoio à Ruy Barbosa, que "ninguém o iguala em merecimentos; ninguém é tão querido pelo povo, ninguém é tão venerado pelas multidões". Como reforça Oliveira Filha (2004, p.88), a epígrafe de Diário Independente "colocada logo abaixo do título do jornal parece desmentida já na edição de lançamento.

Ademais, é fundamental aqui destacar que no início do século XX, não era raro perceber a instrumentalização de alguns jornais a partir das elites políticas, e de grupos partidários. A cultura moderna do jornalismo isento, que se pauta no contraditório e que busca, no mínimo, os dois pontos de vista, não era praxe na época, que se balizava, em grande medida, pelos jornais editorializados, em que a opinião dos seus donos se entrelaçava com as coberturas dos temas, em um amálgama que enquadrava a realidade a partir de um olhar enviesado. O jornal Gazeta do Povo não seria exceção ao longo das suas primeiras décadas (e futuramente, ao menos nos editoriais de Francisco Cunha Pereira Filho e posteriormente de Guilherme Döring Cunha Pereira). Assim, como aponta Fernandes (2010, p.54) "as matérias eram editorializadas, traziam – diferentemente do que se faz no presente – uma visão de mundo bem evidenciada. Isso pode ser constatado ao mirar qualquer notícia daqueles anos". Como destacado aqui em nota de rodapé, um dos seus fundadores, Benjamin Baptista Lins d'Albuquerque, também tinha uma forte atuação político-partidária, vindo futuramente a ser um dos fundadores do Partido Democrático Paranaense, assumindo

⁴⁵ <https://twitter.com/gazetadopovo/status/1092027670991237121/photo/1>

cargo diretivo no partido, e depois cargo público no governo do interventor do Paraná em 1930, General Mário Tourinho.

Oras, se não surge necessariamente apolítica como anunciava no seu primeiro editorial, tampouco seria independente, como destaca Oliveira Filha (2004, p.89), ao apontar que em edição futura do jornal, publicada em 1949, Plácido e Silva destacaria uma homenagem aos apoiadores financeiros que ajudaram a lançar o jornal. Na lista de compradores das cotas, estariam nomes de ricas famílias locais. "No primeiro número, os interesses desses setores também aparecem contemplado com um vasto editorial que critica os altos impostos cobrados da indústria e comércio"(OLIVEIRA FILHA, 2004, p.89).

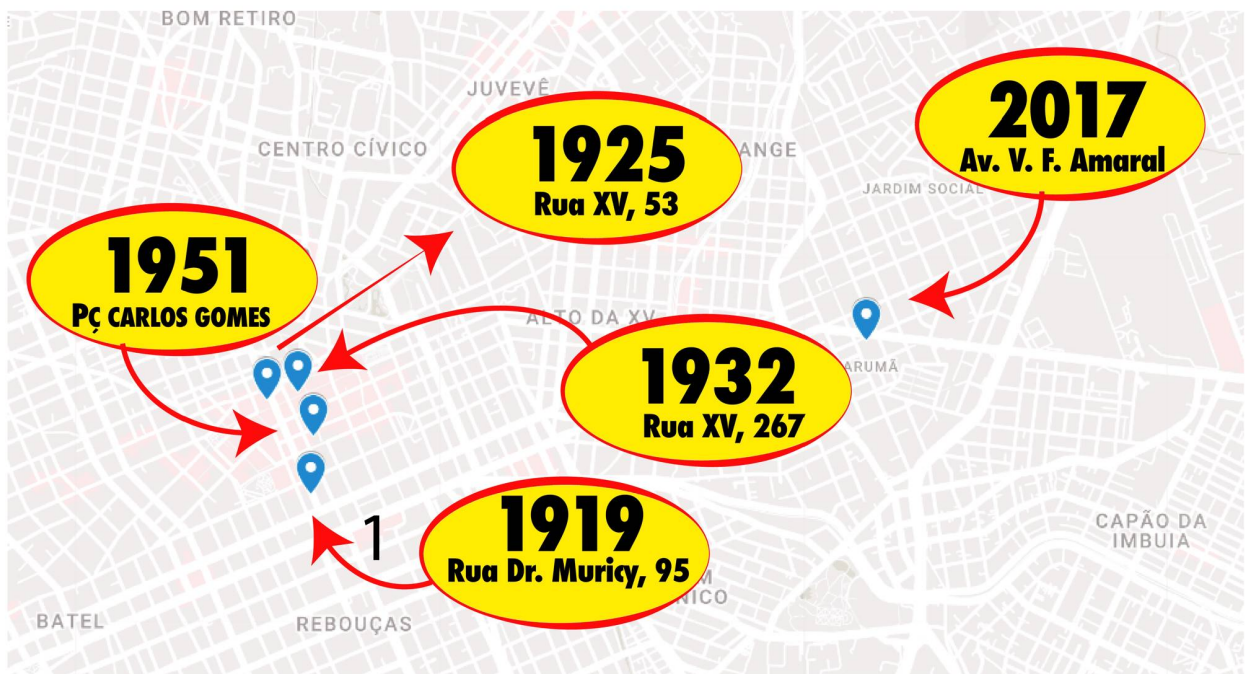
O jornal Gazeta do Povo não era o único em circulação no estado à época. Segundo Oliveira Filha (2004, p.88), também eram publicados na capital paranaense os jornais A Tribuna e Diário da Tarde, além de uma série de publicações da imprensa operária, muito volumosa e ativa no início do século XIX. Ainda antes da influência dos partidos comunistas, cuja força foi se acentuando sobretudo após a Revolução Russa, em 1917, a imprensa operária operava ativamente sob ótica anarquista, resultante da vinda de imigrantes europeus, sobretudo de origem italiana (FERREIRA, 1988). O cenário local em que surge o jornal Gazeta do Povo, era de uma época de movimentação operária, inclusive à sombra da greve geral de 1917⁴⁶ do país, com fortes influências locais, que resultaria em outras paralisações, algumas realizadas meses antes do surgimento do jornal. Benjamin Lins e De Plácido e Silva estariam juntos na liderança do jornal até 1927, quando Lins deixaria o jornal. Segundo Fernandes (2010), um dos motivos foi a morte prematura da sua segunda filha, que viria a falecer com 13 anos de idade e após isso se dedicaria à carreira jurídica. Contudo, conforme vimos em outras pesquisas, é bem neste intervalo que se insere de forma mais acentuada na política partidária junto ao Partido Democrático Paranaense.

Vinculado ao núcleo tradicional político do Estado, no centro de Curitiba, o jornal nasce no escritório de Benjamin Lins e De Plácido e Silva, na Dr. Muricy, 95. Na década de 1920, passaria para a Rua XV, 53, e em 1932, mudaria novamente ainda na rua mais movimentada da capital paranaense, mas para o número 267. Em janeiro

⁴⁶ <http://www.pt-pr.org.br/Artigo/28677/memoria-%E2%80%93-em-1917-curitiba-foi-sacudida-por-uma-greve-geral-de-trabalhadores>

de 1951 encontraria o jornal a casa em que ficaria durante quase sete décadas, na Praça Carlos Gomes. É nesta mesma praça que o jornal atrairia a atenção dos transeuntes colando as páginas diárias do jornal em um mural para que os cidadãos que circulavam pelo centro pudessem ler as notícias em frente à sede da empresa. Em 2017, o jornal deixa a área central de Curitiba e passa para o bairro Tarumã, longe do espaço em que esteve presente por muito tempo. Curiosamente, é neste mesmo contexto da segunda década do século XXI que passa a deixar de cobrir os assuntos regionais com tão afinco e passa a se almejar nacionalmente, buscando disputar um público nacional no meio digital.

FIGURA 6 – MAPA DA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA COM OS ENDEREÇOS DA GAZETA DO POVO



Fonte: autor (2023)

Em 1962, o presidente do país era João Goulart, o Brasil tinha 76 milhões de habitantes, dos quais 4,6 milhões no Paraná, o país tinha conquistado o segundo título da Copa, e o Jornal Gazeta do Povo, passou para as mãos do advogado e jornalista Francisco Cunha Pereira, e do advogado Edmundo Lemanski. A venda do jornal para os novos donos, contudo, não foi despida de acontecimentos prévios ou realizado de forma gratuita. Oliveira Filha (2004, p.93) destaca que na década de 1960 o jornal

vinha sofrendo crises econômicas e dificuldades para se manter, sem conseguir saldar os salários dos funcionários, e com espaço prejudicado de publicidade nas edições. Após a compra, destaca a pesquisadora com base em entrevistas de Francisco da Cunha Pereira Filho à imprensa em 1991, que foram dez anos para que os novos donos alcançassem a estabilidade financeiro. Francisco da Cunha Pereira e Edmundo Lemanski, teriam sido procurados pelos antigos donos, Plácido e Silva, ainda no começo da década de 1960, para que eles assumissem o jornal, e o mantivesse sob tutela de pessoas conhecidas no estado, uma vez que era praticamente o último jornal ativo em circulação na época.

Já Fernandes (2010), em publicação oficial da Gazeta do Povo em alusão aos cem anos do jornal, publicaria que foi o contrário, ou seja, tanto Lemanski quanto Francisco Cunha Pereira teriam procurado De Plácido para comprar o jornal. Fernandes conta que Lemanski sugeriu para Francisco Cunha Pereira, então contemporâneo do curso de Direito da UFPR, que comprassem o jornal do De Plácido. “Segundo Lemanski, nem a Gazeta estava à venda, nem Cunha Pereira panejava ser empresário do ramo de comunicação. Àquela altura, ele era um festejado advogado das áreas criminalística e Direito Comercial, cuja ligação com a imprensa se limitava a mandar artigos assinados para os jornais a cada vez que subia no Tribunal do Juri, sua primeira grande paixão” (FERNANDES, 2010, p.91).

Logo ao assumir o jornal, a dupla Cunha Pereira e Lemanski publicariam um editorial reafirmando que o jornal nascera independente e apartidário e permaneceria assim. O texto marcava o início da atuação de Francisco Cunha Pereira Filho à frente dos editoriais do jornal. O novo editorial, seguiria, na prática, como o primeiro, contraditório entre o discurso e a prática, como aponta Fernandes (2010, p.90), ao destacar que além do editorial “que Cunha Pereira manteria sob suas barbas décadas a fio -, implantou logo ao chegar um objeto estranho não só pra a Gazeta, mas para a maioria dos jornais brasileiros: a boa notícia”. A notícia boa, oras, seria para contrapor às notícias ditas ruins, que desagradariam as elites ou ainda o governo. A partir da década de 1970, Fernandes (2010) contabiliza ao menos 30 campanhas empreendidas pelo “Publisher” do jornal, que se apropriava do editorial como plataforma de manifestação dos seus ideais. Na ineficácia dos editoriais, sacrificava-se a suposta isenção da cobertura jornalística em prol das bandeiras do empresário. “Se o editorial por bem não mudava mentalidades e conseguia trazer políticas, digamos, vaticanas, que os repórteres fossem convocados o front” (FERNANDES, 2010, p.165). No jornal

Gazeta do Povo, estas campanhas ganham espaço nos editoriais publicados na página três do jornal desde a sua aquisição na década de 1960 até a década de 1990, quando passa a ser publicado nas últimas páginas do primeiro caderno do impresso, e depois volta a ocupar as páginas iniciais em 2008, quando assume a página 2 da edição impressa. O poder de tais campanhas que surgiam dos editoriais é tamanha que Fernandes (2010), aponta que fica

difícil ignorar que a consolidação da imagem do estado rico e da cidade-modelo passaram pelas entranhas da redação da Praça Carlos Gomes tanto quanto pelas pranchetas do IPPUC. Estudos avançados em jornalismo confirmam, numericamente, inclusive, que onde a imprensa [e fraca na defesa da sociedade grassa a corrupção, a ignorância e a pobreza, feito piolhos e carrapatos. Jornal impresso [e informação estratificada. E a Gazeta do Povo, a partir da década de 1960, colocou questões como energia, transporte, agricultura e desenvolvimento humano no topo da pirâmide, fazendo entende que todo o resto dependi da resolução desses impasses (FERNANDES, 2010, p.176)

Com o equilíbrio econômico do jornal, foram realizados investimentos e uma série de modernizações, sobretudo no parque gráfico. Em 1963 compra uma nova impressora com capacidade de confecção de quase 13 mil jornais de seis folhas por hora. Em 1969 outra impressora daria mais capacidade de volume de impressão com a possibilidade de produzir 50 mil exemplares com 32 páginas por dia. Em 1979 vem outra inclusão de equipamento com a compra de três impressoras e uma dobradeira, o que pressionou para a consequente ampliação do número de páginas por edição de 32 para 56 páginas. Em 1992 a empresa compraria mais uma impressora, dando a capacidade da editora Gazeta do Povo imprimir 200 mil exemplares por dia.

Em 1998, uma das últimas revoluções tecnológicas e gráficas viria já com a influência dos novos diretores, os filhos de Francisco da Cunha Pereira Filho, o Guilherme Cunha Pereira (que viria a ser o presidente e Manda-Chuva do jornal) e a irmã Ana Amélia Filizola. Conforme perfil dos irmãos publicados no portal do jornal em uma série comemorativa aos cem anos da Gazeta do Povo, em 1998 os filhos “convenceram o pai e trouxeram especialistas da Universidade de Navarra, da Espanha, uma das mais celebradas de todo o mundo pelos estudos de vanguarda em jornalismo, e promoveram mudanças em todo o perfil do jornal”.

Além dos investimentos no parque gráfico, o jornal também investiu no meio online, o que daria contornos para o futuro do jornal. Em 1996 começa a produzir os

primeiros conteúdos online, em 1999 entra na diretoria do jornal a segunda terceira geração de publishers, os irmãos Guilherme Doring da Cunha Pereira e Ana Amelia Cunha Pereira Filizola, filhos de Francisco Cunha Pereira⁴⁷. Em 2000 começa a produzir conteúdos exclusivos para a internet, com uma redação dividida entre o impresso e a produção do portal. De acordo com Severo e Fausto Neto (2009), o jornal foi o segundo a recorrer à internet com o objetivo de transpor conteúdos para o meio digital, na sequência do Jornal do Brasil, que foi o primeiro a abrir espaço e seguir para a internet como jornal digital. Em 2006 unificaria as duas redações do online e do impresso. E, 2017 deixaria de imprimir diariamente o jornal, mantendo uma revista semanal (descontinuada em setembro de 2020) aos finais de semana e o conteúdo integralmente ancorado na internet⁴⁸.

Com grande capilaridade no estado, o jornal chegou ao patamar de 140 mil exemplares aos domingos e 80 mil jornais impressos no meio de semana (OLIVEIRA FILHA, 2004, p.98). Como reflexo do encolhimento do mercado editoria brasileiro, estes números viriam a reduzir com o tempo. Em 2010⁴⁹, dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), um dos principais para contagem de jornais e mídia impressa, dava conta dos seguintes dados sobre as tiragens diárias dos principais jornais do Paraná: o jornal com maior circulação era a Gazeta do Povo (24º no ranking nacional), com cerca de 45 mil exemplares; seguido do jornal Folha de Londrina, com 36 mil exemplares; em terceiro lugar o jornal Tribuna do Paraná, com 14 mil exemplares; seguido de Diário do Norte do Paraná, com cerca de 13 mil exemplares; e como quinto lugar o Estado do Paraná, com 10 mil exemplares.

Em 2017, ano em que deixaria de imprimir a versão diária, o jornal dava conta de publicar 45 mil exemplares nas tiragens de domingo, e 25 mil exemplares em dias de semana⁵⁰. Do ponto de vista de força de trabalho, o jornal também foi minguando a redação e o parque gráfico ao longo do tempo, passando de 1,2 mil funcionários em 2001, para menos de 900 trabalhadores em 2004. Em 2003 a redação contava com

⁴⁷ <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/ana-amelia-guilherme-cunha-pereira-perfil>

⁴⁸ https://multimedia.gazetadopovo.com.br/media/redacao/2019/02/1549053275_linha-do-tempo-gazeta-100-

anos.png?_gl=1*azook3*_ga*MTEyNzM0NDgyMi4xNjU0NjQwNTYz*_ga_B7X3QY6Y1N*MTY2MzAyNzY1NC4yOS4xLjE2NjMwMjc2OTguMC4wLjA

⁴⁹ <https://www.bocamaldita.com/a-verdade-sobre-a-circulacao-de-jornais-do-pr/>

⁵⁰ <https://renatocruz.com/2017/05/26/gazeta-do-povo-papel-digital/>

165 jornalistas, e um ano depois já contava com 150 profissionais. (OLIVEIRA FILHA, 2004, p.98)

Este posicionamento de suposta isenção predominaria a linha editorial do jornal ao longo de décadas, mesmo com o veículo sobre nova direção em meados do século passado. Isso, contudo, não necessariamente se consolidava na prática, ou seja, para além das defesas editoriais, como na primeira edição do periódico. O início da ditadura e as ações dos militares não foi noticiado de forma contundente ou com alarde pelo jornal, como se a tomada do poder pelos militares fosse uma retomada da normalidade após tentativa de alteração da ordem pública pelos subversivos, conforme destaca Tavares (2020), ao resgatar uma entrevista de Edmundo Lemanski sobre a postura do jornal Gazeta do Povo na ditadura, como órgão que não sentiria a brutalidade da censura da mesma forma como dezenas de outros jornais. De acordo com Lemanski, como o jornal era imparcial, não tiveram problemas com a ditadura, e os censores apenas indicavam observações, e não atos de censura. “As declarações dos ex-dirigentes da Gazeta evidenciam a posição do jornal no que se refere à ditadura militar, o que coloca em dúvida, mais uma vez, a independência do veículo” (TAVARES, 2020, p.123). Com forte atuação local, o jornal se consolidou ao longo do tempo como veículo mais influente, sobretudo após a redemocratização do país.

A título de indicação sobre como o capital político midiático da família Cunha Ferreira foi se acentuando a partir das décadas da Ditadura Militar, faz-se mister destacar que também na década de 1960 passa a integrar o rol de bens do clã o Canal 12 TV Paranaense, hoje um dos principais ativos econômicos e políticos da família. Primeira emissora de TV no Paraná, e TV Paranaense foi fundada em 1960 pelo empresário Nagibe Chede Abrahão, uma década depois de Assis Chateaubriand ter criado a primeira emissora do país, a TV Tupi de São Paulo⁵¹.

⁵¹ Fundamental destacar que esta relação de proximidade do campo midiático jornalístico com o campo político na Ditadura Militar não é exclusiva do Paraná, sendo escancarado em todo o país, com compartilhamento de benesses e interesses entre militares e civis no poder e donos de mídia (quando não são os mesmos atores a reunir todas estas características: militar, político e dono de mídia). Esta relação se dá em duas diretrizes, não necessariamente excludentes. Uma delas é o interesse financeiro ou de “investimento”, como é o evidente caso da família Marinho, que investe esforço nos governos militares e recebe o seu retorno, é o caso de alinhamento de interesses para assegurar benefícios particulares, sendo fiel a um governo que “livrou a empresa das retaliações propostas pela CPI Time-Life, facilitou a transferência da concessão da TV Paulista em São Paulo e Bauru para Roberto Marinho e implantou a infraestrutura necessária à irradiação do sinal da Rede Globo a todo o Brasil” (LARANJEIRA, 2014). Além disso, é importante destacar que o governo militar detinha percentual significativo do mercado publicitário, principal recursos de manutenção do modelo de negócio do jornalismo ao longo do século XX. E o que não estava nas mãos do governo, estava nas

A emissora paranaense surge já vinculada à Record de São Paulo, e foi criada sob concessão do governo de Juscelino Kubitschek. No mesmo ano, dois meses depois, Assis Chateaubriand cria a TV Paraná, vinculada à Tupi de São Paulo. A partir daí, várias outras emissoras são inauguradas ao longo dos anos. Em 1965 a TV Paranaense filia-se à TV Excelsior. Em 1968 filia-se à Rede Globo. Um ano depois, ao passar por dificuldades financeiras e alegando problemas de programação da TV, como carência de programas, vende a TV Paranaense para os donos da Gazeta do Povo, Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, em sociedade com o advogado Adolfo de Oliveira Franco.

Ao longo deste período, o ex-governador e integrante da antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação política à Ditadura Militar, Paulo Pimentel recebeu concessão de duas emissoras de TV. A TV Iguazu, que viria a ser a representante do SBT no Paraná, foi criada em 1967, vinculada à Record, com concessão do Governo Castelo Branco, e a segunda emissora foi a TV Tibagi, também vinculada à Record, com concessão em 1969 no governo Costa e Silva.

O papel como braço da Arena no Paraná, e a forte atuação política confere a Pimentel um avanço vertiginoso do número de emissoras e jornais. Ao longo dos primeiros anos da Ditadura Militar, recebeu as concessões das TVs Iguazu, Tibagi e Naipi. Também comprou a concessão da rádio Guairacá, que viria a ser renomeada para Rádio Iguazu. No começo da década de 1960, compra os jornais Tribuna do Paraná e O Estado do Paraná, em Curitiba, e Panorama, em Londrina. Os veículos viriam a ser ferramentas de campanha de Pimentel ao governo paranaense (ULBRICH, 2018). Este capital político pressiona no cenário nacional midiático para retirar da TV Paranaense a filiação à Rede Globo. Conforme destaca COSTA, 2012, p.126). Em 1972 Pimentel rompe com a Record e ingressa na Globo com as TV Iguazu e TV Tibagi. Com isso, a TV Paranaense volta à TV Record.

A atuação política, contudo, é o que daria início à queda do ex-governador Pimentel. Foi em uma queda de braço com o governador biônico Jaime Canet Júnior

empresas multinacionais ajustados econômica e politicamente com as políticas do Regime Militar (LARANJEIRA, 2014). Um segundo aspecto é o alinhamento ideológico da classe dominante, considerando os donos de mídia inseridos dentro de uma elite financeira e econômica que encontrava no Regime Militar uma forma de reprodução do seu poder. Destaca-se ainda, de forma complementar, não apenas as ações evidentes ou escancaradas da imprensa em favor ao regime, mas as políticas de silenciamento, prejudicial à democracia na mesma medida (LARANJEIRA, 2015). Para maior aprofundamento, ler A mídia e o Regime Militar (2014) e Silêncio Permissivos: os cadernos especiais da Folha de S.Paulo e Jornal do Brasil (2015), de Álvaro Nunes Larangeira.

em uma disputa interna do Arena que faria Pimentel perder a filiação à Rede Globo, que naquela época já era a líder de audiência do país. Canet Júnior tinha recebido nada menos que o apoio ao governo do então presidente Ernesto Geisel, e do ex-governador paranaense e à época ministro da Educação e Cultura, Ney Braga. Em vez de apoiar o candidato do Arena, seu próprio partido, Pimentel queria apoiar outro candidato do partido de oposição, o MDB.

A rusga entre Pimentel e Canet Júnior teve repercussão nacional, como destaca o Jornal do Brasil: “O presidente nacional da Arena, Deputado Francelino Pereira, que na sexta-feira estará em Curitiba para examinar a crise entre os ex-governadores Nei Braga e Paulo Pimentel[...] Falando em Londrina, onde recebeu homenagem dos sindicatos, o Governador paranaense Jaime Canet Júnior afirmou que “a Arena não tem donos, não pertence a grupos ou indivíduos” (JORNAL DO BRASIL, 1976, p.1).

O próprio Pimentel rememora os prejuízos que teve com este embate político que resultaria na pressão do próprio presidente Geisel ao dono da Globo, Roberto Marinho, para que deixasse Pimentel às mínguas. Segundo Pimentel, o presidente o teria afirmado que o apoio dele ao candidato do MDB custaria muito caro para o ex-governador paranaense. “Dias depois, sou chamado a Brasília pelo Golbery do Couto e Silva. Ele me comunica que, no dia seguinte, eu teria um almoço com o Roberto Marinho e que ele me faria uma proposta para comprar as minhas empresas” (REINSTEIN, 2022).

Segundo Pimentel, uma semana depois deste episódio, a programação da Globo tinha sido cortada das emissoras dele no Paraná. Francisco da Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski lucrariam com este prejuízo de Pimentel, ao voltarem à filiação com a Globo. Há de se destacar que o potencial da família Cunha Pereira com a TV Paranaense não viria apenas pela perda do capital político de Pimentel nesta retomada da Globo pela TV Paranaense, que renderia futuramente uma sociedade que resultaria no grande grupo de comunicação paranaense, mas também pela relação de poder familiar do próprio Francisco da Cunha Pereira Filho, sobretudo a partir da sua atuação jurídica e amizade com o ex-governador Moysés Lupino. Não à toa, a TV Paranaense seria sediada por muitos anos no Castelo do Batel, ex-residência privada do governador (COSTA, 2012, p.234).

Retomando a observação sobre o jornal Gazeta do Povo, um exemplo da notabilidade do veículo foi com a realização de debates públicos na década de 1980,

apresentando capacidade de articulação a partir de cadernos especiais repercutindo mesas redondas promovidas pelo jornal com diversos atores políticos do poder executivo, legislativo e do judiciário. “Sempre com a coordenação de Francisco da Cunha Pereira, nos dias seguintes reuniram-se em diferentes mesas temáticas praticamente todos os secretários de estado, além de autoridades diversas e empresários” (TAVARES, 2020). Apesar desta evidência, e do conservadorismo presente nos editoriais e das coberturas, Tavares indica que o veículo galgou prestígio estadual sobretudo pela cautela no relacionamento com o poder político institucional, sendo que esta conduta, sobretudo até a morte de Francisco da Cunha Pereira Filho, em 2009, e de Edmundo Lemanski, em 2010, era de “evitar o debate político e nunca aceitar o confronto” (TAVARES, 2020, p.98).

Conforme indicado na Figura 7, o quadro de sociedade da empresa Editora Gazeta do Povo, cujo capital social é de R\$ 1 milhão, é integrado por Guilherme Döring Cunha Pereira, como presidente; Ana Amélia Filizola, como diretora; e Anderson Roberto Godzikowski⁵², como Conselho de Administração. Sob a batuta de Guilherme Cunha Pereira, que atua como diretor-presidente, o jornal, contudo, abriria mão desta suposta isenção (ao menos deixa cair o véu que escondia as afirmações de bandeiras do jornal na bandeira da isenção) e declararia um posicionamento mais conservador, sobretudo de forma mais clara a partir de 2017, com a publicação de 28 textos que atuaria como uma carta de princípio ou de convicções do jornal sobre determinados temas, atuando como um guia de postura editorial e jornalística⁵³. Este conservadorismo extremo foi gestado, segundo Martins (2018), em reportagem sobre a guinada à direita do jornal, a partir de 2015 com uma mudança na direção de jornalismo, sob a tutela do jornalista Leonardo Mendes Junior⁵⁴. “Ele levou a guinada

⁵² Colunista da Gazeta do Povo, Anderson Roberto Godzikowski é Bacharel em Administração e em Governança Corporativa e Sustentabilidade pela Fae. É do Conselho de Administração da Gazeta do Povo, e tem passagem por diversos conselhos de administração e comitês de empresas, como Membro do Conselho e Comitê de Investimentos na AvanTI Private Equity Fund, Membro do Conselho de Administração da ARCA Mobility, Sócio-Gerente da GooDz Capital, Conselheiro Independente da Fohat, dentre outros.

⁵³ <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/conviccoes-editoriais-gazeta-povo-resumo/>

⁵⁴ Graduado em jornalismo pela PUC do Paraná em 2000, Leonardo Mendes Júnior entra na Gazeta do Povo em 2001, e em 2005 assume a editoria de Esportes tema que cobre no jornal desde o começo da carreira. Atuou na CBN, na Rádio 98 e Revista ESPN. Assume a Direção da Redação do Jornal em 2015, momento em que o jornal vai deixando mais claro na sua linha editorial a pendência para um conservadorismo. Fora da Gazeta do Povo segue para o Estadão, jornal de linha conservadora, e depois para o site O Antagonista e a Revista Crusoé

conservadora a novos parâmetros, quando anunciaram o encerramento do jornal impresso e a cara nova do site”, destaca o ex-repórter do jornal, Rogério Galindo (MARTINS, 2018). Conforme relatam jornalistas à Martins, a posição do jornal fica clara nos editoriais (espaço convencionado pelo jornalismo como área para manifestação dos ideais e posicionamento do jornal), mas também nas reportagens.

FIGURA 7 – QUADRO DE SÓCIOS DA EDITORA GAZETA DO POVO (2023)

CNPJ:	76.530.047/0001-29
NOME EMPRESARIAL:	EDITORA GAZETA DO POVO S/A
CAPITAL SOCIAL:	R\$1.000.000,00 (Hum milhão de reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANDERSON ROBERTO GODZIKOWSKI
Qualificação:	08-Conselheiro de Administração
Nome/Nome Empresarial:	GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualificação:	16-Presidente
Nome/Nome Empresarial:	ANA AMELIA CUNHA PEREIRA FILIZOLA
Qualificação:	10-Diretor

FONTE: Receita Federal (2022)

Se na época de Francisco da Cunha Pereira Filho a bandeira editorial era de não embate ou vínculo político, ao menos de forma clara, na gestão de Guilherme Cunha Pereira, o alinhamento aos ideais conservadores coloca o jornal no centro de embates políticos. Um passo claro desta postura de atuação política conservadora vem com o posicionamento no apoio ao impeachment da presidenta Dilma Roussef, em 2015. A postura fica evidente em ao menos dois editoriais do jornal e que o jornal escancara críticas à gestão petista, defendendo a saída da presidenta do poder.

Em um deles, intitulado "A hora do impeachment", o jornal destaca que "o lulopetismo, que está prestes a completar 13 anos no Palácio do Planalto, implodiu o Brasil[...] No campo moral, o petismo consagrou a noção de que os fins justificam os meios [...] a preservação da estabilidade traria consigo o risco de premiar governantes, ainda que cometessem crimes de responsabilidades" (GAZETA DO POVO, 2015a).

Um ano depois deste editorial, em abril de 2016, o jornal justificaria o impeachment pelo crime de responsabilidade fiscal no caso das pedaladas fiscais, ignorando a seletividade da imputação do crime cometido por praticamente todos os governantes anteriores. No editorial, o jornal alega que não se trata de um golpe, mas se um impeachment justificado, e que não pararia com a saída de Dilma, mas que o "processo de impeachment julgará também que futuro terá o país. Não vai ter golpe: vai ter democracia, vai ter menos corrupção, vai ter um Brasil melhor" (GAZETA DO POVO, 2016).

Um próximo passo da guinada ao conservadorismo viria com o declarado apoio ao Governo Bolsonaro, que fez os administradores da empresa perceber um filão para atuação editorial, como um veículo nacional para reverberar os ideais do governo e da elite que integra os apoiadores do bolsonarismo. Como destaca Martins (2018) sobre a entrevista com jornalistas do veículo, houve orientação interna no pleito presidencial de 2018 que culminou na vitória de Jair Bolsonaro ao mais alto cargo do executivo brasileiro para que a redação não usasse conteúdo da agência Folhapress, ligada à Folha de S.Paulo e tachada de ser rígida com Bolsonaro, além de orientações para que "matérias com Haddad deveriam obrigatoriamente trazer informações negativas ao petista – como, por exemplo, as visitas semanais a Lula na cadeia em Curitiba" (MARTINS, 2018).

De acordo com o diretor-presidente do jornal Gazeta do Povo, Guilherme Cunha Pereira, em entrevista ao portal The Intercept Brasil, o conservadorismo empreendido pelo jornal estaria em consonância com a sociedade brasileira, não ocorrendo de forma similar em outros veículos. A partir desta percepção, adotaram a postura de forma estratégica (MARTINS, 2018): "a gente percebeu que isso é uma riqueza também do ponto de vista estratégico, e montou toda uma estratégia em que o posicionamento [conservador] adquiriu status especial. Ele é um direcionador estratégico muito importante". Conforme destaca Tavares (2020), esta postura conservadora começa a ser mais patente a partir da reforma empreendida no jornal em 2015, quando passa por uma alteração editorial e gráfica.

O jornal muda de tamanho reduzindo a dimensão do papel de standard para Berliner, e inicia uma mudança em termos de conteúdo, reduzindo o espaço para o gênero informativo (predominante na imprensa brasileira) dando mais espaço para o gênero opinativo a partir de artigos produzidos periodicamente por articulistas contratados pelo jornal. Em publicação sobre a reforma do jornal, publicado em 2015,

o veículo destaca a ampliação do espaço para mais “análise, com um time de 17 colunistas e artigos de opinião relacionados aos temas do momento e às tendências em todas as áreas de cobertura” (GAZETA DO POVO, 2015). Em 2016, ao longo do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef, o jornal reforça o posicionamento sobre o acontecimento político, apoiando a destituição da então presidenta, destacando que o impeachment julgaria o futuro do país, reforçando que não teria “golpe: vai ter mais democracia, vai ter menos corrupção, vai ter um Brasil melhor” (GAZETA DO POVO, 2016).

Como aponta Tavares (2018), diferente de outros acontecimentos políticos ou de repercussão nacional, a Gazeta do Povo posicionou-se declaradamente a favor do impeachment, “aproveitando a onda de polarização que tomou conta do país e do surgimento do novo populismo de direita, grupo que tem como identidade o conservadorismo neoliberal, punitivo, que rejeita políticas públicas de mobilidade social e fortemente antipetista” (TAVARES, 2018, p.77). Em 2017, um outro passo na guinada à direita tomado pelo jornal Gazeta do Povo consolida-se a partir de uma série de textos, intitulados “Nossas Convicções”, em que o jornal deixa explícito o seu posicionamento sobre uma série de temas políticos, econômicos e de costumes.

São 28 textos editoriais que resume o posicionamento ideológico do jornal a partir de três eixos: “primeiro, falamos do que pensamos sobre o homem e seu destino; no segundo, sobre a sociedade, o bem comum e as organizações que surgem no seio dela; no terceiro, sobre o Estado, seu papel e suas relações com os cidadãos” (GAZETA DO POVO, 2017a). Ao longo dos textos, sobretudo daqueles que se centram no papel do Estado, fica evidente o posicionamento do jornal em prol de um individualismo; de um papel empreendedor do indivíduo, que passa a se portar pelas lógicas empresariais; da primazia do capital; e do papel secundário do estado, observável nas posturas neoliberais e ordoliberais (FOUCAULT, 2022). Como reforça o jornal no texto “A finalidade do Estado e do Governo”, o veículo percebe o papel ativo do estado, mas com sérias restrições, uma vez que, para o jornal, o

governo de um país, que, ainda com falhas, é a tradução do voto da maioria, deve ter necessariamente fins materiais concretos, que envolvem um plano de futuro, um projeto de desenvolvimento e escolhas concretas que induzam o florescimento de determinadas vocações econômicas, culturais ou artísticas. Isso não significa a defesa de um intervencionismo que atribua muitas finalidades ao

governo. Há limites infranqueáveis para sua atuação (GAZETA DO POVO, 2017b)

Destaca ainda o jornal, em seus textos sobre a lógica do mercado, que a mesma ideologia que

demoniza o “patrão” faz o mesmo com o lucro, descrito como a parcela que o “capitalista” (o dono dos “meios de produção”) rouba do seu funcionário. É mais do que hora de deixar de lado essa visão rasteira para compreender que o lucro não é de forma alguma moralmente mau: ele é necessário para a manutenção da empresa, é a recompensa justa que o empresário recebe por colocar seus recursos à disposição da sociedade, é um índice de sua competência, é um meio para que a companhia possa prosperar e fazer crescer sua contribuição ao bem comum, seja aumentando a geração de empregos, seja incrementando a qualidade do serviço e produto que oferecem. O sucesso das organizações empresariais deve ser algo desejado pela sociedade (GAZETA DO POVO, 2017c)

A partir da série de textos, o jornal posiciona-se a partir de um espectro político como um veículo de centro-direita (TAVARES, 2018), colocando como foco o discurso da liberdade do indivíduo em detrimento ao papel do estado, relegado a um agente que subsidia o mercado e as disputas entre os cidadãos, como menor papel de subsidiador de políticas de distribuição de renda e de regulador do capital.

A posição do jornal fica evidente não apenas nos seus editoriais e no manifesto intitulado Nossos Princípios, mas também é publicamente declarado pelo seu presidente, Guilherme Doring Cunha Pereira. Em entrevista ao canal do advogado, doutor em direito pela Universidade de Navarra (instituição que teve como chanceler Josemaría Escrivá, fundador da Opus Dei, Prelazia pessoal da Igreja católica e instituição conservadora, que tem como um dos numerários do presidente da Gazeta do Povo, Guilherme Cunha Pereira) e professor do Curso de Jornalismo Aplicado do Grupo Estado, Carlos Di Franco, Guilherme deixa explícito que o jornal foi se moldando e assumindo uma posição claramente conservadora. Na entrevista, questionado sobre a forma como o jornal foi construindo a sua imagem, sobretudo ao longo dos anos do Governo Bolsonaro, Guilherme Doring Cunha Pereira destaca que foi a oportunidade de se posicionar e ocupar um espaço de representação do pensamento do público brasileiro.

Curiosamente não há veículos no país que tivessem em grande medida o nosso posicionamento. Não gosto desta nomenclatura, mas

para ficar fácil de entender. Nós somos liberais em termos sociopolíticos e econômicos e mais conservadores em termos de comportamento, em termos de preservação da família, da vida e uma série de ideias. Nós achamos que é o posicionamento de boa parte dos brasileiros[...] basta pegar as últimas pesquisas que falam sobre aborto, o brasileiro é em sua vasta maioria, cerca de 80%, contrário ao aborto. É a nossa posição. O que nos surpreendia é o fato de não haver veículos que traduzisse esta visão. É um descolamento da maior parte dos veículos de sucesso da maior parte da posição dos brasileiros. Nós enxergamos ali uma grande oportunidade, esta foi a intuição central que resultou o nosso movimento (DI FRANCO, 2021).

O resultado em termos de aumento do público, segundo o presidente do jornal, foi exponencial ao longo dos últimos três anos, passando de cerca de quatro milhões de visualizações únicas para quinze milhões de visualizações únicas. A interpretação destacada pelo dono do jornal é que isso se deve ao fato de que atenderam com as pautas conservadoras nos costumes e liberais na economia à uma demanda latente dos brasileiros por este tipo de posicionamento de jornais.

A relação do jornal com a Opus Dei começa sob influência de Guilherme Döring Cunha Pereira. Já em 1998, uma das principais reformas gráficas e editoriais do jornal é empreendida sob a tutela de pesquisadores que vieram da Universidade de Navarra, na Espanha, após convencimento dos filhos ao dono do jornal, à época, Francisco Cunha Pereira Filho. A Universidade de Navarra é criada na década de 1950 justamente por Josemaria Escrivá, fundador também da Opus Dei em Madri, em 1928. As referências denotando a relação entre Guilherme Cunha Pereira e a Opus Dei são tímidas e raras. Em um texto publicado no portal brasileiro da Opus Dei, em 2002, aponta a participação do então diretor da Rede Paranaense de Comunicação, no evento em alusão ao centenário de Josemaría Escrivá.

Ao final da publicação, a presença do advogado seria destacada como palestrante sobre os meios de comunicação e o amor à verdade. No texto, destaca a frase supostamente proferida por Guilherme no evento, "todo o pensamento de Mons. Escrivá, toda a sua mensagem, se apoia de maneira essencial no amor à liberdade", mas também que, "na sua defesa da liberdade, não ficava num conceito descomprometido, mas mergulhava na raiz existencial da liberdade: o amor — amor a Deus, amor aos homens, amor à verdade. O bom jornalismo, verdadeiro e livre, está profundamente comprometido com a dignidade do homem e com uma perspectiva de serviço à sociedade" (OPUS DEI, 2002). O tal "bom jornalismo", seria futuramente empregado pelo hoje presidente da Gazeta do Povo no jornal. Os ideais

ultraconvervedores da prelazia do Papa orientam a série de editoriais que Guilherme Cunha Pereira publicou em 2017, intitulados Nossas Convicções, em que se declara abertamente contra o aborto, pró-família heteronormativa, em defesa das elites econômicas, pró-neoliberais, pelo Estado Mínimo etc.

Segundo site da Receita Federal, Guilherme Döring Cunha Pereira integra duas empresas de ensino superior ligada à IESDE, e à Opus Dei. As duas sediadas no mesmo endereço, na Rua Martiniano de Carvalho, 573, no Bairro Bela Vista, em São Paulo. Na empresa Faculdade Bela Vista, com data de fundação em junho de 2021, Guilherme Döring Cunha Pereira integra o quadro de sócios como presidente, dividindo a lista com outros quatro nomes: Jose Paulo Denadai Carelli; Glaucia Crema Nogueira⁵⁵; Fabio Goulart Tomkowski⁵⁶; e Ana Claudia Karam Abdallah dos Santos⁵⁷.

A outra empresa no mesmo endereço e ligado à mesma instituição, mas com outro CNPJ, é a Centro de Extensão Universitária. Nela, Guilherme Döring Cunha Pereira consta como diretor, juntamente com Carlos Alberto Di Franco⁵⁸, presidente da empresa, e Daniel de Moraes Andrade⁵⁹, diretor. Este mesmo CNPJ é indicado como sendo da Ise Business School (ISE, 2023), instituição de educação superior sediada em São Paulo, como braço brasileiro da Iesde, instituição espanhola originária da Universidade de Navarra ligada à Opus Dei como instituição de formação de administradores e empresários. O Iese Business School (Instituto de Estudos Superiores da Empresa), fundada em 1958 como um braço de formação empresarial e de especialização em administração pela Universidade de Navarra, portanto, pela Opus Dei. Segundo o site da instituição, os valores éticos e morais são baseados na tradição cristã, sendo que os valores fundamentais do instituto é a “integridade, o espírito de serviço e a excelência profissional, valores universalmente reconhecidos e

⁵⁵ Glaucia Crema Nogueira é jornalista formada pela Cásper Líbero, mestre em comunicação e mercado pela Cásper Líbero, e doutora em comunicação pela Universidade de Navarra. É diretora executiva do Master Negócios de Mídia, núcleo de estudos do ISE Business School.

⁵⁶ Fábio Goulart Tomkowski é graduado em Direito pela PUC do Rio Grande do Sul, com mestrado em direito pela PUC do Rio Grande do Sul, doutorado em Direito pela USP e pós-doutorado em direito pela USP

⁵⁷ Graduada em Direito em 1998 pela PUC de São Paulo e doutora em Direito pela USP em 2009, Ana Claudia Karam Abdallah dos Santos é diretora geral, diretora acadêmica e professora titular do Centro de Extensão Universitária

⁵⁸ Carlos Alberto Di Franco é bacharel em direito, doutor em Comunicação pela Universidade de Navarra, colunista da Gazeta do Povo, do O Globo, Estado de Minas e O Popular.

⁵⁹ Daniel de Moraes Andrade é engenheiro civil formado pela PUC do Rio Grande do Sul, com especializações na ISE Business School e na Iese Business School. É integrante do conselho do Ise Business School, e foi secretário de estado da Infraestrutura no governo da tucana Yeda Crusius

vividus” (IESDE, 1990). Já a Faculdade Bela Vista é fundada posteriormente à ISE, vinculada à mesma rede de instituições da Opus Dei, mas focada em formação, e não em especialização, com curso em Direito e em Economia.

1.6 A FAMÍLIA CUNHA PEREIRA E A GAZETA DO POVO: RELAÇÕES FAMILIARES NO PODER INSTITUCIONAL

Considerando que o recorte temporal da análise da presente pesquisa abarca um cenário em que a liderança do jornal Gazeta do Povo permaneceu sob a tutela de Francisco da Cunha Pereira Filho, e posteriormente de seu filho Guilherme Döring Cunha Pereira, que assume o jornal após a morte do pai, falecido em 2009, tornando-se o líder do veículo e principal definidor das estratégias editoriais, com suporte da sua irmã, Ana Amélia Filizola, manteremos como foco principal de observação genealógica a família Cunha Pereira, buscando ainda a linhagem direta vinculada à ascendência e descendência de Francisco da Cunha Pereira Filho, ou seja, sem nos aprofundarmos sobre seus irmãos, tios etc. Para o levantamento biográfico, consideraremos publicações acadêmicas que visitaram a gênese familiar, bem como documentos da imprensa e demais materiais públicos disponíveis na internet.

Conforme destaca Pereira (2016, p.74), a linhagem paranaense da Família Cunha Pereira vinculada ao Jornal Gazeta do Povo tem uma genealogia ampla, com raízes tradicionais em Minas Gerais, com figuras ilustres da elite política brasileira, tendo dentre seus membros “capitães de milícia, capitães de ordenança, fidalgos da Casa Real, Senadores, Procuradores, Juizes e Desembargadores”. Como nosso foco é nos aproximarmos do cenário relativo ao jornal, vamos partir a pesquisa em gerações próximas a de Francisco da Cunha Pereira Filho. Para isso, seguiremos a leitura partindo do pai da mãe de Júlia (Julinda) do Amaral Ferreira, mãe de Francisco da Cunha Pereira Filho, o João Cândido Ferreira, e depois, seguir a descrição biográfica do seu pai, Francisco Cunha Pereira.

Natural de Lapa, nascido em 21 de abril de 1864, João Cândido Ferreira é filho do Alferes João Candido Ferreira e Ana Leocádia Ferreira Maciel. Estudou no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Sorocaba (SP), e depois, em 1883, estudou humanidades no Colégio Alberto Brandão, no Rio de Janeiro. Neste estado graduou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888, à época, com

24 anos. Em 1894, atuou como comandante das forças legalistas no cerco da Lapa. Em 1886, entrou para a vida pública como Deputado Estadual, e depois foi eleito Deputado Federal, em 1903. Ainda no mesmo ano, chegou a ser vice do então presidente do estado paranaense, Vicente Machado da Silva Lima, eleito em 1904, e diagnosticado com câncer na garganta em 1905.

Devido ao tratamento, com viagens à Europa, João Cândido assumiu interinamente a presidência do estado por diversas vezes, e de forma permanente em 1907⁶⁰ com a morte de Vicente Machado. Neste mesmo ano ainda foi reeleito para o cargo, mas renunciou por desavenças políticas. Segundo a edição do jornal *A República*, de 1907, sobre a visita do então vice-presidente do Estado, Dr. João Cândido, o "ainda jovem e distinto paranaense tem sabido impor a sua individualidade entre seus coestadanos, como político e como administrador, só e unicamente devido aos seus méritos incontestáveis e por mais de uma vez já provados" (*A REPÚBLICA*, 1907). Na nota, o jornal ainda destaca a formação do médico, bem como o seu casamento com a dona Josepha Ferreira do Amaral, filha do coronel Seraphim Ferreira de Oliveira e Silva e dona Júlia do Amaral e Silva. Com dona Josepha, ao longo da vida, teria sete filhos: Alceu, Leônidas, João Cândido, Murilo, Agenor, Celso e Júlia, ou Julinda do Amaral Ferreira, que viria a ser esposa de Francisco da Cunha Pereira, pais de Francisco da Cunha Pereira Filho. Ainda como presidente do Paraná, fundou a Escola de agronomia e fundou com o seu primo e também médico, Victor Ferreira do Amaral, a primeira Universidade do Paraná. Após deixar a vida política, segundo Pereira (2016), João Cândido voltou-se para a medicina, tendo ocupado a presidência da Sociedade de Medicina do Paraná, atuando ainda como editor da publicação *Paraná Médico*, e participando de movimento eugênico brasileiro, dialogando com as teorias neo-hipocrática e neo-lamarckistas.

Filho de Simão da Cunha Pereira e de Eufrásia Carlota de Vasconcellos (filha de Major Vicente Ribeiro da Silva Vasconcellos e Marcolina Carlota)⁶¹, Francisco da Cunha Pereira nasceu em 13 de agosto de 1896, em Peçanha, Minas Gerais, sendo batizado um ano depois, em 24 de maio de 1897, na mesma cidade, na Igreja Matriz de Santo Antônio. É o 11.º filho dentre um total e 15 irmãos. Graduou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1918, ingressando em 1924 na carreira da

⁶⁰ <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Joao-Candido-Ferreira>

⁶¹ <http://www.arvore.net.br/ferreira/d1.htm#i45075>

magistratura como juiz municipal em Clevelândia, no interior do Paraná, sendo logo removido para a cidade de São José dos Pinhais, cidade vizinha à capital paranaense. Ainda em 1924 assume o projeto de criação do Juizado Privativo de Menores, junto ao Tribunal de Justiça do Paraná (MARQUES, 2018).

Conforme lembra o desembargador Robson Marques Cury (2020), em homenagem publicada em 2020 no site do TJ, o então juiz Francisco da Cunha Pereira seria o primeiro juiz de menores do Estado, cargo em que permaneceria por quase duas décadas e meia. Além da função junto ao juizado de menores, ainda presidiu o Tribunal do Júri e do Juizado de Casamentos. Assumiu o cargo de desembargador em 1947, e ocupou a vice-presidência do estado de 1949 a 1952, assumindo também a presidência do Tribunal Regional Eleitoral em 1955 e depois em 1957. No meio acadêmico, foi um dos professores que ajudaram a fundar a Faculdade de Direito de Curitiba, sendo posteriormente seu diretor em 1977, atuando também pelo reconhecimento do curso e da instituição junto ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC).

O reconhecimento formal do MEC feio em 1954. Além disso, acumulou “o cargo diretivo com a titularidade da cadeira de Direito Judiciário Penal onde recebeu o título de Diretor Perpétuo. Aposentou-se, no cargo de desembargador, em 1966, após 40 anos de serviço público” (PEREIRA, 2016, p.75). Faleceu em novembro de 1999, com 103 anos. Em dezembro de 1922, casou-se com Julinda do Amaral Ferreira, em Curitiba, que passou a se chamar Julinda Ferreira da Cunha Pereira. Tiveram quatro filhos: Francisco da Cunha Pereira Filho, Dr. Lincoln da Cunha Pereira⁶² João

⁶² Apesar de não ter envolvimento partidário ou ter se candidatado a algum cargo eletivo, nem seus filhos, a relação da família com a política é extensa e intensa. Sobretudo quando ampliada para os demais membros do clã Cunha Pereira. Isso desde os antepassados. Conforme registra Goulart (2017), pela linhagem da família Amaral Ferreira, são nada menos que 125 anos de poder na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), resultante de 14 mandatos entre os integrantes do clã. Os anos de poder não se distanciam quando o cálculo considera os mandatos pela linhagem Ferreira da Cunha Pereira, em que são calculados 120 anos de linhagem política, com 12 mandatos na Alep, além de cargos no governo, no senado, na câmara federal, em secretaria de estado ou conselho administrativo de empresa pública. Os Cunha Pereira descendem de uma linhagem de renomadas figuras no cenário histórico político do estado. A biografia de Francisco da Cunha Pereira Filho começa não na advocacia ou ainda na Gazeta do Povo, mas desde antes, e encontra neste resgate figuras como o médico, deputado estadual e federal, vice-governador Victor Ferreira do Amaral e Silva. De forma mais próxima e contemporânea, o irmão mais novo logo na sequência, Lincoln da Cunha Pereira foi político ativo no cenário paranaense, e posteriormente assumiu papel importante na comunidade empresarial de São Paulo. Foi deputado estadual na Alep na terceira legislatura, de 1955 a 1958. Também foi deputado na quarta legislatura, de 1959 a 1963. Importante destacar que é durante estes anos de mandatos, em que Lincoln divide a bancada com parlamentares conhecidos da história política do Paraná, como Aníbal Khury, Antonio Anibelli, Amadeu Puppi, João Chede, Paulo Affonso Alves de Camargo, dentre

Cândido da Cunha Pereira e Maria Julinda da Cunha Pereira⁶³. Confere nome a diversos espaços públicos, como patrono do Fórum do TJ de Pinhais⁶⁴, do Fórum Eleitoral do Paraná, dá nome à praça pública na Rua Deputado Mário de Barros, próximo ao Centro Cívico⁶⁵ e ao Colégio Estadual em Fazenda Rio Grande, município da Região Metropolitana de Curitiba⁶⁶.

Em dezembro de 1926, na capital paranaense, nasceu Francisco da Cunha Pereira Filho, mais velhos dos quatro filhos do desembargador Francisco Cunha Pereira e de Julinda Ferreira da Cunha Pereira. “Estudou no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e no Colégio Santa Maria. Frequentou aulas noturnas no Colégio Paranaense, onde estavam os melhores professores daquele tempo” (PEREIRA, 2016, p.77). Em 1949, graduou-se na Turma Rui Barbosa em direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no curso que seu pai ajudou a fundar. Foi um militante acadêmico ativo, integrando a União Paranaense dos Estudantes (UPE) e foi também o primeiro presidente do Diretório Central dos Estudantes (APL, 2016, p.149).

outros, que seu irmão, Francisco da Cunha Pereira Filho compra a Gazeta do Povo, já um dos principais jornais de circulação e de repercussão na sociedade paranaense. Antes de entrar na Assembleia, tinha ocupado cargo de Secretário do Trabalho e Assistência Social do governo de Moysés Lupion. Em São Paulo, foi presidente da Associação Comercial de São Pulo (ACSP) e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) (FOGGIATO, 2021). Outro irmão de Francisco da Cunha Pereira Filho que também desempenhou funções no cenário político foi João Cândido Ferreira Cunha Pereira, cuja linhagem segue para dentro do Tribunal de Contas. Interessante perceber a relação de naturalidade e da impressão de facilidade percebida pelos integrantes das Classes Dominantes Tradicionais, como destaca o próprio João Cândido Cunha Pereira em 2015, em depoimento ao projeto Memórias Paraná, ao rememorar seu ingresso no meio político institucional: “Depois eu fui convidado, me lembro de que era João Neves, Deputado João Neves foi nomeado secretário do trabalho e me convidou para ser chefe de gabinete dele, ele depois teve uma doença muito grave e eu fiquei como secretário do trabalho, sem querer por um ano. Depois retornei para a medicina e fui aumentando cada vez mais o serviço graças a Deus à gente progride e gostava como até hoje eu gosto da Medicina, mas meu pai que era Desembargador ele diz assim meu filho “Eu não quero morrer sem te ver Conselheiro do Tribunal de Contas”. Eu nem sabia o que era tribunal de contas.” (PEREIRA, 2015). No mesmo depoimento, João Cândido reforça a facilidade do acesso: “Era na época que João Elísio era o Governador. Eu fui falar com o João Elísio e ele disse assim “João Cândido, não tenho dúvida nenhuma a vaga é sua, ele se aposenta e eu nomeio você”. Quando Léonidas aposentou-se eu fui nomeado Conselho do Tribunal de Contas em 1986.” (PEREIRA, 2015). Conforme aponta Marcelino Pereira (2016) em breve análise sobre o clã Cunha Pereira, “colocou todos os filhos no Tribunal de Contas. Além disso, outros servidores do TC também são parentes ou ligados diretamente ao conselheiro aposentado”.

⁶³ <http://www.arvore.net.br/ferreira/d1.htm#i45075>

⁶⁴ <https://tj-pr.jusbrasil.com.br/noticias/100323/tj-instala-varas-em-fazenda-rio-grande-e-pinhais>

⁶⁵ <https://www.fotografandocuritiba.com.br/2019/06/praca-desembargador-francisco-cunha.html>

⁶⁶ <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-13716-2002-parana-dispoe-que-o-colegio-estadual-edificado-no-bairro-santa-terezinha-no-municipio-de-fazenda-rio-grande-passa-a-denominar-se-colegio-estadual-desembargador-francisco-da-cunha-pereira>

Já graduado, em escritório de advocacia aberto junto com o irmão, Lincoln da Cunha Pereira, teve experiência em direito criminal, atuando também junto ao tribunal do júri, como destaca em entrevista à jornalista Vania Welte sobre sua vida, relatando sua primeira vitória no júri, absolvendo o cliente, que era acusado. “Trabalhei em casos muito importantes, como o de Carolina Taborda Ribas, acusada de ter assassinado o namorado da filha. Neste caso, trabalhei na acusação. Mas eu prefiro defender. Fiz mais de cem júris, atuando na defesa. Trabalhei por quatro anos no processo que respondeu Moysés Lupion ao deixar o governo do Paraná” (WELTE, 2009). Também como advogado, foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, entre 1991 e 1993⁶⁷.

Também foi presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, em 1969. Ainda a partir do direito atuou no magistério, como catedrático interino na UFPR nas cadeiras de Ciências das Finanças, Direito Internacional privado e Previdência Social. Foi também na década de 1960 que deu uma guinada de rumo para o cenário da comunicação, tornando-se sócio de Edmundo Lemanski como donos do jornal Gazeta do Povo. Como destaca em entrevista à Welte (2009), no mesmo ano em que viria a falecer, quando comprou o jornal junto com o sócio, o periódico passava dificuldades financeiras:

O jornal estava em estado falimentar. Assumimos o passivo e todas as responsabilidades. Ao todo, eram 50 empregados. Alguns trabalharam na casa até a aposentadoria, há pouco tempo, como o Clóvis, o das Oficinas, e o D’Aquino, na Redação. Durante 15 anos advoguei nas mais diversas áreas, com ênfase na criminal. E por muito tempo fiquei dividido entre o direito e o jornalismo. Até fazer a opção final pelo jornalismo. Gostei do desafio a que me propus. Em sete anos pagamos todas as dívidas e, ainda, compramos o jornal Diário da Tarde, apenas para podermos ter uma rotativa. Naquela época, a importação era muito difícil e a rotativa veio facilitar e dar maior rapidez ao nosso trabalho (WELTE, 2009)

Também integrou a Academia Paranaense de Letras, Francisco da Cunha Filho tomou posse em 17 de novembro de 1998 como o segundo ocupante da Cadeira No 18, do patrono Joaquim Faria Sobrinho e do fundador Hyppolyto Pacheco Alves d’Araújo (APL, 2016, p.149). Conforme revela o desembargador Robson Cury em homenagem ao pai de Francisco da Cunha Pereira Filho em texto publicado no site do TJ-PR, o então dono do jornal Gazeta do povo faleceu em 2009, um ano antes do

⁶⁷ <https://www.oabpr.org.br/oab-parana-lamenta-a-morte-de-francisco-cunha-pereira-filho/>

“seu amigo de quarenta anos o empresário Edmundo Lemanski dono do Banco Comercial, que conheceu em 1962 ao lhe dar carona no seu famoso Studbacker. Edmundo sugeriu a Francisco a compra do jornal Gazeta do Povo, então pertencente ao professor Oscar De Plácido e Silva, foi o início da construção desse império de comunicação” (CURY, 2020).

Casou-se com Terezinha Döring, que posteriormente passou a se chamar Terezinha Döring Cunha Pereira. Conforme reportagem produzida por José Carlos Fernandes em especial sobre a morte de Francisco da Cunha Pereira Filho, Terezinha era uma gaúcha de Porto Alegre, mas criada em Curitiba. Em 1960, ainda antes de se casar com Francisco, ingressou na Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap). Contudo, com o casamento, e com os filhos, “abandonou a pintura e se recolheu à educação dos quatro filhos do casal [...] tornando-se a figura discreta e constante ao lado do homem que mudou a história das comunicações no Paraná” (FERNANDES, 2009). Os filhos do casal foram Francisco Cunha Pereira Neto; Guilherme Doring da Cunha Pereira; Ana Anélia da Cunha Pereira (que se casou com Ricardo Filizola e mudaria o nome para Ana Amélia Cunha Pereira Filizola); e Cristina Maria da Cunha Pereira.

Natural da capital paranaense, Francisco Cunha Pereira Neto nasceu em 19 de outubro de 1964, cujo registro consta em nota social na coluna Reportagem Social, do jornalista Calil Simão no Correio do Paraná, em edição de 2 de outubro daquele ano. Como destaca o repórter, “Prazerosamente registramos o nascimento de Francisco Cunha Pereira Neto, ocorrido segunda-feira na Casa de Saúde São Vicente. É filho do casal Francisco Cunha Pereira Filho e neto do senhor e senhora Desembargador Francisco Cunha Pereira” (SIMÃO, 1964). Graduado bacharel em Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) na turma de 1989, com colação de grau em 15 de fevereiro daquele ano (UFPR, 2011). Segundo Pereira (2016), o bacharel em física seria o filho predileto do patriarca da família Cunha Pereira. Contudo, mesmo tal predileção não teria impedido o rompimento com a família para viver com a “companheira Valéria Colombo, de forma reclusa, num apartamento em Curitiba” (PEREIRA, 2016). O momento de maior evidência de Francisco Cunha Pereira Neto na mídia é justamente em uma situação envolvendo Valéria Colombo e a família do bacharel em física. Como destaca Pereira (2016), contrariada com o relacionamento, a família teria sequestrado “Pereira Neto à força, acusou a então companheira de “oportunista” e a ameaçou” (PEREIRA, 2016). Na imprensa, Valéria

Colombo denunciou o suposto sequestro em junho de 2000. Em um texto não assinado publicado no portal da Revista Istoé (ADMIN3) em meados de 2000, a então companheira de Francisco Neto declarou que conhecera o bacharel em física em 1995, que viviam em um apartamento na capital paranaense desde 1998, e que dias antes de ocorre o casamento entre os dois no civil, o pai, Francisco Cunha Pereira Filho, e o irmão, Guilherme Döring Cunha Pereira, entraram no apartamento, no Bairro Batel, às sete da manhã de 29 de abril de 2000, juntamente o psiquiatra que acompanhava Neto desde 1990, e o teriam levado embora (ADMIN3, 2000). A reportagem, contudo, também destaca a alegação da família para a intervenção: o quadro de saúde de Francisco Neto, diagnosticado com esquizofrenia, e privado de acompanhamento médico. À justiça, Valéria Colombo chegou a denunciar a família de Cárcere Privado (JUSBRASIL, 2002).

Cristina Maria Cunha Pereira, também conhecida como Cristina Cunha Pereira, é um dos quatro filhos do casal Francisco Cunha Pereira Filho e Terezinha Döring Cunha Pereira. Casou-se com o empresário Paulo Bernardo Camargo da Veiga, e tem dois filhos, Paulo Bernardo Camargo da Veiga Filho e Pedro Bernardo Camargo da Veiga. O casamento foi divulgado em coluna social Mary Schaffer e a Sociedade, no jornal Correio de Notícias, na edição de 17 e 18 de outubro de 1987. Destaca a nota: "up to date foi o enlace das famílias Camargo da Veiga e Cunha Pereira, com o casamento de seus filhos. Os noivos, Pulo Bernardo Camargo da Veiga e Cristina Maria Cunha Pereira, formando um casal de singular beleza. A cerimônia foi realizada na Igreja Santa Terezinha e os convidados foram recepcionados no Graciosa Country Club"(SCHAFFER, 1987).

Segundo Pereira (2016) em breve genealogia da Família Cunha Pereira, "Cristina foi forçada a pedir divórcio e o marido foi expulso de casa, à força por seguranças à mando da família", situação resultante de um processo com o ex-marido que buscava participar das decisões da empresa (PEREIRA, 2016, p.79). Apesar da indicação de Pereira sobre o divórcio, Cristina Cunha Pereira e Pedro Bernardo Camargo da Veiga constam como sócios em empresas ao longo dos últimos anos. Uma delas é a PBV – Representações, Eventos e Participações LTDA, sediada em Londrina, e que consta como ativa no site da Receita Federal.

Em seu artigo sobre a genealogia da Família Cunha Pereira, Marcelino Pereira (2016) aponta que tanto Francisco Cunha Pereira Neto quanto Cristina Cunha Pereira foram afastados pelos outros irmãos (Guilherme Doring Cunha Pereira e Ana

Amélia Filizola) “do comando das 16 empresas do grupo” (PEREIRA, 2016, p.79). De fato, os documentos da Junta Comercial e na Receita Federal indicam que tanto Francisco Neto quanto Cristina Cunha Pereira não integram quadros associativos das empresas na condição de sócios administradores. Ambos não integram o quadro de direção ou sociedade da Gazeta do Povo, ficando este apenas sob a tutela de Guilherme Cunha Pereira (como presidente da empresa), Ana Amélia Filizola (como diretora) e Anderson Roberto Godzikowski (com integrante do Conselho de Administração). Contudo, não significa que Francisco Neto e Cristina Cunha Pereira não estejam nos quadros de sociedade dos empreendimentos da família. A forma de gestão dos empreendimentos é que foram se adequando a um sistema de empresas que gerenciam empresas. Ou seja, a consulta em CNPJ as instituições privadas da família demonstram nos quadros de sociedade uma série de holdings que se entrelaçam na estrutura burocrática do patrimônio da família Cunha Pereira. Nelas, ora aparecem apenas Guilherme Cunha Pereira e Ana Amélia Filizola, ora aparecem todos os demais irmãos e até a mãe, Terezinha Cunha Pereira.

É o caso da empresa denominada CPL Administração e Participação LTDA (vide Anexos), criada em 2003, e que atua no setor imobiliário próprio e como uma holding. Nesta empresa, com capital social de pouco mais de R\$ 42 milhões, segundo o site da Receita Federal, integram o quadro societário Francisco Cunha Pereira Neto (validando em parte o que discorremos anteriormente sobre a intervenção da família sobre Francisco Neto em relação à sua doença, na especificação da Receita Federal, ele aparece com um representante legal, como um sócio incapaz, sendo representado e tutelado, portanto, pela mãe, Teresinha Döring Cunha Pereira). Cristina Maria Cunha Pereira como sócia, Ana Amélia Cunha Pereira Filizola como sócia administradora e Guilherme Döring Cunha Pereira como sócio administrador.

Também consta como sócia a empresa Convergência Participações S/A (vide Anexos), que consta com o Guilherme Döring Cunha Pereira como administrador e representante na sociedade. E o que seria a Convergência Participações? Outra Holding (vide Anexos), criada também em 2003, e que na Receita Federal consta com um capital social de cerca de R\$ 24 milhões, e consta no quadro de sócios o Guilherme Döring Cunha Pereira como administrador, e Ana Amélia Cunha Pereira Filizola como diretora. Prova do entrelaçamento das empresas é o quadro societário da revendedora Toyota Sulpar (vide Anexos), de propriedade da família. Tanto a holding Convergência Participações quanto a CPL Administração e Participações

integram a lista de sócios da revendedora de veículos, cujo capital social é de R\$ 10 milhões, segundo site da Receita Federal. Ainda no quadro de sociedade, integram administradores Guilherme Döring Cunha Pereira e Ana Amélia Cunha Pereira Filizola.

Considerando nosso foco na empresa jornal Gazeta do Povo, manteremos aqui a descrição genealógica apenas dos filhos que integram a diretoria e comando da empresa, ou seja, de Guilherme Döring Cunha Pereira e Ana Amélia Cunha Pereira Filizola. Natural de Curitiba, Guilherme Döring Cunha Pereira, é graduado em Direito pela UFPR, formado em 1987. Fez mestrado em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo como bolsista do CNPQ, e defendeu dissertação intitulada "Alienação do Poder de Controle Acionário" em 1991 sob a orientação do professor e jurista Fábio Konder Comparato. Na mesma instituição, sob orientação do mesmo professor, defendeu a tese intitulada "Liberdade e Responsabilidade dos Meios de Comunicação", tornando-se doutor em Direito em 1997.

No currículo Lattes⁶⁸, preenchido e atualizado pelo próprio Guilherme, no campo atuação profissional consta como presidente do Grupo Paranaense da Comunicação (GRPCOM) desde 1998, como professor da Faculdade Cásper Líbero entre 1995 e 1996, e ainda como professor visitante em 2021 do próprio jornal. Resultante das pesquisas de mestrado e doutorado, além de outros esforços, é autor dos livros "Alienação do poder de Controle Acionário", publicado em 1995; do livro "Liberdade e Responsabilidade dos meios de comunicação", editado pela Revista dos Tribunais, em 2002; e no mesmo ano, publicou pela mesma editora o livro "Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal". Em 1998/99, ele e a irmã, Ana Amélia, ingressam na diretoria do jornal Gazeta do Povo, à época ainda maior veículo impresso do estado paranaense.

Nesta mesma época, afirmam os dois em uma reportagem que integra um especial de comemoração aos 100 anos do jornal, eles convenceram o pai e “trouxeram especialistas da Universidade de Navarra, da Espanha, uma das mais celebradas de todo o mundo pelos estudos de vanguarda em jornalismo, e promoveram mudanças em todo o perfil do jornal” (GALANI, 2019). Após a morte do pai, em 2009, e do sócio, Edmundo Lemanski, em 2010, assume a presidência do

⁶⁸ <http://lattes.cnpq.br/2907130336368449>

GrPCOM, e a partir disso comanda as três emissoras de rádio da família e as oito emissoras de TV afiliadas à Rede Globo, além dos jornais Gazeta do Povo e Tribuna. Integrou o conselho consultivo do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná (Sindejor-PR) na gestão 2014/2017. Em 2014, foi agraciado com a Ordem do Pinheiro pelas mãos do então governador paranaense, Carlos Alberto Richa.

A comenda é a mais alta honraria concedida pelo governo do Paraná. Conforme destacado no decreto⁶⁹ que indica o rol de agraciados com a comenda naquele ano, Guilherme Cunha Pereira recebeu a comenda da Classe Grã-Cruz, que é a mais alta dentro das classes da Ordem do Pinheiro, ainda dividida entre Classe grande Oficial, e Classe Comendador. Conforme destaca Martins (2018), é integrante, como numerário, da Opus Dei, conservadora prelazia da igreja católica, e vive em uma residência comunitária na sede da Opus Dei em Curitiba. “Numerário é a denominação dada a membros que, como ele, são celibatários e dedicam parte importante da vida às atividades apostólicas e de formação de fiéis” (MARTINS, 2018).

Natural de Curitiba, nascida em março de 1967, Ana Amélia da Cunha Pereira é graduada em Comunicação Social (com ênfase em Jornalismo) pela UFPR, com MBA pela FGV e mestre em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra (PEREIRA, 2016, p.79). Em 1989 casou-se com o engenheiro civil e sócio da La Cocina Gastronomia e Eventos, Ricardo Filizola, quando mudou o nome para Ana Amélia Cunha Pereira Filizola, adicionando o sobrenome da família do marido. Atuou como repórter na redação do jornal impresso da Gazeta do Povo, em editoria de turismo e depois como editora do Caderno G, especializado em Jornalismo Cultural. Mas a partir de 1997 passa a atuar na área de gestão do jornal. Conforme artigo publicado no site Meu Sucesso⁷⁰, a partir de 2009, com a morte do pai, passou a comandar a operação do jornal, e hoje ocupa a vice-presidência do GRPCOM e é diretora da unidade de jornais da Gazeta do Povo. Integra a diretoria

⁶⁹<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?jsessionid=QCtSS8FMvOtlmjTDbjUOIE7BgGAPVDcNTCSOvSGy.sdioe75001?action=pgLocalizar&enviado=true&numero=&dataInicialEntrada=01%2F07%2F2014&dataFinalEntrada=01%2F12%2F2014&search=Guilherme+Doring+Cunha+Pereira&diarioCodigo=3&submit=Localizar&localizador>

⁷⁰ <https://meusuccesso.com/artigos/empreendedorismo/estude-a-trajetoria-de-ana-amelia-e-como-ela-mudou-a-estrategia-do-jornal-gazeta-do-povo-1823/>

da Associação Nacional dos Jornais (ANJ)⁷¹, na gestão iniciada em 2022, com o cargo de vice-presidente secretária.

Ao longo do capítulo, nos aprofundamos nas principais referências sobre o familismo e a genealogia, e em como perceber como as relações familiares são fundamentais para ler a sociedade e a forma de reprodução do poder. A partir desta base teórica, nos aproximamos de uma linha genealógica da família Cunha Pereira e de uma leitura sobre os contornos empresariais do jornal Gazeta do Povo, principal veículo de comunicação do estado e instrumento de reprodução do poder do clã Cunha Pereira. Com a leitura sobre o poder familiar, partimos para a análise sobre o conceito do neoliberalismo, que nos ajudará a determinar os elementos do discurso a ser observados nos editoriais do jornal para percepção da forma de manifestação do ponto de vista da família sobre a temática nos editoriais sobre a reforma da previdência.

⁷¹ <https://www.anj.org.br/diretoria/>

2 - ELEMENTOS E CONCEITOS DO NEOLIBERALISMO

O pressuposto central do presente trabalho é que a imprensa, como produtora de sentidos e realidade na sociedade, tende a representar o discurso da classe dominante. Observamos isso ao longo do trabalho a partir de alguns fenômenos e perspectivas. A primeira, como indicada no capítulo anterior, é a da relação familiar como estratégia de capital social e de reprodução do poder, tendo como objeto de análise o jornal Gazeta do Povo, instrumento de poder da família Cunha Pereira.

O segundo ponto, é do discurso neoliberal operado a partir dos editoriais do jornal – gênero jornalístico opinativo empregados pela direção dos jornais para manifestar de forma explícita sua visão e posicionamento - ao longo das reformas da previdência - que são Emendas à Constituição (EC) com foco em realizar ajustes e mudanças estruturais no sistema de seguridade social - empreendidas pelo governo federal em 1998 (EC n20 - Governo Fernando Henrique Cardoso), em 2003 (EC n41 - Governo Lula), em 2005 (EC 47 – Governo Lula) e em 2019 (EC 103, Governo Bolsonaro). Mesmo que não aprovada, também observamos o discurso midiático de defesa dos ideais neoliberais na proposta de reforma da previdência do Governo Temer (PEC 287), que chegou a ser protocolada na Câmara dos Deputados em 2016, mas que foi retirado pelo ex-presidente Michel Temer em 2018 ao não perceber apoio de deputados e senadores para aprovação do projeto⁷².

Debatida no presente trabalho em capítulo inicial a lógica do familismo, neste capítulo vamos nos debruçar sobre as abordagens acerca do neoliberalismo, e as estratégias de defesa de um cenário econômico e social que prima pela lógica da menor intervenção do Estado na administração da sociedade, e pela redução de estratégias de proteção social. Ao longo deste capítulo, vamos nos aproximar de três eixos de conceituação e análise sobre o neoliberalismo, sendo elas: pelo viés foucaultiano da governamentalidade; pela abordagem sociológica bourdieusiana; e pela leitura marxista, a partir da interpretação do geógrafo britânico David Harvey (2005, 2011, 2017), dos economistas Gérard Duménil e Dominique Lévy (2011, 2014) e do filósofo e sociólogo Nildo Viana (2009).

⁷² <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/reforma-da-previdencia-o-debate-e-mudancas-continuum>

Em um panorama geral histórico, vamos perceber a gênese do conceito de neoliberalismo surgindo a partir de uma conferência realizada em Paris, entre os dias 26 e 30 de agosto de 1938, intitulada Colóquio Walter Lippmann (DARDOT, 2016; LAVAL, 2020; MARIUTTI, 2021). Organizado pelo filósofo francês, Louis Rougier, o evento reuniu grandes nomes do liberalismo da época, e que viriam a ser conhecidos como os pais do neoliberalismo, como o próprio conferencista principal do evento, o jornalista Walter Lippmann, bem como Raymond Aron, Jacques Rueff, Wilhelm e os pensadores da Escola Austríaca, Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, que viriam a fundar anos depois, em 1947, a instituição Sociedade Mont Pèlerin.

O evento em Paris ocorre em meio a um cenário de crise do liberalismo no mundo, na década de 1930, e apresenta como tema principal justamente discutir os alicerces do liberalismo, em contraponto à ascensão de modelos e regimes totalitários, a partir de uma “refundação teórica da doutrina liberal e se dela não se deduzir uma política liberal ativa, que evite os efeitos negativos da crença metafísica no *laissez-faire*” (DARDOT, 2016, p.75), considerando então que parte da crise econômica da época era depositada no liberalismo clássico e no dogma do *laissez-faire*.

Na percepção de Lippmann, o antigo *laissez-faire* não daria conta de uma sociedade com uma indústria moderna com um modelo de consumo acelerado, que resultaria em uma corrosão do modo de vida e dos laços comunais. Assim, o equívoco foi pensar que os homens dariam conta de se ajustarem neste estilo de vida de forma espontânea em um ambiente orientado pela evolução constante econômica como princípio. Neste viés, o erro central estaria na total confiança de que a ordem econômica deveria se estabelecer de forma independente da política ou das instituições sociais não dando a dimensão do funcionamento do mercado, como se a economia se organizasse como um mundo ou realidade à parte do mundo regido pelo direito (DARDOT, 2016, p.75). Desta forma, a saída para o liberalismo recairia na “criação de novas instituições e de uma grande política destinada a criar um novo homem, capaz de se adaptar às exigências da sociedade industrial” (MARIUTTI, 2021, p.9).

A capacidade de se adaptar ao meio seria o norte deste novo homem, em um cenário orientado por um neoliberalismo capaz de gerar um alinhamento dos homens e das instituições em um ambiente com capacidade de criar e organizar um sistema concorrencial. Um dos resultados do colóquio, foi a criação de um Centro Internacional para a Renovação do Liberalismo, na França, e daria as linhas gerais para a

consolidação do pensamento neoliberal. A criação da Sociedade Mont Pèlerin no final da década de 1940 também é um outro ponto histórico importante no neoliberalismo, e resultante do colóquio, que viria a inspirar a organização de outros organismos de pensamento liberal como a Comissão Trilateral e o Fórum Econômico Mundial de Davos.

A tese central do colóquio estaria reunida também no trabalho de Hayek (2010), *O Caminho da Servidão*, da década de 1940, como síntese do que nortearia os debates dos integrantes da Sociedade Mont Pèlerin. A obra tece críticas aos regimes coletivistas como socialismo ou ainda totalitários como o fascismo, e aos regimes burocráticos com forte atuação do estado na medida em que pressionavam para o caminho da servidão na medida em que limita liberdade econômica e a concorrência. Como destaca Hayek (2010, p.59), observando a sociedade europeia à época, os planejadores buscavam exigir o controle centralizado da atividade econômica para atendimento a um plano único, para atender finalidades específicas. A concorrência como princípio de organização social, e não o planejamento centralizado e a intervenção coercitiva, segundo Hayek, seria um cenário ideal para o indivíduo. A crítica central, portanto, é sobre um planejamento que assume como papel uma função contrária à concorrência ou que a queira substituir (HAYEK, 2010, p.63).

Na década de 1970, a partir do Chile, Estados Unidos e Inglaterra, começamos a ver aplicados na prática os ideais de gestão não intervencionistas e conservadoras que foram gestadas a partir do Colóquio Walter Lipmann e da Sociedade Mont-Pèlerin, sobretudo pela batuta do economista Milton Friedman, um dos participantes da reunião inicial da Sociedade Mont-Pèlerin e posteriormente principal nome da Escola de Chicago, corrente de pensamento econômico que defende o livre mercado e se coloca em contraposição à regulamentação da economia. O neoliberalismo foi se consolidando como uma proposta econômica e de estado que prima pela total liberdade de mercado e do setor privado em detrimento às políticas de bem-estar social e de regulamentação da economia pelo estado. O foco é pela redução e limitação do poder do estado diante da economia, abertura do mercado entre países, propostas de busca pela eficiência do estado pela privatização e inexistência de controle de preços, sendo que a sustentação da economia se dá pela livre circulação de capitais internacionais diante de uma total desburocratização do estado.

Nestes países indicados anteriormente os governo conservadores de Augusto Pinochet no Chile em 1970, e posteriormente na década de 1980 com Margaret Thatcher na Inglaterra Ronald Reagan nos Estados Unidos, há uma aplicação das premissas do neoliberalismo a partir de um questionamento da regulação keynesiana macroeconômica, da “propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados” (DARDO, 2016, p.184). Mapeando a forma como o Estado Neoliberal é implantado nestes países Klein (2008) observará como ferramentas de acesso e de convencimento da sociedade sobre a urgências de políticas de estado mínimo as crises econômicas e/ou políticas, catástrofes ambientais e outros cenários de desnorreamento social. O que vem na sequência do que é denominado pela jornalista como Doutrina do Choque (KLEIN, 2008) é a instauração de uma política econômica de desmantelamento de direitos sociais e demolição do estado de bem-estar social.

Algumas destas medidas dariam contornos às políticas econômicas fomentadas por instituições como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacionais, sobretudo a países em desenvolvimento ou com dificuldades econômicas que viriam recorrer a financiamentos internacionais. Tais medidas constam no Consenso de Washington, termo criado pelo economista John Williamson (1990) em um texto que buscou sintetizar os conselhos políticos das instituições econômicas aos países da América Latina. O documento passou a ser usado como tábua de salvação pelas instituições como o FMI e Banco Mundial – destaca-se que tais recomendações passaram a ser requisitos básicos e obrigatórios para que os países buscassem financiamento estrangeiro e empréstimos internacionais, sobretudo ancorados por tais instituições - para países em situação de crise como fórmula mágica para garantir desenvolvimento econômico.

As propostas neoliberais do Consenso de Washington (WILLIAMSON, 1990, p.252) indicavam dez reformas a serem adotadas pelos países: disciplina fiscal a partir de limite de gastos públicos; redução de gastos públicos tanto a partir de medidas de cortes de investimentos, quando pela redução da máquina estatal a partir de privatizações; realização de reforma tributária com postura de menor taxação possível de imposto; controle de juros e conseqüentemente da inflação; atuar no mercado externo com câmbio de mercado; abertura comercial; permitir investimento estrangeiro direto; promover a redução do estado a partir de privatização entregando

à iniciativa privada; promover a desregulamentação ou a flexibilização de leis econômicas e trabalhistas; e garantir o direito à propriedade intelectual.

Conforme destaca Bresser-Pereira (1991), as primeiras reformas do consenso indicam a promoção de ajustes fiscal e de políticas para garantir o desempenho do mercado, e as últimas estariam vinculadas à forte redução do estado. Desta forma, a abordagem do consenso pressupõe as crises dos países – sobretudo os latino-americanos- partindo de um aumento do estado com política protecionista, ineficiência estatal e excesso de regulação; e de uma incapacidade de controle do déficit público a partir de posturas populistas econômicas. Desta forma, pela perspectiva do consenso, as reformas de curto prazo buscariam dirimir o populismo econômico e garantir o equilíbrio fiscal, enquanto que, a médio prazo, ou ainda de forma estrutural, buscariam “adotar uma estratégia de crescimento Market oriented ou seja, uma estratégia baseada na redução do tamanho do Estado, na liberalização do comércio internacional e na promoção das exportações” (BRESSER-PEREIRA, 1999, p.4).

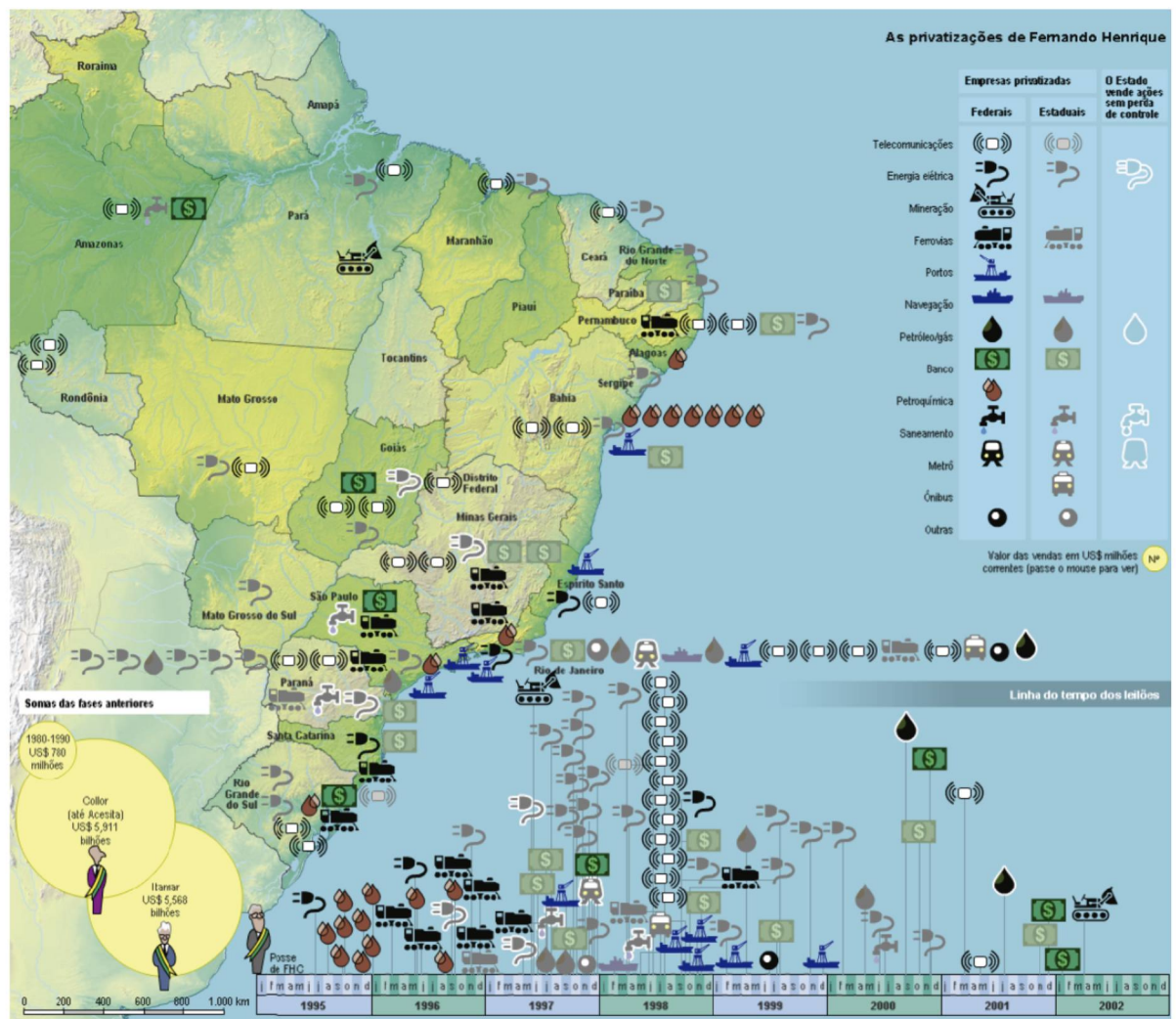
No Brasil, parte das reformas neoliberais seriam empreendidas iniciando no governo de Fernando Collor, em 1990, em grande parte desenvolvidas ao longo das duas gestões do governo Fernando Henrique Cardoso, entre os anos 1995 e 2003. No governo Collor, uma das principais medidas adotadas para atender uma das premissas do Consenso de Washington foi a criação do Programa Nacional de Desestatização, criada a partir da Lei n. 8.031, de 12 de abril de 1990, com a proposta de “de transferir para a iniciativa privada as empresas estatais para diminuir a presença do Estado na economia” (RODRIGUES E JURGENFELD, 2019).

O pontapé para a série de privatizações que seriam realizadas no país nos próximos anos surgir em meio a um discurso de que o investimento estatal deveria ocorrer apenas em áreas de atividades essenciais, não sendo competência de o governo atuar em setores que fossem de interesse do capital privado. Apesar de ser o ponto inicial do fomento à participação da iniciativa privada e capital estrangeiro nas empresas e setores antes dominados pelo Estado, a lei do PND estabelecia algumas limitações ao capital estrangeiro, como por exemplo uma participação máxima de 40% nos leilões. Ao longo do governo Collor foram 18 empresas vendidas ao capital privado.

Já no governo FHC, ocorreu um acirramento das privatizações, impulsionadas por uma série de decretos e leis que ampliaram as áreas abrangidas pelo programa de desestatização, mas também com medidas que facilitaram e simplificaram as

vendas das empresas públicas para o setor privado. As principais foram a Medida Provisória 841, de janeiro de 1995, que propunha maior agilidade ao processo de desestatização com a criação do Conselho Nacional de Desestatização (CND), e as leis 8.987 e 9.074, que incluíam o setor elétrico no rol de empresa, além do sistema rodoviário, ferroviário e portuário, bem como ampliava as privatizações para os estados e municípios (RODRIGUES E JURGENFELD, 2019).

FIGURA 8 – MAPA DA PRIVATIZAÇÃO REALIZADA NO GOVERNO FHC



FONTE: <https://atlas.fgv.br/marcos/governo-fernando-henrique-cardoso-1995-2003/mapas/privatizacoes-de-fernando-henrique>

Conforme aponta Biondi (2003a, 2003b), de forma diferenciada dos demais países, nos anos de FHC foram implantadas as privatizações com financiamento de recursos públicos, ou seja, custeado com o próprio recurso do estado a partir de

política de juros diferenciadas para o capital privado. De acordo com o jornalista, neste momento ocorreu no país uma “brutal e estúpida adoção do chamado modelo neoliberal, com o escancaramento da economia e a destruição de todos os mecanismos capazes de proteger a produção nacional” (2003b, p.15). O saldo de empresas vendidas entre os governos Collor e FHC foi de 165 empresas desestatizadas em âmbito federal, estadual e municipal. Destas, 75% (ou seja, 123 estatais) foram vendidas à iniciativa privada no governo FHC (SOARES, 2004).

É importante destacar que a privatização é a postura neoliberal mais evidente, mas não única no governo FHC. Segundo Negrão (2004), alguns elementos que localizam o governo FHC como neoliberal estão na postura do Ministério do Trabalho em empreender estudos que permitiam a precarização das condições do trabalho a partir de reformas trabalhistas; as iniciativas de ajustes na previdência e em reformas administrativas que permitiam a abertura da economia para o mercado e a consequente redução do Estado; o uso em larga escala de medidas provisórias como forma de condução das políticas e da economia sem que as decisões fossem necessariamente apreciadas pelo Congresso; um projeto amplo de privatização de empresas públicas em vários setores a partir de propostas de financiamento com recurso do próprio estado ou ainda com moedas podres; manutenção de altas taxas de juros criando condições de maior interesse do capital externo e especulativo; eliminação de medidas protetivas dos setores internos diante do mercado internacional.

2.1 PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO A PARTIR DE FOUCAULT

A leitura de Michel Foucault sobre o neoliberalismo é mais aprofundada e evidente a partir de 1979 no curso ministrado no Collège de France, e que resultaria no livro *O Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2022). No curso/obra, Foucault busca analisar os mecanismos de poder, sobretudo na política e na ótica do governo dos corpos. A lógica que acompanha o desenvolvimento das aulas e da obra indicada de Foucault, é a de um contexto em que não é a razão de estado que é determinante, mas sim uma razão governamental que pressupõe uma limitação deste estado, como uma base de contraponto ou de ojeriza ao domínio ou pressão governamental a partir do estado.

Trata-se de uma busca pela liberdade frente aos governantes, mas que curiosamente é constituída a partir das lógicas governamentais. A leitura que percebemos de Foucault diz respeito a um gerenciamento da vida. Temos ao longo das aulas a apreensão de uma linha evolutiva de uma mudança da forma de governar a vida resultante de um processo de modificação, desde a Idade Média até na atualidade.

Nesta ótica, a saída da Idade Média, com a formação das sociedades e cidades complexas, buscou um aumento das regras e do controle da vida para estabelecimento de uma forma de socialização e educação dos corpos, com a participação mais ativa na redução da mortalidade. Com isso, a lógica dominante era a do enriquecimento do estado para dar conta da formação da sociedade, o que também justificaria um crescimento físico relativo ao controle do espaço e dos limites deste Estado. Com o passar do tempo, o paradigma orientou uma mudança para aumento da produtividade, considerando que este crescimento do estado acarretaria no comprometimento da sua capacidade de gerir e que isso resultaria em seu enfraquecimento.

Oras, isso pressiona para uma leitura de que existem práticas que não estão no arcabouço ou interesse como atividades do Estado. Neste aspecto, o liberalismo seria a resposta dada às crises resultantes do inchaço do estado. Como sintetiza Batista (2019, p.145), passa-se de um questionamento sobre como fazer valer a vontade do rei no território, para considerar posteriormente formas de tornar produtivas as atividades ao comércio, e por fim, desembocaria em um questionamento sobre como governar com melhor eficiência a população. Ou seja, a partir do século XVIII, começa em evidência a busca por um estado que permita à sociedade tornar-se mais produtiva. Percebe-se assim uma mudança no cenário de governar a sociedade, passando de governo positivista para o governo com estrutura técnica que busca explorar um processo de produtividade. Se a perspectiva não é mais um Estado volumoso com forte intervenção, o paradigma é de um Estado com menor peso e ação ou com menor espaço de intervenção na vida das pessoas.

Nesta lógica, um estado que se expande, é aquele que se torna ineficiente e pesado à sociedade, sendo o ideal não o predomínio da sua vontade, mas a dos indivíduos, portanto, um estado que vai ser “assegurado pelo comportamento de cada um, contanto que o Estado, contanto que o governo saiba deixar agir os mecanismos do interesse particular, que estarão assim, por fenômenos de acumulação e de

regulação, servindo a todos” (FOUCAULT, 2008, p.466). A primazia da economia diante das liberdades. E de fato há, ao longo do liberalismo clássico, um crescimento do cenário econômico e uma ruptura do estado com o mercado, ampliando a independência desta diante daquele.

Contudo, este reinado do *laissez-faire* resultaria em ampliação de oligopólios e monopólios, em protecionismo de mercado, em forte atuação dos capitalistas sobre o mercado, o que prejudicaria o projeto de um menor intervencionismo. Soma-se a uso as crises do início do século XX, o surgimento de governos e propostas totalitárias, e o que temos é um cenário de leitura de crise do paradigma do liberalismo clássico. Como destaca Laval (2020, p.43), para Foucault, o neoliberalismo vai se formalizar a partir de uma variante do liberalismo surgido nos anos 1930 (é Foucault que vai realizar o resgate da genealogia do neoliberalismo remontando ao Colóquio Walter Lippmann, no início do século XX, quando outras leituras vão partir apenas da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947), com a preocupação de pensar o papel do estado não deslocado do mercado, mas encontrando a sua “legitimidade no bom funcionamento econômico da sociedade, ativando nela, para isso, a operação máxima do jogo da concorrência e, por consequência, aplicar a si mesmo tanto quanto possível esse mesmo mecanismo concorrencial”.

Mais que uma crise econômica ou do modelo de acumulação, o que se percebe, pela ótica de Foucault, é uma crise de governamentalidade, entendido como um conceito relativo ao regime de poder e de gestão da vida ou de poder. Como destaca o filósofo, há uma relação entre o conceito e a abordagem de poder, sendo que este termo designa um campo de relações que deve ser abordado por inteiro. Assim, reforça Foucault (2022, p.252), O QUE “propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder”. Oras, a resposta à esta crise, portanto, seria esta nova razão governamental, que se desenvolve entre a razão de estado e a razão de estado mínimo, considerando que não cabe mais ao governo limitar ou intervir nos interesses das pessoas, pois o governo se interessa apenas pelos seus interesses.

A nova razão deve se consolidar pelo interesse do indivíduo. Por isso, este sujeito neoliberal é conduzido a se comportar como uma empresa, buscando a maximização dos investimentos, administrando melhor os inputs e outputs (LAVAL, 2020, p.69). Esta política e governamentalidade que pressiona para um panorama de

competição, é aversa a um ambiente de promoção de políticas de distribuição de renda, ou ainda de fomento ao Estado de Bem-Estar Social. Esta é a leitura que se consolida na abordagem neoliberal, em que estas premissas keynesianas, que propõem em última instância um estado que interfere na economia e na condução da vida das pessoas, desempenha um efeito perverso de pressionar os indivíduos e agentes econômicos ao ócio.

E é esta uma das argumentações neoliberais que tende a ser repetida fartamente, estabelecendo uma associação da “segurança dada aos indivíduos à perda do senso de responsabilidade, ao abandono dos deveres familiares, à perda do gosto pelo esforço e do amor ao trabalho. Em uma palavra, a proteção social destrói valores sem os quais o capitalismo não poderia funcionar” (DARDOT, 2016, p. 211). Foucault vai se aprofundar nesta racionalidade neoliberal destacando uma leitura sobre duas linhas de governamentalidade que surgem a partir de 1930, à luz do Colóquio Walter Lippmann: o ordoliberalismo alemão, e o anarcoliberalismo austro-americano (considerando a Escola de Chicago e a Escola Austríaca). Alguns pontos de convergência apontado entre eles por Foucault (2022), e que resultam na nova razão ou no neoliberalismo na primeira metade do século passado, além da crise econômica, reforça-se o protecionismo econômico e alfandegário que foi se acirrando diante da voracidade do laissez-faire e do cenário de crise que foi se consolidando, a economia planificada, os regimes totalitários e intervencionistas, ou ainda as ações keynesianas.

Segundo Foucault, para os ordoliberalistas, influenciados por um cenário de planificação econômica na década de 1930, e em uma economia pós-guerra, depreciada a partir da República de Weimer, com monopólio afetando o mercado, bem como hiperinflação, não se busca necessariamente um rompimento total com o laissez-faire, sendo um princípio de concorrência fundamental para o mercado. Da mesma forma, não se prega um estado mínimo que seja ineficiente, ou que não tenha capacidade de atuar. Mas sim que este esteja em condições de estabelecer medidas e criar instrumentos e dispositivos que deem conta de fazer valer algumas normas jurídicas para o mercado, como por exemplo uma competição injusta.

Como reforça Foucault, não se trata de somente deixar a economia livre, mas sim delimitar até onde o poder pode se estender a poderes de informação políticos sociais da economia de mercado, sendo que o Estado deve, no máximo “intervir para impedir que essa concorrência seja alterada por este ou aquele fenômeno”

(FOUCAULT, 2022, p.162), como o monopólio. Assim, para os ordoliberais, é necessário que o Estado governe para o mercado, e não por causa do mercado.

Este papel do estado, mesmo que para estabelecer regras justas para que os atores busquem a melhor performance na concorrência, para os anarcoliberais (fortemente influenciados por Hayek e Ludwig Von Mises) deve ser eliminado. Assim, a bandeira máxima é a de negação ao intervencionismo, mesmo que jurídico, sendo uma corrente oposta ao intervencionismo. Os elementos de contexto principais que são usuais para o sustento do discurso neoliberal americano, segundo Foucault (2022, p.298) reside nas políticas do New Deal, que sintetiza os ideais keynesianos, resultantes de uma teoria econômica de oposição ao liberalismo, e com a centralidade do Estado desempenhando forte papel de controle da economia para evitar crises, retrações e garantir pleno emprego. Nisso, como reforça Foucault (2022, p.299), como contexto estão, evidentemente, todos os programas sobre a pobreza, “a educação, a segregação que se desenvolveram na América desde a administração Truman, até a administração Johnson, e através desses programas, claro, o intervencionismo de Estado, o crescimento da administração central etc”.

Assim, pode-se apontar ao menos quatro elementos desta nova razão governamental, ou razão neoliberal. Primeiro, a de que o discurso neoliberal não reforça a ideia de um mercado como estratégia natural, mas sim como uma realidade organizada a partir da sociedade e do mercado, e que, portanto, demanda de uma participação do Estado. O segundo aspecto é que o cerne do mercado não está na troca, mas sim na concorrência, resultante de um cenário de desigualdade. Como reforça Foucault (2022, p.74), os efeitos benéficos da concorrência serão “desigual e necessariamente repartidos entre um e outro, em benefício de um a custo do outro”.

O livre mercado demanda, necessariamente, um embate de concorrência como norma, e o Estado desempenha um papel de fiscalizador da concorrência, mas também está submetido à concorrência. Ou seja, não existe razão para “que o Estado seja exceção às regras de direito que ele próprio é encarregado de fazer aplicar. Muito pelo contrário, toda forma de auto isenção ou autodispensa de sua parte apenas o desqualificaria em seu papel de guardião inflexível dessas mesmas regras” (DARDOT, 2016, p.377). Da mesma forma como Foucault destaca que o indivíduo é forçado a se ver como uma empresa, o Estado também atua no neoliberalismo como uma empresa, competindo com o mercado. Por fim, o neoliberalismo alcança a relação entre os indivíduos consigo mesmos, com as regras de mercado sendo empreendidas

para si, como uma empresa que deve gerir o seu capital e suas competência, com o objetivo de gerar benefício para si.

Partindo da leitura de Foucault e deste cenário da transformação do indivíduo em empresa nesta nova razão neoliberal, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han vai explorar o sujeito e as formas de consolidação do indivíduo em empreendedor de si. Neste aspecto, Han indicará que este processo de indivíduo/empresa muda a lógica de um cidadão em consumidor, sendo que a sua liberdade na condição de cidadão é modificada para uma passividade do consumidor diante de um cenário de intensa concorrência, já que “entre empreendedores não existe amizade desinteressada” (HAN, 2018, p.12).

Se o mercado é livre, dentro do neoliberalismo, o indivíduo é preso dentro de uma ótica de consumo, sendo que a sensação de liberdade, segundo Han, é resultante de um relacionamento bem-sucedido, frutífero e com vantagens para o indivíduo frente a uma ótica de mercado. E o neoliberalismo desenvolveu ferramentas e estratégias extremamente eficientes de exploração da liberdade, considerando que tudo aquilo que pertence ao cenário de expressão de liberdade é explorado, como emoção, jogo, comunicação.

Assim, “explorar alguém contra sua própria vontade não é eficiente, na medida em que torna o rendimento muito baixo. É a exploração da liberdade que produz o maior lucro” (HAN, 2018, p.12). Até aqui, a leitura de Han não se distancia da de Foucault ao ler o neoliberalismo como uma forma de governamentalidade focada na primazia do mercado diante não apenas do Estado, mas dos indivíduos também. Contudo, a interpretação de Han sobre as amarras e formas de pressão do neoliberalismo vai se distanciando de Foucault na medida em que o filósofo sul-coreano indica que o autor de *O Nascimento da Biopolítica* não consegue avançar a leitura do neoliberalismo para além das questões física, ou seja, para além da exploração do corpo. Isso ao considerar a vinculação de Foucault, na leitura de Han, da biopolítica à forma disciplinar do capitalismo como uma forma de governamentalidade atrelada ao biológico, ou seja, atrelada ao corpo, como uma forma de gestão dos corpos.

O poder disciplinar, na interpretação de Han sobre Foucault, é de que a biopolítica se ocupa na gestão da população como massa de produção e reprodução, e que a biopolítica, portanto, atenderia a gestão, obediência e regramento dos corpos, quando o neoliberalismo assume estratégias não de dominação dos corpos, mas das

mentes. Assim, reforça Han (2018, p.40), a biopolítica “está fundamentalmente associada ao biológico e ao corporal. Em última instância, trata-se de uma política dos corpos em sentido amplo. O neoliberalismo como forma de evolução ou mesmo como mutação do capitalismo não se preocupa primariamente com o biológico, o somático, o corporal”. Na percepção de Han sobre as estratégias do neoliberalismo na atualidade o corpo deixa de ser um aspecto central, sobretudo como força produtiva. Desta forma, este disciplinamento do corpo, predominante em Foucault, passa a não dar conta de uma otimização mental.

A forma sutil de dominação do neoliberalismo não se daria de forma direta, segundo Han (2018, p.44), mas sim a partir de um contexto em que o indivíduo internaliza a dominação, sendo que este “estreitamento entre liberdade e exploração na forma de exploração de si escapa ao pensamento de Foucault”. Da mesma forma, a crítica de Han alcança qualquer outra abordagem de dominação do corpo ou da estrutura física, como se o neoliberalismo alcançasse uma forma de domínio a partir da psiquê do indivíduo.

Assim, parte da defesa de que a leitura sobre a doutrina de choque (KLEIN, 2008) de dominação negativa, passa a dar espaço para uma dominação positiva a partir de um aspecto de fomento ao consumo de si pelo indivíduo pela perspectiva psicopolítica neoliberal, sendo “uma política inteligente que busca agradar em vez de oprimir” (HAN, 2018, p. 52). Oras, destaca Han, neste panóptico, não existe um Ministério da Verdade que vá coibir a manifestação ou torturar se ocorre uma manifestação, mas o contrário. Ou seja, a técnica de manifestação do poder neoliberal não é repressiva ou proibitiva, mas sim permissiva e projetiva. O “consumo não se reprime, só se maximiza. É gerada não uma escassez, mas uma abundância, um excesso de positividade” (HAN, 2018, p.57).

2.2 PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO A PARTIR DE BOURDIEU

Seguindo para a abordagem de Bourdieu sobre o neoliberalismo, podemos destacar que uma das similaridades com Foucault, como destaca Laval (2020, p.23) é a fúria com que ambos se manifestam contra aos impactos do neoliberalismo na sociedade. Contudo, o volume de distanciamento de ambos sobre o conceito e sobre a temática, é significativo, sobretudo no delineamento do alvo: o neoliberalismo. Se

Foucault se debruçava na ideia da governamentalidade a partir de uma gestão da vida e os regramentos que se sobrepunham ao indivíduo, Bourdieu se centrará na preocupação da desigualdade que o neoliberalismo acarretará.

Outro distanciamento está na forma como ambos se aproximam do conceito e do tempo. Já abordamos o cenário em que Foucault se aproxima do conceito, na década de 1970, sob uma perspectiva filosófica, a partir do curso no Collège de France (FOUCAULT, 2022). Já Bourdieu aproximaria mais tarde, na década de 1990, em uma perspectiva sociológica e impulsionado sobretudo por uma abordagem militante (LAVAL, 2020). Se, como destaca Laval (2020, p.31), Foucault percebe o neoliberalismo a partir de uma forma de governamentalidade centrada no individualismo, mas sem uma postura de um alvo a ser combatido, o sociólogo Bourdieu anos depois, o neoliberalismo seria estar encravado nas instituições, consolidando-se em um alvo político, e concomitantemente um objeto de análise e estudo no campo sociológico.

Marques e Vieira (2018), ao se debruçarem sobre a perspectiva de Bourdieu acerca do neoliberalismo, reforçarão o cenário francês dentro de uma perspectiva mundial de avanço de políticas neoliberais, com forte instrumentalização da política e do estado sob um instrumentalismo econômico. Isso ocorre sobretudo diante de medidas de precarização do trabalho e das políticas de seguridade social e de bem-estar social diante de um apelo do mercado instrumentalizado pelo Estado. Bourdieu ingressa em um dos focos de resistência francês, sendo uma das principais vozes intelectuais no movimento de denúncia do avanço neoliberal. Parte deste esforço sociológico e militante de Bourdieu de repercussão na imprensa com textos críticos ao neoliberalismo seriam reunidos em duas publicações, o *Contrafogos* e *Contrafogos 2*, que “que desferiram um poderoso ataque a visão material e simbólica de mundo dos novos liberais” (MARQUES & VIEIRA, 2018).

A teoria dos campos é central na interpretação do neoliberalismo em Bourdieu, pois sua leitura parte do pressuposto de que este se consolida na sociedade a partir das últimas décadas do milênio como uma utopia econômica, que se projeta com uma postura e discurso de pretensão científica, atendendo às lógicas de dominação de uma oligarquia, na unificação do mercado mundial e imposição de um cenário de concorrência em todas as esferas da vida social. Oras, na concepção de um plano de autonomia dos campos, o discurso do campo econômico assume um espaço de pressão nos demais campos, sobretudo impactando a autonomia do campo político,

e isso não fora do estado, mas a partir do próprio estado e de um culto ao mercado (BOURDIEU, 1998), o que reforça a lógica neoliberal, que encontra na obra do sociólogo uma série de termos empregados quase que como sinônimos, como “revolução neoliberal”, “revolução conservadora”, dentre outros.

O questionamento que Bourdieu (1998) usa como pontapé do seu texto síntese sobre uma análise do neoliberalismo em *Contrafogos* reúne a crítica sobre as estratégias que considera uso recorrente do neoliberalismo, qual seja:

O mundo econômico seria de fato, como quer o discurso dominante, uma ordem pura e perfeita, desdobrando implacavelmente a lógica de suas consequências previsíveis e pronto a reprimir todos os erros pelas sanções que ele inflige seja de maneira automática, seja, mais excepcionalmente, através de seu braço armado, o FMI ou a OCDE, e das políticas drásticas que eles impõem, redução do custo da mão de obra, corte das despesas públicas e flexibilização do trabalho? [...] Essa teoria tutelar é uma pura ficção matemática, fundada, desde a origem, numa formidável abstração (eu não se reduz, como querem crer os economistas que defendem o direito à abstração inevitável, ao efeito, constitutivo de todo projeto científico, da construção de objeto como apreensão deliberadamente seletiva do real). (BOURDIEU, 1998, p.136).

O poder simbólico⁷³, que desempenha um potencial de impor uma visão legítima, queda-se diante de um discurso do campo econômico, diante de um pressuposto de legitimidade conferida pela Ciência Econômica. Neste quadro, reforça LAVA (2020, p.223), o neoliberalismo destacará uma similaridade teórica e ideológica, na medida em que sua essência no meio econômico é uma pretensão de imposição da ótica economicista para produção de efeitos ideológicos, e que é a partir de uma economia capitalista que vai se acelerar seus impactos na sociedade.

Esta visão economicista, que sacrifica uma postura sociológica, resultará em um poder que se predominará sobre os simbólicos e políticos, fazendo valer um

⁷³ A partir de Bourdieu (1989), entendemos poder simbólico não uma forma particular de poder como o econômico ou ainda o político, cuja síntese pode mais facilmente ser ilustrada ou ainda exemplificada, mas sim uma forma de poder de constituição e organização de uma determinada realidade. Como destaca o sociólogo, [é um poder de "constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo" (1989). Assim, não é necessariamente um poder evidente, mas sim resultante de uma série de estratégias discursivas e simbólicas. Ou seja, é necessário “saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (BOURDIEU, 1989)

discurso de verdade pelo qual o mercado é a chave de solução na sociedade para uma vida em liberdade econômica e próspera (BOURDIEU, 2001, p.95). Isso se dá não distante do Estado, mesmo que pareça contraditório que o próprio Estado seja o operador ou avaliador do discurso do estado mínimo e da privatização. Neste aspecto, o Estado é agente central, na medida em que reúne o potencial e monopólio da violência simbólica, e que o permite, portanto, fazer valer a ordem ou razão econômica à sociedade.

Assim, a partir das elites às quais atende, “o Estado impõe o novo princípio de construção do mundo legítimo e indiscutível, com o auxílio de todos os instrumentos do poder simbólico à sua disposição” (LAVA, 2020, p.238), como por exemplo a fala autorizada, as medidas e planos de regularização, o cenário legal legislativo e jurídico, dentre outros. O campo midiático é um dos instrumentos que o capital e o Estado se apropriam para propagar este discurso de suposta legitimidade do meio econômico. Ou seja, o capital midiático é fundamental como ferramenta de legitimação, sobretudo a televisão, que na própria dinâmica da audiência em detrimento à cultura incorporará a lógica comercial diante no lugar do interesse público e de uma função social.

Bourdieu (1998) vai destacar que o a razão econômica será colocada como dotada de um status científico, que no fundo busca confundir as coisas da lógica com a lógica das coisas, colocando o cenário social às margens de uma racionalidade que se reduz à um individualismo balizado pela concorrência e pelas lógicas do mercado. A individualização retira o território do social, o que busca justificar uma teoria que centraliza o mercado, e que tende a retirar os limites que regulamenta a economia. Bourdieu aponta, então, que o neoliberalismo força uma ruptura entre a economia e as realidades sociais, e pressiona a “construir desse mundo, na realidade, um sistema econômico ajustado à descrição teórica, isto é, uma espécie de máquina lógica, que se apresenta como uma cadeia de constrangimentos enredando os agentes econômicos” (1998, p.138).

Marques e Vieira (2018, p.330) vão apontar três aspectos que são estruturais na crítica bourdieusiana sobre o avanço do neoliberalismo. A primeira questão é que o neoliberalismo é uma abordagem ou um projeto de poder que opera pela conversão do discurso econômico como pressuposto da verdade, e que as suas dinâmicas devem ser centrais e garantidas pelo Estado, não por uma regulamentação, mas por uma ofensiva de livre mercado e de primazia da globalização e unificação econômica.

Uma segunda questão é que a análise bourdieusiana é clara em indicar os beneficiários do neoliberalismo com a promoção de uma insegurança social a partir de um dismantelamento de política sociais e de bem-estar social, com foco na precarização que força na submissão dos trabalhadores.

Oras, para tanto, o fundamental desta ordem econômica que é alinhada sob a liberdade dos indivíduos “é efetivamente a violência estrutural do desemprego, da precariedade e do medo inspirado pela ameaça da demissão” (MARQUES & VIEIRA, 2018, p.331). O terceiro ponto é o que já destacamos sobre a centralidade do Estado como operador ou ferramenta de uso do campo econômico, sobretudo pela sua capacidade de concentrar as ferramentas de violência e de regular os campos.

2.3 PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO A PARTIR DE LEITURA MARXISTA

Seguindo para uma terceira abordagem do neoliberalismo com foco sociológico, vamos abordar a perspectiva marxista, sobretudo a partir do geógrafo David Harvey (2005, 2011, 2017), dos economistas Gérard Duménil e Dominique Lévy (2011, 2014) e do filósofo e sociólogo Nildo Viana (2009). Os autores apresentam posturas interpretativa do neoliberalismo a partir de Marx. Iniciaremos pelo esforço de Harvey, alinhada à perspectiva dos economistas Duménil e Lévy, focadas na dinâmica das crises do capitalismo. A questão central nas abordagens marxistas é a do neoliberalismo como uma das respostas às crises contínuas do capitalismo. Como destaca Harvey ao se debruçar sobre a produção marxista (2005), a teoria da acumulação de Marx e as dinâmicas sociais e espaciais são importantes para reunir um arcabouço de leitura do cenário que permitiu a consolidação do neoliberalismo, dentro de um ambiente de contradições inerentes ao capitalismo.

A acumulação é o elemento central no modo de produção capitalista. Assim, o sistema capitalista é expansível por sua natureza, e busca incessantemente sua ampliação. Essa obrigatória expansão, contudo, não surge necessariamente da cobiça do capitalista, mas sim de forças externas do próprio capital e da sustentação do seu sistema (HARVEY, 2005). O crescimento econômico é permeado de contradições e crise, sendo acidental um crescimento harmonioso ou equilibrado. Assim, destaca Harvey (2005, 2011), identifica-se a tensão considerando alguns fatores que são fundamentais para a expansão da acumulação, como mão de obra

excedente - estímulo ao crescimento populacional, correntes migratórias, inovação que pressiona o desemprego etc-; oferta de meios de produção em quantidade necessária; e mercado para consumir as mercadorias.

A crise pode resultar na medida que encontra uma barreira em cada um destes pontos. Contudo, elas podem ser originárias da própria dinâmica do capitalismo. É o que Harvey vai pontuar quando afirma que “as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação” (HARVEY, 2005, p.43). Considerando o caráter dialético que Marx percebe nas etapas do modo de produção, uma crise pode afetar um ou várias partes deste sistema. Ou seja, há uma relação estrutural da crise. Harvey usa como exemplo a ideia de uma crise de realização, ou seja, na produção de mercadorias que não são vendidas. Isso é resultante pela necessária produção constante e em expansão sem considerar os limites do mercado. Expande o volume de produção, ampliam-se os lucros em detrimento dos salários, o que resulta na perda do poder de compra e uma contradição do sistema.

O problema aqui seria somente a demanda retraída pela falta de recurso. Não que não haja necessidade humana para o consumo do produto. Essa superprodução também pode ser interpretada como excedente de capital ou superacumulação, motivo gerador das manifestações das crises. Ademais, as crises seriam uma forma de contrapeso ou tentativa de uma racionalidade frente à liberdade do mercado. Mesmo que não ordenada ou lógica, a crise pressiona para ações arbitrárias para tentativa de regulação. Os problemas são os custos sociais resultantes destas ações, sobretudo quando as medidas não são suficientes para frear a crise e resulta em contradições sociais e lutas de classes.

Como reforça Harvey, as crises, e as medidas de controle, no final podem resultar em uma expansão e renovação da acumulação adicional, que pode afetar, por exemplo, o aumento da produtividade com equipamentos mais sofisticados (barateamento dos equipamentos antigos); aumento do desemprego e consequente redução do custo de mão de obra; excedente de capital; e a demanda efetiva esvaziará o mercado os bens produzidos. Este último aspecto, destaca-se, pode pressionar para uma ação que aumentaria a absorção de produtos a partir de ao menos quatro frentes: primeiro pela atualização tipos de produção; segundo pela criação de novos produtos resultantes de novas necessidades fomentadas; facilitar o crescimento populacional (mão de obra e mercado); e expansão para novas regiões – mercado externo.

Após a Segunda Guerra, sobretudo impulsionado por políticas de intervenção do Estado, como por exemplo a partir de medida com o Acordo de Breton Woods, o capitalismo passa por um período de forte expansão, com crescimento de consumo significativo, baixos índices de desemprego etc. O milagre econômico, contudo, desencadearia também um processo de superprodução, pressionando para uma desaceleração produtiva, criando um quadro de queda dos lucros em todas as "economias capitalistas avançadas o principal responsável pela projeção da economia mundial de um longo boom num longo declínio entre 1965 e 1973" (BRENNER, 2003, p. 59). É neste cenário de crise que o neoliberalismo se consolida como proposta de perpetuação do poder das classes dominantes. Como destaca Duménil e Lévy (2014), o neoliberalismo é, portanto, um novo estágio do capitalismo resultante da "crise estrutural da década de 1970. Ele expressa a estratégia das classes capitalistas aliadas aos administradores de alto escalão, especificamente no setor financeiro, de reforçar sua hegemonia e expandi-la globalmente" (DUMÉNIL & LÉVY, 2014, p.6).

Neste ambiente do neoliberalismo, destacam Duménil e Lévy, as lógicas econômicas tendem a se redimensionar para atender aos interesses de uma classe dominante com alta renda, tencionando ainda mais a concentração de recursos por uma parcela minoritária, e acentuando ainda mais as distâncias sociais. Como aponta Harvey (2005), e reforçam Duménil e Lévy (2014, 2011), a crise que resultou no neoliberalismo não foi a primeira estrutural na história do capitalismo. As crises são resultantes do modo de perpetuação do poder no capitalismo, sendo o neoliberalismo, portanto, apenas a mais recente ordem produzida pelo capitalismo para garantia do poder das classes dominantes, a partir de estratégias de maior acentuação na concentração das riquezas e do poder, retirando a intervenção do estado na garantia de direitos mínimos dos cidadãos, removendo todos os limites de poder de renda das classes populares.

Outro aspecto é a expansão para além das esferas nacionais, dando nova amplitude à dominação do neoliberalismo, a partir da globalização, com práticas de livre comércio e circulação de capitais, em detrimento à soberania dos estados e da garantia de bem-estar social da população. É o que Harvey (2011) destacará ao indicar o neoliberalismo como um projeto político da classe capitalista como resposta à crise e ao sentimento de ameaça política e econômica desta classe ao seu poder de domínio. O neoliberalismo e as estratégias de fragilização da classe trabalhadoras e do estado – reforçadas por ações no polo ideológico e político - foi uma medida de

controle da classe dominante diante do desespero de perda de poder. “É a partir de lá que emergiu o projeto político que chamarei de neoliberalismo” (HARVEY, 2011).

Na leitura de Harvey (2008) o neoliberalismo é uma teoria de práticas econômicas e políticas que pressupõe a liberdade empreendedora individual (bem como o fomento aos direitos de propriedade privada e de livre comércio) como uma das dimensões que aprimora a oferta de bem-estar humano. A função do estado é permitir esta liberdade econômica, e as condições e instituições que garantem a liberdade a partir do conjunto de leis, da polícia etc. Como aponta o geógrafo, a garantia destes direitos “arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais.[...] A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos” (2008, p.77).

Outra demanda do estado neste ambiente de neoliberalismo é criar os mercados que ainda não foram estabelecidos, como exploração de terra, água, saúde, dentre outros. Não que o estado deva atuar nestes campos, mas investir no preparo do ambiente para o capital, e então se retirar a um nível mínimo de atuação ou intervenção. A partir disso, o projeto político e econômico vai se organizando para aprofundar as condições de acumulação de capital das elites econômicas, criando, inclusive, um arcabouço discursivo de legitimação e justificativa das medidas de quebra do estado de bem-estar, em garantia da saúde do mercado. Afinal de contas, como um modo de pensamento político e econômico, o neoliberalismo se propõe dominante a partir de um aparato de mobilização e de impacto nos valores sociais. A questão da liberdade é central neste discurso (HARVEY, 2008, p.15).

Além disso, as bandeiras do neoliberalismo, dentro de uma perspectiva de classe, é a de uma desregulamentação do sistema econômico e do mercado e uma maior liberdade para o mercado criaria um cenário de crescimento econômico e de distribuição de renda. Contudo, o que se vê, é um cenário de centralização de renda e de aumento de desigualdade. Assim, como destaca Harvey, o que se sustenta é a manutenção do capitalismo e uma reconstituição do poder de classe, reforçado por posturas da elite em colar-se acima dos interesses comuns.

Como aponta Harvey, “se a política preferida das elites dirigentes é après moi le déluge (depois de mim o dilúvio), então o dilúvio leva de roldão em ampla medida os impotentes e os crédulos, enquanto as elites já preparam arcas em que poderão, ao menos por algum tempo, sobreviver muito bem” (2008, p.166). Segundo Harvey observando dados econômicos e sociais em países com vigência do neoliberalismo,

o avanço econômico ou a produção de crescimento é restrita. Só em alguns países asiáticos é que no regime de acumulação neoliberal foi acompanhado por algum tipo de crescimento, mas sem garantia de redução de direitos.

A regra, por outro lado, é o aumento da desigualdade e perda de direito e segurança, como no caso do mercado de trabalho, em que há um aumento da economia informal de forma disparada no mundo. Diante de vários indícios de falência das ideias neoliberais, Harvey (2008) destaca dois pontos que justificam a defesa por parte de alguns governos e população em prol do neoliberalismo. Um deles é a volatilidade do crescimento geográfico, privilegiando mais em alguns pontos e menos em outros. Isso fornece uma sensação de que o sistema funciona, sempre tendo como referência um aspecto positivo para dar de exemplo.

O segundo aspecto é que o regime beneficiou, na prática, as classes mais abastadas, diferente do que preconiza a teoria do neoliberalismo, de que a prática é da garantia do avanço econômico e de bem-estar de toda a população a partir do livre comércio, da liberdade de empreendimento etc. E isso se deu, logicamente, às custas das parcelas mais pobres, como se justificasse o aumento da desigualdade como forma de estímulo ao mercado. “A crescente desigualdade social num dado território foi concebida como necessária para estimular o risco dos empreendedores e a inovação que conferissem poder competitivo e estimulassem o crescimento”, destaca Harvey (2008, p.169).

Dentre alguns pontos de destaque sobre as mudanças ocorridas no neoliberalismo, um deles é a centralidade do mercado financeiro, ou seja, de medidas financeiras frente ao mercado produtivo. Um segundo aspecto foi a consolidação do mercado imobiliário especulativo, que é justamente resultante do fortalecimento do mercado financeiro e medidas de lucros especulativos. Outro aspecto é o avanço das tecnologias da informação, que conforme destaca Harvey, são as “mais úteis para atividades especulativas e para maximizar o número de contratos no mercado de curto prazo do que para melhorar a produção” (2008, p.170). A principal realização do neoliberalismo, segundo o geógrafo, contudo, foi redistribuir a riqueza, e não criar riqueza. Mas isso a partir do que Harvey vai chamar de Acumulação por Espoliação, operacionalizada a partir de quatro eixos, que resulta em uma série de desregramentos e de exploração como privatizações, mercadificação de tudo, expropriação da terra, supressão de direitos comuns, mercadificação do trabalho,

eliminação de direitos de classe, eliminação de projetos de laços sociais e de seguridade etc.

A primeira característica destacada por Harvey sobre a acumulação por espoliação é a privatização e a mercadificação. Aqui o que se consolida é a abertura de um capital que estava fora do alcance do mercado, mas também centrais para políticas públicas e sobretudo para atendimento aos direitos básicos da população, como saneamento, energia elétrica etc. Aqui também se destacam atividades de exploração e dilapidação de bens ambientais. No caso da mercadificação, existe o uso da lógica de mercado em serviços e direitos, como no caso do bem-estar social, da previdência etc. O domínio privado acaba se prevalecendo aqui. Assim, como reforça Harvey, “esses processos equivalem à transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe” (2008, p.173).

A financialização é o segundo aspecto, com o fortalecimento do sistema financeiro, com o aumento exponencial de transações financeiras, com a centralidade do setor nos sistemas de distribuição e redistribuição de rendas, inclusive em projetos de assistência. Um terceiro aspecto é a administração e manipulação de crises. Aqui cabe, por exemplo, o que no Brasil alguns pesquisadores e profissionais de auditoria vi identificar como o Sistema da Dívida, consolidado em uma trama decorrente de manipulações contratuais e de acordos entre o capital e o estado.

Neste caso, de forma subserviente, o estado vira refém de um sistema de draga recursos públicos para o setor financeiro interno e externo. Pagamento de rentistas e do capital especulativo. Como destaca Harvey, é como criar de forma deliberada desemprego para ter um excedente de trabalho, o que permite uma acumulação de capital. Harvey reforça ainda a redistribuição via estado, que atua como agente de controle dos recursos mudando o fluxo para atender as classes dominantes, como nos processos de privatização, ou ainda com políticas de desoneração da folha de pagamento para empregadores e outras medidas similares.

Na prática, o que vemos como custo do neoliberalismo é uma série de prejuízos para os direitos da população, para o estado, e para o meio ambiente. Dentre os tópicos destacados sobre essa degradação, Harvey começa a pontuar a partir da mercadificação de tudo na sociedade, como a história, a sexualização, ao casamento e demais instituições. Trata-se de estabelecer uma conversão em recurso, a estipulação de contratos. Se no sistema liberalismo o trabalhador já perdia sua condição de indivíduo social, dotadas de caráter etc, para convertê-los em formas de

produção e mão de obra, no neoliberalismo essa mercadificação eleva esse processo a um outro patamar de coisificação na medida em que elimina seus direitos e proteção do trabalho, quer seja pela fragilização das instituições de representatividade e de identidade, como entidades de classe e sindicatos, quer seja pela desigualdade geográfica do capital que pressiona para um quadro de mão de obra descartável.

Outra medida de degradação é a ambiental. Ignorar resultados científicos que demonstram a fragilidade ambiental para atender o capital, ignorar a lógica da finitude da oferta de matérias-primas frente à insaciável demanda do mercado para atender o consumo. Estes são elementos de destaque no neoliberalismo, resultantes do individualismo consumista, ou ainda na relação de dominação entre países. As imposições de pagamento da dívida e de corte em recursos públicos, por exemplo, faz com que países menos desenvolvidos fiquem sem recursos para custear a preservação ambiental.

A liberdade de mercado e liberdades individuais estão na ponta do discurso neoliberal. Contudo, a contradição está no acesso à liberdade. Isso pelo fato de não acessarem o mercado, de ficarem de fora das estruturas sociais de apoio. As crises do sistema, que seriam as formas de desmantelar o neoliberalismo, acaba sendo também algo proveitoso para o capital. Afinal, como reforça Harvey, “manter déficits é uma maneira de forçar reduções nos gastos públicos e que é mais fácil atacar o padrão de vida da massa da população e ao mesmo tempo reforçar a posição dos ricos realizados em meio ao distúrbio e à crise financeiros” (2008, p.206).

Destaca Harvey que, para tanto, deve-se estabelecer uma contestação das bases de poder fundamentais sobre as quais foi assentado o neoliberalismo. Neste caso, isso resultaria em ter que reverter a fragilização e abandono pelo estado, e o poder do capital financeiro. Fato é que Harvey destaca uma série de medidas e grupos que demonstram o descontentamento com a “liberdade” neoliberal. Assim, “a neoliberalização desencadeou uma onda de movimentos de oposição tanto dentro como fora de sua área de influência” (2008).

Uma das principais características do neoliberalismo na perspectiva de luta de classes é a fragilização das instituições de seguridade social e das instâncias de direitos do trabalho. O estado neoliberal, conforme destaca Viana (2009) ao defender a tese do capitalismo na era da acumulação integral, vem se consolidando ao longo da década de 1980 resultante de uma série de mutações do modo de produção

decorrentes de uma necessidade de aprimoramento das formas de reprodução do capitalismo diante de um cenário de queda de lucro e extração de mais-valor.

Um estado mínimo, menos amarras entre fronteiras, privatizações e ampliação do aproveitamento abusivo em âmbito internacional para amplificar as estratégias de exploração. “O estado neoliberal tem o papel fundamental de criar as condições institucionais para o aumento da acumulação capitalista, o que o liga intimamente com a chamada reestruturação produtiva e com o neoimperialismo” (VIANA, 2009, p.32). O neoliberalismo, portanto, é a postura que permite ao capital amplificar suas formas de exploração e de estabelecimento de estratégias de extração da mais-valia. Tal postura é operacionalizada não apenas pelo mercado, mas pelo Estado.

A perspectiva de Viana é que os efeitos do neoliberalismo sobre a sociedade, nos aspectos sociais, políticos e econômicos, são os mesmos na grande maioria dos pensadores que aprofundaram análises sobre o fenômeno político-econômico, sendo eles a primazia do mercado, redução do estado e consequentemente cortes de gastos públicos, repressão a partir da política e do Estado, promoção de privatização etc. Assim, uma das peculiaridades do olhar de Viana (2009) sobre o neoliberalismo é que há uma distância conceitual entre o que se propõe como leitura do conceito apropriado do liberalismo clássico, que vem a ser a ideologia neoliberal, que encontra as linhas gerais na obra de Frierich Hayek, e o que se formaria como o estado neoliberal. A ideologia neoliberal é anterior ao estado neoliberal, não sendo, contudo, o Estado Neoliberal resultante direto da ideologia neoliberal.

Em linhas gerais, encontraremos na ideologia neoliberal (VIANA, 2009; HARVEY, 2008; BRAGA, 2020) elementos como a ideia da extrema desregulamentação da economia por parte dos agentes estatais, a primazia do mercado, a venda e privatização de todas as áreas de exploração, políticas de benesses ao capital, extinção de políticas de auxílio à redução da pobreza ou de distribuição de renda, dentre outros. Tais posturas estão presentes em políticas econômicas em várias partes do globo ao longo da segunda metade do século XX. Como reforça o sociólogo, a ideologia do neoliberalismo é anterior ao Estado Neoliberal. Enquanto a ideologia nasce no cenário pós-guerra, e não alcança impacto social ou aplicabilidade imediata diante das medidas keynesianas, o Estado Neoliberal alcança ressonância na medida em que décadas depois o cenário de crise pressiona para uma remodelagem no modo de acumulação, ressaltando um modelo extensivo e intensivo, ou seja, que se propõe expansivo na medida em que se estabelece como

replicável em um ambiente globalizado, e intensivo na medida em que acentua as práticas de exploração do trabalho para garantir a acumulação integral. O garantidor disso, na perspectiva de Viana (2009), é o Estado Neoliberal, instância que se organiza para permitir tais empreendimentos da ideologia neoliberal.

Contrariando a leitura de Foucault (2022) ou ainda de Bourdieu (1998), Viana reforça que criar uma abordagem de causalidade entre ideologia neoliberal e a emergência do neoliberalismo pós anos 1970 é atuar de forma descontextualizada, uma vez que o Estado Neoliberal é resultante de um contexto de transformações sociais específicas distantes do cenário da primeira metade do século passado, em que foram gestados os ideais neoliberais a partir do Colóquio Walter Lippmann e da Sociedade Mont Pèlerin. Assim, como apontado anteriormente, este Estado Neoliberal na leitura de Viana (2009) surge como resposta às necessidades de reprodução do capitalismo, diante das quedas das taxas de juros. Com isso, era “necessário aumentar a extração de mais-valor. Isto só poderia ocorrer aumentando-se a extração de mais-valor em escala nacional e internacional, o que significa aumentar a exploração em geral” (2009, p.78).

Para possibilitar o regime de acumulação integral, uma das formas é a instituição de um estado que permita a operacionalização de políticas de desregulamentação do mercado, pelas políticas de repressão e de vigilância social. Assim, o “Estado neoliberal é a forma estatal necessária ao novo regime de acumulação, o regime de acumulação integral, que é um complemento necessário ao processo de reestruturação produtiva e alteração nas relações internacionais” (2009, p.33). Para manter sua postura mais bem ranqueada diante do cenário internacional, o estado promove uma série de políticas de exploração e de privatizações que não consideram o estado de bem-estar social ou a seguridade dos cidadãos, assim, o “Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global” (HARVEY, 2008, p.76).

2.4 ELEMENTOS DO DISCURSO NEOLIBERAL PARA ANÁLISE DOS EDITORIAIS DO JORNAL GAZETA DO POVO ACERCA DAS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA

Como vimos, as direções aprofundadas pelos autores são amplas e em algumas vezes dissonantes na busca pelos contornos e essência do neoliberalismo e sobre seus reflexos na sociedade. Na perspectiva foucaultiana (2022), percebe-se no percurso da formação da governamentalidade e da organização do estado na gestão dos corpos uma racionalidade neoliberal que reforça a percepção do mercado não como um resultado natural social, mas como uma realidade organizada, o que indica a função do Estado na mediação. Por outro lado, há uma leitura de deslocamento da centralidade deste mercado na atualidade, não mais focado na troca ou na circulação de bens e serviços, mas centrado na performance e concorrência.

Assim, como reforça Foucault (2022, p.74), os efeitos benéficos da concorrência serão “desigual e necessariamente repartidos entre um e outro, em benefício de um a custo do outro”. Oras, o que se destaca nesta abordagem, é que na mesma perspectiva da concorrência como um fator que promove maior autonomia e performance individual para os cidadãos, a lógica é aplicada às instituições, dentre elas, o Estado, que além de desempenhar uma função de fiscalizador das regras do mercado para garantir a livre concorrência e o privilégio do mercado, é também levado a julgo destas mesmas regras, tendo aplicado a si também a dinâmica de concorrência.

Ou seja, não existe razão para “que o Estado seja exceção às regras de direito que ele próprio é encarregado de fazer aplicar. Muito pelo contrário, toda forma de auto isenção ou autodispensa de sua parte apenas o desqualificaria em seu papel de guardião inflexível dessas mesmas regras” (DARDOT, 2016, p.377). Um estado moderno e adequado a tais abordagens deve buscar melhor performance diante da concorrência com outros estados, privilegiar o seu mercado e garantir as proteções aos seus indivíduos, fomentar a disputa e concorrência interna, e não estabelecer protecionismo.

Da mesma forma, aos cidadãos e consumidores, usa-se as mesmas regras de mercado e de concorrência, não apenas nas suas dinâmicas profissionais (como sucesso no mercado de trabalho ou ainda nas relações de consumo de bens e de serviços), mas que se coloca de forma pessoal, afinal de contas, destaca Foucault (2022, p.303), o homem do “consumo, na medida em que consome, é um produtor.

Produz o quê? Pois bem, produz simplesmente a sua satisfação”. Com isso, este indivíduo é um empresário de si mesmo, ou seja, é “ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (FOUCAULT, 2022, p.303). Por fim, é fundamental destacar que a essência neoliberal, nesta perspectiva, ultrapassa as lógicas do mercado ou ainda das relações econômicas, sendo que sua racionalidade é ampliada do “mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a campos não exclusivamente ou não primordialmente econômicos. É o caso da família e da natalidade; é o caso da delinquência e da política penal” (FOUCAULT, 2022, p.429).

Este predomínio do discurso econômico é denunciado por Bourdieu sobre o avanço do neoliberalismo, ao perceber que ocorre um capital simbólico apropriado pelas classes dominantes, e conseqüentemente pelo Estado, como forma de justificar o privilégio da economia frente ao bem-estar social. Oras, é como se o discurso econômico, partindo de uma postura de suposta verdade científica (BOURDIEU, 1998) exposto midiaticamente, apresentasse um pressuposto da verdade, como validador, a partir das suas linguagens técnicas, de uma ofensiva do livre mercado e da primazia de uma unificação econômica a partir de um mercado global, sem amarras do Estado e sem limitações de fronteiras.

Fundamental destacar a quem atende a insegurança social ou ainda a precarização das condições de trabalho dentro de uma política de estado neoliberal. O que denota claro embate de classes, em que o uso do capital simbólico é reunido para atender aos interesses das classes dominantes. Isso a partir de uma validação ou operação do Estado como um agente que facilita o uso de ferramentas de violência e de regulação dos campos. A partir da leitura marxista, Harvey (2008, 2005), Duménil e Lévy (2014, 2011), bem como Viana (2009) vão discorrer sobre o neoliberalismo como uma resposta do capitalismo a mais uma crise de acumulação, ou seja, como a intensificação do poder das elites, possibilitando a ampliação das formas de exploração e de estabelecimento de estratégias de extração da mais-valia.

A similaridade que podemos perceber em todas as perspectivas acerca do neoliberalismo é que tal postura de centralidade do mercado, de fomento ao individualismo e de fragilização do bem-estar é operacionalizada não apenas pelo mercado, mas pelo Estado.

Com base nos apontamentos dos autores que nos auxiliam a interpretar a dimensão do neoliberalismo, consideramos alguns aspectos que ajudam a

estabelecer alguns elementos de defesa do neoliberalismo. Elementos que podem ser operados no discurso da mídia, considerando-a como um instrumento ideológico instrumentalizado para a reprodução do poder das classes dominantes.

Estes elementos serão posteriormente usados como categorias para analisar a forma como o discurso neoliberal do jornal *Gazeta do Povo* é manifestado nos editoriais acerca dos projetos de emenda à constituição com foco na alteração do sistema previdenciário público brasileiro ao longo das últimas décadas após a redemocratização do país. Importante ressaltar que a ordem de apresentação não considera qualquer julgamento de grau de importância, de intensidade ou qualquer outro julgamento qualitativo sobre os aspectos em que cada elemento desempenha para o discurso neoliberal.

Considerando o reforço da literatura a partir dos autores das perspectivas foucaultiana, bourdiana e marxista sobre a forma como o Estado é central no neoliberalismo. O primeiro elemento que apontamos aqui é o da Invocação do Estado Neoliberal. Neste aspecto, percebe-se o destaque dos autores sobre a forma como o Estado é operador ou fomentador das políticas neoliberais. Desta forma, as práticas discursivas que buscam cobrar do Estado medidas de privatização, de fomento à participação da iniciativa privada ou ainda de facilitação de desregulamentação de setores ou serviços públicos podem ser identificados como estratégias apropriadas para defesa as medidas neoliberais.

Em diálogo com o elemento anterior, indicamos o uso da ideia de Estado Mínimo⁷⁴ como elemento do discurso neoliberal, na medida em que a literatura nos aponta a identificação de um Estado não apenas fomentador das práticas neoliberais, mas na medida em que se despe de todas as demais responsabilidades e funções que se pode ver no Estado de Bem-estar Social, como um Estado garantidor de direitos e de promotor de garantidor de políticas sociais.

⁷⁴ Oras, se o Estado é um agente de mediação e facilitador da ordem do mercado e do direito privado, a abordagem Neoliberal busca sua síntese, ou seja, que ele seja despido de qualquer outra atividade que não seja a de guardar os interesses do capital. Assim, o Estado Mínimo está vinculado ao conceito de um Estado não interventor e facilitador dos agentes econômicos, da mesma forma em que se despe de posturas de fomentador do Estado de Bem-Estar Social. Assim, conforme destaca Bobbio (1998, p.283), o Estado Mínimo é um “Estado que teria uma única função, a de proteger os direitos individuais contra toda e qualquer forma de violação. Nasceria do campo do direito privado, como desenvolvimento da autoproteção que os vizinhos de moradia a si mesmos se dão associando-se, ou como aperfeiçoamento de agências que protegem quantos obtêm tal proteção: a ordem política, instaurada pelo Estado mínimo, é assim explicada em termos não políticos”.

Na sequência da indicação dos elementos do discurso neoliberal, destacamos a Eficiência, como forma de legitimar as medidas neoliberais. Desta forma, como indicado pelas abordagens teóricas de Foucault (2022) e Han (2018), a dinâmica neoliberal pressiona para uma maior concorrência e performance dos indivíduos na sociedade, da mesma forma como aplica tais dimensões para o Estado. Assim, o “sujeito neoliberal como empreendedor de si mesmo é incapaz de se relacionar livre de qualquer propósito. Entre empreendedores não surge amizade desinteressada” (HAN, 2018, p.11). Na lógica do Estado, busca-se com o Estado Mínimo, e com um comparativo aos demais países uma forma de garantir melhor atendimento aos interesses do capital, e com isso maior eficiência.

De forma complementar, percebe-se o elemento da Modernização aplicado ao discurso neoliberal como forma de defender as políticas de fragilização dos direitos sociais, bem como a intensificação da acumulação do capital. O Estado moderno ou a ideia de modernização aplicada ao Estado é o da gestão focada para a desregulação do mercado, e de iniciativas focadas no capital.

A ideia da redução da autonomia do campo político e do Estado e favor da primazia do capital é o que está considerado na crítica de Bourdieu (1998), quando critica o culto ao mercado como pressuposto de que a lógica econômica deve se sobrepor à soberania dos Estados, ou ainda às políticas de seguranças sociais. Oras, reforça Bourdieu que o modelo neoliberal se apoia sobre dois postulados: “a economia é um domínio separado, governado por leis naturais e universais que os governos não devem contrariar com intervenções intempestivas; o mercado é o meio ótimo de organizar a produção e os intercâmbios de modo eficaz e equitativo nas sociedades democráticas” (BOURDIEU, 2006, p. 25). Com isso, destaca-se a Primazia da Economia como justificativa para as práticas neoliberais de redução do estado, de desregulação de direitos sociais, de privatização de setores geridos pelo Estado ou com interferência de entes governamentais que possam ser repassados à iniciativa privada.

Conforme aponta Foucault (2022), na leitura neoliberal, a promoção da igualdade ou de garantia de direitos sociais são posturas de interferência no livre mercado e na concorrência. Oras, na leitura do neoliberalismo, “uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. Ao contrário, ela deve deixar a desigualdade agir [...] as pessoas reclamam da desigualdade, mas o que dizer? A desigualdade é a mesma para todos” (FOUCAULT, 2022, p.192). Com isso, percebe-

se que no neoliberalismo não há espaço para um Estado que se preocupa com questões sociais e com intervenção na economia de forma a garantir o Estado de Bem-Estar Social. Neste viés, um elemento que adicionamos à tabela é o de Redução da Proteção Social, na medida em que o discurso busca perceber tais serviços como previdência pública, saúde, educação, políticas de distribuição de renda, como Privilégios e não como Direitos.

Por fim, dentre as categorias do discurso neoliberal que indicamos com base na literatura, é a necessária liberdade Individual e Autonomia. Oras, se a lógica do Estado Neoliberal é não interferir nas dinâmicas do mercado, garantindo apenas os direitos básicos e garantindo a liberdade e direito ao patrimônio dos indivíduos, significa que há desregulação e condições aportadas pelo Estado de que cabe aos indivíduos liberdade para agir. Desta forma, diante da lógica neoliberal, o “governo não precisa intervir, já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas” (FOUCAULT, 2022, p.60). Oras, na teoria neoliberal, reforça Harvey (2011), há uma relação entre as liberdades de mercado e as liberdades individuais, ou ao menos uma interpretação de condicionantes. Assim, o “pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio é um elemento do pensamento neoliberal”.

Com base neste levantamento, sintetizamos os elementos que servirão de categorias para observar os editoriais na busca por elementos do discurso neoliberal na Gazeta do Povo dentre as edições que integram o corpus de análise da presente tese.

TABELA 2 - QUADRO DE CATEGORIAS DE ELEMENTOS NEOLIBERAL	
Elemento	Descrição
Estado Neoliberal	Estratégias discursivas que buscam indicar cobrança do Estado que manifeste ações em promoção do neoliberalismo. Destacam-se posturas que reforçam o papel do Estado como garantidor da liberdade econômica e facilitadora do mercado.

Estado Mínimo	Estratégias discursivas que critiquem o inchaço do governo, reforçando a postura de cobrar do Estado atuação apenas em questões relativas à garantia do livre mercado e do privilégio do setor econômico. Medidas de privatização, transferências de gestão de atividades lucrativas para a iniciativa privada, etc.
Lógica da Eficiência	Estratégias discursivas que fomentem a leitura da eficiência e da competitividade não apenas no Estado, mas nas relações econômicas e também nas demais instâncias da gestão da vida. Destaca-se aqui também estratégias como a de comparar governos como forma de indicar eficiência.
Modernização	Estratégias discursivas que cobram do Estado postura de ajustes ou desregulação de setores partindo do pressuposto de modernização da gestão. Assim, um Estado Mínimo, um Estado eficiente etc, é um Estado com gestão moderna.
Predominância do Elemento Econômico	Estratégias discursivas que buscam se apropriar das regras, habitus etc do mundo econômico para justificar medidas neoliberais, reforçando a centralidade do mercado.
Redução da Proteção Social	Estratégias discursivas que legitimam o Estado Mínimo criticando posturas do Estado de Bem-Estar Social, indicando que a sustentação ou gestão do estado nas medidas sociais são formas de

	assistencialismo ou de concessão de benefícios para determinadas categorias ou classes.
Liberdade e autonomia	Estratégias discursivas que critiquem a gestão do Estado que esteja além do pressuposto do neoliberalismo, como uma espécie de combate a um intervencionismo nas liberdades individuais.
Fonte: autor (2023)	

Conforme pode ser observado a partir da abordagem dos autores aqui indicados na leitura do neoliberalismo, e com base nas especificidades e descrição das categorias, considerando a unidade do discurso neoliberal, tais elementos não são excludentes ou substitutivos, mas o contrário, são complementares na defesa dos ideais neoliberais. Desta forma, é possível identificar a ideia de Eficiência para, por exemplo, justificar a defesa de um Estado Mínimo, ou ainda para defender as lógicas da Modernização na gestão pública. Por tal motivo, complementa-se o uso de tais categorias a partir da análise das ferramentas da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2019; DIJK, 2023), bem como os modos de operação da Ideologia (THOMPSON, 2009) e os padrões de manipulação da imprensa (ABRAMO, 2016).

3 INVESTIGANDO A IDEOLOGIA DO PODER MIDIÁTICO

Nesta etapa do trabalho, nosso objetivo é visitar os elementos que destacar o papel da imprensa na reprodução do poder familiar e de classes na sociedade. Portanto, observando as dinâmicas de produção de sentidos e discurso pelo jornal *Gazeta do Povo* ao longo das reformas da previdência empreendidas em diferentes governos, buscamos identificar traços da abordagem neoliberal e uma unidade do discurso do jornal diante do comando da família Cunha Pereira. Assim, faz-se necessário aqui observar como a imprensa atua nesta reprodução do poder, e quais os aparatos teóricos e metodológico que usamos para observar este fenômeno. Partimos, desta forma, de uma leitura sobre a imprensa inserida dentro do contexto midiático, como uma ferramenta ideológica, ou seja, como um instrumento de poder na sociedade, sobretudo diante de um cenário de ampla mediação da realidade por parte dos meios de comunicação de massa.

Conforme destaca Tuchman (1978, p.4), a imprensa é uma instituição social na medida em que atua a serviço da sociedade disponibilizando as informações, e conferindo um caráter de público a determinados acontecimentos considerados relevantes socialmente. Assim, reforça a socióloga, “as notícias são um método institucional de disponibilização de informação aos consumidores. O consumidor compra o jornal porque quer ler [...] sobre as inundações, incêndios, ou o frenesim da vida social” (TUCHMAN, 1978, p.4). Nesta mesma lógica da visibilidade dos fatos, a centralidade da imprensa na sociedade, bem como sua legitimidade, dialoga também com a possibilidade de acesso às notícias a partir de toda a sociedade, sobretudo aqueles que não teriam condições de acessar a informação a partir do fato ou do acontecimento, pois se restringem a espaços específicos, como decisões governamentais, dentre outras (TUCHMAN, 1978, p.5).

É importante reforçar o papel central do jornalismo na sociedade como uma instituição que atua na construção social da realidade, a partir de uma série de técnicas e estruturas burocráticas que buscam realizar um recorte dos fatos diários, aplicar filtros e tratamentos para apresentação posterior ao público. Com isso, afastamos a perspectiva do jornalismo como um instrumento que reproduz a realidade, uma vez que o processo de produção da notícia dá forma ao acontecimento noticiado (TUCHMAN, 1983). A notícia e a realidade apresentada, são resultantes de uma série de condicionantes que integram um complexo processo da produção da

notícia, desde a definição ou enquadramento do fato ou acontecimento como algo de interesse público, até a organização e empacotamento para comercialização e consumo final.

A notícia recebe influências de ação pessoal, na medida em que a percepção do jornalista ou de outros operadores do discurso jornalístico podem ser determinantes para classificar os acontecimentos ou ainda estabelecer um ranking do que vira um acontecimento jornalístico ou não; de ação administrativa ou institucional, na medida em que as lógicas da empresa jornalística, os custos da empresa e decisões administrativas ou de gestão podem desempenhar o processo de escolha da notícia, ou ainda a forma de tratamento do acontecimento; e de ações políticas ou econômicas, na medida em que como uma empresa que atua no mercado, e, portanto, inclusa nas lógicas do capital, é afetada pelas pressões de anunciantes ou ainda de agentes políticos.

Como destaca Chauí (2019), o regime democrático pressiona para que o cidadão busque a partir da imprensa e demais meios de comunicação informações que subsidiem suas ações na sociedade, sobretudo para que possa exercer sua plena cidadania, apropriando-se destas informações para assumir posicionamentos e realizar decisões. Contudo, o poder econômico e político dos meios e da imprensa tentem a tolher esta capacidade do indivíduo, veiculando um recorte de realidade que restringe a capacidade de intervenção política por parte do cidadão⁷⁵.

⁷⁵ Na década de 1950, a preocupação com o poder dos meios e com as lógicas de produção da notícia resultaram em uma série de pesquisas que buscou observar as dinâmicas institucionais da empresa jornalística nos Estados Unidos. As teorias sobre as rotinas produtivas e organizacionais surgem a partir das reflexões que se iniciam neste cenário. Como destacam Carvalho e Messai JR (2019), estas pesquisas estão atreladas às teorias do campo da administração, percebendo as formas e fases dos processos de gestão. Desta forma, a teoria “traz uma forte referência da administração, partindo do ponto de vista do atendimento a certas necessidades que visam à gestão de pessoas, ao bom rendimento dos trabalhadores e, por fim, à melhoria dos retornos que a organização pode obter” (CARVALHO & MESSAGI JR, 2019). O jornal é uma empresa, e como tal, apresenta interesses econômicos relativos ao dono do jornal ou ao grupo que detém a posse do veículo (MEDINA, 1978). Sendo uma empresa, seu principal foco é a venda de notícias, o que não implica, por si só, algum problema ou entrave ao processo da notícia ou à empresa jornalística. Não à toa, boa parte das instituições são organizadas de forma a distanciar o departamento comercial, preocupado com a arrecadação de recursos, da redação, espaço por excelência da produção da notícia. Contudo, o que se percebe é como esta estrutura empresarial e seus interesses podem afetar a notícia. Assim, reforçam Carvalho e Messagi JR (2019), a teoria percebe a forma como as empresas estão organizadas e constituídas em termos de gestão, e se debruçará sobre “sobre como as notícias são construídas, considerando desde a filtragem de temas que serão pautados, passando pelas escolhas e prioridade de fontes de informações, até o espaço que determinada reportagem ganhará no suporte de publicação”. Uma das primeiras questões a ser destacada aqui é o fato de que os jornais têm linhas editoriais, que reúnem os valores e posicionamentos do veículo. Esta linha já é uma forma de conformação da notícia ou ainda da forma como os jornalistas atuam (PENA, 2010). Ou seja, nem que

O recorte da realidade abordado pela imprensa, neste sentido, independentemente das ações acima citadas, operadas interna ou externamente no processo de produção da notícia, atende uma dupla influência na sociedade. A primeira, é a de constituir um discurso de veracidade que tende a considerar seus conteúdos veiculados como temas de extrema relevância e de interesse público. Considerando a quantidade diária de acontecimentos que podem desempenhar graus de relevância na vida ou interesse do cidadão consumidor de notícias, as decisões internas ou externas do jornal sobre o que é veiculado e o que fica de fora da atenção midiática normatiza socialmente o que se constitui como relevante, e até como existente, uma vez que a não visibilidade de determinados acontecimentos leva-o ao desconhecimento de uma parcela da sociedade (TUCHMAN, 1983). O segundo aspecto, na medida em que a notícia é resultante de uma série de condicionantes, é realizar um recorte de realidade a partir de um enquadramento que opera uma posição de classes.

ocorra uma ação direta da empresa e da gestão, como editores, chefes de redação, para constranger um jornalista a não publicar uma informação que vá de encontro à linha editorial, muitas vezes, a dinâmica empresarial cria uma cultura interna que pressiona o jornalista sem que ocorra uma censura expressa. Quer seja pelo fato de o jornalista pressupor que é impedido pela linha editorial, ou ainda pelo fato de almejar um futuro próspero na empresa e julgar que tais posturas poderiam o prejudicar, estas ações dentro desta dinâmica empresarial seria o suficiente para alterar o teor da notícia. Para Breed (2011), um dos principais pesquisadores que contribuíram para a teoria organizacional, são seis as razões de conformismo que podemos perceber na redação relativos à orientação política. A primeira razão é a autoridade institucional e as sanções. Neste ponto, Breed destaca que a definição sobre os recortes de realidade e a delimitação sobre o que será publicado e como será publicado segue a decisão hierárquica institucional. Seguir contra tais delimitações resulta, portanto, em sanções, ou seja, em prejuízos ao jornalista que se manifesta contrário às regras. Assim, reforça o pesquisador, "o medo de sanções, mais do que a sua invocação, é uma das razões que levam ao conformismo" (BREED, 2019). A segunda razão de conformismo é a de sentimento de dever e estima para com os chefes. Neste ponto, as relações de proximidade entre o jornalista e seus superiores na empresa, ou ainda a sensação de dever vinculado a uma promoção recebida, cria constrangimentos institucionais que podem atuar no conformismo. Entra nesta mesma lógica a ideia de que há um dever de subserviência ou de obrigações dos novatos com relação aos jornalistas mais experientes na empresa. A terceira conformação é de aspirações de mobilidade. Neste caso, a vontade de subir na carreira fará com que o jornalista realize situações de autocondicionamento ou ainda de autocensura considerando as vontades dos superiores e a linha editorial do jornal. Um quarto ponto é a ausência de lealdade de grupos em conflitos, motivo pelo qual percebe-se pouca resistência ou grupos de resistência, o que poderia pressionar para momentos de enfrentamento. A quinta abordagem de Breed (2019) é com relação ao prazer da atividade. Ou seja, o amor à profissão leva o jornalista a aceitar determinadas ações de pressão empresarial para continuar na atividade. Reforça-se aqui também as gratificações não financeiras, como os prêmios, ou ainda o status adquirido pelo jornalista diante da comunidade. Por fim, Breed aponta a lógica da notícia alcançar um valor que justifique. Ou seja, a primazia do interesse público e da contribuição do jornalista para alcançar o furo da notícia faz com que a pressão e constrangimentos sejam aceitos pelo jornalista na vida da profissão.

Como reforça Castells (2019), este discurso opera narrativas que definem papéis em contextos sociais, resultados dos enquadramentos e das molduras construídas pela narrativa. A imprensa desempenha assim um papel na estrutura social de veiculador da realidade ou do pressuposto da realidade. As notícias veiculadas e o seu carácter de normatizador do que é importante para a leitura e acompanhamento pelos cidadãos é um papel interpretado, resultante da interação social. O que a imprensa opera em termos de discurso, portanto, não é despido de um carácter de posicionamento social e de uma carga ideológica. Este poder midiático, destaca Castells (2019), está no âmago da estrutura e da dinâmica da sociedade, sendo que a “produção do poder continua moldando os processos decisórios, por coerção ou por construção de significado – ou ambos” (CASTELLS, 2019, p.244).

Aqui se concentra o foco da nossa atenção, ao observar como a imprensa se consolida como uma ferramenta que reproduz o poder na sociedade pela seleção de acontecimento e pelo seu enquadramento e carácter discursivo da narrativa destes acontecimentos. Isso ocorre na medida em que há uma instrumentalização da imprensa como um veiculador da ideologia dominante, considerando que esta é afirmada em todos os níveis sociais (MÉSZÁROS, 2004). Neste aspecto, o interesse dos donos de jornais que integram a imprensa comercial, busca preservar o status quo a partir da ideologia abordada reiteradamente pelos veículos, percebendo esta ideologia não como uma “ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZÁROS, 2004, p.65).

Ela não é superada na sociedade de classes, e se mantém a partir de uma reconstrução constante a partir de uma articulação de “conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos” (MÉSZÁROS, 2004, p.65). É a reprodução do poder da classe dominante não pela força repressora, mas sim a partir da força ideológica, no que Althusser destaca como aparelhos ideológicos de Estado. Neste aspecto, a imprensa integra o rol de aparelhos ideológicos na medida em que atua como instituição especializada em reproduzir as relações de produção e exploração do capitalista (ALTHUSSER, 1978, p.63). Conforme destaca Chomsky, ao analisar as políticas de manipulação da mídia (2013), a imprensa comercial desempenha um papel de orientação da camada mais ampla da sociedade para a produção do consenso. Assim, junto com outras instituições com o a escola e a estrutura comercial da cultura, são

operadas pelas classes dominantes como instrumentos de dominação, inculcando determinadas convicções. A maneira como a imprensa desempenha esta função é “servindo as pessoas que têm o poder de verdade. As pessoas que têm o poder de verdade são as donas da sociedade, e elas fazem parte de um grupo bem reduzido” (CHOMSKY, 2013, p.18). Ainda segundo Chomsky (1988), desta vez em outro estudo sobre a política econômica dos meios, o enquadramento e o domínio ideológico da imprensa a partir das classes dominantes é realizado não apenas pelo controle empresarial dos meios, mas pelo enquadramento, e também a partir das relações externas com os grupos que financiam o jornal a partir dos anúncios, ou ainda os integrantes dos grupos econômicos e políticos que podem se beneficiar do que é veiculado na imprensa junto à sociedade

A imprensa é a parte mais dinâmica da superestrutura ideológica, focada no desenvolvimento do domínio ideológico essencial ao bloco hegemônico na sociedade. Portanto, são instrumentos essenciais para a perpetuação da hegemonia da classe dominante, considerando que esta mesma classe busca deter a “propriedade dos meios de produção, as tecnologias e a infraestrutura logística, projetando-se como gestores de processo de produção material e imaterial” (MOREAES, 2019, p.39). Na classificação dos aparelhos ideológicos, cada instituição como Escola, Igreja etc atua de forma complementar às outras instituições ou aparelhos ideológicos de forma a colaborar para a reprodução dos moldes de produção capitalista. Assim, a imprensa integra o aparelho de Estado da Informação, visto que sua função é a de reforçar o poder das classes a partir de “doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo etc” (ALTHUSSER, 1978, p.63).

3.1 NEWSMAKING, PODER MIDIÁTICO E JORNALISMO OPINATIVO

Um esforço sociológico para a compreensão da imprensa e da forma como ela produz realidade foi empreendido pela socióloga Gaye Tuchman, resultando na hipótese da Newsmaking (1978). A incursão sobre as rotinas da imprensa pela socióloga ajudou a derrubar as premissas do jornal como um espelho da realidade, abordagem teórica vigente no início do século passado no campo dos estudos sobre a imprensa (PENA, 2008). Sob influência do positivismo comtiano, a perspectiva do

jornal como um veiculador fiel da realidade, ou seja, como um espelho que reflete a realidade em sua plenitude, consolidou-se como uma hipótese a ser buscada pelos a imprensa entre o fim do século XIX e início do século XX.

Assim, a teoria do espelho pressupunha que o jornalista era um mediador desinteressado, que observava a realidade e apenas estabelecia um relato equilibrado e honesto sobre os acontecimentos, sem que sua leitura ou que as rotinas pudessem desempenhar quaisquer interferências neste relato. A teoria ganha fôlego em um movimento de afastamento da subjetividade, conforme desta a leitura de Walter Lippmann (2009) de que os veículos na década de 1920 passariam por um processo de ajuste das suas produções, buscando um caráter mais rigoroso e científico na apuração das notícias, evitando o subjetivismo que era amplamente presente nos jornais, caracterizados por um gênero opinativo e mens informativo.

Este movimento pela objetividade e pela suposição de transmissão da realidade também afetou a forma narrativa, com a supressão do narrador em primeira pessoa. O esforço de Tuchman (1978) segue a lógica contrária, da impossibilidade da notícia como reflexo da realidade, mas sim como um produto de um processo de construção fortemente influenciado pelas dinâmicas organizacionais e institucionais da empresa jornalística. Isso nos é importante na presente pesquisa, na medida em que percebemos que a imprensa veicula um posicionamento ou leitura de realidade a partir de uma carga ideológica.

Considerando a empresa jornalística dentro de uma rotina produtiva, partimos do pressuposto de que ela se insere dentro de uma dinâmica capitalista com a consequente mercantilização da notícia. Ou seja, se o expansionismo do modo de produção capitalista pressiona para a mercantilização de tudo, a notícia como produto para ser vendido, consumidor e para gerar lucro, ou ainda como instrumento de dominação de classe, não passa ao largo desta perspectiva. Neste aspecto, a “comunicação também se torna mercadoria ou mercancia. A grande questão, porém, é que surge um setor específico do capital voltado para a exploração da comunicação mercantil” (VIANA, 2020, p.24). A imprensa, dentro de um cenário de concentração midiática, já abordado anteriormente no presente trabalho, é entendida como um capital comunicacional dentro da dinâmica capitalista. Considera-se capital

comunicacional⁷⁶ aquele resultante do investimento capitalista em empresas do setor da comunicação, sendo a imprensa um destes investimentos ou uma destas áreas dentro do capital comunicacional. Para Viana (2020, p.24), a remodelação do setor de imprensa e comunicação diante de um cenário de oligopólio e concentração empresarial promove o surgimento do capital comunicacional como instrumento importante da burguesia nas lutas de classes e na reprodução do capitalismo tornando a imprensa uma indústria.

Na sociedade capitalista, a expansão dos meios tecnológicos ou eletrônicos de comunicação cria uma nova variedade de formas de comunicação. Porém, em toda sociedade de classes a comunicação tende a ser hegemonicamente assimétrica. A produção de meios tecnológicos de comunicação, por sua vez, ocorre na sociedade capitalista e de acordo com a sua lógica. Os meios tecnológicos de comunicação se beneficiam do desenvolvimento tecnológico e servem ao processo de reprodução do capital por serem mercadorias. Eles fazem parte do circuito de produção e reprodução do capitalismo, são mercadorias que são produzidas visando lucro e que são acessíveis apenas aos portadores de capital para adquiri-los. Assim, os meios tecnológicos de comunicação são mercadorias que geram lucro para determinados setores do capital e que são meios de produção para os outros setores do capital, que compõem o setor das empresas de comunicação (VIANA, 2020, p.34).

Esse caráter assimétrico destacado por Viana se aprofunda na medida que o oligopólio midiático transforma o capital comunicacional como um instrumento poderoso de controle social nas mãos de algumas empresas capitalistas. Nesta leitura, o jornal Gazeta do Povo integra o capital comunicacional, não apenas por se consolidar com o um veículo de ampla circulação ou impacto na sociedade, mas também por ser um dos braços empresariais de um grupo de comunicação encabeçado pela família Cunha Pereira, com poder também em outras empresas de mídia, formando um domínio mais amplo, abarcando ainda os veículos jornal Tribuna, a Rede Paranaense de Comunicação (RPC), que é a retransmissora do canal da Globo no Paraná, e as rádios 98 FM e Mundo Livre FM⁷⁷. O caráter assimétrico do capital comunicacional também se dá pela forma como a imprensa é consolidada, não

⁷⁶ Para Viana (2020), o capital comunicacional é resultante do processo de concentração midiática no contexto do capitalismo na era da acumulação integral. “O capital comunicacional não é apenas estabilizado da sociedade capitalista, mas também reproduzidor de suas contradições. Os meios oligopolistas de comunicação não são neutros e servem aos interesses do capital” (VIANA, 2020, p.65).

⁷⁷ <https://www.grpcom.com.br/>

necessariamente atuando em uníssono ou ainda com ideais similares. Há uma multiplicidade de veículos que atuam no denominado jornalismo alternativo ou ainda jornalismo independente (RIBEIRO, 2020). Percebemos o jornalismo alternativo como aquele que é operado pelas lógicas não comerciais da imprensa, buscando temas e fontes de informação não resultante da pressão econômica, mas sim buscando desenvolver uma voz dissonante na imprensa para fornecer maior multiplicidade de opiniões para a sociedade. Já o jornalismo independente, que pode estar relacionado ao jornalismo alternativo como elementos complementares, é caracterizado por distanciar as fontes de financiamento da produção da notícia.

Com isso, busca-se dirimir as pressões econômicas e políticas percebidas a partir das perspectivas da hipótese da newsmaking, dentre outras. Estas iniciativas, contudo, são incipientes e em menor número diante do cenário comunicacional empresarial. Além disso, como destaca Viana (2020, p.45), esta produção fora do circuito do capital comunicacional é também afetada por ele e deixada às margens da visibilidade pública. “Neste sentido, uma ampla produção cultural é realizada, mas não é divulgada, já que não conta com tais empresas e seus meios de divulgação. A produção cultural que chega à maioria da população é a divulgada por tais empresas oligopolistas de comunicação” (VIANA, 2020, p.45).

Na lógica das rotinas produtivas e da informação como um produto manipulável pelo capitalismo, a notícia e os demais conteúdos veiculados nos jornais, portanto, são passíveis de sofrerem alteração a partir da pressão institucional, política ou econômica nas rotinas produtivas. Na pesquisa que aqui se desenvolve, a abordagem de classe é manifestada pelos donos do jornal em um espaço específico para indicar o posicionamento do veículo, que é o editorial do jornal. Segundo Tuchman, os veículos devem atender ao menos três premissas para a produção da notícia, sendo elas: estabelecer visibilidade à um determinado acontecimento ou conferir status de acontecimento jornalístico a um fato ou acontecimento; criar condições de padronização ou rotinização da produção da notícia a partir de uma série de estratégias como classificações sobre noticiabilidade ou valores-notícia; criar condições organizacionais para a produção da notícia. Com isso, a notícia resulta de um processo de produção de um bem de consumo, ou seja, é transformada em uma mercadoria, padronizada e condicionada às normas mercadológicas de generalização. Afora isso, ela também é um meio de manipulação ideológica a partir das classes dominantes.

Como reforça Marcondes Filho (1986), isso ocorre a partir de três questões: a notícia como um elemento mercadológico primordial para a empresa jornalística, ou seja, a notícia como o principal bem de comercialização e de venda de um jornal, inserindo a imprensa como uma empresa que visa lucros e que atende ao interesse e julgo do mercado; um segundo ponto é justamente o caráter ideológico da mídia como instrumento de reprodução do poder de classes na sociedade, reforçando determinados papéis e funções sociais; por fim, destaca ainda o jornal como um estabilizador político, ou seja, como uma ferramenta de debate e visibilidade pública.

Em diálogo com a hipótese da newsmaking e as pesquisas de Tuchman, Marcondes Filho (1986, p.39) percebe a centralidade do dono do jornal como um orientador ideológico do jornal. Não que ele seja o operador do discurso, mas que ele colabora na forma de organização burocrática e nas rotinas de produção do jornal, o que pressiona para ajustes no desenho da notícia.

Considerando a lógica do enquadramento, estas rotinas e suas regras podem afetar a forma como a notícia é emoldurada, e é esta forma de moldura que pode ser problemática, sobretudo considerando o que envolve este enquadramento, como a amplitude da sua perspectiva. Como reforça Tuchman (1978), comparando o enquadramento da realidade na notícia como uma janela para a realidade, a vista desta janela depende do seu tamanho, ou ainda da capacidade de opacidade ou de visibilidade dos vidros. “O desdobramento também depende de onde se está, longe ou perto, a girar o pescoço para o lado, ou a olhar em frente, olhos paralelos à parede em que a janela está cerrada etc” (TUCHMAN, 1978, p.1). Assim, mais que observar as dinâmicas do consumo, analisar as formas de produção e o contexto é fundamental, dentro da perspectiva da newsmaking, para interpretar como as notícias são como são, e quais seus condicionantes organizacionais. Isso pelo fato de que as notícias que integram a imprensa não são naturais, mas sim produtos de um conjunto de lentes profissionais, estabelecidos pelos agentes que atuam neste campo profissional, e também pelas instituições aos quais integram. Ou seja, as notícias são localizadas, recolhidas e divulgadas pelos profissionais da imprensa, desta forma, “a notícia é o produto de uma instituição social, e está inserida nas relações com outras instituições. É um produto do profissionalismo e reivindica o direito de interpretar as ocorrências quotidianas tanto aos cidadãos como a outros profissionais” (TUCHMAN, 1978, p.5).

Ao se debruçar sobre as rotinas da imprensa estadunidense, Tuchman percebe uma forma de organização do processo de produção de forma a criar uma rotina empresarial. Neste aspecto, algo fundamental dentro de uma cobertura da imprensa é a previsibilidade ou planejamento da notícia. Isso para garantir que os custos envolvidos sejam otimizados, bem como os capital humano e intelectual envolvidos na produção da notícia, considerando a imprensa como uma empresa que produz informação. Neste caso, diante da "imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias" (PENA, 2008, p.130).

Ingressam nestas regras que vão moldar o campo profissional do jornalismo filtros usados pelos jornalistas para determinar acontecimentos jornalísticos, como os critérios de noticiabilidades e os valores-notícias. Enquanto o primeiro se referem aos inúmeros elementos envolvidos no acontecimento, que o faz virar um acontecimento jornalístico, como por exemplo fatos envolvendo pessoas públicas, envolvendo morte, ou que tenham impacto significativo para uma grande parcela do público-alvo do jornal, o segundo ponto -sobre valores-notícia- diz respeito ao ranqueamento dos acontecimentos entre si, o que faz com que alguns acontecimentos tenham mais destaque nas páginas dos jornais em detrimento de outros acontecimentos, o que resulta em um quadro de realidade construído a partir de uma série de interpretações das regras profissionais.

Na mesma lógica da notícia como resultante de um processo complexo de construção da realidade, as premissas da hipótese da newsmaking vão ainda se desembocar em outras investigações que consideram as classificações de forças ou interações da imprensa que podem pressionar para o formato da notícia (PENA, 2008, p.132).

Neste ponto, podemos destacar a ação pessoal, como as lógicas dos agentes da notícia (jornalistas, editores etc) desempenhando papel de filtragem e usando perspectivas pessoais para escolher o que será publicado ou não na edição diária do jornal; a imprensa também sofre a ação social, em que as notícias podem ser resultantes de constrangimentos do sistema social, como pressão da sociedade civil, ou ainda do cenário econômico, como optar por veicular notícias que atendam maior interesse do público e que permita um maior fluxo de leitores online, gerando maior lucratividade para a empresa; a ação ideológica, em que as notícias são resultantes

da coesão de determinados grupos de interesse, como pressão de classes; ocorre ainda a ação cultural, em que as notícias atendem recortes que são decorrentes do cenário cultural, como por exemplo não veicular na imprensa assuntos que são tabus no país em que a imprensa atua; pela ação do meio físico, em que as notícias são resultantes da capacidade tecnológica de cobertura ou ainda da capacidade de acesso às notícias. A perspectiva que desempenha maior papel na leitura da presente pesquisa é a ação ideológica, alinhada às rotinas internas do jornal.

Considerando o papel da imprensa na construção da realidade, e considerando as dinâmicas internas e externas que colaboram na produção da realidade a partir da notícia, é importante ainda destacar dois aspectos que são fundamentais para a pesquisa aqui desenvolvida. A primeira, é a forma como a imprensa alcança a sociedade e pressiona a aceitação de um determinado consenso ou de uma ideologia. E a segunda, é identificar os aspectos opinativos do jornal e suas características na formação desta ideologia.

⁷⁸No primeiro aspecto, resgatamos aqui as pesquisas iniciadas por McCombs (2009) sobre a relação entre o noticiário e o debate do campo político a partir do que denominou-se como hipótese do agendamento, pelo qual os meios de comunicação – a imprensa aqui localizada-, tendem a agendar o debate público. Neste aspecto, a capacidade de influenciar o imaginário social ou de exercer a dominação ideológica pode ocorrer pela capacidade da imprensa de suggestionar determinados temas para serem destacados na imprensa, o que gera uma visibilidade a alguns assuntos, e conseqüentemente uma invisibilidade midiática a outros. Isso dialoga com os pressupostos do newsmaking na medida em que elementos como as dinâmicas internas empresariais e organizacionais, bem como a pressão das ações ideológicas, políticas e econômicas exercidas sobre a empresa jornalística, determinam o que vira ou não notícia, e conseqüentemente, ganham potência para afetar a agenda pública. Este agendamento, por parte da imprensa, é resultado de duas estratégias. A primeira, a o que McCombs (2009) denomina de saliência dos fatos, e está relacionada à

⁷⁸ Para fins de esclarecimento, a Teoria do Agendamento é inserida aqui apenas como forma de perceber o impacto social da imprensa e a sua capacidade de capilaridade e de orientar os debates públicos e a revitalização da esfera pública. Contudo, não será central para a presente pesquisa a análise sobre agendamento, tampouco nos debruçaremos sobre a capacidade de agendamento ou ainda os impactos observáveis. A análise aqui observa, portanto, a mensagem e o seu contexto social.

capacidade dos meios destacarem determinados assuntos em detrimento de outros temas.

Esta saliência promove uma reincidência de um assunto na lista de acontecimentos jornalísticos, o que conseqüentemente o torna evidente para o debate do público. Uma segunda questão complementar – já destacada aqui – é pelo enquadramento, que é a moldura dada ao acontecimento. A imprensa, por exemplo, pode salientar, dentre outros temas, a questão da segurança pública como evidente ao longo do tempo. Não há garantia de que o tema, contudo, não necessariamente molda a agenda pública da sociedade de forma a privilegiar as classes dominantes, uma vez que o assunto da segurança pública é amplo. Mas quando o recorte afunila este tema para abordar a criminalização da periferia de uma cidade, o que se possibilita é direcionar os debates ou a visibilidade para localizar a violência em um determinado espaço, vinculado a uma determinada classe social etc.

A perspectiva do agendamento contempla a imprensa e sua publicação como um todo, ou seja, independentemente do gênero de texto, se conteúdo informativo, opinativo, interpretativo etc. Para a presente pesquisa, orientamos nossos olhares não para as notícias publicadas pelo jornal Gazeta do Povo, mas nos restringimos a um local específico, que é o editorial do jornal, espaço da imprensa comumente dedicado à manifestação da opinião dos donos dos jornais. Isso torna evidente o posicionamento que buscamos identificar, que é o discurso familiar e de classe operado a partir do ideário neoliberal.

Como reforça Dênis de Moraes (2019), sobretudo diante de um cenário midiático digital, em que a propagabilidade de conteúdo é ainda maior no meio social, a exposição da imprensa -como a partir da saliência dos fatos e do enquadramento que vimos na teoria do agendamento- impulsiona o discurso neoliberal que reforça a primazia do mercado como a instância que tutela a liberdade e as demandas sociais. Neste aspecto que é importante mapear a “a estrutura empresarial da mídia orienta suas máquinas de elaboração simbólica para disseminar concepções de mundo afinadas com o mantra do consumismo e os valores que regem a lógica do capital” (MORAES, 2019, p.10).

A maior parte da veiculação da imprensa é a partir da notícia, que atende o caráter informativo, com um texto que pressupõe o mero relato de fatos, supostamente despidido de posicionamento ou de uma manifestação clara do jornalista autor da notícia. Como destaca Marques de Melo (2003, p.74), “a essência do jornalismo tem

sido historicamente a informação, aí compreendido o relato dos fatos, sua apreciação, seu julgamento racional”. Para o pesquisador, a forma como o jornal seleciona os fatos e seus enquadramentos é como estabelece sentido e realidade na sociedade, não sendo uma mera obra do acaso, mas sim uma deliberada forma de imprimir junto aos públicos e ao Estado a sua perspectiva de mundo, que é reunida na linha editorial do jornal, conjunto de posturas que buscam traduzir a unidade ideológica e a missão e visão do jornal. Como reforça Marques de Melo (2003, p.76), esta linha editorial, logicamente, é algo que expressa a posição da instituição. Há um controle forte, portanto, da direção da empresa no que cada edição ou cada notícia veicula em termos de discurso na sociedade. Assim, os “proprietários naturalmente exercem vigilância sobre o andamento das atividades jornalísticas controlando diariamente o produto final” (MAQUES DE MELO, 2003, p.77). Não que não ocorra posturas diferenciadas em termos ideológicos a partir dos funcionários. Contudo, como aponta Marques de Melo, as reformulações do quadro funcional realizadas constantemente pelas empresas jornalísticas certificam-se de manter aqueles que se demonstram coesos e conectados à linha editorial do jornal, e na outra ponta, tende a demitir aqueles que apresentam posturas contrárias.

A notícia, contudo, não é a única forma discursiva do jornal. A multiplicidade de textos que foram compondo o desenho do jornal ao longo do tempo auxiliou na formação dos gêneros textuais, e foram alocando-os em áreas específicas, para que o leitor perceba quando termina a informação e quando inicia a interpretação dos fatos ou ainda a opinião sobre os fatos. O gênero opinativo no jornalismo, portanto, resume-se em formatos como o editorial, o artigo de opinião, a crônica e todos os espaços dotados de subjetividades nas narrativas.

Enquanto na área de artigos o jornal concede voz aos atores sociais de relevância, a depender do tema vigente do momento, o editorial é um local de única autoria, que é a institucional. No editorial, que geralmente é veiculado na página subsequente à capa do jornal, dando abertura e orientação à leitura do noticiário, é um espaço em que é demonstrada a tensão e os interesses públicos e privados da empresa. É o local em que o jornal claramente externo seu interesse no campo político e econômico, pressionando o poder público e o interesse público a partir de suas pautas e interesses, e com isso, atuando na explicitação da sua posição de classe, e da formação da sua imagem (MARQUES & MONT'ALVERNE, 2018, p.14).

A partir do editorial, portanto, o dono do jornal ou ainda o grupo de sócios que detém o controle do manifestam a sua opinião sobre os fatos de maior impacto social, como a voz do jornal. Assim, a leitura dos editoriais “inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos” (MARQUES DE MELO, 2003, p.80), e significa assim, muito mais que uma declaração de ideais, mas também uma forma de coação ao Estado e de orientação às massas sobre a defesa dos interesses do jornal, e dos segmentos empresariais e financeiros aos quais opera a voz e vez na sociedade. O editorial é um gênero, portanto, que expressa a opinião institucional, sendo sua natureza a de se estabelecer como um porta-voz da linha editorial e da visão de mundo da empresa jornalística. Para Marques de Melo (2003), apesar de parecer objetivo dos jornais alcançar a opinião pública a partir deste posicionamento ideológico, o que ocorre na prática, é uma forma não necessariamente de se dirigir à coletividade, mas sim ao Estado, como uma forma de orientar os dirigentes dos aparelhos burocráticos governamentais qual é a perspectiva dos donos das empresas jornalísticas. Isso, obviamente, não representando a opinião ou interesse público, mas como “mais um trabalho de coação ao Estado em defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam” (MARQUES DE MELO, 2003, p.105).

3.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E ESTRATÉGIAS DE MANIPULAÇÃO DO CAPITAL COMUNICACIONAL

Vimos anteriormente, a imprensa, como uma empresa que visa lucros, e que representa uma postura de classes na sociedade, pode operar um discurso ideológico em defesa dos seus interesses políticos e econômicos, bem como de seus pares. Isso pode ocorrer a partir de estratégias internas (pelas rotinas produtivas, pelo processo de definição e filtragem do que é ou não notícia) e também por forças externas (a partir de pressão econômica ou política das classes dominantes). Percebemos também que alguns espaços nos jornais são mais privilegiados como ferramentas para operar a opinião de forma explícita dos donos dos jornais, e incutir assim no público-alvo do jornal seus ideais e de seus pares. Um destes espaços é o editorial, área reservada para manifestação do jornal como uma empresa.

Algo que abordaremos ainda aqui é como, dentro do texto, o discurso é manifestado na imprensa com objetivos de formar opinião a partir da ideologia veiculada pelo jornal. Para tanto, é preciso nos aproximarmos de um percurso metodológico que nos ajude mapear e compreender as práticas discursivas abordadas no jornal *Gazeta do Povo* a partir dos editoriais sobre as propostas de reformas da previdência. Ou seja, precisamos de ferramentas metodológicas que permitam coletar e observar as marcas do neoliberalismo e das estratégias de reprodução do poder familiar nos textos publicados pelo jornal. Isso considerando o discurso como uma ação.

Como destaca Guilbert (2020, p.11), a imprensa não é um reflexo apenas dos acontecimentos ou dos fatos objetivos que são identificados na sociedade, mas desempenha sobremaneira um papel ativo na defesa ideológica das classes dominantes, abordando assim ferramentas discursivas para alcançar tais intentos, com reflexos sobre o que as pessoas pensam e decidem sobre as questões sociais e sobre o rumo de suas ações.

O discurso, portanto, é um plano de ação da imprensa diante da sociedade, ou ainda, a forma como opera a ideologia e desempenha seu papel na reprodução do poder na sociedade. Nesta perspectiva, o discurso nos jornais e o pressuposto do papel social do jornal como uma instituição que desempenha um papel de interesse público, usa principalmente a opinião no jornal como uma ferramenta de construção ideológica. Como o “cavalo de Troia de Ulisses, a opinião permite infiltrar-se sem arrombar as mentes. Assim como o presente recebido pelos troianos não é percebido como perigoso, mas como aquela do senso comum – ela parece inofensiva” (GUILBERT, 2020, p.74). Para fins de conceituação, partimos da compreensão de discurso de Foucault, para quem pode ser considerado um conjunto de enunciados,

na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e

não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo. (FOUCAULT, 1997, p.135).

Uma postura metodológica que permite acessar o discurso a partir de procedimentos científicos é a Análise de Discurso, que pode se consolidar tanto como um campo de estudo da linguística, quanto um aparato de inferência e de análise de textos e de narrativas. Como aponta Orlandi (2012, p.15), a análise de discurso não está atrelada obrigatoriamente à língua, ou ainda à gramática, como estruturas de um campo específico da linguística, mesmo que estes elementos sejam de interesse da análise de discurso. Mas o foco principal é do discurso como algo em movimento, como a palavra em prática, resultando assim, a análise de discurso, como o estudo que observa o homem na atividade da comunicação, em conexão social. Assim, reforça Orlandi (2012), o que se busca na análise de discurso é procurar "compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história" (ORLANDI, 2012, p.15). A linguagem aqui é compreendida como um instrumento ou como a mediação necessária entre o homem e o contexto e realidade social.

Nossa proposta é a de uso como ferramenta dentro do campo da sociologia. Para tanto, uma corrente dos estudos de análise de discurso que dialoga com nossa proposta é a de Análise Crítica do Discurso (ACD), uma abordagem da Análise de Discurso que permite uma abordagem de leitura de uma estrutural social, ou seja, o discurso não apenas como um recurso meramente textual, mas como um "modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação" (FAIRCLOUGH, 2019, p.91)⁷⁹. O linguista britânico Norman Fairclough (2019) é um dos precursores da ACD, e apresenta uma proposta de análise a partir de uma leitura tridimensional abordando o discurso como texto, como prática discursiva e como prática social. Para Dijk (2023, p.113), a ACD é uma investigação analítica discursiva, que busca observar as dinâmicas e fluxos de poder, a forma como são representadas as estratégias de dominação, bem como sua reprodução a partir de textos (orais e escritos) dentro do seu contexto social. Assim, com "essa investigação de natureza tão dissidente, os

⁷⁹ Pra fins de orientação, reconhecemos o caráter de leitura social para além da abordagem linguística ou textual em outras correntes de Análise de Discurso. A escolha pela corrente de Análise Crítica do Discurso, portanto, deve-se a trabalhos anteriores realizado a partir do instrumento metodológico.

analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social” (DIJK, 2023, p.113)

A proposta da tríade de Fairclough permite uma abordagem multifuncional para perceber as lógicas contextuais do discurso promovido a partir dos editoriais do jornal em análise na presente pesquisa. Para Fairclough (2019), a primeira questão da tríade, a de análise textual, resulta de uma leitura sobre as questões do léxico, do vocábulo e sobretudo da estrutural textual indicada no aparato de narrativa em análise. São observados elementos como coesão, os sentidos do texto, tempos verbais, conectivos e outras estruturas linguísticas percebidas no texto. Como destaca o autor, a “análise textual pode ser organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual” (FAIRCLOUGH, 2019, P.135).

Neste aspecto, é possível observar tais elementos a partir de uma escala ascendente, considerando que o vocabulário foca elementos individuais, como as palavras; a gramática abrange esta leitura para a composição das palavras em palavras combinadas e frases; a coesão foca na percepção da conexão destas frases em um texto com determinada orientação; e por fim, a estrutura textual dá conta de subsidiar a leitura sobre as características em larga escala dos textos.

Já na prática discursiva, a análise desloca o ponto de vista dos aspectos internos do texto para os relativos ao consumo, aos processos produtivos ou ainda à circulação do texto. Para Fairclough (2019. p.107), o discurso pode variar na medida em que os textos são resultantes de distintos cenários de produção e circulação, e conseqüentemente são influenciados ou provenientes de fatores sociais. Como exemplo, o pesquisador destaca os artigos de jornais, que são produzidos a partir de uma rotina interna e externa no jornal, com uma atuação coletiva a partir do repórter, do editor e de uma série de outros profissionais que desempenham funções de ajuste direto no texto.

O texto noticioso passa por várias mãos, e seu resultado é resultante deste cenário de produção. Este exemplo dialoga com a perspectiva da Newsmaking, conforme vimos a partir da pesquisa da socióloga Tuchman (1978). Nesta análise, reforça-se ainda o ambiente ou o contexto de consumo, que pode resultar em um processo interpretativo específico do conteúdo textual.

O fechamento da abordagem tridimensional vem com o discurso como prática social. Neste aspecto, as abordagens se ampliam para analisar o contexto geral do

texto tanto nas suas internalidades quanto nos espaços de circulação e no ambiente de produção. Ao se aprofundar nesta dimensão da análise, Fairclough (2019, p.116) destaca dois conceitos que são importantes para esta leitura: ideologia e hegemonia. Assim, esta terceira dimensão extrapola a leitura do texto ou ainda os ambientes, mas de interessa dos elementos ideológicos e hegemônicos que buscam ser naturalizados na ação discursiva.

Como destaca Fernandes (2014), a análise de prática social pode ser entendida como uma dimensão ampla e maior do modelo tridimensional. Não a partir de uma leitura de grau de importância dentro do modelo, mas a partir de uma interpretação de que ela opera as demais instâncias, ou seja, como ela envolvendo também as dimensões do texto e da prática discursiva. A imprensa, agente de circulação do discurso que buscamos analisar na presente pesquisa, é o que Gramsci (2000, p.78) como a parte mais dinâmica da superestrutura ideológica, sendo, portanto, um suporte para o bloco hegemônico. Desta forma, os meios “de comunicação são agentes fundamentais da hegemonia. Eles detêm a propriedade dos meios de produção, as tecnologias e a infraestrutura logística, projetando-se como gestores de processo de produção material e imaterial” (MORAES, 2019, p.39).

O que queremos reforçar é que a imprensa destaca papel ativo na produção da ideologia, e como ferramenta da hegemonia do grupo dominante. Isso é importante na medida em que está estritamente ligado aos conceitos destacados por Fairclough (2019) na descrição da dimensão do discurso como prática social. Isso pelo fato de que a imprensa atua no processo ideológico não apenas a partir dos editoriais, mas pelo recorte da realidade, pela hierarquização dos fatos, pela edição dos títulos e das imagens. Como aponta Moraes interpretando Gramsci (2019, p.44), o pensador italiano “demonstra a exata noção da imprensa burguesa como estado-maior ideológico do bloco hegemônico, lançando seus tentáculos nos meios políticos, empresariais e financeiros”.

Para Fairclough (2019), a prática social do discurso sofre influências das ideologias permeadas nos contextos sociais. Destaca-se a partir disso o processo de reforço da postura hegemônica dos grupos dominantes pelo discurso. Neste aspecto, como aponta o pesquisador, o conceito de hegemonia é caro na medida em que concebe ao discurso ideológico uma matriz de análise da prática social (como o discurso produz, reestrutura ou ainda como desafia ou corrobora as hegemonias existentes).

Dentro destas dimensões, é possível empreender uma investigação para identificar e analisar as abordagens de dominação ideológica a partir do discurso. Dijk (2023) vai discorrer sobre a ideologia a partir dos meios de comunicação e o exercício do poder, entendendo a ideologia como uma estrutura de conformação e controle que afeta aspectos de conhecimento, representações sociais, dentre outros tipos de cognição social. Dijk complementa que esta estrutura ideológica “consiste em normas, valores, metas e princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de forma tal a favorecer a percepção, interpretação, e ação nas práticas sociais que beneficiam os interesses do grupo tomado como um todo” (DIJK, 2023, p.48). Na produção da notícia, o pesquisador percebera como isso ocorre na forma como o jornal estabelece seleções e ocultações de conteúdos, realizando um recorte da realidade, silenciando outros temas, realizando, portanto, algo como uma reconstrução das realidades sociais e políticas. Assim, esse processo é “dirigido por um sistema de valores. De ideologias profissionais sobre as notícias e sobre o que deve ou não ser notícia, logo que costuma direcionar o foco e o interesse para vários dos participantes da elite: atores, grupos, classes, instituições, países e regiões” (DIJK, 2023, p.50).

Destaca-se que para as ideologias são construtos da realidade, bem como também elementos de significações, tendo do mundo físico, quanto das identidades e das relações sociais. Esta é uma abordagem de ideologia que dialoga com a proposta por Thompson (2009), para quem a ideologia não resulta das relações ou formas simbólicas, mas sim são estas que se consolidam em modos de operação da ideologia dependendo do contexto social em que são empregadas. Para Thompson (2009, p.117), a reprodução das relações sociais demanda não apenas as condições materiais da vida, mas também a reprodução de valores e crenças. Alguns destes valores ajudam a constituir a ideologia dominante, que pode estar em larga escala difundida na sociedade permite a conexão das pessoas à ordem social. Por fim, Thompson (2009) reforça que a reprodução desta ideologia dominante, bem como a sua propagação ou difusão, são tarefas de determinadas instituições, como o Estado, além de outros aparelhos de repressão. Ao realizarem esta função, atendem “interesses de longo prazo da classe ou das classes que mais se beneficiam das relações sociais existentes” (THOMPSON, 2009, p.118).

TABELA 3 – MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA

Modos gerais	Algumas estratégias típicas de construção simbólica
Legitimação	Racionalização
	Universalização
	Narrativização
Dissimulação	Deslocamento
	Eufemização
	Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandarização
	Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação
	Expurgo do outro
Reificação	Naturalização
	Eternalização
	Nominalização / passivização

Fonte: Thompson (2009, p.81).

Thompson (2009) apresenta um quadro com modos de operação distintos da ideologia. Para nós, este quadro é fundamental para colaborar no desenvolvimento das perspectivas e categorias de análise que empreenderemos para observar o discurso a partir dos editoriais da Gazeta do Povo. De forma geral, ele indica as seguintes operações ideológicas: legitimação; dissimulação; unificação; fragmentação; e reificação.

Para cada uma destas operações, Thompson (2009) destaca estratégias simbólicas empregadas na forma de dominação ideológica. O modo de legitimação, cujo objetivo é patente na nomenclatura indicada pelo pesquisador para a categoria, opera a partir de estratégias como Estratégia de Racionalização – a partir de uma linha de raciocínio lógico e argumentativo-, Estratégias de Universalização – pela qual o interesse de um é o de todos-; e Estratégia de Narrativização – que se apropria de um conjunto de elementos de narrativas e formas de construção de “maneiras tradicionais de ver o mundo” (FERNANDES, 2014, p.126).

O modo de dissimulação, em que a ideologia se manifesta de forma a ocultar as relações de dominação, emprega-se a Estratégia de Deslocamento – pela qual

alterasse conteúdo ou palavras de contexto, ressignificando dentro de uma nova abordagem de manipulação-; Estratégias de Eufemização – pela qual busca-se reduzir impactos negativos de um contexto, buscando apresentar um cenário positivo-; e Estratégia de Uso de Tropo – pela qual se emprega uso de figuras de linguagens. Destaca-se ainda os modos de unificação, que busca construir uma percepção de coletividade a partir da ideologia, ou seja, de um cenário indivisível. Aqui, emprega-se a Estratégia de Padronização – pela qual criam-se elementos de standardização que buscam suprimir as individualidades-; e Estratégia de Simbolização da Unidade – pela qual criam-se elementos simbólicos que vão aglutinar o senso de unidade entre os integrantes de determinados grupos.

Um quarto modo é o da fragmentação, pela qual as estratégias colaboram para o estabelecimento de uma linha contrária à unificação, ou seja, em que os indivíduos percam a conexão ou leitura de que integram um todo. Neste modo, emprega-se a Estratégia de Diferenciação – que busca reforçar as diferenças entre as pessoas-; e a Estratégia de Expurgo do Outro – pela qual o outro é representado como um inimigo. Por fim, tem-se o modo de reificação, em que Thompson (2009) destaca a forma de dominação a partir da qualificação ou da manipulação de leitura de uma situação como se ela fosse integrante do curso natural das coisas. Aqui, opera-se a ideologia a partir da Estratégia de Naturalização – cujo nome é autoexplicativo, na medida em que as estratégias buscam indicar que os acontecimentos integram uma ordem natural-; Estratégia de Eternalização – em que se cria-se uma impressão de imutabilidade de um fato ou uma forma-; e Estratégia de Nominalização – em que se transforma processos em coisas (FERNANDES, 2014, p.134).

Na leitura sobre o campo midiático, estas estratégias são empregadas para subverter a função social dos jornais como instrumentos de cidadania ou ainda como uma instituição social. Neste aspecto, a imprensa se apropria de ferramentas de manipulação ideológica para atuar em favor não da sociedade, mas de grupos específicos. Como destaca Ramonet (2012), ao analisar a imprensa internacional, diferente da figura de cão de guarda da sociedade, a imprensa como instituição do mercado, organiza uma imprensa de “democracia de opinião”, em que os jornalistas desempenham um papel de cumplicidade com o capital. Diante do público, há uma suposta trama de denúncias e de cobertura de fiscalização da coisa pública, mas nos bastidores há uma “comparsaria feita de conivências e de cumplicidades” (2012, p.51).

Com isso, o poder estaria na relação política e econômica que assume papel de maior relevância na lógica da empresa jornalística frente ao interesse público. Assim, complementa Ramonet, na guerra ideológica pressionada pela globalização, os meios são ferramentas de guerra comercial, abandonando a “função de quarto poder qualquer e procuram defender seus privilégios de casta. Como ocorria antes com a oligarquia latifundiária, esses proprietários de latifúndios midiáticos opõem-se a toda reforma social e a toda distribuirão um pouco mais justa das imensas riquezas nacionais” (2012, p.63).

Assim, como integrante da classe privilegiada, a mídia efetua o agendamento a partir de um discurso dominante entendendo a imprensa de forma ferramental e funcionalista. Nesta perspectiva, os meios de comunicação são instrumentos que podem ser operados para replicar e reforçar o pensamento das ideias e das relações materiais dominantes (BRAGA, 2020). Abramo (2016), ao considerar tais posturas da imprensa, alcança uma lista de posturas de padrões de manipulação que os meios de comunicação desempenham socialmente.

A própria prática da construção da notícia acarreta em parte em um padrão de manipulação a partir de uma suposto recorte da realidade. Ou seja, o que se consolida é uma relação indireta com a realidade, uma referência que tende a distorcer a realidade. Abramo usa como forma de ilustrar este pensamento o uso de um espelho deformado. Este apresenta alguma relação com a realidade, refletindo algo que dialoga com o real, mas que jamais pode representar em sua totalidade, ou ainda em linhas claras. “Assim, o público – a sociedade – é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece” (ABRAMO, 2016, p.39). É em meio a este jogo de simulação da realidade que a imprensa manipula realidade a partir de estratégias que são identificadas por Abramo como padrões de manipulação, entendendo padrões como modelos que podem ser explorados em maior ou em menor grau pelas empresas ou grupos jornalísticos da imprensa hegemônica.

TABELA 4 – PADRÕES DE MANIPULAÇÃO DA IMPRENSA, SEGUNDO ABRAMO

Padrão	Descrição do padrão
Padrão de Ocultação	É o padrão que se consolida a partir da

	manipulação intencional pela omissão de um determinado fato, ou ainda pela ocultação de determinados elementos do acontecimento.
Padrão de Fragmentação	Desconexão da realidade a partir da fragmentação, em que o todo é despedaçado em fatos particularizados, e desligados uns dos outros. Ao despojar os fatos das suas ligações, perde-se a leitura do total.
	Integra o padrão da descontextualização a atividade de seleção de fatos , estabelecendo graus de importância de determinados acontecimentos, e invisibilização de outros.
	Integra ainda o padrão de fragmentação a descontextualização , que é uma forma de despir o fato de seu contexto, reduzindo o seu impacto ou ainda a sua ligação com o todo.
Padrão de Inversão	<i>Inversão da relevância dos aspectos:</i> o secundário é apresentado como o principal e vice-versa. Ou seja, o particular substitui o geral, o acessório e supérfluo no lugar do importante e decisivo
	<i>Inversão da forma pelo conteúdo:</i> o texto passa a ser mais importante que o fato que ele reproduz. O tempo e o espaço da matéria predominam a clareza da explicação e o ficcional espetaculoso sobre a realidade
	<i>Inversão da versão pelo fato:</i> não é o fato em si que passa a importar, mas a versão que dele tem o órgão de imprensa, seja essa versão originada no próprio órgão de imprensa, seja adotada ou aceita de alguém – da fonte das declarações e opiniões
	<i>Frasismo:</i> o abuso da utilização de frases ou de

	pedaços de frases sobre uma realidade para substituir a própria realidade.
	Oficialismo: a expressão é para indicar a fonte “oficial” de qualquer segmento da sociedade, e não apenas as autoridades do Estado ou do governo. No lugar dos fatos uma versão, sim, mas de preferência, a versão oficial.
	Inversão da opinião pela informação: a utilização sistemática e abusiva de todos esses padrões de manipulação leva quase inevitavelmente a outro padrão: o de substituir, inteira ou parcialmente, a informação pela opinião.
Padrão de Indução	A indução se manifesta pelo reordenamento ou recontextualização dos fragmentos da realidade, pelo subtexto – aquilo que é dito sem ser falado – da diagramação e da programação, das manchetes, notícias e comentários, sons e imagens, pela presença/ausência de temas, segmentos do real, de grupos da sociedade e de personagens.
Padrão global ou o padrão específico do jornalismo de televisão e rádio	O jornalismo de radiodifusão passa por todos os quatro tipos gerais de padrões de manipulação, mas ainda apresenta outro que lhe é específico, de forma completo, ou seja, em sentido de total, completo ou “redondo”, isto é, do problema à sua solução

Fonte: ABRAMO, 2016.

O pesquisador encontra ao menos cinco padrões observáveis de formas de manipulação dos meios. O primeiro é o padrão de ocultação, pelo qual o conteúdo ou o recorte da realidade fica de fora do rol de assuntos que são divulgados ou abordados pela imprensa. Abramo destaca aqui uma intencionalidade na ação da ocultação ao estabelecer que um determinado acontecimento ou fato não é de caráter jornalístico.

Assim, um acontecimento não ultrapassaria a barreira do conhecimento⁸⁰ ou da visibilidade social caso não esteja na leitura dos meios de comunicação. “O fato real foi eliminado da realidade, ele não existe. O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real” (ABRAMO, 2016, p.41).

Um segundo padrão preconizado por Abramo é o da fragmentação, pelo qual há uma determinada visibilidade ao fato, mas de forma entrecortada. Parte desta abordagem é o que se verifica com o conceito de enquadramento da teoria do agendamento⁸¹. De uma realidade, o que se percebe são recortes ou fragmentos. A fragmentação na perspectiva de Abramo (2016, p.42)., contudo, atende uma ótica intencional de persuasão que se consolida em dois eixos: a de seleção de aspectos e a de descontextualização. Similar ao conceito de ocultação, a abordagem de seleção de aspectos está na ordem de definição do que será visibilizado e o que ficará de fora do foco da atenção dos meios. Parte deste padrão pode ser explicado pela linha editorial ou postura do jornal, que se torna aparente ao longo das publicações ou das rotinas produtivas internalizadas pelos jornalistas ou presentes em constrangimentos diários nos processos produtivos (SOUSA, 2002).

O terceiro padrão é o da inversão, que apresenta o todo pela parte e distorce a realidade. Aqui o padrão pode ser estabelecido em toda a etapa jornalística, que vai desde a interpretação do fato até o relato do fato. Segundo Abramos, na inversão podemos ter desde a troca do que é fundamental pelo que é entretenimento ou tangente ao fato importante, até a troca da opinião pela informação. “O órgão de imprensa praticamente renuncia a observar e expor os fatos mais triviais do mundo natural ou social, e prefere, em lugar dessa simples operação, apresentar as declarações, suas ou alheias, sobre esses fatos” (ABRAMO, 2016, p.45). Quarto padrão de manipulação da mídia é o da indução, pelo qual os leitores ou consumidores

80 A abordagem da ocultação e do agendamento também é foco da tese lançada pela pesquisadora Elisabeth Noelle-Neumann intitulada *Espiral do Silêncio* (1995). Na medida em que a imprensa estabelece o consenso a partir da visibilidade, o que se constrói é uma invisibilização social para os demais temas que estão em confronto com a versão oficial ou oficiosa a partir dos meios. Neste aspecto, a ocultação é a realidade não abordada pelos meios, ou seja, o assunto de relevância social que afeta às minorias, por exemplo. A espiral do silêncio atua no momento em que o consenso se estabelece, e provoca o medo de rejeição decorrente do confronto das ideias midiáticas, que se aparentam como ideias dominantes.

⁸¹ Apenas para fins de esclarecimento, a presente pesquisa não invoca a análise ou debate acerca do agendamento ou enquadramento

da informação são levados a construir um cenário que não condiz com a realidade a partir da imagem que é formada pelo jornal em fragmentos. Assim, a somatória dos elementos apresentados de formas descontextualizadas são completadas ou rediagramadas pelos leitores ou consumidores da informação. Este padrão de manipulação abre espaço para que grupos exteriores se apropriem da leitura da agenda dos meios para estabelecer cenários de realidades que atendam pautas destes determinados grupos, como por exemplo grupos conservadores ou xenófobos que juntam os fragmentos da mídia para compor sua versão de realidade.

Por fim, Abramo (2016) estrutura o padrão global de manipulação. Este é específico para os veículos de mídia em rádio e televisão, e se consolida no formato de escrita da narrativa, que é sempre apresentada no seguinte formato: apresentação do problema, fala da população sobre o problema, apresentação da solução pelas autoridades. Os padrões de manipulação não são excludentes, e se apresentam com maior ou menor intensidade dependendo da linha editorial do veículo e do tema abordado.

Como nosso objetivo com a presente pesquisa é mapear e analisar o discurso ideológico dos donos do jornal Gazeta do Povo a partir dos editoriais. A proposta que se desenha a partir da Análise Crítica do Discurso é pela apropriação das formas de operação da ideologia idealizado por Thompson (2009), bem como pelas estratégias de manipulação da imprensa categorizadas por Abramo (2016) não como categorias de análise, mas como forma de perceber a forma como a imprensa invoca os elementos do discurso neoliberal, cujas categorias foram abordadas anteriormente no capítulo sobre neoliberalismo. Tais aspectos serão observados a partir das aplicabilidades da ACD para análise prática social do discurso. Como destaca Fairclough (2019, p.289), a análise social é a mais difícil dentre as três propostas de mapeamento e inferência do discurso. Segundo ele, o foco desta perspectiva do discurso é observar não somente o texto ou ainda o espaço de produção e consumo, mas a natureza da prática social, “constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2019, p.289).

Um primeiro passo nesta estratégia de análise discursiva é a partir da matriz social do discurso. Aqui, o objetivo é especificar as conexões sociais, a estrutura social e hegemônica a partir do discurso. Com isso, o resultado da análise deve dar conta de indicar os efeitos do discurso para a disputa hegemônica, e o que representam as

estratégias para fins de reprodução ou transformação da hegemonia. Um segundo passo, como aponta Fairclough (2019, p.290), é a partir da ordem do discurso, cujo objetivo é identificar as relações entre as instituições e agentes que buscam operar o discurso, e como estas instituições atuam de forma a reproduzir ou transformar a ordem do discurso. Por fim, o pesquisador aponta ainda a terceira etapa, em que são debatidos os efeitos ideológicos e políticos do discurso a partir da leitura sobre o sistema de conhecimento e crença; as relações sociais; e ainda as identidades sociais. O resultado deste processo de análise é um quadro qualitativo sobre o cenário a ser observado, no nosso caso, as marcas do discurso neoliberal nos editoriais a partir das discussões sobre as reformas da previdência empreendidas pelo governo federal ao longo das últimas décadas.

Os modos de ideologia e as práticas de dominação hegemônicas apontadas por Fairclough (2019) para a análise da prática social, encontra elementos mais específicos quando o foco é o discurso neoliberal. Isso pelas suas características de buscar elementos lógicos ou uma retórica focada em evidências para consolidar-se como uma forma mais otimizada de gestão da vida (FOUCAULT, 2022), para sobrepor o discurso do campo econômico sobre o campo social (BOURDIEU, 1998), ou ainda como um instrumento de reprodução das estratégias capitalistas na luta de classes (HARVEY, 2011; DUMENIL, 2014). Não se pode perder de vista que este discurso é evidenciado pela violência simbólica operado pelo jornal.

A estratégia se dá a partir de algumas marcas. Uma delas é pela racionalidade e pela busca de evidências. Ou seja, como aponta Guilbert (2020, p.37), o discurso “é caracterizado por sua evidência, a qual torna sua invisibilidade aparente, pois a evidência se vê, mas não se percebe. [...] Não há dúvidas de que as circunstâncias sócio-históricas, o ar do tempo, desempenharam um papel eminente na constituição da invisibilidade do DNL”. Outro aspecto, evidente na literatura que abordamos sobre as bases neoliberais, é da competição como elementos fundamental no cenário liberal para emancipar ou garantir a liberdade ao consumidor. Também reforçado por Guilbert, percebe-se a concorrência no coração do neoliberalismo na medida em que é ela que “deve ajustar os preços, à qualidade do produto ou do serviço prestado – a competição supostamente baixaria os preços-; é ela que deve permitir a melhor alocação dos recursos dos indivíduos; é ela também que deve regular o mercado de trabalho, promover o progresso técnico e permitir que cada um dê o melhor de si etc” (GUILBERT, 2020, p.94).

No discurso, esta concorrência também pode ser manifestada a partir da ótica da modernização das leis ou ainda das tecnologias, como formas de aprimorar ou otimizar os lucros. Como reforça Harvey (2011), esta estratégia busca criar a noção de que para novas formas organizacionais são necessários novos métodos de produção e de novas tecnologias. Ainda como forma de indicar o contorno do discurso neoliberal, a ser observado nos editoriais pelas óticas dos modos de ideologias já abordados aqui, retomamos as regras do Consenso de Washington (BRESSER-PEREIRA, 1991; WILLIAMSON, 1990), um dos principais instrumentos que foi usado para orientar os países sobre a ótica do neoliberalismo. Dentre as recomendações indicadas na carta do consenso, destacamos a disciplina fiscal e as obrigatoriedades de redução dos gastos públicos, a abertura comercial, a desregulamentação e eliminação dos instrumentos de defesa dos trabalhadores, e o fomento às privatizações e conseqüente redução da atuação do estado no setor econômico.

4 OS EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO E AS REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O presente capítulo busca delimitar o corpus de análise, bem como apresentar a aplicação das categorias da análise do discurso nos editoriais, e debater os elementos sociológicos do discurso neoliberal e do familismo a partir dos achados das análises aplicadas aos textos. Inicialmente, buscaremos discorrer sobre o histórico da previdência social no Brasil, bem como o impacto de políticas neoliberais e de reformas estruturais no sistema de aposentadoria geral. Posteriormente, destacaremos os recortes temporais de publicação dos editoriais em análise no presente trabalho, bem como os critérios para seleção dos editoriais.

Independente das abordagens de leitura do neoliberalismo adotada como perspectiva para observar as dinâmicas econômicas e políticas desde a década de 1970, o consenso dos autores está em desnudar o cenário de redução de um estado mantenedor de políticas de inclusão e de proteção social. A ideia de uma sociedade baseada em laços sociais de corresponsabilidade cai por terra quando o foco é buscar uma performance de governabilidade mais efetiva com a lógica da concorrência elevada à enésima potência na sociedade -inclusive para as relações sociais e indivíduo para si –(FOUCAULT, 2022); quando a lógica é consolidar e justificar o poder do campo econômico por sobre o campo político e social (BOURDIEU, 1998); ou ainda quando o foco é redimensionar o poder das classes dominantes em um cenário do Estado Neoliberal como garantidor das práticas de repressão política e econômica para manter as classes populares sob controle e acentuar o acúmulo de capital em poucas mãos (VIANA, 2009; HARVEY, 2008; BRAGA, 2020).

O foco nesta parte do texto é destacar as linhas gerais a Seguridade Social, e a previdência pública ingressada nela como uma das suas bases, como um dos aspectos de combate do Estado Neoliberal ou da ideologia neoliberal. Oras, considerando, sobretudo, a ótica de luta de classes como forma de observar esta dinâmica, de fato, ao reduzir a responsabilidade do estado em áreas de sustentação social ou de bem-estar, o neoliberalismo atua em duas frentes. Uma delas é com a possibilidade de exploração do mercado sobre tais áreas, na medida em que há uma falta de cobertura do estado – ou seja, estabelece-se aqui uma privatização ou abertura de um mercado, que antes era garantido pelo Estado intervencionista ou protecionista. Conseqüentemente, aumenta-se a precarização de tais áreas na medida em que o mercado reduz a qualidade de atendimento para aumentar o lucro,

e em parte na medida em que parte da população fica desassistida por falta de recursos próprios para custear tais serviços. Com isso, conforme aponta Harvey (2008, p.86), a “rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa”.

A exploração extrema das condições de trabalho é uma das estruturas de promoção da acumulação integral, e é aqui que se destacam estratégias como reformas da legislação e trocas de regras menos rígidas para os trabalhadores por um conjunto de leis que sejam mais agressivas para o proletariado. Subsidiadas pelo capital, tais estratégias são operadas pelo Estado Neoliberal. Ou seja, no neoliberalismo, o estado se torna subserviente ao capital para garantir a acumulação integral. O resultado de tais políticas é a promoção da pobreza e desigualdade, mesmo em países mais ricos. “A desregulamentação do mercado permite o aumento da exploração (corrosão dos direitos trabalhistas) e perda de poder aquisitivo e de pressão por parte dos trabalhadores, bem como deixa as empresas mais livres para utilizar trabalho infantil e outras estratégias que geram mais desemprego e elevam o grau de exploração” (VIANA, 2009, p.34). O regime de acumulação que ganha espaço a partir da instituição do Estado Neoliberal resulta também em uma postura de reestruturação produtiva que cria as condições da acumulação, a partir de uma prática intensiva da exploração capitalista, reduzindo os direitos trabalhistas, precarizando as dinâmicas laborais e promovendo um ambiente de insegurança social (BRAGA, 2018, p.154) permitindo um processo de lumpemproletarização e conseqüentemente criando um arcabouço legal que permita um quadro de exploração sem limites.

A proposta do presente trabalho é observar esta dinâmica de dominação do poder de Estado Neoliberal operado pelo discurso intermediado editoriais do jornal Gazeta do Povo ao longo das reformas da previdência - que são as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) com foco em realizar ajustes e mudanças estruturais no sistema de seguridade social - empreendidas pelo governo federal em 1998 (PEC n20 - Governo Fernando Henrique Cardoso), em 2003 (PEC n40 - Governo Lula), e em 2019 (PEC n6, Governo Bolsonaro). Mesmo que não aprovada, também observamos o discurso midiático de defesa dos ideais neoliberais na proposta de reforma da previdência do Governo Temer (PEC 287), que chegou a ser protocolada na Câmara dos Deputados em 2016, mas que foi retirado pelo ex-presidente Michel

Temer em 2018 ao não perceber apoio de deputados e senadores para aprovação do projeto⁸².

Estas reformas, empreendidas dentro de um quadro estabelecido do Estado Neoliberal, propõem perdas de direitos dos aposentados e dos futuros beneficiários da previdência social administrada pelo governo. É importante destacar que a lógica da previdência é resultante de uma medida de pressão da classe operária pós crise da década de 1930, sobretudo diante de um modelo de gestão keynesiano (MOTA, 2015). Para Mota (2015), em âmbito internacional, a ideia da seguridade social vai ganhar maior papel como política de segurança da sociedade e dos trabalhadores a partir da pressão da classe trabalhadora (ou seja, a partir de condições históricas resultantes de embate do movimento operário, que vai alcançando características e profundidades distintas de país a país) no cenário de produção fordista-keynesiano, estendendo-se entre 1930 (sobretudo em um modelo fundado na generalização do assalariado e conseqüente aumento da produtividade) a 1960. Contudo, é justamente diante da crise de 1970 e regime de acumulação integral que “sob o influxo as ideias neoliberais, a tendência é de privatizar os programas de previdência e saúde” (MOTA, 2015, p.136).

Atualmente no Brasil a previdência integra o rol de direitos previstos na Seguridade Social, composta também pelos sistemas de saúde e de assistência social. A garantia legal da seguridade social conta nos artigos 194 e 195 da Constituição Federal, e a previdência, a partir dos artigos 201 e 202⁸³. Outra legislação fundamental é a lei 8.212 de 1991 (BRASIL, 1991) que institui o plano de custeio da previdência, o que destaca a responsabilidade do Estado e dos cidadãos na garantia dos direitos mínimos de renda dos aposentados. Com base na lógica de laços sociais e reciprocidade, a seguridade se funda obedecendo princípios de universalidade de atendimento, uniformidade de benefícios entre população rural e urbana, dispositivos de eletividade para distribuição dos benefícios, equidade no custeio e fundamento de caráter democrático na gestão. No que diz respeito à previdência, os princípios não são distintos, atendendo a mesma lógica de universalidade de participação dos planos, benefícios condizentes com a proporção de contribuição, dentre outras bases.

⁸² <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/reforma-da-previdencia-o-debate-e-mudancas-continuam>

⁸³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

O foco é a garantia do sustento previdenciário diante de cenários de adversidades de saúde, e de sustento após atendimento às regras de tempo de contribuição e tempo de gozo do benefício. O foco da crítica neoliberal, contudo, reside mais nas formas de sustento da seguridade; no que diz respeito à divisão igualitária pelos integrantes da sociedade, em parte de forma direta (a partir de contribuições de previdência etc) e em parte de forma indireta (a partir de impostos etc); mas sobretudo pela parcela de contribuição que o próprio capital deve dispender a partir de contribuições sociais de empresas (BRASIL, 1991) como partícipe na receita da previdência social contribuindo parcela em dobro à recolhida pelo empregado.

O uso do discurso de modernização da previdência para atendimento de toda a população, a lógica da contribuição como um peso que onera o mercado, tende a ser elementos empregados na validação e justificativa de uma série de medidas de estado de exceção do Estado Neoliberal para empreendimento de reformas da previdência, dentre outras ações de desmantelamento dos direitos sociais. Assim, este estado de exceção "é uma exigência do atual modelo de dominação neoliberal. É o meio pelo qual se neutraliza a prática democrática e se reconfiguram, de modo silencioso, os regimes políticos em escala universal" (VALIM, 2018, p.34).

É no ambiente de crise que acentuam o uso de tais instrumentos de dominação ideológico contra a classe popular. Na previdência social e seguridade social não seria diferente a partir de reformas que privilegiassem as classes dominantes. Desta forma as "mudanças nos sistemas de seguridade social ganham destaque no conjunto de reformas, de cunho liberal, surgidas nos anos 80 e 90, tendo como principais formuladores os organismos financeiros internacionais, os empresários vinculados ao grande capital e a burocracia estatal a eles associada" (MOTA, 2015, p.133). Este movimento integra uma dinâmica não apenas nacional, mas sim mundial que impacta que varia de país para país.

Mota destaca alguns elementos que pressionam as reformas da previdência, e da seguridade social a partir das décadas de 1980, sobretudo no cenário nacional. O primeiro é o reajuste da produtividade, ou seja, das lógicas do mercado com impacto nas dinâmicas de organização do mundo do trabalho. Um segundo aspecto é a concentração de capital, sobretudo a partir da formação de grandes conglomerados industriais, comerciais e financeiros. Neste caso, isso tende a também pressionar o mercado de trabalho, fracionando a classe dos trabalhadores, resultando na consolidação de um grupo que atua junto ao grande capital, e uma grama muito maior

de trabalhadores à margem do processo de emprego formal, ou ainda a constituição de um precariado/lumpemproletariado. Um terceiro ponto é o ambiente de crise que pressiona a uma parcela do mercado de trabalho a criar um corporativismo ou proteção que não é amplo.

As mudanças do setor produtivo e das formas de acumulação também resultam em novas práticas de gestão do Estado e de intervenção na seguridade social, sobretudo a partir dos mecanismos de regulação, modificando a relação existente entre os agentes da seguridade, quais sejam: Estado, sociedade e mercado. Por fim, estas novas medidas estatais são de intervenção econômica e reformas institucionais, com destaque nos “mecanismos de privatização e as pressões do empresariado e da burocracia estatal no campo dos direitos sociais, como condição para operar reformas nas políticas de seguridade social” (MOTA, 2015, p.133). Segundo a autora, na lista de medidas mais comuns nas reformas que atingem a seguridade social estão cortes na forma de pagamento ou na seletividade dos beneficiários de seguro-desemprego, redução dos limites e/ou teto da previdência, bem como ajustes entre o tempo de contribuição e o tempo de benefício ou gozo da aposentadoria -geralmente aumentando aquele e adiando este-, segmentar a fonte de custeio da previdência, gerar estímulo de terceirização da previdência a partir da regulamentação e liberação dos fundos de pensão e previdência privada, dentre outras.

No caso brasileiro, podemos destacar ao menos seis projetos de emenda à constituição que buscaram alterações estruturais no sistema de previdência social com impactos negativos para os trabalhadores. Cinco destas emendas foram aprovadas no Congresso Federal e uma delas chegou a tramitar nas casas legislativas, mas não teve êxito, diante da falta de apoio de senadores e deputados federais para a aprovação do projeto. Em ordem cronológica, podemos indicar as Emendas Constitucionais 03/1993⁸⁴; 20/1998⁸⁵; 41/2003⁸⁶, 47/2005⁸⁷ e a EC 103/2019⁸⁸ como propostas aprovadas com efeitos práticos na previdência, e o PEC 287/2018, que chegou a tramitar, mas não foi aprovado. Destacamos que

⁸⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc03.htm

⁸⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm

⁸⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm

⁸⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc47.htm

⁸⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm

retomaremos nas análises dos editoriais os elementos do discurso neoliberal compreendido em cada proposta de reforma, e seus reflexos na mídia a ser observada. Aqui, apontaremos linhas gerais sobre os projetos.

A primeira reforma empreendida na Seguridade Social após a sua consolidação na década de 1980 foi durante do governo de Itamar Franco, que assumiu a presidência após o impeachment de Fernando Collor⁸⁹ em 1992. O projeto de emenda à constituição foi iniciado pelo então deputado federal Luiz Carlos Hauly (PMDB/PR) em 1991, e tramitou até 1993. A principal mudança instituída é a retirada dos servidores do cenário da previdência geral para custeio independente, a partir das contribuições dos próprios servidores e com recurso adicional da União.

O contexto da emenda constitucional 20/1998, proposta e aprovada no governo de Fernando Henrique Cardoso, era de baixo crescimento econômico, altas taxas de desemprego crescente desde o início da década de 1990, e um aumento no mercado informal, que estão às margens do sistema previdenciário. Outro elemento determinante para a proposta era o descompasso entre pagantes e beneficiários, resultantes das dinâmicas demográficas nacionais. A lógica de custeio da previdência parte de um pacto intergeracional (SCHMIDT, 2016), ou seja, pressupõe os agentes ativos do sistema, ou seja, os trabalhadores em atividade que recolhem as contribuições previdenciárias – e sobre eles a parcela do setor empregatício-, dando a sustentação para cobrir as contribuições pagas aos agentes passivos beneficiários na atualidade. Na mesma lógica, os contribuintes atuais recebem seus benefícios futuros com recursos dos agentes ativos lá na frente. Como aponta Silva (2021), o equilíbrio atuarial começa a ser fragilizado na medida em que há um maior prolongamento de vida média dos beneficiários, somadas às quedas nas taxas de crescimento da população. Com isso, o cenário é de menor número de agentes ativos, e maior número de agentes passivos.

Diante destes aspectos, o ideário neoliberal encontrava justificativas fartas para defender discursivamente a reforma como instrumento de aprimoramento das leis previdenciárias e aumento da competitividade do mercado. Ou seja, começa-se a apresentar propostas de ajustes a partir do governo e uma postura de percepção da previdência como responsabilidade não do Estado, mas sim individual do cidadão, a

⁸⁹ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>

partir de um sistema privado. Nesta toada, na justificativa neoliberal, os direitos instituídos a partir da Constituição Federal de 1988 seriam promotores ou agravadores do desequilíbrio do sistema previdenciário. “Discurso típico neoliberal que atribui à conta da crise do capital aos direitos sociais. Dessa forma, os encargos sociais seriam ou eliminados de todo ou sensivelmente diminuídos, o que permitiria aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, aumentando as exportações” (SILVA, 2021, p.72).

Na reforma empreendida em 1998, uma das questões que podemos destacar de lógica neoliberal de privatização da previdência, mesmo inicialmente direcionado para as aposentadorias do serviço público, foi a inclusão da possibilidade de regime complementar na previdência. Embrionariamente o Estado Neoliberal cria a condições legais para a inserção do capita privado em um espaço antes de atuação exclusiva do poder público, seguindo uma mesma esteira de práticas empreendidas, por exemplo, pelo Chile na década de 1980 (SCHMIDT, 2016), sob forte influência de medidas neoliberais estabelecidas no ideário da Escola de Chicago.

Algo que fica determinante também a partir da reforma de 1998 é que a previdência passa não a ser observada a partir da necessidade do trabalhador como renda para a subsistência de dignidade em um momento de sua vida em que passa a ter dificuldade de atuar diretamente no mercado de trabalho, mas começa a ser administrado pela lógica da capacidade de performance do indivíduo. Ou seja, a perspectiva coletiva passa a ser substituída pelo rendimento do indivíduo, pela sua capacidade de gerar renda e contribuição e recurso ao longo da sua vida laboral. Isso fica patente na PEC 20/1998 com a alteração do critério de tempo de serviço como determinante para o gozo do benefício, passando a valer o tempo de contribuição (SILVA, 2021, p.74). Ou seja, o válido não é a contagem do tempo em que atuou junto ao capital, mas sim o tempo em que produziu valor para o sistema.

Um outro ponto que acentuaria a perda do critério de solidariedade na previdência, e que aprofundaria a lógica de aumentar o tempo de contribuição e reduzir o valor e tempo de gozo do benefício é a abertura para a posterior criação de lei federal aprofundando ainda esta lógica do potencial de rendimento do beneficiário para fins de usufruto do benefício a partir do que é conhecido como Fator Previdenciário (SILVA, 2004). A partir deste perverso mecanismo de critérios de benefício, o trabalhador teria sua aposentadoria avaliada não apenas a partir do tempo de contribuição dele com a previdência, mas ingressaria na base o potencial de

usufruto, ou seja, o percentual de cálculo para receber na aposentadoria estaria vinculado ao tempo e atuação e de sobrevida.

Mesmo que alcançasse uma idade passível de solicitar o benefício, o trabalhador teria reduzido de sua aposentadoria um determinado percentual usando como base de cálculo a tábua de mortalidade, ou seja, a projeção de expectativa de vida. Com isso, era incentivado a continuar trabalhando para receber sua totalidade de aposentadoria, condicionada a um tempo menor de vida em usufruto dela. A medida de sobrevida começa a ser incluída na contagem. Como reforça Silva (2021), o mesmo discurso de performance do controle de déficit da previdência foi empregado para a instituição do Fator Previdenciário. No entanto, “as modificações não sanaram o problema, pois o discurso do déficit continuou e serviu de fundamento para a EC 47/2005 e para a EC 103/2019 como será mais adiante discutido” (SILVA, 2021, p.75).

Logo no primeiro ano de governo, Luís Inácio Lula da Silva (Lula), eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com discurso alinhado às causas do trabalhador, e com espectro político à esquerda do cenário dos partidos, aprovou a Emenda Constitucional 41/2003, que impactou sobretudo as aposentadorias dos servidores públicos. A proposta do governo petista, complementando à proposta do governo neoliberal de FHC, suprimiu benefícios das previdências do serviço público, sobretudo sobre o valor de benefício de aposentadoria., eliminando o princípio ou regra da integralidade do serviço público, em que o valor de aposentadoria atenderia paridade com os proventos recebidos na ativa no momento da aposentadoria, para usar as remunerações ao longo da vida laboral como base de cálculo.

Portanto, a Emenda Constitucional 41/2003 determina o fim da paridade e o fim da integralidade (FERRARO, 2006), criando um teto em que o valor de benefício seria calculado não pelo total das remunerações na ativa, mas sim com base na média de 80% das maiores contribuições ao longo da vida laboral no serviço público. Como destaca Silva (2004), as medidas aplicadas com a EC 41/2003 reduziram o direito ao plano econômico, na medida em que retomava o plano financeiro e de sustentação do plano de previdência como base de legitimação da proposta, criando uma fragilidade do contrato social em prol de demandas econômicas e fiscais. Outro ponto foi o agravamento da contraposição entre trabalhadores do setor público e do setor privado, a partir de argumentos explorados midiaticamente apontando os direitos dos servidores como benesses que aprofunda o déficit das contas da previdência, o que reforça o discurso da inviabilidade da previdência pública, diante de uma urgente

previdência privada baseada no esforço individual. O resultado disso é um nivelamento por “baixo os direitos sociais, criando anteparos à elevação de custos para o capital, na forma de parcela do excedente econômico apropriada e gerida pelo Estado, pelos instrumentos fiscais, tributários e contributivos” (SILVA, 2004). Com a pressão dos servidores públicos, a Emenda Constitucional aprovada também no governo Lula, a EC 47/2005, instituiu a retomada parcial da paridade e integralidade para os servidores que entraram no serviço público antes da EC 20/1998.

Uma outra alteração instituída com a EC 47/2005, que dividiria interpretações sobre o impacto social foi a inclusão de trabalhadores de baixa renda ou precarizados com a garantia de pagamento de benefício atendendo ao menos um salário-mínimo, independente da renda de contribuição. Isso cria uma medida de exceção no plano previdenciário permitindo contribuições com alíquotas distintas a depender da atividade econômica. A ementa permitiu assim um sistema de cobertura previdenciária a uma parcela que antes ficavam de fora da aposentadoria pela renda, ou ainda a inclusão de trabalhadores sem uma renda estabelecida, como trabalhadoras domésticas.

A crítica que se apontava com tais medidas atendiam não a lógica do benefício, mas a sua oferta em detrimento de uma política de valorização do trabalho formal. Como destaca Silva (2004), não basta “reduzir direitos adiando benefícios, o foco deve ser a inclusão do trabalhador no sistema dando a ele emprego formal, regularizando a informalidade que, como será visto, é um dos maiores escapes de contribuição”. Desta forma, não bastaria as reformas no campo previdenciário, mas sim na legislação trabalhista, amparando os trabalhadores precarizados.

Seguindo a cronologia das reformas e propostas de reformas estruturais da previdência, seguimos para indicação dos principais efeitos indicados pelo Estado Neoliberal com a Proposta de Emenda Constitucional 287/2016, que chegou a tramitar no Congresso Federal enviado pelo governo de Michel Temer (MDB), que assumiu a presidência após golpe de estado que resultou no afastamento da então presidenta Dilma Rousseff (PT) (SOUZA, 2016). As mudanças propostas pela PEC buscavam afetar tanto o regime de previdência geral, que impactaria em todos os trabalhadores da iniciativa privada, quanto o regime que contempla o funcionalismo público. O discurso de defesa da proposta não é diferente de todas as anteriores, indicando que atenderia a redução do déficit a previdência, resultante da insustentabilidade financeira do modelo, e para atender às mudanças demográficas da população. A

PEC foi proposta em meio a um projeto de corte de investimento público, com uma proposta de emenda⁹⁰ que limitou que indicaria um teto de gastos do poder público para 20 anos, interferindo em redução de políticas públicas, sobretudo as com potencial de atendimento as classes populares.

Dentre as medidas projetadas pelo governo com a PEC 287/2016, estava a extinção de aposentadoria por tempo de contribuição (sem considerar a idade, mas apenas o tempo de recolhimento de contribuição), o que para movimento e instituições de representatividade dos trabalhadores, como o Dieese (2017) resultaria em uma maior dificuldade para o acesso ao gozo do benefício uma vez que retardaria o momento de aposentadoria para todos; previa o estabelecimento de idade mínima de 65 para todos, retirando inclusive a redução que a legislação até então destacava para mulheres e para aposentadorias rurais, o que também dificultaria o acesso ao benefício, sobretudo para as parcelas socialmente mais fragilizadas, propunha um mínimo de 300 contribuições para os beneficiários, ou seja, um mínimo de 25 anos (considerando contribuições sequenciais, sem interrupções), o que exigiria mais tempo de emprego registrado; também propunha nova base de cálculo redutor usando como lógica a média de todas as contribuições realizadas pelo trabalhador, o que afetaria negativamente no valor de benefício.

Como destaca o Dieese (2017), a proposta buscava alterações profundas e amplas na previdência, na medida em que afetaria os dois modelos (geral e dos servidores), bem como propunha reduzir “substancialmente o valor dos benefícios e retarda o início do período de gozo do benefício [...] ela restringe o alcance da Assistência Social, ao elevar a idade necessária para fazer jus ao benefício e apontar para a diminuição de seu valor e para restrições adicionais no acesso a ele”. Para o serviço público, a proposta previa o fim das diferenças dos regimes, com os servidores atendidos pelas mesmas lógicas do regime geral da previdência. Sem cacife junto à base do Congresso Federal para alcançar o mínimo de 2/3 dos votos (considerando que é uma medida que afeta a constituição, e que deve atender uma maioria qualificada de votos favoráveis nas casas legislativas), e diante do maior índice de reprovação⁹¹ popular do governo desde a redemocratização do país, a PEC foi

⁹⁰ <https://www.politize.com.br/teto-de-gastos-publicos/>

⁹¹ <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/datafolha-reprovacao-temer-e-maior-desde-redemocratizacao.html>

retirada pelo Governo Temer em 2019, após dois anos de tramitação, mesmo com recursos milionários⁹² empreendidos em campanhas publicitárias midiáticas para buscar o apoio da população na reforma.

Um ano depois da retirada da PEC do governo Temer, a previdência volta a ser foco de medidas de redução de direitos a partir do governo federal, com a mesma justificativa de insustentabilidade fiscal, desta vez com a proposta que resultaria na Emenda Constitucional 103/109, proposta pelo Governo Bolsonaro (PSL). Se a proposta de equivalência nas idades entre homens e mulheres da PEC do governo Temer não chegou a ser aprovada, na EC 103/2019 reduziu-se a diferença de idade mínima para alcançar o benefício entre homens e mulheres, permanecendo os homens com 65 anos e aumentando as mulheres de 60 para 62 anos no regime geral. Outro aspecto alterado é a extinção da possibilidade de benefício a partir de tempo de contribuição. Ou seja, mesmo que tenha tempo mínimo de contribuição para alcançar o cálculo do benefício, o trabalhador deve aguardar alcançar a idade mínima. Antes da reforma do governo Bolsonaro, o trabalhador, independentemente da idade, poderia requerer o benefício se tivesse contribuído 35 anos para os homens ou 30 para as mulheres (SILVA, 2021, p.78).

Com esta medida, o trabalhador é forçado a permanecer na ativa por mais tempo, contribuindo mais para o regime, mesmo que receba o benefício por menos tempo que no modelo anterior, em que teria mais tempo de aposentadoria requerendo anteriormente. A mudança privilegia trabalhadores que podem ingressar mais tardiamente no mercado, uma vez que independe iniciar o ingresso no mercado anteriormente, se a idade é determinante. Neste aspecto, as classes menos abastadas e de vulnerabilidade social, que necessitam ingressar antes no mercado de trabalho para alcançar a sustentabilidade da família, são oneradas com um tempo maior de contribuição comparativamente às classes que podem ingressar mais tardiamente no mercado. Outra mudança foi o aumento de tempo mínimo de contribuição para solicitar o benefício. Antes, homens e mulheres deveriam trabalhar ao menos 15 anos para ter direito à aposentadoria. A EC 103/2019 aumentou em cinco anos o tempo mínimo para os homens, que passam a ter que trabalhar ao menos cinco anos a mais para requerer o benefício. Por fim, destaca-se ainda a mudança da

⁹²<https://theintercept.com/2018/03/20/reforma-previdencia-globo-levou-milhoes-temer-publicidade/>

base de cálculo, que afetou drasticamente nos benefícios, reduzindo o limite de valores a serem recebidos. Se com a alteração de 1994 já tinha sido rebaixada a base de cálculo para usar 80% dos maiores salários como base para cálculo, a EC 103/2019 estabelece que todos os salários devem ser usados para calcular a aposentadoria (DIESSE, 2019), mesmo os baixos salários, geralmente de início de carreira de trabalhadores com menor qualificação ou em cargos iniciais nas empresas. Isso privilegia trabalhadores que iniciam no mercado com altos salários.

4.1 DESCRIÇÃO DOS EDITORIAIS E JORNAIS

Conforme já destacado na presente pesquisa, buscaremos observar o discurso neoliberal do jornal a partir dos seus editoriais, que dentro dos gêneros textuais jornalísticos é aquele reservado a centralizar o posicionamento e as ideias da linha editorial do jornal, bem como espaço de representação dos interesses dos donos dos jornais. No caso do jornal *Gazeta do Povo*, o editorial expressa a visão de mundo da Família Cunha Pereira, a partir da centralidade do patriarca, Francisco Cunha Pereira Filho, até o momento da sua morte, em março de 2009, momento em que os negócios da família, incluindo o jornal e sua organização ideológica, é assumida por seu filho, Guilherme Döring Cunha Pereira.

Os editoriais, portanto, são instrumentalizados pela família Cunha Pereira como um estandarte das suas bandeiras e convicções e como forma de expressar a sua visão de mundo à sociedade. Como destaca Fernandes (2010), nos “nos momentos de maior tensão, o Publisher usava de “força de expressão”. Seu ponto de vista podia ser conferido nos editoriais – via de regra, espaço que guarda a história de suas causas”. Oras, as campanhas e as formas de pressão ou de mandar recado ao campo político e à sociedade encontraram espaço nos editoriais como forma de reproduzir o poder da família a partir do discurso. E é o olhar para este espaço em particular que delimita em parte o nosso corpus de análise.

Contudo, ainda é preciso ser mais preciso. Para tanto, conforme foram indicados anteriormente a preocupação em descrever os processos de reformas empreendidas a partir de trâmite de projetos de lei no congresso – acrescentando na lista o processo iniciado e não finalizado no governo Temer-, delimita-se o intervalo temporal de andamentos dos projetos de emenda à constituição que versaram sobre as propostas

de ajuste à previdência social. Ou seja, para não lançar olhar de forma generalizada para as manifestações nos editoriais, delimitamos nossa abordagem para buscar perceber os elementos do discurso neoliberal a partir dos editoriais que abordam a visão do jornal, e conseqüentemente da Família Cunha Pereira, sobre as reformas da previdência.

Na pesquisa e leitura dos materiais para a organização da lista de editoriais para análise, definimos como palavras-chave os termos: reforma da previdência; aposentadorias; PEC (seguido dos números dos projetos em andamento). Considerando que os editoriais sobre os projetos reuniam as bandeiras do jornal apenas nos intervalos do andamento das PECs no Congresso, e não de forma mais incisiva após sua aprovação e consolidação como uma emenda à constituição, delimitamos para cada reforma empreendida o intervalo temporal de percurso dos projetos.

As leituras sobre o posicionamento do jornal acerca da PEC 48 de 1991 (ainda no governo Collor), acompanha o percurso do projeto no Senado e na Câmara Federal, iniciando em 19 de setembro de 1991 e seguindo até 17 de março de 1993, quando promulgada como emenda à constituição 03 de 1993, no governo Itamar Franco. Já a proposta de emenda constitucional 33 de 1995, uma das mais reformas mais drásticas empreendidas na previdência social desde a sua organização na década de 1980, considerou-se os editoriais publicados pela Gazeta do Povo entre 29 de março de 1995, início do projeto no Congresso Nacional, até o dia 15 de dezembro de 1998, quando passa para a aprovação e consolida-se como emenda constitucional 20 de 1998.

No governo Lula, foram empreendidas duas reformas cujos editoriais do jornal sobre elas também versam o rol de materiais que compõem o corpus da presente pesquisa. Os editoriais publicados entre os dias 30 de abril de 2003, início do trâmite da PEC 40 de 2003, até a data de 19 de dezembro de 2003, com a promulgação da emenda constitucional 41 de 2003 estão na lista de conteúdos da primeira reforma do governo petista, enquanto que os editoriais publicados entre 6 de janeiro de 2004 a 5 de julho de 2005, referente à PEC 227 de 2004 e posteriormente à emenda constitucional 47 de 2005, integram o segundo bloco de conteúdos de análise.

Até aqui, os documentos são provenientes de leitura e mapeamento dentro das edições impressas que integram o acervo da Biblioteca Pública do Paraná (BPP). O recorte e escolha se dão a partir das palavras-chave e referência aos projetos e à

previdência como objeto de reformas governamentais. Os demais materiais, relativos à proposta de emenda apresentada no Governo Temer, e do Governo Bolsonaro, foram compilados dentro do repositório digital do jornal, que passa a publicar exclusivamente via internet seus conteúdos.

Em 20 de fevereiro de 2019, inicia no Congresso a Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019, de autoria do Poder Executivo. Em novembro do mesmo ano, após aprovação no senado e na câmara, tornaria a Emenda Constitucional 103 de 2019. Este é o intervalo de análise das publicações dos editoriais da última reforma empreendida pelo governo com impacto na Previdência Social. Ainda na lista de editoriais analisados, integram os que foram publicados pelo jornal Gazeta do Povo ao longo do trâmite da PEC 287 de 2018, durante do Governo Temer.

Devido à falta de apoio popular e da base do governo do Congresso, bem como pela instituição do Decreto da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em julho de 2017, permitindo o emprego das forças armadas na segurança pública do Rio de Janeiro (o que regimentalmente trava qualquer emenda à constituição, que é a forma de alterar o arcabouço legal da previdência, respaldada na Constituição Federal), a PEC foi abandonada pelo governo em 2018, com último trâmite no congresso em julho de 2017. As pesquisas dos editoriais sobre a PEC 287 abrangem desde o início do seu trâmite, em 5 de dezembro de 2016, até o fim do governo Temer, em 31 de dezembro de 2018.

TABELA 5 – INDICAÇÃO DO RECORTE TEMPORAL DE ABRANGÊNCIA DOS EDITORIAIS EM ANÁLISE

PEC	EC	Início	Fim	Editoriais do período	Editoriais com referência ao tema	Editoriais analisados
PEC 48/91	3/1993	19/09/1991	17/03/1993	545	27	27
PEC 33/95	20/1998	29/03/1995	15/12/1998	1357	9	9
PEC 40/03	41/2003	30/04/2003	19/12/2003	233	5	5
PEC 227/04	47/2005	06/01/2004	05/07/2005	546	2	2
PEC 287/18	S/N	05/12/2016	05/06/2017	182	53	20
PEC 6/19	103/2019	20/02/2019	21/11/2019	274	54	27
Total				3137	150	90

Fonte: Autor, 2023.

Na tabela que indicamos acima, sintetizamos os dados até aqui apresentados, indicando a numeração do Projeto de Emenda a Constituição (PEC) e seu intervalo de início de tramitação e finalização do projeto de lei no Congresso. Este intervalo de tramitação das PECs delimitam o intervalo de procura dos editoriais nos jornais, empreendimento realizado por nós para delimitação do corpus de análise. Na tabela indicamos os números de Emenda Constitucional resultante da sanção presidencial acerca do projeto aprovado no Congresso.

Considerando que as pesquisas nos editoriais publicados nos intervalos indicados foram em sua maioria sobre documentos microfilmados, uma vez que não se encontram disponíveis as edições impressas para consulta. Para fins de registro da pesquisa, buscamos junto à equipe e direção da Gazeta do Povo acesso aos arquivos históricos. Contudo, foi nos informado pelo jornal que não dispunham de forma estruturada e completa os arquivos de jornais publicados. O único repositório disponível, portanto, é o microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná. Considerando o longo tempo de tramitação de algumas das PECs, e considerando a impossibilidade de pesquisa prévia de filtragem por palavras-chave, a varredura inicial realizada para mapear os editoriais que pudessem apresentar adesão às características delimitadas para o recorte do nosso corpus foram realizadas de forma manual, um a um dos editoriais.

Desta forma, conforme indicado na tabela, percorremos por todos os editoriais publicados no intervalo de tramitação das PECs, contabilizando um total de 3.137 edições do jornal, e conseqüentemente número similar de editoriais. Destes, foram selecionados 150 editoriais dentro dos períodos relativos ao tema, apresentando ou de forma geral ou ao menos em parte do editorial referência à previdência social. Uma leitura mais atenta aos editoriais selecionados indicou ainda um número excedente de conteúdos que faziam referência à previdência de forma tangente, ou ainda que indicava a Reforma da Previdência de forma não a se aprofundar, mas apenas nominar na agenda do poder público.

TABELA 6 – INDICAÇÃO DO RECORTE TEMPORAL DE ABRANGÊNCIA DOS EDITORIAIS EM ANÁLISE COM INDICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA EMPRESA

PEC	Início	Fim	Presidência da empresa
-----	--------	-----	------------------------

PEC 48/1991	19/09/1991	17/03/1993	Francisco Cunha Pereira Filho
PEC 33-1995	29/03/1995	15/12/1998	Francisco Cunha Pereira Filho
PEC 40-2003	30/04/2003	19/12/2003	Francisco Cunha Pereira Filho
PEC 227/2004	06/01/2004	05/07/2005	Francisco Cunha Pereira Filho
PEC 287/2018	05/12/2016	05/06/2017	Guilherme Döring Cunha Pereira
PEC 6/2019	20/02/2019	21/11/2019	Guilherme Döring Cunha Pereira

Fonte: Autor, 2023.

Por este motivo, reduzimos o total de editoriais analisados, e conseqüentemente nosso corpus, para 90 editoriais efetivamente observados e descritos a partir das categorias estabelecidas do discurso neoliberal aqui abordadas anteriormente, e a partir das ferramentas da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2019; DIJK, 2023), bem como os modos de operação da Ideologia (THOMPSON, 2009) e os padrões de manipulação da imprensa (ABRAMO, 2016). Considerando o tempo de tramitação dos editoriais, na tabela acima, destacamos quem eram os presidentes da empresa, cuja liderança refletiu nos editoriais analisados. O ponto de virada entre a dominação de Francisco Cunha Pereira Filho nos editoriais é a sua morte, em 2009. Isso abarca quatro PEC. As duas últimas PECs tramitaram no intervalo de tempo em que Guilherme Cunha Pereira respondia pela presidência do jornal. Não que tenha uma preocupação nossa com este aspecto, mas há uma similaridade na quantidade de editoriais nos dois períodos.

Todos os editoriais passaram por leitura prévia para delimitação da conexão com a proposta da pesquisa. Além da indicação dos números de editoriais analisados, também inserimos nos Anexos a lista dos editoriais que compõem o corpus da pesquisa, destacando o título, e a data de publicação. Passaremos agora para a descrição dos editoriais, mapeamento e análise dos editoriais a partir dos elementos do discurso neoliberal. Nas análises, indicaremos trechos textuais dos editoriais demonstrando o conteúdo identificado e analisado. Inicialmente, o objetivo era realizar tal empreendimento apresentando as imagens de fotos dos editoriais.

Contudo, como foram compilados a partir de microfímes, não foi possível gerar imagens escaneadas ou aplicáveis para os trabalhos, motivo pelo qual transcrevemos os trechos dos editoriais selecionados para a análise. As seleções de trechos foram realizadas posteriormente às leituras e identificação dos elementos do discurso, considerando as categorias pré-estabelecidas aqui na pesquisa. Como a análise não parte da observação estética ou semiótica do jornal, e como a diagramação ou disposição dos conteúdos não integram o rol de mapeamento, consideramos que a impossibilidade de indicar fac-símile das páginas dos editoriais não prejudicam a coleta e análise dos dados.

Realizada a ressalva, seguimos para a o descritivo e análise dos dados dos editoriais, agrupando-os pelas conexões com as PECs, seguindo a ordem indicada na tabela apontada aqui anteriormente. Considerando que a presente tese passa por analisar a forma como a manutenção do jornal sob tutela da Família Cunha Pereira representa a continuidade da expressão do ponto de vista da família sobre os temas de repercussão social, realizaremos após as análise descritivas dos editoriais uma observação analítica de cada grupo de editoriais reunidos primeiro pelo período de presidência de Francisco Cunha Pereira Filho, e posteriormente pelos editoriais publicados na presidência de Guilherme Döring Cunha Pereira.

4.1 - EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO RELATIVOS À REFORMA DA PREVIDÊNCIA E CONTEXTO NEOLIBERAL PUBLICADOS DURANTE A TRAMITAÇÃO DA PEC 48/1991 - de 19/09/1991 a 17/03/1993

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48 de 1991 foi apresentada pelo então deputado estadual Luiz Carlos Haully, à época no PMDB do Paraná, 19/09/1991. Era presidente da Câmara o jornalista, ex-procurador de justiça e ex-promotor de justiça, deputado Ibsen Pinheiro, pelo PMDB do Rio Grande do Sul. Estava à frente do executivo nacional o jornalista carioca Fernando Collor, trigésimo segundo presidente da República, cujo mandato foi de 1990 a 1992, interrompido pelo processo de impeachment. Depois de um jejum de 25 anos de democracia em que o Brasil viveu durante da Ditadura Militar, Collor foi o primeiro presidente a ser eleito pelo voto popular.

Apesar de ter nascido no Rio de Janeiro, destaca-se que o reduto de poder da família (também a partir de uma estrutura empresarial midiática), é em Alagoas, estado pelo qual governador, entre 1987 e 1989, deputado federal entre 1983 e 1987, e Senador por dois mandatos consecutivos, iniciando em 2007 e finalizando em fevereiro de 2023. Importante mencionar que o contexto internacional era de uma falência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (tema que parecia desempenhar um fascínio evidente em Francisco Cunha Pereira Filho, que em diversos editoriais demonstrava-se empolgado ao discorria sobre a derrocada da URSS, em parte, por servir de justificativa para a defesa de um estado mais enxuto e moderno, ao usar o exemplo da URSS como um fracasso do comunismo e de um estado organizador econômico). Collor venceu no segundo turno, com apoio amplo das classes dominantes (um legítimo representante dela, inclusive), em um embate conta do sindicalista Lula, candidato do PT. O discurso reformador do estado, de combate ao funcionalismo público como um grupo privilegiado pelo Estado, e de jovem que modernizará o Estado, se contrapõe à imagem radical do líder petista.

É neste contexto que o projeto circulará no Congresso, suscitando debates sobre o papel do Estado na gestão da previdência, assim como em outros segmentos, sobretudo nas empresas públicas, vistas com cobiçosos olhos pelo capital, que não se furtava em cada oportunidade que tinha para criticar a gestão do governo nestas empresas, e em defender como os serviços ofertados por elas seriam mais bem geridos pela iniciativa privada.

Em alinhamento com a pauta de “Caçador de Marajás”, a PEC 48/1991 foi transformada após aprovação no Congresso em Emenda Constitucional 03/1993 (já no governo de Itamar Franco, que era vice-presidente de Collor, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e que assumiu com o impeachment da liderança da chapa) tendo como principal premissa sobre a Previdência a alteração da forma como os servidores se aposentaram, iniciando o custeio das aposentadorias com recurso da União e dos próprios servidores.

Destaca o projeto que “as aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, na forma da lei”(CÂMARA, 1991). Antes disso, como destaca Passos (2020), as aposentadorias eram custeadas pela União apenas. Desta forma, a PEC promoveu o início de um sistema contributivo dos servidores, uma vez que as aposentadorias anteriores eram caracterizadas como “labore facto. Isso significa que

os servidores públicos tinham a aposentadoria como direito, sob a forma de uma espécie de extensão do fato de trabalharem para o serviço público” (PASSOS, 2020).

O primeiro editorial que inaugura as análises deste período é intitulado “O Teste da Privatização” (GAZETA DO POVO, 1991a), e aborda a forma como um projeto de desestatização é a chave para a modernização do país, ou ao menos, pela perspectiva do jornal a partir do seu editorial, é uma forma de o Brasil se comparar aos exemplos de países do primeiro mundo, distanciando-se do cenário de crise da URSS. Aqui, o editorial expõe uma estratégia argumentativa que busca comparar o país aos demais, bem como estabelece diretamente uma crítica ao Estado que atua de forma a determinar regras para a economia. No editorial, o jornal indica que existem no mundo ao menos duas evidências de que “o modelo do Estado acumulador e explorador – ou do Estado interventor – não deu certo pelo mundo afora” (GAZETA DO POVO, 1991a). A crítica não é apenas para o estado totalitário socialista, mas também para outro caso que o Estado encampa medidas de bem-estar social. Desta forma, como destaca o jornal no editorial,

no plano totalitário, de estatização integral dos meios produtivos, vemos o colapso da economia praticada na União Soviética. Se um regime que imperou por 7 anos foi afastado pelo povo de armas na mão, numa revolução incruenta, mas decisiva, [e porque evidentemente esse regime não respondeu às expectativas da população. Ao lado dos comunistas soviéticos ruíram os regimes homólogos da Europa Oriental, da África, da Ásia (como a Mongólia), numa queda enfileirada de castelos de cartas. Mas também ruiu a experiência de social-democracia um pouco mais branda da Suécia. Ali se implantou, já mais de meio século, um estado de Bem-estar completo, em que o governo cuidava dos cidadãos “do berço à sepultura”. Evidentemente havia um custo, cobrado sob a forma de imposto crescente e gerais, que acabaram por fatigar o cidadão sueco (GAZETA DO POVO, 1991a)

Considerando as categorias que mapeamos com base na literatura, e considerando as formas complementares dos elementos do discurso neoliberal, é possível percebermos nos trechos indicados no edital a invocação de dois elementos discursivos neoliberal. Primeiro, podemos destacar o discurso da Eficiência sendo aplicado, de um lado, na interpretação do estado incapaz de gerir a sua sociedade, que se apropria da violência para subjugar um povo e que não tem competência para atender as demandas dos seus cidadãos, e na outra ponta, um Estado que confere o que o jornal considera como muitas benesses para seus cidadãos, também não

desempenhando eficiência na sua gestão. Neste caso da Suécia, na crítica do Estado de Bem-Estar, o que se percebe é o discurso da Redução da Proteção Social.

Como formas de perceber a aplicação das estratégias discursivas por meio dos modos de operação da ideologia por Thompson (2009), podemos destacar o Padrão de inversão, na medida em que no caso da construção discursiva da Suécia, leva a considerar o atendimento ao Bem-Estar como um aspecto de prejuízo aos cidadãos daquele país. Já na abordagem dos padrões de manipulação preconizados por Abramo (2016), o que se percebe é o uso de Estratégia de Diferenciação entre os dois países para construir uma leitura de que nos dois casos, o aspecto negativo é o estado interventor na vida e na economia.

Na sequência, destaca-se o editorial “A Vitória do Welfare State” (1991b), em que o editorial do jornal faz um resgate sobre o papel do Estado de Bem-Estar social para o mundo ocidental no pós-guerra, como uma política econômica que ecoou em diversos países do primeiro mundo. Aqui, destaca-se o trecho em que o jornal desfere críticas justamente ao caráter de atendimento às demandas sociais. Segundo o jornal no editorial, o Estado de Bem-Estar social gera o “Welfare State”. Até aqui, o texto aponta o caráter didático, de destacar o que é o conceito, e a forma de atuação do Estado. Contudo, na sequência, aponta que este é um “modelo sedutor das sociedades deste final de século. Sedutor como o modelo de organização político-institucional a retribuir benesses para a sociedade dos homens livres. A fera, se não domada, controlada nas suas exorbitâncias” (GAZETA DO POVO, 1991b). Oras, neste aspecto, novamente percebe-se a invocação do discurso de Redução dos Direitos Sociais, indicados no editorial como uma forma de benesse, ou seja, uma espécie e vantagem que não é resultante do esforço do indivíduo. O caráter ideológico que se indica é o de Dissimulação (THOMPSON, 2009), sobretudo no emprego de metáfora sobre a questão do domínio do Estado sobre as contas, como uma Fera que precisa de pulso para gestão das benesses, para que elas não prejudiquem os homens livres.

O terceiro editorial é intitulado “As responsabilidades imperativas” (GAZETA DO POVO, 1991c), em que o jornal defende a eficiência do Estado Brasileiro. Neste aspecto, diferente dos dois anteriores, não há um necessário condicionante de redução da sua função. Ao contrário, reforça que o Estado deve ser eficiente também para atender as camadas desfavorecidas. Mas o elemento central, é que ele deve atender o aspecto econômico, ou seja, para que possa ser “eficiente na prestação de

serviços de saúde e saneamento básico; possa coordenar e garantir a previdência e a seguridade sociais; [...] criar e executar programa de ampla assistência para as camadas sociais desfavorecidas; garantir assistência e bem-estar para as crianças, menores, incapacitados, deficientes e velhos”, o Estado “precisa de recursos financeiros, sem recorrer à emissão de moedas” (GAZETA DO POVO, 1991c).

Oras, é preciso privilegiar o mercado, sem que seja necessário “emitir moedas”. O que se percebe aqui, dentro da tabela de categorias que organizamos, é a invocação da primazia do capital, ou seja, a Predominância do Elemento Econômico, como aspecto discursivo para justificar medidas de fomento à economia. Da mesma forma, percebe-se o diálogo deste condicionado econômico à capacidade de gestão do estado, ou seja, ao Discurso da Eficiência. O aspecto ideológico é o da Racionalidade (THOMPSON, 2009), na medida em que tende a conduzir a um imperativo da condição, em que, mesmo que contrário ao que se defende em outros editoriais, o Estado até pode atender as benesses dos desvalidos e dos demais homens livres, mas deve, antes, atender ao capital, ou seja, como intitula o editorial, atender “as responsabilidades imperativas”.

No editorial “Todas as nações privatizam”, em outubro de 1991 (GAZETA, 1991d), começa a se intensificar o discurso neoliberal pelo Estado Mínimo. De forma contrária ao editorial “O Teste da Privatização”, em o jornal indicava o que considerava como exemplos negativos de um Estado que ultrapassa o limite da garantia do livre mercado, neste editorial atual o jornal busca destacar um comparativo entre o Brasil com outros países que seguem a cartilha neoliberal na gestão do Estado. O fato usado como base para o editorial, é a suspensão de um comício do então governador do Rio de Janeiro, o pedetista Leonel Brizola, contra as privatizações. No editorial, o jornal sugere que a suspensão seria um indicativo da vitória da uma visão de Estado Mínimo. No texto, após relatar a suspensão, reforça o editorial da Gazeta do Povo que isso “vem reforçar a corrente dos que consideram vencido no tempo o período do Estado empresário, regulador, interventor, enfim, um Estado semi-socialista. Em reiteradas consultas de opinião verifica-se que a sociedade brasileira quer um Estado ágil e eficiente” (GAZETA DO POVO, 1991d).

Como forma de sustentar a defesa do cenário de redução do Estado (considerando não apenas nas estatais, mas em vários outros setores, como os serviços de proteção social), o jornal no editorial contabiliza o que chama de crescente adesão de outros governos às práticas neoliberais. Exemplo disso é o trecho em que

destaca que “semana passada duas administrações nacionais que haviam engordado a lista de empresas estatais – a Itália e a França – anunciaram planos para desengajar o Estado da atividade produtiva” (GAZETA DO POVO, 1991d). Pelo quadro do modo de operação da ideologia de Thompson (2009), entendemos que o jornal se apropria de uma construção ideológica da Legitimização a partir da universalização, na medida em que se apropria de uma postura de indicação de que se os demais países do primeiro mundo optaram por tal gestão, seria lógico que o Brasil, para alcançar tal status de país desenvolvido, deveria assumir tal postura similar. Isso é reforçado a partir do trecho “Nesta condição, a convocação de manifestação pública para se opor às privatizações, soa fora de tempo e da moda” (GAZETA DO POVO, 1991d). No quadro de elementos do discurso neoliberal, percebe-se a promoção de um Estado Mínimo, na medida em que pressiona para a defesa de um Estado Neoliberal. Além disso, ao confrontar a gestão do Brasil com a de outros países que iniciaram projetos de privatização, percebe-se a invocação do discurso de Modernização.

Ainda no mesmo mês de outubro, o jornal volta a defender a redução do Estado. No editorial “Estado” (GAZETA DO POVO, 1991e), de forma resumida, diante de uma ideia de que a redução do Estado promoveria uma redução da sua força, o editorial busca defender o contrário, alegando que a força está em manter um projeto de desestatização. Assim, inicia o jornal, “abandonar espaços que não são da sua competência não implica na fragilidade do Estado. Aliás, a redescoberta da sua essência deve significar sim o seu revigoramento como instituição voltada à melhoria da vida da sociedade” (GAZETA DO POVO, 1991e).

Ou seja, o Estado Neoliberal é aquele que cria condições de melhoria da vida da sociedade se deixa de cuidar do que é deveria ser de responsabilidade da iniciativa privada, é o que se pode buscar do editorial. E é por isso que um programa de redução do tamanho do Estado é importante, e que “setores retrógrados insistem em combater como um mal terrível” (GAZETA DO POVO, 1991e). E para que este projeto de libertação dos Estado das amarras do passado seja empreendido, é preciso, na perspectiva do jornal, um Estado com pulso firme, ou seja, “Não existe liberdade sem disciplina e ordem. Cabe ao Estado e ao Congresso impô-las. Eximem-se da sua função, se não o fizerem” (GAZETA DO POVO, 1991e).

Ao governo e aos parlamentares, deixem seus cargos se não forem encampar a ideia. Do quadro do discurso neoliberal, aqui percebe-se uma cobrança da

promoção do Estado Neoliberal, que é responsável por criar as condições do Estado Mínimo e da primazia do capital.

A previdência, como tema central, é abordada no edital “Responsabilidades na Previdência”, de 17 de outubro de 1991 (GAZETA DO POVO, 1991f). No texto, o jornal realiza críticas primeiro aos serviços prestados aos usuários, denotando descaso dos servidores no atendimento, e depois à gestão, buscando uma construção discursiva de ataque ao funcionalismo público e à estrutura da previdência, como forma de justificar ajustes no setor, como o repasse de parte das aposentadorias para a iniciativa privada, o ainda o benefício de sistemas de capitalização privados. O contraponto dos servidores que não estariam dispostos a atender a população, fica evidente no trecho do editorial em que o jornal critica as filas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sugerindo o jornal que deveriam ampliar o atendimento para os horários em que os servidores realizam atividades internas de portas fechadas.

Assim, “os funcionários, comodamente resguardados no ambiente interno, desculpam-se com a alegação de que não abrem as portas porque “não dá para fazer serviço interno e cuidas das pessoas que entrariam no local”. A objeção é facilmente vencida: bastaria um guarda controlando a abertura das portas, para que o atendimento se humanizasse” (GAZETA DO POVO, 1991f).

Oras, nos parece que o modo ideológico operado nesta afirmativa é o de Fragmentação pelo expurgo do outro (THOMPSON, 2009), com o que seguirá de indicação da retirada do que o jornal considera de “excessos” sobre o Estado, e considerando o cenário de Caça aos Marajás das eleições do Collor demonizando os servidores públicos como o peso que prejudica o desenvolvimento do país, recurso discursivo operado pelo jornal nos editoriais ao longo das publicações. Oras, a invocação do discurso de Estado Mínimo em parceria com a Lógica da Eficiência fica patente no uso dos recursos discursivos para defender a postura neoliberal na previdência. Como no trecho a seguir: “mas não será isto que ocorrerá porque o “ogro filantrópico” em que se converteu o Estado brasileiro não tem tempo para tais detalhes [...] por que irá se preocupar com normas operacionais decentes para seus serviços tentaculares, inchados de burocratas que andam em greves constantes” (GAZETA DO POVO, 1991f). Mas e qual é a solução para isso?

Enquanto isso ainda há adoradores do Moloque estatal defendendo sua presença na atividade econômica, sustentando a

sacratude de sua centralização de decisões. Os brasileiros só amadurecerão para a realidade da democracia contemporânea – como praticada por povos já desenvolvidos – quando se livrarem dessa dependência de índole confessional ao Leviatã do Estado [...] A alternativa está em descentralizar para o controle e gestão dos Estados Federados – e até dos municípios – serviços que podem ser melhor geridos ao beneficiário; outras funções devem ser desde logo privatizadas, como o seguro por acidentes de trabalho, a previdência complementar etc. E por último, se é preciso manter a duvidosa estrutura do INSS, que ela seja dirigida por autoridades competentes, sob rigorosa fiscalização das empresas e trabalhadores contribuintes. (GAZETA DO POVO, 1991f).

Ou seja, a Eficiência e a Modernização do Brasil, a exemplo que de outros países desenvolvidos fazem, é deixar o capital assumir os serviços, privatizando, como pode ser destacado de forma literal no editorial. Já no dia 23 de outubro, outro editorial reforçando os benefícios das desestatizações volta a ser publicado, dando contornos da campanha de Francisco Cunha Pereira Filho a partir dos seus editoriais, conforme indicou Fernandes e Santos (2010). O título do editorial orienta a linha da defesa: “Privatização sinalizando o futuro” (GAZETA DO POVO, 1991g). A solução para os problemas econômicos e sociais do país, pela perspectiva dos editoriais da Gazeta do Povo, passam pela redução do Estado, e a aposta está em uma estratégia de Modernização, na medida em que dá a entender que o Estado garantidor, ou o que prima pela atuação forte em políticas sociais do Estado de Bem-Estar Social, é um Estado retrógrado, que deve se vencido pela modernidade do Estado Neoliberal. Isso fica evidente no trecho deste editorial em que, com as privatizações,

no passado fica o Brasil do Estado dirigista, com sua feição interventora, recendendo ao nacionalismo estatizante dos meados do século, era em que as pessoas acreditavam em planos governamentais recheados de números e de boas intenções, legítima herança de um pós-guerra pesado e incerto. Para o futuro repousa a busca de um modelo mais liberal, voltado para a competição com base em vantagens comparativas naturais, mas também no gerenciamento de risco, na empresariação e na flexibilidade (GAZETA DO POVO, 1991g)

Oras, existe um Brasil do futuro que se consolidará, na perspectiva do editorial da Gazeta do Povo, com o sucesso do plano de privatização e com a passagem dos seus recursos e riquezas para a iniciativa privada. Afinal de contas, é preciso reforçar o que já abordamos aqui sobre os anos de privatização e da política neoliberal no Brasil, denunciados por Biondi em que ocorreu uma “brutal e estúpida adoção do

chamado modelo neoliberal, com o escancaramento da economia e a destruição de todos os mecanismos capazes de proteger a produção nacional” (2003b, p.15).

O uso da ideia de Modernização é recorrente no rol de elementos do discurso neoliberal empreendido pelo jornal pra defende políticas de venda das estatais e de terceirização ou privatização de serviços sociais, como a previdência. No editorial “Modernizar as instituições” (GAZETA DO POVO, 1991h), o jornal e apropria do padrão de manipulação indicado por Abramo (2016) indicado como Padrão de Inversão, a partir do recorte de inversão pelo fato, em que a versão da imprensa se torna predominante, mesmo que não corroborada pelo setor especialista, ou ainda pelos fatos. Neste aspecto, invoca-se o elemento discursivo da Modernização mais uma vez, partir de uma crítica ao Estado idealizado a partir da Constituição, nela incluída a Previdência. Oras, a Previdência Social é um direito previsto na Constituição, bem como outros direitos de assistência. A crítica busca demonstrar que a Constituição precisa ser Modernizada como o Estado, a partir do Estado Mínimo. No editorial, o jornal estabelece novamente uma relação entre o Ontem e o Hoje, como uma espécie de confronto entre o Antigo e o Moderno. Destaca o trecho:

O Brasil, que votou em 1988 uma Constituição afeiçoada ao espírito idealista da primeira metade do século, cuidou de recheá-la com a garantia de direitos dos cidadãos, antes sufocada por um Estado leviatã. Mas os formuladores da Lei Magna de três anos atrás se descuidaram de modernizar a moldura institucional às novas demandas conservando o mesmo e superando o arcabouço dos primórdios republicanos – centralizador estatizante, tolerante à ineficiência e à corrupção, frouxo na determinação da vontade eleitora, enfim, vencido no tempo (GAZETA DO POVO, 1991h)

É preciso, portanto, modernizar o Estado para que ele seja Eficiente, e não “tolerante à ineficiência”, ou ainda “frouxo”. É preciso um Estado forte, e de forma implícita, invoca-se o elemento discursivo do Estado Neoliberal, promotor de medidas de segurança para o capital, em detrimento às demandas sociais.

A previdência volta à centralidade em mais dois editoriais em novembro de 1991. No dia 14 de novembro, no editorial intitulado “A reforma política e federação” (GAZETA DO POVO, 1991i), contesta o Governo, e pressiona novamente para o entendimento de que é mais vantajoso ao Estado passar a Previdência para a iniciativa privada. Além dos supostos problemas de demora de atendimento, aos quais a Gazeta do Povo culpa os servidores públicos, os editoriais revelam outros aspectos

que são usados pelo jornal para defender a reforma na previdência, sendo uma delas a de Corrupção e de Fraudes, facilitadas por servidores e agentes públicos, e que beneficia algumas categorias. Parte disso é evidenciado no seguinte trecho selecionado:

Disse o ministro Antônio Rogério Magri que a Previdência é “imprivatizável”; entretanto, os problemas que o sistema acumula dizem o contrário. É sabido que eles não são de natureza meramente administrativa, nem são de agora. Não se pode culpar o ministro Magri pelo estouro das fraudes. Elas já existiam. Além do mais, a Previdência estatal vem sofrendo séria crise em todo o mundo. A causa comum é o paternalismo estatal que, no desejo de melhorar o padrão de vida da sociedade, do maior número possível, acaba se tornando incapaz de atender serviços mínimos ou de compensar de forma justa os contribuintes que têm direito a benefícios. A ampliação dos direitos previdenciários, no Brasil, inchou de tal maneira o sistema que hoje ele precisa ser urgentemente revisto. (GAZETA DO POVO, 1991i)

Oras, neste trecho, podemos destacar alguns elementos usados pelo jornal na defesa do discurso neoliberal. Primeiro, o de defender a privatização da previdência. O segundo, é justificar ela diante de uma suposta falência ou má gestão. Isso se dá ainda dentro de um plano do Estado Mínimo, ou seja, de combate do “paternalismo estatal”. Disso, podemos destacar a invocação do elemento do discurso neoliberal do Estado Mínimo, na medida em que busca defender a passagem da previdência para a iniciativa privada, e é possível também perceber a ótica da Redução da Proteção Social como elemento secundário, implícito na ideia de um Estado Paternalista.

No dia 19 de novembro, de forma breve dentro de um editorial sobre outra temática, o jornal retoma a abordagem da Falência da previdência (GAZETA DO POVO, 1991j). No trecho do editorial que se segue, percebe-se o Modo de Operação da Ideologia (THOMPSON, 2009), a partir do módulo Dissimulação, com a estratégia Tropo, em que o jornal usa a parte pelo todo. Na nota que acompanha o editorial, o jornal aponta que há um estudo do Banco Internacional do Desenvolvimento (BID) que evidencia problemas na América Latina acerca do sistema previdenciário. Deste aspecto, aponta o editorial do jornal, o “importante é ressaltar que o estudo do BID bate com a radiografia do governo e também com a proposta de reestruturação da previdência que está para ser apresentada” (GAZETA DO POVO, 1992j). Oras, de forma implícita, é possível perceber duas abordagens. A primeira é o uso do discurso da Lógica da Eficiência, com o objetivo de demonstrar que o modelo que se seguia

até o momento era ineficaz e incapaz de gestão do sistema. O segundo aspecto é a abordagem econômica (elemento do discurso neoliberal da Predominância do Elemento Econômico) que se coloca, em detrimento às questões da seguridade social envolvendo a questão da Previdência.

No editorial “O futuro na gerência e tecnologia” (GAZETA DO POVO, 1991k), o jornal mescla duas pautas até então abordadas distintamente para a defesa de medidas neoliberais, que é o da Privatização das Estatais e Falência da Previdência. Desta vez, o jornal evidencia as aposentadorias dos servidores que atuam na economia mista, ou seja, em estatais geridas pelo Estado. Neste aspecto, o jornal critica o volume do Fundo de Pensão das fundações de previdência de algumas estatais, buscando indicar que há um benefício ou benesse aí. Ou seja, que há um privilégio e um prejuízo aos cofres público, na medida em que este recurso seria bancado, em parte, pelo Estado, considerando a contrapartida do empregador para a formação da previdência.

O modo de ideologia empregado na abordagem de Thompson (2009) nos parece ser o de Fragmentação, com estratégia de diferenciação, ao indicar as distâncias de valores entre as aposentadorias ou valores das estatais com as demais. O discurso da Redução da Proteção Social é evidente na medida em que ele é gerado onerando o Estado. Primeiro, o jornal busca criar uma atenção para o valor, destacando que “ao participarem de forma compulsiva na privatização das estatais, as fundações de previdência “privada” chamam a atenção de toda a sociedade pelo valor patrimonial. [...] O que é oportuno questionar é como essas previdências amalharam tamanha solidez” (GAZETA DO POVO, 1991k). A forma de apresentação dos dados como se fosse um desvelamento ou uma denúncia de irregularidade ocorre no trecho a seguir: “Evidentemente que não pela simples contribuição dos funcionários. Em muitas delas, para cada contribuição dos funcionários, a empresa contribui três vezes mais. Portanto, elas são privadas entre aspas. A maior parte do seu capital foi formado com dinheiro de todos os contribuintes” (GAZETA DO POVO, 1991k).

A busca pelo apoio da opinião pública na defesa da redução do Estado e do repasse de estatais e de serviços administrados à época pelo poder público com potencial de rentabilidade para o capital, tornou-se algo presente em diversos editoriais. Destaca-se, na sequência dos editoriais até aqui analisados, o texto intitulado “Aprofundar a privatização”, de 28 de outubro (GAZETA DO POVO, 1991l).

O texto reforça a visão do jornal sobre a importância das privatizações como solução para a mudança e perspectiva do Estado brasileiro de um Estado concentrador para um Estado neoliberal. Além disso, o jornal volta a invocar a ideia de salvação para o país modernizar a sua gestão. Segundo o jornal, quem é contra este plano, é contra a modernização do país, ou tem interesses na manutenção do Estado como interventor na economia. Observa-se isso no trecho que selecionamos do editorial:

É tempo portanto de o Brasil dar as costas às minorias renitentes que se opõem à privatização porque encasteladas em posições confortáveis, onde estão inclusive a salvo das flutuações da economia e ao cabo ainda são beneficiados por aposentadorias especiais irrigadas pelas contribuições do empregador aos fundos de complementação previdenciária por ele instituídos. O espetáculo oferecido nas últimas semanas quando meia dúzia de manifestantes de uma cambaleante central sindical tentava impedir a venda das ações preferenciais da Usiminas, assinala o fracasso definitivo da onda estatizante. Isso ocorre num momento em que o mundo inteiro, do Uruguai à Suécia, decide que o Estado eficiente tem que ser ágil e enxuto. Mesmo as repúblicas do antigo bloco soviético proclamam a disposição de privatizar suas estatais com urgência, para diminuir os custos que elas causam na produtividade e inovação dos seus sistemas econômicos. [...] É fundamental que o Brasil prossiga na sua marcha para flexibilização do regime estatal, liberando recursos que devem ser mais bem aproveitados no financiamento do hoje precário gasto social (GAZETA DO POVO, 1991).

Dentre os elementos da categoria do discurso neoliberal que compilamos com base na literatura, podemos destacar o Estado Neoliberal, na medida em que o texto cobra posição do Estado assumindo um papel de promotor das medidas neoliberais, promovendo uma “flexibilização do regime estatal”. Outro elemento que se destaca é o da Redução da Proteção Social, quando desfere críticas ao modelo previdenciário dos servidores das estatais, mais uma vez reforçando a participação do Estado na contrapartida do recolhimento da previdência. A partir do quadro de Abramo (2016) sobre padrões e manipulação da imprensa, percebe-se neste editorial o uso de recurso de Fragmentação, na medida em que pressiona uma relação de construção da precariedade ou de um peso econômico para o Estado a partir das contrapartidas e contribuições na previdência dos funcionários das estatais.

No editorial “Estabilidade só com o consenso”, de dezembro de 1991 (GAZETA DO POVO, 1991m), o jornal discorre sobre a forma como o Congresso deve buscar o consenso para aprovação de medidas de desestatização que possam melhorar as contas do Governo, ou seja, como o repasse de parte do Estado para a Iniciativa

Privada pode gerar uma economia com reflexo para a população. Aqui, o jornal se apropria do modo de operação da ideologia da Legitimação a partir da estratégia de construção simbólica da Narrativização (THOMPSON, 2009), ao construir um argumento de desmonte da economia pelo inchaço do estado, onerando a população e retirando recursos de outros setores. Destaca o jornal no editorial, que justamente por falta das políticas de desestatização na "pesada estrutura estatal em seus três níveis, a redução de gastos públicos não é definitiva nem seletiva. Ela tem lugar à custa do corte em setores essenciais, como a construção e recuperação de estradas e ferrovias, do atraso dos compromissos sociais inadiáveis como o pagamento de hospitais, o crédito educativo etc" (GAZETA DO POVO, 1991m).

Com isso, começa-se a mobilizar a opinião público na medida em que sugere que recursos ou serviços diretamente ligados a eles são precários ou inoperantes pelo "inchaço" do Estado. Ou seja, o discurso do Estado Mínimo volta a ser invocado, contudo, de forma diferenciada, buscando sensibilizar o público não pela racionalidade, mas pela ótica da sua individualidade, o que nos leva a um outro recurso discursivo do neoliberalismo, que é o da Liberdade e Autonomia. Por fim, podemos ainda destacar ainda a Redução da Proteção Social, na medida em que o jornal destaca que cabe aos trabalhadores a sua parcela de sacrifício para o Mercado. Isso ocorre quando o jornal aponta as medidas que considera fundamentais para a economia, sendo "1. A renúncia do governo a uma presença ampla na atividade econômica, geradora de déficits e o ajuste fiscal; 2. A moderação na escala de preços por parte dos empresários; 3. A aceitação das regras de perda temporária por parte dos trabalhadores" (GAZETA DO POVO, 1991m).

Oras, todos devem ter parte nos sacrifícios, exceto o capital. De forma adicional, este mesmo recurso de compartilhar com o cidadão as responsabilidades de incentivar o mercado é abordado no editorial "FMI acolhe o Brasil" (GAZETA DO POVO, 1991n), da mesma forma forçando que o trabalhador renuncie a direitos para ajudar o capital. Assim, aponta o jornal, "o que se faz preciso para que essa confiança seja restabelecida é uma atitude responsável por parte de todos: do governo, que deve atentar para sua função de indutor do processo social; do empresariado e dos trabalhadores como dos demais agentes sociais" (GAZETA DO POVO, 1991n). Importante destacar que algumas estratégias discursivas podem ser empreendidas para convencimento da primazia do capital no Estado Neoliberal.

Ou seja, o que diz respeito a manifestar a posição de classe nos editoriais, e de buscar sensibilizar a opinião pública, o jornal pode usar recursos ideológicos que tendem a amenizar o peso do conteúdo, criando a sensação de que há uma suposta defesa do interesse das classes menos abastadas. Podemos assim, perceber o uso de modos de ideologia com o de Dissimulação a partir da estratégia de construção simbólica da eufemização (THOMPSON, 2009). No editorial “Preparando a fase de transição”, de dezembro de 1991 (GAZETA DO POVO, 1991o), por exemplo, o que se percebe é a invocação do discurso de Predominância do Elemento Econômico como forma de criar condições para que o estado promova o que é contrário ao conceito de Estado Neoliberal, qual seja: o atendimento de políticas sociais. Assim, aponta o jornal em um trecho que destacamos sobre o editorial, diante de uma recessão que pressione cortes econômicos para manter a inflação baixa “várias questões que precisam ser analisadas pela opinião nacional e resolvida pela liderança política. Entre elas a necessidade da criação de mecanismos de proteção às camadas sociais menos favorecidas, que sofrerão mais com a crise de ajustamento” (GAZETA DO POVO, 1991o).

A crise econômica e seus reflexos na sociedade é um recurso de construção de racionalidade empregada pelo jornal para defender a retirada do Estado na gestão do pano econômico. No editorial “Contra o fantasma da separação” de dezembro e 1991 (GAZETA DO POVO, 1991p), o jornal aproveita o uso do modo de ideologia da Legitimação a partir do modo de estratégia simbólica da Racionalização (THOMPSON, 2009) para defender o Estado Mínimo. Assim, por este recurso ideológico, o Bom Senso é um governo que corta gastos. Neste caso, coloca o Estado contra os cidadãos e o mercado, dizendo eu os dois sofrem os problemas de uma crise, enquanto que o Estado, com altos custos, ainda busca mais dinheiro para sua gestão. Como podemos conferir no trecho do editorial selecionado:

o acordo do governo com o FMI prevê um ano de austeridade como estratégia para que o país volte ao caminho do crescimento. Este clima, desde já, está sendo vivida pelos trabalhadores e empresários – apenas não pelo governo que, a despeito do sucesso na leve redução do índice inflacionário, este mês, na semana passada pediu ao legislativo de um crédito adicional de mais de Cr\$ 5 trilhões para fechar o orçamento de 91. Sinal evidente de que houve despesas sem previsão de receita, não sendo obedecida a máxima administração pública. Tal falta de austeridade não pode repetir-se em 92 (GAZETA DO POVO, 1991p)

Uma palavra presente no editorial e que ganha status no discurso neoliberal é o de Austeridade, cujo duplo sentido atende à ideia de um Estado que corta na carne os gastos. Ou seja, austeridade está relacionada ao Bom Senso, na mesma medida em que no jargão econômico, está relacionado ao modo de governo que se pauta pela contenção de gastos.

No editorial “Uma agenda para o consenso”, publicada em 30 de dezembro de 1991 (GAZETA DO POVO, 1991q), o jornal busca o termo Consenso em referência ao Consenso de Washington, uma das principais bases de política neoliberal internacional, que condicionava os auxílios de órgãos financeiros internacionais, com o FMI, a medidas de exposição da economia, como medidas de cortes de gastos públicos, redução dos estados, privatizações reforma tributária, garantia de segurança jurídica para a propriedade privada, desregulação e uso de juros determinado pelo mercado, e não sob intervenção ou ação do Estado (WILLIAMSON, 1990, p.252).

Os itens do Consenso de Washington tornaram-se tábua de mandamento para governos que realizaram a política de choque para implantação do neoliberalismo, como Chile, Inglaterra, Estados Unidos, dentre outros (KLEIN, 2008). O contexto do editorial é justamente a carta de medidas indicadas pelo país para receber auxílio do FMI. No editorial, o jornal usou justamente o termo consenso para referenciar à carta de intenções econômicas neoliberais internacional, quanto ao consenso como sinônimo de Bom Senso. Ao sintetizar as medidas indicadas pelo governo brasileiro, o jornal deposita nas ações de redução do poder do Estado como forma de garantir a saúde financeira do país. Além disso, importante destacar que no editorial, fica evidente que a lógica da desestatização de setores do Estado só serve quando há interesse de exploração pelo capital, ou seja, quando há um potencial de rentabilidade, conforme podemos conferir no trecho do editorial:

Já os seis pontos da “agenda para o consenso”, anunciadas pelo governo como bases para uma negociação abrangente, são amarrados entre si, uns condicionando reciprocamente com os demais. Um analista reduziu as propostas a quatro itens básicos: o controle da inflação, o saneamento das finanças públicas, a reestruturação e reorientação do Estado para finalidades-chaves, a modernização da economia e a participação da força de trabalho no esforço da retomada. Redimensionando o Estado, que deve se voltar para suas finalidades hoje descumpridas, de cuidas da infraestrutura social e política (apenas quando os serviços não tiverem atrativo para a exploração por particulares), haverá saneamento efetivo das finanças públicas, de vez que o ajuste fiscal não pode ser confundido

(como até aqui) com o aumento de imposto sobre a sociedade (GAZETA DO POVO, 1991q).

Percebe-se, portanto, a invocação de ao menos três elementos do discurso neoliberal compilados no quadro resultante da revisão da bibliografia sobre o tema, sendo eles o elemento do Estado Neoliberal, que se apropria da ferramenta do Consenso para aplicar medidas econômicas neoliberais; o elemento discursivo do Estado Mínimo, na medida em que busca destacar as vantagens de repassar os serviços para a iniciativa privada, quando convém ao interesse do mercado; e por fim, a Predominância do Elemento Econômico, quando o suposto “redimensionamento do Estado” e a redução de serviços atende à primazia do mercado.

A Agenda para o Consenso, com as medidas neoliberais indicadas pelo governo brasileiro, também foi tema de editorial, de forma mais extensa, na edição do jornal Gazeta do Povo em janeiro de 1992, intitulado “Os deveres sociais do Estado”. Selecionamos este editorial dentre os publicados por denotar como a previdência não entra, na leitura do jornal, como um dos serviços essenciais a serem assegurados por um Estado. Segundo a leitura de Francisco Cunha Pereira Filho no manifestada pelo editorial do seu jornal, um Estado deve cuidar apenas da “educação de base, da saúde e saneamento básicos, da segurança pública e mais como função reguladora e menos executora, de habitação, meio ambiente, patrimônio cultural etc” (GAZETA DO POVO, 1991r). No mais, como a previdência, são serviços que devem ser repassados à iniciativa privada em um plano de reestruturação do Estado, que passa pela “desestatização de atividades que melhor cabem ao segmento privado e concentração da administração pública nas suas tarefas típicas, a serem definidas o mais estritamente possível” (GAZETA DO POVO, 1991r).

A previdência, na leitura do jornal, acaba sendo um peso para o Estado, sobretudo pela ineficiência da gestão, pois, como aponta o editorial, “donde se observa que, pondo-se a cuidar de tudo, o Estado de nada cuidou, como demonstram o descontrole educacional, o descalabro da Previdência, a baixa eficiência nos serviços de segurança pública e o mais” (GAZETA DO POVO, 1991r). Desta forma, a solução é uma política drástica de redução do Estado, sobretudo diante de um cenário mundial que o jornal pinta como sendo moderno na medida em que se amplificam as políticas neoliberais em outros países. Invoca-se mais uma vez modo de ideologia de Dissimulação a partir da estratégia Tropa de manipulação ideológica, ao construir um

cenário de oposição entre um passado que precisa ser vencido pela inovação ou modernidade da nova gestão. Ou seja, o velho representa algo a ser combatido, sobretudo diante de um contexto recém-saído do fim da bipolarização e queda do Muro de Berlim.

Agora, inclusive, que o monstro histórico marxista foi definitivamente desmontado, não há mais razão para cultuarmos o Moloque estatal, quando está provado que opera mal na atividade econômica. Todas as empresas de fins econômicos mantidas em mãos do poder público devem ser o quanto antes privatizadas, como devem também ser passadas para administração particular as concessões de serviços públicos ainda geridas diretamente pelo governo. [...] O Estado deve cumprir sua parte, fazendo o mínimo e prioritário; o restante deve ser deixado à diligência de cada um. (GAZETA DO POVO, 1991r)

Fica evidente no editorial “Os deveres sociais do Estado” (GAZETA DO POVO, 1992a), que o entendimento do jornal sobre Deveres Sociais passa pela segurança pública, saúde e educação de base, somente. O longo do texto, como indicado nos trechos, percebe-se o uso claro de invocação do discurso neoliberal do Estado Mínimo, da Redução da Proteção Social, da Logica da Eficiência, bem como da Modernização da gestão do Estado.

De forma direta, a previdência retoma o tema do editorial, desta vez, em nota secundária, indicando um problema de gestão e de administração do órgão e de uma ineficácia em evitar sonegação nas aposentadorias. No editorial “Sinais de desequilíbrio na Rússia”, de janeiro de 1992 (GAZETA DO POVO, 1992b), na nota secundária do editorial intitulada “Sonegação”, o jornal reforça a má gestão ao indicar que um possível rombo da previdência é resultante da dívida de empresas. O jornal refere-se a um relatório da CPI o Congresso que aponta 600 empresas maiores devedoras da previdência, que juntas acumulam dívida de 1,16 trilhão de cruzeiros. Para criticar a ineficiência do Estado, vale criticar parte do capital pela sonegação. Contudo, não chega a indicar as empresas, ou ainda a criticar de forma contundente, mas sim a inverter a ótica e denunciar o Poder Público pela omissão. Ou seja, usa-se o modo de manipulação da imprensa de Abramo (2016) da Inversão, considerando o padrão da Inversão da Relevância dos Aspectos, em que o elemento secundário é colocar como principal. Isso ocorre no peso da crítica ao Estado que não acompanha a crítica à responsabilidade do capital, como em:

Se fossem dívidas contraídas por pessoas físicas ou até mesmo empresas junto ao comércio, bancos ou qualquer outro segmento da sociedade, certamente a dívida já estaria paga ou em vias de, através de instrumentos jurídicos. Não se entende por que uma instituição pública deve fazer concessões, anistias e deixar de receber dívidas que outros tantos milhares de brasileiros pagam normalmente. Se a previdência é obrigação, que seja para todos e não para muitos enquanto poucos provocam desestabilidades e rombos. (GAZETA DO POVO, 1992b).

Neste ponto, dos elementos do discurso neoliberal, fica clara a crítica à performance do Estado, que, considerando o histórico dos editoriais do jornal, é visto pelo dono do jornal Gazeta do Povo como inchado e incapaz de gerenciar os serviços que acumulou. Com isso, percebe-se a invocação do elemento do discurso neoliberal da ótica da Lógica da Eficácia.

De forma central, o tema da Previdência é abordado em dois editoriais publicados pelo jornal em 17 de janeiro de 1992 e depois em 5 de fevereiro de 1992, em meio ao debate da PEC no Congresso. Em “Reforma ampla na previdência”, editorial de meados de janeiro (GAZETA DO POVO, 1992c), Francisco Cunha Pereira Filho destaca sua visão sobre a Previdência, como um sistema que deve ser gerido de forma eficiente, com as lógicas do mercado. Ou seja, que tenha o capital usado para especulação no setor financeiro, que tenha parcela de sua gestão terceirizada sob custódia de bancos privados, e que não tenha relação de gestão com o Estado. Parte da crítica reforça ainda a responsabilidade individual com a poupança da aposentadoria. Assim, a ideia central da previdência dentro da Seguridade Social (MOTA, 2015), como já abordado anteriormente aqui no trabalho, funcionado sob a lógica de laços sociais entre gerações, cai por terra diante da visão do dono do jornal Gazeta do Povo. No editorial, o jornal resgata a origem dos serviços de previdência, e o seu fortalecimento a partir do Estado de Bem-Estar Social. Neste aspecto, aponta sua crítica justamente na percepção da seguridade social como função que onera o Estado e não promove a competitividade.

Com o avanço das teses do social-democracia no pós-guerra, tornou-se moda estender os benefícios de seguridade e a Inglaterra universalizou um serviço de assistência médica, a Suécia orgulhava-se de assistir o seu cidadão “desde o berço at’a sepultura”. Poucos países resistiram, forçando cada cidadão a organizar seu próprio plano de aposentadoria mediante aplicação periódica de poupança pessoal em um fundo fiscalizado pelo governo, como o Japão. (GAZETA DO POVO, 1992c)

Oras, percebe-se aqui a invocação do elemento do discurso neoliberal do Estado Mínimo, como um governo que deve focar suas atenções à liberdade do capital e ao repasse das funções que possam ser exploradas economicamente para o mercado. Reforça-se também o elemento da Liberdade e Autonomia, na medida em que reforça o aspecto de que a modernidade repassa ao indivíduo a capacidade de gestão da sua vida. Na sequência, o jornal amplia a crítica para o caso brasileiro, em que a aposentadoria começou a ser abordado dentro da Seguridade Social, com a inclusão de benefícios para trabalhadores rurais etc.

O problema brasileiro é que o sistema previdenciário, antes organizado em torno de categorias profissionais (institutos de aposentadoria e pensões dos comerciários, industriários, bancários etc), foi fundido numa macroburocracia de caráter geral. Logo depois o governo Geisel organizou um Ministério da Previdência e estendeu o tratamento gratuito de saúde a toda população, debitando a conta às receitas da Previdência Social. Quer dizer, o dinheiro que deveria ser capitalizado para lastrear futuras aposentadorias dos trabalhadores contribuintes passou a custear uma função do Estado, a saúde pública. Igualmente os trabalhadores rurais foram incluídos no rol de beneficiários, sem que os programas de contribuição (a cargo do Funrural) fossem suficientes. Também a União Federal nunca honrou inteiramente sua parcela de responsabilidade na sustentação da previdência (deveria pagar a folha de funcionários do sistema) e mais: sangrou as verbas destinadas ao INSS para financiar outros gastos públicos. Já a instalação dos fornos de Volta Redonda fora financiada pela previdência, passando pela construção de Brasília, verbas para o Ministério da Ação Social, Ciacs, Educação, Serviços policiais do Ministério da Justiça etc. Claro que esse edifício ficou sem os alicerces e não basta uma reforma aparente. (GAZETA DO POVO, 1992c).

Neste trecho, uma série de recursos discursivos são empreendidos para a construção de uma lógica que busca evidenciar o inchaço da Previdência e seu caráter assistencialista que deve ser reduzido. Primeiro, resgata a suposta ideia original de gestão das aposentadorias. Ou seja, o que vem a seguir que ultrapassa esta função, é prejuízo ao recurso do trabalhador. O texto busca desenhar um quadro de forçar a individualidade, em que a Previdência deve gerir o recurso do trabalhador para que exclusivamente ele se aproprie do recurso, sem que esteja ancorado em um sistema de Seguridade Social. Reforça-se, portanto, o já citado elemento de Liberdade e Autonomia, conforme o quadro de discurso neoliberal organizado anteriormente, bem

como a invocação da Redução de Proteção Social, na medida em que não reconhece tais funções dentro do escopo da Previdência após uma reforma.

Por fim, destacamos ainda o Estado Mínimo, na medida em que o jornal defende a privatização da previdência, ao comparar o quadro nacional com o cenário imposto pelo governo neoliberal à sociedade chilena, de desestatização do sistema de gestão das aposentadorias: “Cumpre repensar todo o sistema, à maneira do que fizeram os chilenos. Ali, a privatização da Previdência fez devolver a juntada de recursos ao regime atuarial de capitalização (versus o de “caixa” brasileiro). Quer dizer, o trabalhador pouca hoje para ter aposentadoria amanhã” (GAZETA DO POVO, 1992c).

A ideia de redução de direitos para o bem da saúde da previdência (da mesma forma como é proposto para o campo do direito trabalhista etc) é central no editorial “Boas propostas na previdência”, publicado pelo jornal em 5 de fevereiro de 1992 (GAZETA DO POVO, 1992d). Se a privatização do setor não é viável pelo radar do Estado ou do Congresso na avaliação das PEC, o jornal considera, portanto, uma redução dos direitos como justificável. Esta é a proposta apontada então ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes.

Tem razão o ministro Stephanes quando alinha um demonstrativo que dá 63% dos aposentados com idade de ingresso no sistema de benefícios com 55 anos de idade ou menos, e 32% de aposentados acima dos 50 anos. [...] Segundo Stephanes baseado em estudos atuariais europeus, “um trabalhador precisa contribuir entre 40 e 45 anos para obter, na inatividade, uma renda equivalente a 70% do seu salário da vida ativa”. Esse é o padrão adotado pelos suíços, um povo que se notabiliza pelo gerenciamento eficaz das finanças públicas e privadas. Stephanes lembra, a propósito, não fazer sentido uma aposentadoria privilegiada para as mulheres (30 anos pelo regime de tempo de serviço), quando provado cientificamente que as pessoas do sexo feminino têm expectativa de vida superior à dos homens. Mas além dos problemas estruturais, a Previdência Social exhibe um elenco e questões gerenciais, cuja solução não depende, ao contrário, de reformas constitucionais. (GAZETA DO POVO, 1992d)

No trecho selecionado, emprega-se inicialmente o elemento do discurso neoliberal de Redução de Proteção Social na medida em que o jornal busca se apropriar da lógica da estatística para justificar um maior tempo de contribuição e um recurso menor do que o salário recebido. Ou seja, considera que o ideal é o trabalhador trabalhar mais para receber menos. Novamente o uso do Padrão de

Inversão estabelecido pela leitura de Abramo (2016). De forma adicional, ainda estabelece o uso do recurso discursivo neoliberal de Liberdade e Autonomia, quando aponta como um privilégio não justificado a aposentadoria antecipada das mulheres.

No editorial de 6 de fevereiro de 1992, intitulado “Aposentadoria” (GAZETA DO POVO, 1992e), o jornal reforça a defesa de redução dos direitos na previdência como forma de manter as aposentadorias. Conforme já indicado no editorial analisado anteriormente, a proposta em debate no Congresso para a previdência e considerada uma boa proposta pelo jornal é a redução do salário de aposentadoria e aumento do tempo de contribuição. A questão central da defesa da proposta é coibir as aposentadorias de pessoas com menos de 60 anos. Segundo o jornal, trata-se de mão de obra para o crescimento o país, e uma aposentadoria por tempo de serviço é prejudicial. Novamente, a Redução de Proteção Social nos parece ser um elemento do discurso neoliberal perceptível nesta defesa da Gazeta do Povo, de que é preciso explorar por mais tempo o trabalhador até que ele tenha o direito de aposenta-se, independente de o quanto ele contribuiu para a sua previdência.

Desta forma, como destaca o trecho selecionado acerca da aposentadoria por tempo de serviço e não por idade: “principal consideração que se tem a fazer é que, necessitando de muito trabalho para crescer, o Brasil não pode se dar ao luxo de desperdiçar a força de muita gente que, por força do sistema vigente, se aposenta precocemente” (GAZETA DO POVO, 1992e). Ainda em fevereiro, outro editorial também intitulado “Aposentadoria”, publicado no dia 22 daquele mês (GAZETA DO POVO, 1992f), retoma a leitura da aposentadoria como um peso que puxa o Estado para o retrocesso, e não para a modernidade. A crítica está em comparar o estado moderno ao cenário getulista, em que inicia o que o jornal classificaria como um Estado Paternalista. A reforma da previdência, reduzindo os direitos dos trabalhadores e demais beneficiários da previdência, é o que combateria o que o jornal considera como equívoco estrutural. Percebe-se no trecho selecionado:

É histórico o paternalismo da previdência social brasileira, criada sob o governo de Getúlio Vargas, chamado de “pai dos pobres”. As reformas em estudo pelo ministro Reinhold Stephanes têm de atingir, portanto, esse equívoco estrutural. O Estado moderno que o Brasil pretende construir não atende sob a figura do pai provedor – mesmo em se tratando e um campo como o previdenciário. Sabe-se hoje que a quebra do sistema, em grande parte, se deu por causa da distribuição indiscriminada de benefícios e aposentadorias; além – não podemos esquecer – das fraudes irregulares e ingerências. Ante de

sustentar a pobreza, o Estado tem sim [e que oferecer condições para que a população saia desse estado. Nesse contexto é que deve ser traçado o novo papel da previdência. (GAZETA DO POVO, 1992f)

A partir da previdência, percebe-se novamente a invocação do discurso neoliberal do Estado Mínimo e da Modernização. O comparativo com o passado como forma de distanciar o futuro eficiente com o pesado Estado paternalista e retrógrado é novamente empregado pelo jornal para justificar as propostas neoliberais, sobretudo na previdência.

Em maio de 1992, prestes à votação do projeto e já debatido amplamente nos meios de comunicação, e no jornal Gazeta do Povo a partir das reportagens e coberturas informativa ou interpretativas sobre o tema (não objeto da nossa avaliação, que se restringe a observar a manifestação direta do jornal no Editorial, espaço por excelência de expressão da opinião do jornal (MARQUES DE MELO, 2003)), Francisco Cunha Pereira Filho retoma a debater o tema da Previdência em seus editoriais, no texto intitulado “Aproveitar o bom momento”, em 11 de maio (GAZETA DO POVO, 1992g).

No texto, o jornal volta a defender. Privatização ou terceirização de parte da função da previdência, como forma de alimentar o capital. Isso se percebe, por exemplo, de forma direta no trecho do editorial em que destaca que a área de acidentes do trabalho, cujo benefício está dentro do escopo da previdência, é vista como “um filé-mignon governamental, por render uma receita adicional utilizada pela Previdência Social para financiar o programa de seguridade. Mas o resultado da estatização desse setor, há 25 anos, foi o encarecimento dos encargos para as empresas” (GAZETA DO POVO, 1992g).

A seguridade ou os serviços sociais de atendimento à população com fragilidade social, é um peso para a eficiência da previdência, e isso é um peso para os empresários, para o capital. Diante disso reforça o jornal, é preciso aproveitar o momento para “forçar o Congresso a discutir o conjunto de medidas estruturais capazes de desonerar o poder público de responsabilidades que são mais bem gerenciadas em mãos do setor privado, dada sua natural vocação para a busca da competitividade via inovação e eficácia” (GAZETA DO POVO, 1992g). Considerando o quadro de elementos do discurso neoliberal, ao “forçar o Congresso”, o Estado se consolida como um Estado Neoliberal na medida em que pressiona e facilita as medidas de atendimento ao capital. Da mesma forma, fomenta a redução do seu

espaço de atuação, desembocando no conceito de Estado Mínimo. O elemento discursivo da Lógica da Eficiência é novamente invocado, contudo, não a partir de um Estado moderno, mas pela eficiência evidenciada do capital em ser competitivo e fomentar a inovação, frente ao papel engessado do Estado.

A cobertura editorial da Gazeta do Povo encerra o tema da PEC 48/1991 com duas notas de apoio dos editoriais de junho. Um deles no dia 2, e outro logo em 23 do mesmo mês. Em “Aposentadoria”, texto de 21 de junho (GAZETA DO POVO, 1992h), de forma não menos enfática que nos editoriais anteriores, o jornal manifesta apoio à proposta do ministério da previdência de permitir a “aposentadoria após os 40 anos de contribuição, ou com 62 anos de idade e 30 de contribuição” (GAZETA DO POVO, 1992h), cálculo que tende a ampliar o tempo de recolhimento, o que resulta em uma perda de proteção social diante da forma como se concedia o benefício. Sem necessariamente retomar de forma explícita a alegação de que a aposentadoria “precoce” prejudicaria o mercado, visto que perderia mão de obra que poderia explorar, o jornal apenas confirma a concordância com a medida do ministério, indicando que ela “tem a sua dose de razão o ministério, ao reclamar que hoje o atual mecanismo permite que metade dos aposentados por tempo de serviço tenham menos de 50 anos de idade” (GAZETA DO POVO, 1992h).

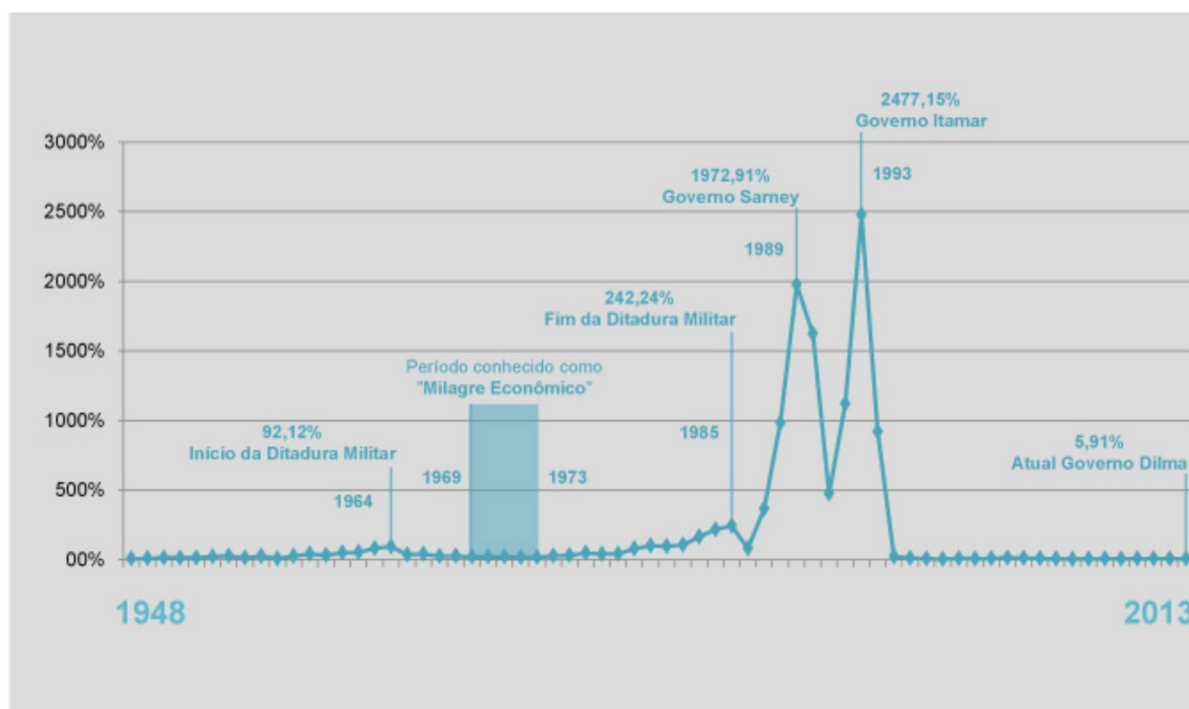
Por fim, o jornal reforça de forma explícita sua crítica a aposentadoria com 50 anos, algo que considera precoce, privilégio e condenável pois prejudica o capital. Como aponta no texto intitulado “Aposentadoria” de 23 de junho (GAZETA DO POVO 1992i), destaca o jornal: “É extremamente prejudicial à seguridade social e mesmo à sociedade como sistema produtivo que pessoas parem de trabalhar com 50 anos ou bem menos, como vem acontecendo atualmente. E isto [e ainda mais condenável, quando se sabe que para se aposentar tão cedo muitos apelam para artifícios como legais (embora imorais) e a fraudes, que são outra preocupação à reforma” (GAZETA DO POVO, 1992i).

4.1.2 - EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO RELATIVOS À REFORMA DA PREVIDÊNCIA E CONTEXTO NEOLIBERAL PUBLICADOS DURANTE A TRAMITAÇÃO DA PEC 33/1995 - de 29/03/1995 a 15/12/1998

Desde as últimas décadas da Ditadura Militar, o país vinha sofrendo no plano econômico um aumento galopante da inflação e uma redução do poder de compra da

população. Na redemocratização, já no governo de José Sarney, entre 1985 e 1990, o desequilíbrio da economia era tamanha que a variação da inflação em um dia fazia com que o comércio remarcesse o preço dos produtos ao longo do dia. Collor vai herdar este problema financeiro, que só começará a ganhar contornos de redução quando seu vice, Itamar Franco, ao assumir a presidência após o processo de impeachment de Collor.

FIGURA 9 - INFLAÇÃO DO BRASIL ENTRE 1948 E 2013



Fonte: LACERDA, 2022

Em 1993, Itamar Franco nomeia como Ministro da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, até então ocupante da pasta do Ministério das Relações Exteriores, que na coordenação de uma equipe de economistas, formada por Pedro Malan, Armínio Fraga, Persio Arida e Edmar Bacha, iriam instituir o Plano Real, medida de estabilização e de reformas econômicas (CÂMARA, 1994). O sucesso do plano na economia brasileira foi um dos fatores que lançaram Fernando Henrique à presidência do país por dois mandatos, entre 1995 e 2003.

O Plano Real, contudo, não era apenas uma juste de paridade da moeda brasileira com o dólar, ou ainda uma medida de controle da inflação, mas sim um projeto de reformas que expressava na prática a essência do neoliberalismo. Conforme indicado anteriormente, é justamente nos dois mandatos de Fernando

Henrique Cardoso que teremos no Brasil as mais intensas atividades de privatização e medidas de redução do Estado Mínimo. Conforme destaca Biondi (2003a, 2003b), de forma diferenciada dos demais países, nos anos de FHC foram implantadas as privatizações com financiamento de recursos públicos, ou seja, custeado com o próprio recurso do estado a partir de política de juros diferenciadas para o capital privado.

Ou seja, não eram raras as vezes em que o poder público investia na estatal para reestruturar a empresa, e posteriormente a isso, venda no plano de desestatização, financiado com recursos de bancos públicos. É logo no começo do seu governo que iniciará duas reformas a partir de projetos de emendas, dentre as quais, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/1995. Diferente da PEC anterior aqui analisada, que surgiu de uma proposta do próprio congresso e que foi ajustado para atender ao interesse do governo, a PEC 33/1995 surge como proposta do Executivo, ou seja, do governo de Fernando Henrique Cardoso. A ementa do projeto já deixada clara a sua intenção, reduzir os benefícios e ampliar ainda mais o tempo de contribuição até que o trabalhador pudesse se aposentar.

A lei complementar que estabeleceria normas de transição, fixará as diretrizes quanto ao: tempo de contribuição adicional a ser exigido pelo novo regime, que será reduzido segundo a proporção direta existente entre o tempo de serviço ou contribuição já cumprido e o requerido pelas normas vigentes, para fins de aposentadoria com valor equivalente ao total do salário-de-benefício ou com proventos integrais, e a elevação do prazo de carência e número de salários de contribuição que será feita de forma gradativa. alterando a constituição federal de 1988) (CÂMARA, 1995)

A PEC 33/1995 tramitou no Congresso durante quase todo o primeiro governo de FHC, tendo o último passo da tramitação em 15 de dezembro de 1998, quando foi transformada em Emenda Constitucional 20/1998. Segundo Lima e Sorto (2023), a PEC buscava uma idade mínima para aposentadoria, para fazer com que os trabalhadores não pudessem se aposentar com menos idade.

Contudo, as discussões do projeto não foram proveitosas para o governo neste aspecto. Por isso, o governo criou outro dispositivo a partir da Lei n.º 9.876/1999, sintetizado como termo Fator Previdenciário. Este fator era uma espécie de redutor, ou seja, “aplicado ao cálculo da renda mensal inicial das aposentadorias do RGPS, com o objetivo de reduzir os valores das aposentadorias consideradas precoces. Na

prática, quanto mais jovem o trabalhador optar pela inatividade, menor será o valor do seu benefício de aposentadoria por tempo de contribuição” (LIMA & SOTO, 2023). Aprovada, a emenda estabelecia uma idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 anos para os homens.

Assim, a emenda extinguiu a aposentadoria proporcional do regime próprio com o estabelecimento das idades mínimas, e “para os segurados do INSS, determinou a contribuição mínima de 30 anos para mulheres e 35 para homens” (FERREIRA, 2019). Ao longo do período de tramitação da PEC, foram identificados nove editoriais em que Francisco Cunha Pereira Filho se manifesta a partir do texto do Jornal Gazeta do Povo, sobre a aposentadoria e as reformas empreendidas pelo governo neoliberal. O primeiro editorial em análise do corpus delimitado para o período, é intitulado “Os eixos da companhia” de 4 de julho de 1998 (GAZETA DO POVO, 1998a). O termo Neoliberalismo como bandeira que reúne as medidas de redução do Estado e primazia do capital cai no julgo popular e é compartilhado na imprensa, como neste edital da Gazeta do Povo, em que defende os ajustes de cortes econômicos em setores sociais, bem como a leitura positiva do conceito de Neoliberalismo na sociedade.

A crítica do jornal é quanto ao significado pejorativo do termo neoliberalismo de forma como adotado pelas entidades sindicais. Segundo o editorial do jornal, os neoliberais apenas buscam um governo bem ordenado. Oras, o privilégio da economia e das contas do governo, contudo, segue em primazia aos direitos e atendimentos de serviços sociais nas propostas neoliberais, e isso é visto como algo a ser buscado, na perspectiva do jornal, que já manifestou anteriormente reflexão em prol da privatização de serviços como a própria previdência. Segue o trecho que selecionamos:

Pela oposição o vezo é de inquirir o equilíbrio das finanças públicas como sendo ditado pelo neoliberalismo. Revestiu-se tal expressão de significado pejorativo, em contraposição à “nova esquerda”, como se a busca de objetivos de coerência na gestão dos negócios públicos fosse um desvio de conduta política. Por tal ótica seriam neoliberais governos meramente bem ordenados, como os de Clinton nos Estados Unidos, ou de Tony Blair, na Inglaterra. E que ambos procuram aliviar a carga tributária e o ônus dos regulamentos autoritários, deixando que os operadores econômicos se esforcem por obter resultados na arena aberta de um mundo que se globaliza. (GAZETA DO POVO, 1998a)

É a primeira vez que o termo Neoliberal é invocado pelo jornal, e ainda mais em uma posição de defesa, não apenas dos ideais, mas indicando o entendimento das implicações das suas medidas e da forma como o modelo é reproduzido em outros países. As categorias de elemento do discurso neoliberal que nos parece evidente é o da Lógica da Eficácia, ao defender que o modelo tem por vantagem justamente uma “coerência na gestão dos negócios público”. Invoca-se também o uso do elemento Predominância do Elemento Econômico, quando destaca a ótica da autonomia do capital, considerando o trecho indicando que os dois países apontados como referência atuam para “aliviar a carga tributária e o ônus dos regulamentos autoritários, deixando que os operadores econômicos se esforcem por obter resultados na arena aberta de um mundo que se globaliza” (GAZETA DO POVO, 1998a).

Passadas algumas privatizações, como da Usiminas, primeira estatal a ser vendida à iniciativa privada ainda em 1991, no governo Collor, o editorial da Gazeta do Povo mantém o fôlego na defesa do Estado Mínimo e da venda das empresas estatais para o capital. No editorial “Um Brasil diferente”, de 30 de julho de 1998 (GAZETA DO POVO, 1998b), o jornal se apropria do Modo de Ideologia de Reificação preconizado por Thompson (2009) para expor a defesa da suposta modernização da gestão a partir das práticas neoliberais. O recurso usado é o da normalização, partindo do pressuposto de que é natural que o país avance na medida em que adote as posturas neoliberais. O editorial é escrito no contexto das privatizações do sistema de Telecomunicações, um dos maiores desmontes realizados pelo Estado Neoliberal na estrutura de serviços antes ofertados pelo Estado.

O jornal retoma a contraposição de passado e futuro, de conservador e moderno para expor seu ponto de vista sobre a urgência do repasse do Estado para o Capital. Isso fica evidente no trecho “Rompeamos definitivamente com o estatismo que dominou nosso passado e inauguramos o futuro de um país voltado para o mercado e para a competição. Inserimo-nos, afinal, no mundo moderno” (GAZETA DO POVO, 1998b). A competição é um elemento central no discurso neoliberal, conforme vimos em Foucault (2022), sendo fundamental para um estado centrado na eficiência e na performance individual. Afinal de contas, dentro do discurso neoliberal operado pela Gazeta do Povo nos editoriais, tendo com exemplo o editorial em questão, entende que o futuro é preferível em um cenário onde “O Estado se encolhe e a iniciativa privada passa a controlar setores estratégicos para o desenvolvimento

nacional” (GAZETA DO POVO, 1998b). E novamente, a partir do editorial, Francisco Cunha Pereira Filho, em posição de liderança da Família Cunha Pereira, e do jornal Gazeta do Povo, manifesta a ideia de Estado que o estado neoliberal preconiza: “Ao estado prioritariamente compete garantir à sociedade a educação, a saúde e a segurança, setores nos quais há muito o que se fazer” (GAZETA DO POVO, 1998b).

A tese do Estado Mínimo como o ideal para a gestão dos Estados a partir dos anos 1990 vai se encorpando cada vez mais nos editoriais da Gazeta do Povo. Em “Fomento” (GAZETA DO POVO, 1998c), texto publicado pelo jornal em 4 de setembro, como nota de apoio ao editorial, o Estado Mínimo ganha status de relevância para ser discorrido por Francisco Cunha Pereira Filho em seu texto. Fica claro o desenho dos limites do Estado a partir desta nota pela visão do presidente da Gazeta do Povo, e o que ele, patriarca do clã Cunha Pereira, manifesta para a sociedade como defesa de ideal para o país. Assim, fica evidente o elemento do discurso neoliberal invocado por Cunha Pereira Filho no seu jornal. Destaca o editorial: “ao Estado Mínimo – a tese que tão arduamente é defendida pelos adeptos mais modernos do liberalismo econômico – compete tão somente exercer as funções de segurança e de cuidar dos demais serviços sociais essenciais, como a educação e saúde pública” (GAZETA DO POVO, 1998c).

Fica novamente explícito que previdência e aposentadorias não ingressam na lista de serviços sociais que o jornal defende em seus editoriais como responsabilidade do Estado. Em outros editoriais, conforme já destacado anteriormente, de forma explícita Francisco Cunha Pereira Filho já argumentou pela privatização da previdência, sobretudo usando como referência casos de outros países. Retomando ao editorial em análise, o jornal reforça a quem interessa e a quem deve seguir o restante dos serviços que geram divisas: “O resto seria de competência da iniciativa privada, ou, para sermos mais claros com o jargão em voga, do mercado, que a tudo procedia de acordo com as demandas” (GAZETA DO POVO, 1998c). Mas ao capital não cabe apenas receber essas benesses do Estado Neoliberal, mas também colher os frutos da facilitação do Estado.

Em um Estado Mínimo, o capital define seu caminho e suas regras, e a concorrência é a lei que determina as dinâmicas do mercado. Conforme observado na literatura (FOUCAULT, 2022; HAN, 2018), esta concorrência ultrapassa o âmbito do mercado, e alcança a vida pessoal dos indivíduos. Neste aspecto, a liberdade é um elemento (HARVEY, 2008) fundamental dentro do discurso neoliberal. No editorial

“Bom senso na crise”, de 23 de setembro de 1998, fica evidente o uso do elemento discursivo da Liberdade e Autonomia pelo jornal Gazeta do Povo (GAZETA DO POVO, 1998d). No que diz respeito à previdência, o editorial defende justamente a autonomia do indivíduo em gerir a sua aposentadoria. A lógica é se apropriar do discurso da liberdade e autonomia como forma de indicar que o indivíduo é mais eficiente na gestão do seu recurso, contudo, o que se propõe é privilegiar o capital econômico, sobretudo o bancário, com os programas de especulação financeira. Esta lógica segue proposta pelo jornal não apenas para a aposentadoria, mas também para o FGTS e fundos de pensão. Ao fim, invoca-se o caráter da Modernidade, como se a postura da individualidade representasse um mundo atualizado e moderno. Destaca o editorial, portanto, que a economia brasileira apenas se tornará moderna na medida em que seus “próprios agentes produtivos puderem gerir – e assumir a responsabilidade – pelas suas contas de poupança individual, busca de proteção contra a incerteza futura que eleva as pessoas a investir com cuidados excedentes. Foi tal forma de acumulação que permitiu a prosperidade do mundo contemporâneo” (GAZETA DO POVO, 1998d).

Em 30 de outubro de 1998, no editorial “A constituição e o ajuste”, o jornal Gazeta do Povo retoma a crítica ao Estado de Bem-Estar Social e à Constituição Federal, como um instrumento que cria “privilégios incompatíveis com a realidade nacional” (GAZETA DO POVO, 1998e). Reforça-se que os principais direitos básicos de amparo ao cidadão estão previstos na Constituição. Assim, a estratégia é indicar a incompatibilidade com a modernidade e como principal instrumento para agravar o prejuízo da sociedade. Como aponta o jornal: “Medidas mais profundas, portanto, precisam vir. Elas deverão centrar-se na reforma da própria Constituição Federal -pois é ela a causa de todo o flagelo” (GAZETA DO POVO, 1998e).

Ou seja, a Constituição e a segurança aos direitos fundamentais, como previdência, segurança, lazer, trabalho, saúde, educação e assistência à população em fragilidade social. Segundo o editorial de Francisco Cunha Pereira Filho, a Constituição precisa ser modernizada, uma vez que surge de um momento de “embriaguez da democracia”, antes que o “mundo iniciasse a grande virada ideológica que pôs fim ao estado paternalista [...], criando privilégios incompatíveis com a realidade nacional e comprometendo grande parte dos recursos arrecadados para pagamento desses privilégios” (GAZETA DO POVO, 1998e) Ou seja, o capital é

onerado com os privilégios sociais resultantes da Constituição Federal. E é aqui que entra a crítica central, de ataque às aposentadorias dos servidores públicos:

Uma das maiores aberrações a Constituição esta configurara no privilégio que garante aos funcionários públicos levar para a aposentadoria salários mais altos do que aqueles que percebiam quando na ativa. [...] Esta despesa desproporcional com os inativos do serviço público é um dos principais fatores do déficit nas contas públicas e que obriga o governo a gastar mais do que arrecada. (GAZETA DO POVO, 1998e)

Ao longo deste editorial, percebe-se, portanto, a invocação dos elementos do discurso neoliberal do Estado Mínimo, da Redução da Proteção Social e da Predominância do Elemento Econômico. O jornal aprofunda a abordagem sobre a reforma da previdência no editorial “Previdência, sinal animador”, de 6 de novembro de 1998 (GAZETA DO POVO, 1998f). Neste texto, em um cenário de aprovação da PEC na Câmara, o jornal respira aliviado que os deputados aprovaram medidas de redução dos direitos dos beneficiários da previdência. No texto, retoma-se a crítica ao Estado a partir do funcionalismo público, como representantes de um Estado pesado que reúne privilégios:

Extinguiram-se, finalmente, alguns privilégios inaceitáveis, que quebravam o princípio de igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Os funcionários públicos, por exemplo, que podiam levar para a aposentadoria salários maiores do que aqueles que recebiam quando em atividade, constituíam-se em pessoas “mais iguais” que os trabalhadores da iniciativa privada, cujos proventos como inativos são limitados ao teto de contribuição. Com a medida que estabeleceu isonomia entre servidores públicos e trabalhadores privados, deverá diminuir sensivelmente o peso do déficit da previdência na produção do monumental rombo de caixa do Tesouro. Somente no primeiro ano da vigência do dispositivo, a economia será de R\$ 1,7 bilhão, mas chegará a R\$ 7 bilhões no terceiro ano. Ainda assim, nem de longe estará sanado o desequilíbrio das contas da Previdência, hoje negativo em cerca de R\$ 40 bilhões por ano. Disso se deduz que a reforma do sistema previdenciário brasileiro ainda não terminou. Pelo contrário, as medidas aprovadas pela Câmara na madrugada de ontem são correções que os técnicos consideram apenas como cosméticas, superficiais, pois não mexem com a essência do próprio sistema – este sim causador de distorções que além de não garantir a aposentadoria digna aos trabalhadores, mantém o Erário como refém de déficits sempre inevitáveis. Mais dia menos dia, portanto, terão de vir mudanças profundas e definitivas. De qualquer forma, foi vencida uma etapa importante das reformas. Outras virão, tão urgentes quanto requer a emergência dos problemas com que se debate o país (GAZETA DO POVO, 1998f).

Oras, percebe-se o uso de recursos de modos de ideologia a partir da Legitimação, com o uso de construção simbólica da narrativização (THOMPSON, 2009), na medida em que se constrói um cenário de esperança com a aprovação da reforma da previdência, e redução de direito de trabalhadores. Destaca-se, contudo, que a medida de aprovação do texto não implica em perda da bandeira neoliberal, pois, como o próprio editorial destaca, as medidas são apenas cosméticas, e iniciais. O sacrifício imposto aos trabalhadores, finaliza o editorial, é fundamental para modernizar o país. Ou seja: “os sacrifícios que hoje estão sendo impostos à sociedade, em caráter de emergência, para o ajuste das contas nacionais, não podem ser anulados pela paralisia diante das demais necessidades de modernização institucional e estrutural. Neste sentido o bom termo a que chegou a reforma da previdência constitui-se num sinal animador” (GAZETA DO POVO, 1998f).

O discurso da modernização a partir das medidas de redução do Estado e dos direitos sociais, volta a ser apontado no editorial “O recomeço do Brasil”, de 8 de novembro de 1998 (GAZETA DO POVO, 1998g), em que o jornal rememora a aprovação da reforma no Congresso dias antes, e deposita nesta aprovação a esperança de um Brasil com um futuro mais eficiente para o capital.

A forma como os editoriais, desde a reforma anterior, deposita na previdência a responsabilidade para o déficit do Estado, como se a segurança para o amparado do trabalhador após o tempo de contribuição e de trabalho, fosse prejudicial para a gesto do Estado. Assim, para salvar o país, uma “das mais promissoras evidências foi a aprovação [...] da reforma da Previdência, medida essencial para marcar o início da reestruturação do equilíbrio das contas nacionais. [...] A somatória desses eventos, dizíamos, sinaliza para novos e melhores tempos para o Brasil” (GAZETA DO POVO 1998g). Novamente, da mesma forma como percebe-se nos editoriais da Gazeta do Povo da reforma anterior, da PEC 48/1991, percebe-se que as reformas que derrubam direitos de amparo social e fundamentais são seguidos de busca de auxílio de órgão internacionais. São medidas que seguem o preconizado pelo Consenso de Washington, uma das principais bases de política neoliberal internacional, ao privilegiar cortes de gastos públicos, redução dos estados, privatizações reforma tributária, garantia de segurança jurídica para a propriedade privada, desregulação e uso de juros determinado pelo mercado, e não sob intervenção ou ação do Estado (WILLIAMSON, 1990, p.252).

4.3 - EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO RELATIVOS ÀS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E CONTEXTO NEOLIBERAL PUBLICADOS DURANTE AS TRAMITAÇÕES DAS PECs 40/2003 - de 30/04/2003 a 19/12/2003, e 227/2004 - de 06/01/2004 a 05/07/2005

As medidas neoliberais não ficaram restritas no Brasil aos governos de base conservadora, mas foram também empreendidas mesmo em governo de esquerda. As Propostas de Emenda à Constituição cujos editoriais serão destacados aqui tramitaram de forma célere no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Eleito em 2003, fico na liderança do executivo nacional até 2011, acumulando dois mandatos consecutivos, como seu antecessor, FHC. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo na década de 1970, Lula foi uma das principais lideranças dos movimentos grevistas do final da Ditadura, no Novo Sindicalismo⁹³, e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 1980. Eleito deputado federal por São Paulo na Assembleia Nacional Constituinte, foi candidato à presidência em todos os pleitos pós redemocratização, contra Collor e nos dois mandatos de FHC.

Apesar do histórico sindical, das lutas em favor dos trabalhadores, e de uma pauta em prol dos direitos sociais, segundo Fagnani, os governos Lula se inserem no contexto de tensão dos paradigmas neoliberais iniciados na década de 1990, compreendida em duas etapas. A primeira, entre 2003 e 2005 (momento em que tramitaram as PECs cujos editoriais são observados aqui), e marcada pela postura de

⁹³ Movimento de retomada das manifestações sindicais no final da década e 1970, no contexto da Ditadura Militar, sobretudo impulsionado pelas mobilizações no ABC Paulista. Trata-se da retomada das grandes manifestações nacionais, após longo período de intervenção da ditadura e cooptação do movimento sindical. Como destaca Alves (2000), "o que veio a ser denominado de "novo sindicalismo" nos anos 80 caracterizou-se por uma nova prática sindical, de organização da base, da construção da intervenção operária nos locais de trabalho, considerada uma das principais debilidades do sindicalismo brasileiro. Jácome Rodrigues, ao tratar do sindicalismo nos anos 80, observou a "presença significativa" na vida nacional da organização dos empregados nos locais de trabalho, com a denominação de comissões de fábrica, comissões de empresa, conselho de representantes dos funcionários, comissões de garagem etc".

mudança ou continuidade, em que se percebe uma ambiguidade entre estas duas posturas.

De um lado, relativo à mudança, ainda constavam incertas as linhas sociais do governo. Já pelo viés econômico, ainda permaneciam reflexos da ortodoxia do governo anterior, bem como existia um convívio no “no seio do próprio governo forças defensoras do Estado Mínimo – aglutinadas, sobretudo, na área econômica – e setores que defendiam os direitos universais” (FAGNANI, 2011).

O segundo momento, entre 2006 e 2010, ocorre uma postura desenvolvimentista, com a redução das contradições na quadra anterior do governo, e com um crescimento econômico que permitiram uma relação mais propositiva entre as pautas econômicas e as sociais. Destaca-se ainda a perda de força do discurso do Estado Mínimo, diante da crise financeira internacional e a necessária atuação dos Estados (FAGNANI, 2011).

Nos anos iniciais do seu governo, Lula enviou duas propostas de emenda à constituição. A primeira foi a PEC 40/2003, enviada pelo executivo ao Congresso em 30 de abril de 2003, e aprovada e sancionada como Emenda à Constituição 41/2003. Diante das reformas anteriores, esta foi relâmpago, não encontrando dificuldades na base do governo para ser aprovada em cerca de oito meses de tramitação. A PEC não propunha exclusivamente ajustes na Previdência, tendo um texto amplo, como indica a ementa no site da Câmara:

Atribui competência ao STF para fixar os subsídios de seus membros que valerá como teto de remuneração e de proventos dos servidores públicos e dos agentes políticos. Estabelece critérios de contribuição para o servidor inativo e fixando a base de cálculo para a aposentadoria. Extingue as regras de transição para a aposentadoria voluntária, com ressalvas de opção de redução do valor para cada ano de antecipação. Institui a "Reforma Previdenciária" ou "Reforma da Previdência Social". Altera a Constituição Federal de 1988 (CÂMARA, 2003)

Esta reforma introduziu mudanças significativas na forma de aposentadoria dos servidores. Antes, aposentadoria era calculada com base no último salário recebido. Com a Emenda 41/2003, o cálculo ampliou a base de uso de salários, fazendo uma média de últimas contribuições. A medida reduzia o valor final de aposentadoria, uma vez que alcançava proventos anteriores, por exemplo, a incorporação de progressões salariais. Outro aspecto é que os servidores inativos, ou seja, aqueles que já estavam

aposentados, começaram a ter que recolher para a previdência mesmo após a aposentadoria, algo que não era praticado anteriormente. Da mesma forma que na regra do Fator Previdenciário aprovado no governo FHC, a EC 41/2003 também propunha um cálculo para evitar que o servidor se aposentasse com o salário completo. Com isso, os funcionários públicos que ingressaram na carreira após 1998 só alcançariam a aposentadoria integral com idade mínima de 55 para mulheres e de 60 para homens, condicionado ainda ao cumprimento de 25 anos de serviços (CONSTANZI, 2018).

Já a PEC 227/2004 surgiu no Senado, por autoria do senador petista Ideli Salvatti, de Santa Catarina, e foi conhecida como PEC Paralela, pois criava uma espécie de transição para a aposentadoria integral dos servidores. Foi tratada como paralela na medida em que estava, pela sua ementa, relacionada à PEC 40/2003. A mudança da PEC, que viria a ser transformada em EC 47/2005, é que permitia que homens e mulheres pudessem se aposentar no serviço público com salário integral antes do cumprimento da idade mínima estabelecida na EC anterior, desde que cumprissem com 30 anos de serviço público para as mulheres e 35 anos de contribuição para os homens. Na outra ponta, é importante destacar que a PEC Paralela promoveu a inclusão de trabalhadoras domésticas no sistema previdenciário.

Considerando o pouco tempo de tramitação entre os dois projetos, considerando que as duas PECs foram correntes no mesmo governo, e considerando o volume de editoriais comparado aos encontrados na tramitação das demais PECs, sintetizamos em um mesmo subtítulo os editoriais da Gazeta do Povo sobre as duas reformas da previdência. Quantitativamente, foram selecionados no corpus (seguindo as mesmas lógicas de seleção já indicadas anteriormente no presente trabalho) cinco editoriais referentes à PEC 41/2003, e dois editoriais durante a tramitação da PEC 227/2004.

Iniciando pelos editoriais publicados na tramitação da PEC 41/2003, seguimos para o editorial que especifica a temática da previdência, intitulado “As concessões na previdência”, publicado pelo jornal Gazeta do Povo em 11 de julho de 2003 (GAZETA DO POVO, 2003a). O título deixa implícito que quem é a concessão realizada, se é dos trabalhadores, do Estado ou do capital. O texto explicita os principais pontos da reforma, de forma mais amena do que temos visto em editoriais em reformas anteriores. Fica clara que a questão central é do funcionalismo no que diz respeito à integralidade e à aposentadoria sem a delimitação da idade, pontos que o jornal já se

manifestara em editoriais anteriores quando as medidas eram para os trabalhadores do Regime Geral da Previdência. Em editorial, o jornal anteriormente chegou a criticar os que se aposentariam com 50 anos, indicando que isso era um descaso com o mercado, que poderia fazer uso desta mão de obra, sem sequer reconhecer o direito à previdência e ao descanso do trabalhador. Aqui, de forma menos taxativa, percebe o “toma lá dá cá” do jogo político para concessões. Neste aspecto, a reforma proporia manter a integralidade dos salários dos servidores, desde que aumentasse o tempo de contribuição. A postura menos agressiva, nos parece ser por parte da categoria que integra o rol de afetados com a medida, qual seja, a do judiciário, de forma mais evidente, a da magistratura. Importante aqui lembrar que o dono do jornal é do meio jurídico. O jornal, de forma branda, indica a vitória do Estado:

A nova fórmula assegura a integralidade dos vencimentos do servidor que se retira, em troca de ampliação da idade para aposentadoria e do tempo de serviço efetivamente prestado, tanto para homens quanto mulheres. Não se tratou de uma rendição do situacionismo, porque a busca do consenso é parte integrante da atividade política, mas o triunfo de um fato da realidade, permitindo o “ajustamento” de posições entre a coalização governamental e os demais atores da cena política – dentre os quais se destacam a cúpula da magistratura e carreiras de estado, os sindicatos do funcionalismo e as bancadas partidárias de oposição. (GAZETA DO POVO, 2003a).

Oras, há um elemento de resignação que se passa para as categorias, como a concessão que deve ser feita para manter a integralidade. Perde-se de um lado, para manter (não para ganhar) de outro. Assim, o emprego do elemento discursivo de Redução de Proteção Social é invocado como aspecto de fundo, de forma a resignar os servidores diante de um cenário de perda de direitos, empregando uma abordagem do modo ideológico da Racionalidade (THOMPSON, 2009), em uma construção discursiva que busca justificar uma manutenção como uma vitória (vão-se os anéis, ficam-se os dedos). No editorial, o jornal ainda indica mais elementos que possam alinhar a PEC aos ideais do neoliberalismo, como a criação de um recolhimento para os trabalhadores que já estão aposentados, ou ainda aumento do limite de pagamento para ampliar o percentual de recolhimento, ou seja, mais recurso recolhido do trabalhador, mesmo que isso resulte em claro ataque aos direitos consolidados, como assumido pelo próprio editorial do jornal. “É possível que, mantida a essência, outros pontos da proposta original venham a ser “ajustado”: taxaço dos inativos, elevação do teto de contribuição e similares [...] a tentativa de impor taxaço de 1% sobre

ganhos dos servidores inativos foi rejeitada por diversos especialistas, por ferir direitos consolidados, não apresentar o requisito retributivo próprio do regime de seguridade a ser de difícil execução prática (" (GAZETA DO POVO, 2003a).

De forma distinta do que defendia anteriormente, de que a Previdência era ineficaz pois apresentava déficit, resultante tanto das sonegações de empresários quanto (conforme defendia o jornal anteriormente) pelas aposentadorias precoces e volumosas dos servidores. Neste editorial, o jornal muda em parte a sua interpretação, já não colocando nas costas dos servidores. Isso não significa, contudo, que o entendimento de Francisco da Cunha Pereira Filho a partir do editorial do seu jornal mudou a postura e começa a compreender a eficiência do Estado, ou ainda a defender que a Previdência não deva ser privatizada. Os ataques sobre o déficit mudam agora para uma parcela ainda mais carente e vulnerável socialmente, sendo os assistidos pela assistência social. "Quanto ao déficit [...] o INSS carrega déficits estruturais. [...] A conta de assistência social inclui as aposentadorias rurais, indenização a perseguidos políticos – entre eles o presidente da República, como antigo dirigente sindical atingido por atos discricionários, e outros benefícios" (GAZETA DO POVO, 2003a). A proposta é que o estado separe as contas, retirando um dos elementos que integram o alicerce da Seguridade Social, o que fragiliza e separa ainda mais os trabalhadores e os demais cidadãos assistidos, em parte, invocando aqui o elemento do discurso neoliberal relativo à Liberdade e Autonomia, na medida em que busca indicar aos contribuintes da previdência que eles custeiam outros gastos, atacando os laços sociais que alicerçam a Seguridade. O ataque não deixa ainda de nominar o presidente Lula como um dos beneficiários.

O elemento discursivo do Estado Mínimo e da Lógica da Eficiência, conforme quadro organizado nas categorias de análise do presente trabalho, permanecem nos editoriais do jornal Gazeta do Povo no governo de Lula. Em "Por um governo eficaz", publicado em 21 de julho de 2003 (GAZETA DO POVO, 2003b), a Reforma da Previdência, em debate o Congresso, e já indicada com prejuízos diretos aos servidores públicos etc, é o aspecto chave do jornal (mais uma vez) para defender que as políticas neoliberais de corte de direitos e redução do estado são funcionais para "equilíbrio das finanças públicas", Mas o plano do Estado Mínimo não parte somente desta proposta. O capital precisa de mais.

Agora, cumpre tocar para frente empalmando outras reformas igualmente relevantes da agenda eleitoral de 2002. [...] O momento geral é favorável: no mundo todo, sociedades implantam ajustes para enfrentar o desafio da globalização. No Brasil em particular, após a generosa expansão dos gastos públicos, decorrente das liberalidades da Constituição de 1988 – a fase da diástole-, estamos entrando em um período de sístole, que o ex-ministro Golbery via como uma das características da vida nacional (GAZETA DO POVO, 2003b).

A estratégia para alcançar isso fica clara no editorial do jornal, “empalmando”, ou seja, ocultando, ou ainda, escondendo nos projetos outras medidas de reformas. Ato falho ou não, o termo “empalmar”, é sinônimo ainda de surrupiar, escamotear, furtar.

Próximo da votação final da Reforma da Previdência, amplia-se a pressão das entidades sindicais de defesa dos servidores para frear os ajustes que impactariam a categoria. Se os sindicatos percebem a reforma como ataque aos direitos, o jornal Gazeta do Povo destaca em seu editorial uma visão contrária, de benesses ou vantagens de uma categoria privilegiada, a dos servidores. E o objetivo da mobilização do Estado é pressionar para efetuar as medidas, mesmo que contrária à base de apoio do governo petista. O Estado Neoliberal precisa ser encabeçador das medidas de ajuste econômico que privilegie o capital, e esta postura integra o elemento do discurso implícito no texto da Gazeta do Povo intitulado “A reforma na reta final”, de 28 de julho de 2003 (GAZETA DO POVO, 2003c), conforme o trecho abaixo:

O desafio era claro: convencer o funcionalismo público a reduzir o valor dos benefícios e conseguir reunir o Congresso Nacional três quintos de parlamentares para aprovar emendas à Constituição. Era igualmente claro que dos setores mais articulados e bem-remunerados do setor público é que praticariam as maiores resistências à reforma anunciada pelo governo Lula. Hoje, sete meses depois, o comando de greve dos servidores públicos decidiu antecipar do dia 12 para o dia 6 de agosto a marcha a Brasília esperando reunir mais de 50 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, palco, em janeiro, da grande festa que marcou a posse do presidente. A meta da categoria é convencer os deputados a retirar a proposta de reforma da pauta da Câmara, para que o assunto possa ser mais debatido com a sociedade. [...] Mais do que nunca, a interferência do presidente é fundamental, segundo avaliação de líderes do governo, para reorganizar a base aliada com vistas à aprovação do texto no plenário onde, e aí temos mais previsão que se confirma, ocorrerá a batalha mais árdua do que a ocorrida na comissão especial da Câmara. Para provar a emenda da reforma é preciso um quórum alto de no mínimo 308 deputados. E, como há divergências nos partidos que poiam o

governo, teremos um mês de intensa negociações. O importante, porém, é que o governo conserva a disposição inicial de promover as reformas, e mais importante ainda, mediante consenso. Aproxima-se o momento em que ele será simplesmente decisivo. (GAZETA DO POVO, 2003c)

Na figura de Lula, o jornal invoca a lógica do Estado Neoliberal como pressionador dos direitos quando destaca ser fundamental a “interferência” dele para garantir a aprovação. Importante novamente ressaltar o uso do termo Consenso como uma espécie de acordo resultante do aceite de todos, buscando ignorar que há um conflito entre a base de apoio do presidente, junto aos sindicatos, e que os afetados principais com as medidas da reforma são os trabalhadores do serviço público, e não a classe política ou ainda a empresarial.

O discurso neoliberal acerca da desregulação passa não apenas pela abertura de mercados e de privatização, mas pela fragilização da classe trabalhadora, que despida de direitos fundamentais, torna-se mais facilmente explorada e amplia a rentabilidade do capital. No caso brasileiro, o ponto de partida que afeta diretamente aos trabalhadores tem sido a previdência até então, considerando aqui a linha dos projetos das reformas previdenciárias. Mas certamente o capital reserva profundas alterações no que Francisco Cunha Pereira Filho, à frente do Jornal Gazeta do Povo considera como vantagens ou como entraves para a modernização das empresas e do mundo dos negócios. Conforme destaca o trecho do editorial “Outra questão urgente”, de 1 de agosto de 2003 (GAZETA DO POVO, 2003d), em que o jornal lança a pergunta: “Qual o futuro dos sindicatos e das relações de trabalho em uma época de rápidas e global transformações?”. A resposta prontamente dada pelo editorial busca mais uma vez a comparação entre os países de primeiro mundo como balizador das medidas modernas de gestão do Estado e da Economia. “Mudança no perfil do mercado de trabalho, o aumento de desemprego, a desregulamentação das relações trabalhistas, o declínio das greves e a própria constatação da queda de empegados sindicalizados na Europa e nos Estados Unidos transformam a pergunta em monumental desafio” (GAZETA DO POVO, 2003d). Em breve, como veremos nos editoriais relativos ao governo Temer e Bolsonaro, estes desafios indicados pelo editorial do jornal voltam a ser defendidos.

No último editorial do intervalo de tramitação da PEC 40/2003, o jornal lança olhares sobre o futuro, em um cenário pós reforma da previdência, ou seja, a batalha da aposentadoria dos servidores é vencida, o que se busca é seguir para as outra

pautas neoliberais, que devem ser “empalmadas” na agenda do congresso para aprovação, como indicado no termo usado por Francisco Cunha Pereira Filho no editorial no contexto da reforma. No editorial “Após a batalha da previdência”, publicado em 7 de agosto (GAZETA DO POVO, 2003e), o jornal reforça o uso do elemento do Estado Neoliberal como promotor de medidas de primazia do capital, conforme indicado no trecho que elogia a aprovação da reforma da previdência, indicando que ela “veio resgatar a presença da política no novo governo, contribuindo para anular as pressões especulativas que já se manifestavam na área financeira” (GAZETA DO POVO, 2003e). Na sequência do editorial, percebe-se novamente a invocação de dois elementos do discurso neoliberal: a Autonomia e Liberdade, na medida em que indica não mais a lógica dos laços sociais para a manutenção dos benefícios, mas sim um uso do individualismo indicando que é responsabilidade de cada um buscar o complemento à renda na aposentadoria; e o segundo é a Predominância do Elemento Econômico na medida em que indica o repasse para poupanças privadas o local de busca da aposentadoria, conforme indica o trecho selecionado do editorial:

Em seus aspectos principais, a nova reforma eleva a idade da aposentadoria dos servidores públicos, os quais, no futuro, terão que inteirar sua renda de inativos com poupanças complementar recolhida a fundos públicos especiais: estabelece restrições ao pagamento de pensões previdenciárias, fixa contribuições adicionais para servidores inativos e, num dispositivo adicional, prevê o lançamento de um sistema para abranger os trabalhadores autônomos. A base aliada do governo petista – tradicionalmente apoiada em segmentos do funcionalismo público – teve dificuldade para absorver a mudança concretizada na proposta de mais densidade do regime previdenciário. [...] É que a promoção de aperfeiçoamento no sistema previdenciário vinha sendo buscada também pelo governo anterior, cujas reformas compuseram a Emenda Constitucional n 20, que elevou a idade mínima de aposentadoria do contribuinte segurado em geral e introduziu “fator previdenciário” para alongar a data de saída dos trabalhadores do mercado ativo[...] A saudável tendência de prolongamento da vida humana demanda prolongamento do período de contribuição à seguridade, como notam países europeus. (GAZETA DO POVO, 2003e).

Ainda se indica o uso do elemento do discurso da Modernização, ao destacar que a atual reforma é parte de um empreendimento iniciado em governos anteriores, resultando em uma série de retrocessos para os trabalhadores e a sociedade. E não seria o fim da série e ajustes. Um ano depois, Francisco Cunha Pereira Filho viria no

editorial da Gazeta do Povo em 19 de julho de 2004, retomar o assunto da Previdência, mas sob nova PEC 227/2004 (GAZETA DO POVO, 2004a). Intitulado “Alternativa na previdência”, o jornal critica a busca por manter a paridade dos benefícios com os salários dos servidores, o que tinha sido eliminado um ano antes na PEC 41/2003. Contraditoriamente, o jornal busca indicar que sem ampliar o tempo de contribuição, não se equilibrará as contas da previdência. Curiosamente, em editorial no ano anterior, o jornal tinha indicado que o prejuízo era a inclusão dos custos sociais, com a previdência rural etc. Destaca o jornal: “Sem tais ajustes, mesmo alongando os prazos de contribuições para o trabalhador fazer jus aos benefícios, introduzindo fatores de correção [...] o poder público não conseguirá restaurar o equilíbrio nas contas do INSS” (GAZETA DO POVO, 2004a). Ou seja, destaca-se a Predominância do Elemento Econômico como principal aspecto para ser abordado na defesa da manutenção dos ajustes realizados pela reforma anterior. Além disso, o jornal retoma a postura de privilégio do capital em novas propostas:

A propósito, para solucionar o funcionamento imperfeito da máquina previdenciária, outros países conceberam um sistema misto, de agência controladas pelo poder público e geridas de forma autônoma, forçando a migração de regime de repartição pelo de capitalização. Tais aspectos mostram a existência de alternativas em vez do recurso simplista formulado pelo ministro da área de lanar sobre os empregadores mais um adicional de carga tributária para financiar o novo esqueleto da previdência (GAZETA DO POVO, 2004a)

A Modernização da previdência com um sistema de capitalização, e não com o uso do recurso para custeio dos benefícios em andamento, como atualmente é organizado o sistema, que parte de uma relação entre quem está na ativa e quem está como beneficiário. Além disso, a proposta de uma gestão privada com agência reguladora, segue a mesma postura da privatização de outras áreas como a de telefonia. Já em outro editorial do mesmo período da PEC 227/2004, intitulado “Prevalece o bom senso” (GAZETA DO POVO, 2004b), publicado em 22 de julho de 2004, Francisco Cunha Pereira Filho defende a classe do empresariado ao indicar que o Bom Senso foi a não majoração do valor de contrapartida nas aposentadorias, como indicado no trecho que destacamos:

O bom senso prevaleceu, felizmente, na polêmica questão de aumento da carga tributária para financiar a correção de

aposentadorias do INSS concedidas no início do Plano Real. Sensibilizando pelos reclames do empresariado, classe política e da opinião pública, o presidente Lula instruiu seus ministros para buscarem alternativas que evitassem a majoração de 20% para 20,6% (representando mais 3%) na alíquota do INSS incidente sobre a folha de salários paga pelo empregador. Com essa decisão, o chefe do governo assegura a continuidade de um espírito de confiança por parte da sociedade, na hora em que se configura a retomada do crescimento. O empenho sinalizado pelo mais alto dirigente brasileiro em frear a tendência de permanente elevação da carga tributária pode se revelar um divisor de águas na trajetória recente do país (GAZETA DO POVO, 2004b).

Ou seja, o Estado Neoliberal atendendo aos interesses do capital, e sensível às manifestações dos empresários (mesmo que não atenda com a mesma sensibilidade a classe trabalhadora, como na PEC anterior, mesmo diante das manifestações públicas com os sindicatos aprovou-se medidas de redução dos direitos) privilegia a Predominância do Elemento Econômico, mesmo que prejudique a saúde financeira do sistema previdenciário.

4.4 - EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO RELATIVOS ÀS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E CONTEXTO NEOLIBERAL PUBLICADOS DURANTE A TRAMITAÇÃO DA PEC 287/2018, de 05/12/2016 a 05/06/2017

Em 2010, Lula finaliza seu segundo mandato com o maior patamar de aprovação do líder do executivo nacional desde a redemocratização do país, com 87% de indicação de aprovação do eleitorado depois de oito anos na presidência (CNI, 2010). Tamanha foi a aprovação⁹⁴ que colaborou na vitória nas urnas da sua então ministra da Casa Civil, a economista Dilma Roussef, também filiada ao Partido dos Trabalhadores, que assumiu a presidência tendo como vice-presidente o advogado

⁹⁴ Conforme pesquisa realizada por Panke e Gandin (2010), ocorre uma transferência de Ethos entre o presidente Lula para a candidata Dilme Roussef nas eleições de 2010, como suposta continuidade dos programas e propostas do governo petista iniciado pelo líder sindical. Desta forma, como destaca a pesquisa, os resultados do levantamento "revelaram que os ethé de identificação de Dilma se amparam naqueles de Lula e oscilaram em paralelo: quando os de Lula se tornaram menos intensos, os de Dilma se comportaram da mesma maneira e cederam lugar àqueles de credibilidade, mais fortalecidos na candidata" (PANKE, GANDIN, 2010). Segundo Panke e Gandin (2010), esta transferência se dá de forma mais intensa na medida em que na campanha o então presidente Lula declara que Dilma seria igual a ele, e que "votar nela seria o mesmo que votar em si, fazendo com que a candidata passe a mostrar os seus princípios e visões e, por conseguinte, a sua imagem" (PANKE, GANDIN, 2010).

Michel Temer, filiado ao PMDB. Dilma entra no cargo com uma aprovação de 62% dos brasileiros indicando que seu governo será ótimo ou bom (CNI, 2010). Em 2014, a chapa Dilma e Temer se reelegem em uma eleição apertada, iniciando seu segundo mandato com um recorde negativo de popularidade, com 82% da população desaprovando a maneira da presidenta governar o país (CNI, 2015).

Logo após a reeleição, ainda em 2014⁹⁵, contrariando o discurso da campanha eleitoral, o Banco Central aumentou a taxa Selic, o que torna mais caro empréstimos e financiamentos, afetando ainda mais a população, que já vinha sofrendo com uma crise econômica ao longo do ano, e com queda do PIB em cerca de 3,5%. Ao longo dos anos iniciais do segundo mandato uma série de eventos pressionam para o agravamento do descontentamento público com o governo, resultante também de uma campanha do capital, do setor político e midiática de desgaste do governo.

O cenário econômico colaboraria para a instabilidade nacional, sobretudo após uma série de medidas ultraliberais indicadas pelo indicado por Dilma para a pasta da Fazenda, o engenheiro naval Joaquim Levy. Também no início de 2015, ganha espaço midiático a operação Lava Jato, que afeta ainda mais a instabilidade política nacional, sobretudo alcançando o PT e a Petrobras. Ainda na primeira metade começam uma série de protestos em vários estados contra o governo. Dilma indica seu vice, Michel Temer, para atuar na articulação do governo com o Congresso. Ainda neste primeiro semestre, a presidenta empreende uma reforma ministerial que amplia a participação do PMDB no governo, partido de Michel Temer.

⁹⁵ Se nas eleições do primeiro mandato de Dilma a transferência do ethos de Lula (PANKE, GANDIN, 2010) bem como o cenário econômico aquecido colaboraram para que a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) fosse a primeira mulher a ocupar o mais alto cargo do executivo nacional, as crises econômicas e políticas eu viria com o passar dos anos desgastariam a imagem de Dilma resultando em uma reeleição atribulada e apertada contra o então tucano Aécio Neves. O desgaste da imagem de Dilma vinculada a um contexto de desqualificação, amplamente explorado nos primeiros anos do segundo mandato, sobretudo com a nomeação de um liberal para o ministério da fazenda, já seria perceptível logo no pleito, sobretudo com a centralidade das redes sociais como espaço de vocalização da classe média e das elites. Assim, “durante as últimas disputas eleitorais, em especial em 2014, uma das mais acirradas da história política brasileira, as redes sociais online possibilitaram visibilidade não apenas aos candidatos, como também à população, funcionando como um canal de contato entre as duas partes” (PANKE, LIMA, 2016). Neste ambiente, como aponta a pesquisa de Panke e Lima (2016), entre as categorias de observação das publicações no momento eleitoral acerca do Candidato, do Partido ou do Mundo, ocorreu uma maioria das desqualificações “direcionada à candidata, com expressiva quantidade de palavras com caráter machista e sexista. Dos 1.131 comentários de desqualificação, presentes nas sete publicações analisadas, 707 desqualificam a candidata, o que corresponde a 62,5%. Enquanto isso, a categoria mundo teve, no total, 252 desqualificações e, partido ou grupo, 172” (PANKE, LIMA, 2016).

Na Câmara, ao final de 2015, são apresentados pedidos de impeachment da presidenta, dentre eles, um assinado pelos advogados e juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, que indicavam, dentre os motivos, as “pedaladas e os decretos de crédito suplementar de 2015, que se tornaram os pilares da cassação” (DUAILIBI, 2016). As chamadas “Pedaladas fiscais”, era uma manobra contábil de atrasar os repasses aos bancos para empurrar reduzir o impacto fiscal em um determinado período. A prática, amplamente realizada por gestores do executivo, foi criticada pelo Tribunal de Contas da União, que indicou a reprovação das contas do governo. Ao longo de 2016, uma série de manobras políticas daria condições para o prosseguimento do processo do Impeachment no Congresso, que aprovaria o afastamento de Dilma em maio de 2016, e em agosto o Senado reitera o que já tinha sido aprovado anteriormente pela Câmara: o impeachment da presidenta Dilma. Após o afastamento de Dilma, seu vice, Michel Temer, assume interinamente o cargo, e logo inicia uma mobilização do capital e das elites pelo fortalecimento da imagem para a sucessão. Como destaca Souza (2016), a pedalada foi uma desculpa para a implantação de um plano de retomada do domínio do Estado por políticas de depredação do que restou do Estado de Bem-Estar Social, e de ampliação da exploração das elites. Isso foi operado, na perspectiva de Souza (2016) a partir de um plano de golpe baseado em um tripé: uma mídia que atuaria como um instrumento ideológico; um congresso reacionário; e a politização ou instrumentalização do judiciário. De forma central, está a elite econômica na operação do golpe, considerando que ela tem a capacidade e a possibilidade de “comprar as demais elites, seja em dinheiro vivo, seja em coisas que o dinheiro compra, como atenção midiática e prestígio construído” (SOUZA, 2016). O sentido do golpe, neste aspecto, está vinculado à retomada do controle do Estado, ocupado pelo PT desde 2002, que, mesmo com algumas medidas de agrado ao capital, foi balizado por políticas sociais e de distribuição de renda.

O governo Temer viria na contramão desta postura. É importante frisar que, mesmo diante de manifestações populares pelo impeachment da Dilma⁹⁶ etc, o

⁹⁶ Importante destacar que a retirada de Dilma da presidência, intitulado por Larangeira e Prado Júnior (2020) como “golpeachment”, que é a mescla entre golpe e impeachment, é fruto não apenas de um jogo político, mas de uma orquestração envolvendo a classe dominante, a economia, e também a mídia, sobretudo instrumentalizando a construção da narrativa do combate corrupção a partir da Operação Lava-Jato. Parte da estratégia do impeachment e do desmonte do estado foi engendrado na medida em que a mídia construía a figura do juiz herói Sérgio Moro como o caçador dos corruptos.

governo Temer é conhecido pela baixíssima popularidade. Ao longo de toda a sua gestão, de maio de 2016, quando assumiu interinamente a presidência, a dezembro de 2018, praticamente permaneceu entre os piores patamares de rejeição. Temer finaliza seu mandato com apenas 5% da população aprovação, sendo que 74% indicaram o governo como ruim ou péssimo (CNI, 2018). A impopularidade do governo foi um dos principais fatores que impediram a aprovação da Reforma da Previdência com a PEC 287/2018.

Segundo Souza, é justamente um governo sem prestígio e fraco que o capital buscava, “sem qualquer apoio popular. Vem daí a estratégia de terra arrasada. A ideia é fazer o país regredir cinquenta anos em cinco meses – uma jogada extremamente arriscada” (SOUZA, 2016). E, de fato foi isso que ocorreu, em parte, nos dois anos do mandato de Temer, em que foram congelados os investimentos públicos por duas décadas, em que ocorreram supressão de políticas públicas de atendimento à população carente, em que foi proposta uma reforma da previdência que, se aprovada, ampliaria o aumento da desigualdade, e em que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como uma forma adicional de medir o avanço em Bem-Estar Social é prejudicado com o congelamento de gastos do governo (RAMOS, 2017).

A Reforma da Previdência, portanto, é uma destas medidas neoliberais que buscam a oportunidade para reduzir ainda mais os direitos dos trabalhadores. A PEC 287/2016 foi enviada ao Congresso em 15 de março de 2016 pelo poder executivo, e tinha como foco alterar a Constituição em pontos do capítulo da Previdência Social. Dentre as principais propostas que a PEC indicava no texto original, podemos destacar: a aplicação de uma idade única de 65 anos para homens e mulheres (o que prejudicaria as mulheres com aumento de mais cinco anos de contribuição), e aumento de 70 anos para que fosse receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é uma espécie de auxílio equivalente a um salário mínimo pago aos idosos ou às pessoas com deficiência; aumento do tempo de contribuição de 15 para 25 anos,

Ler mais em PRADO JÚNIOR (2019), “Livrai-nos do mal: a tecnologia do imaginário na construção do herói Moro pela mídia” e em Laranjeira e Prado Júnior (2020) em *Idolatria e desmascaramento do Judiciário de exceção: Sérgio Moro, Operação Lava Jato e a Vaza Jato*. Também de forma adicional sobre o Golpe contra a presidência de Dilma Roussef, sobretudo na relação com os estudos do familismo, destacamos a leitura da obra *Democracia em Ruínas* (BELMIRO, DA SILVA, 2019), em especial o capítulo *Brasil do Golpe: República do Nepotismo*, de Ricardo Costa de Oliveira.

sendo 49 anos para o recebimento integral do salário; uso de base de cálculo não as 80% maiores contribuições, mas todos os proventos desde julho de 1994, o que reduziria o valor de benefício; proibição de acúmulo de aposentadoria e de benefício (CÂMARA, 2016).

A impopularidade do governo, a agressividade das medidas para os trabalhadores e a ineficiência do Governo Temer em reunir dois terços do Congresso fez com que a PEC tivesse dificuldades em avançar no Congresso. Isso mesmo com milhões de reais despejados na imprensa em formato de publicidade para tentar sensibilizar a opinião pública, conforme levantamento que realizamos em 2017 (RIBEIRO, 2017), privilegiando os grandes conglomerados de mídias e coronéis da mídia, como a Família Marinho, que abocanhou 1/3 dos milhões em publicidade da campanha da previdência do Governo Federal, conforme levantamento que realizamos em 2018 (RIBEIRO, 2018).

Sem a continuidade no Congresso, a PEC perde efeito e atenção do governo após fevereiro de 2018, quando o Governo decide assinar o decreto de intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. Com isso, o Congresso fica impedido de aprovar medidas de alteração da Constituição, o que fez com que a PEC perdesse o efeito na gestão. Feitas tais ressalvas, iniciamos aqui o mapeamento dos editoriais do jornal Gazeta do Povo relativos à reforma da previdência publicados no intervalo de tramitação da PEC. Como já destacado anteriormente, o corpus desta etapa foi delimitado em levantamento no repositório digital do jornal, filtrando posteriormente em leitura atenta os editoriais em que a reforma da previdência foi discorrida de forma secundária ou central no editorial. Com isso, chegamos a 20 textos publicados no jornal. Destaca-se ainda que desde março de 2009, com o falecimento de Francisco Cunha Pereira Filho, o jornal segue sob a batuta de Guilherme Döring Cunha Pereira. Nestes textos, mantemos a lógica de observar a invocação de elementos do discurso neoliberal, conforme categorização estabelecida anteriormente aqui na pesquisa.

O primeiro editorial que selecionamos é intitulado “A economia do depois”, publicado na Gazeta do Povo em abril de 2016, e é um dos primeiros passos para construir o cenário de crise que sustentará as medidas neoliberais do Governo Temer, como o Teto de Gastos e a Reforma da Previdência. Na medida em que cobr do Estado postura para encampar as medidas de ajuste econômico para fortalecer o governo no empreendimento de reformas como o da Previdência, invoca-se a postura do Estado Mínimo, como provedor das garantias do capital. Para este fortalecimento,

o jornal destaca que o governo deve primeiro estabelecer um “equilíbrio das contas públicas. Sem resolver o desequilíbrio fiscal – cujas consequências nefastas são o crescimento do déficit público e a explosão da dívida do governo –, outras metas não serão atingidas” (GAZETA DO POVO, 2016a). Oras, é justamente isso o que virá quando o governo Temer inicia, uma proposta de congelamento do poder de investimento do Estado, e um sacrifício de medidas sociais, em prol do mercado.

O segundo ponto que o jornal defende é o crescimento do PIB. Isso se consolidaria a partir de um plano de envolvimento do capital neste crescimento, ou seja, uma forma de incluir o mercado na conta do poder público, a depender do Congresso validar a intenção, ou seja, “a depender ainda da recuperação da confiança no país e da aprovação de legislação clara sobre as regras de participação de capitais privados nacionais e estrangeiros nas obras de infraestrutura” (GAZETA DO POVO, 2016a).

O discurso do Estado Neoliberal e da Predominância do Elemento Econômico dá espaço no editorial para retomar a lógica da Modernização da gestão e do país a partir das reformas ou dos projetos de precarização, como destaca o trecho: “O sucesso das medidas de curto prazo será essencial para dar tranquilidade ao governo a fim de encaminhar a reforma política, a reforma da Previdência Social e a reforma tributária. Isso é o mínimo que o país precisa começar a fazer, se quiser ser desenvolvido um dia” (GAZETA DO POVO, 2016a). O modo ideológico que se percebe para operar o discurso neoliberal é o da legitimação conforme preconizado por Thompson (2009), a partir da estratégia da racionalização, na medida em que busca estabelecer uma relação de causalidade e efeito. Ou seja, para um país em crescimento, é preciso reformas e que o Estado puxe o freio, trazendo para o seio da sua gestão o capital, se não pelas privatizações, a partir então de parcerias.

Em setembro daquele ano, o jornal retoma o tema da Previdência e da reforma, mas de forma central. Intitulado “A reforma da previdência”, o texto de Guilherme Cunha Pereira no jornal retoma justamente a crítica que seu pai já tinha realizado anteriormente, da percepção da Previdência em conjunto com as ações sociais, dentro da Seguridade Social, conforme aponta no trecho:

A reforma da Previdência é uma necessidade que muitos governos reconheciam, mas adiavam devido ao seu potencial de impopularidade. Tal omissão tem sido reforçada por interpretações que consideram não o regime de previdência social isoladamente,

mas o conjunto da “Seguridade Social”, que seria superavitário e, por isso, tornaria desnecessária qualquer mudança nas regras previdenciárias. Mas trata-se de um cálculo que serve para camuflar a realidade; uma ilusão que não cobra seu preço agora, mas o fará inevitavelmente daqui a algumas décadas. (GAZETA DO POVO, 2016b).

Outro ponto destacado no editorial, que reforça uma das características do neoliberalismo, é a ótica do individualismo e da suposta liberdade do indivíduo diante do Estado e dos demais cidadãos, como operador das suas vontades e caminhos. Vimos isso em editoriais anteriores, mas aqui fica mais evidente o ataque justamente a um conceito caro da previdência no país, que é o princípio da solidariedade, em que o contribuinte recolhe o recurso que é usado para apagamento dos benefícios de quem está aposentado, considerando que futuramente receberá na mesma medida dos ativos lá na frente. Aqui, Guilherme Cunha Pereira mantém o discurso da capitalização ou da Autonomia e Liberdade, elemento do discurso neoliberal, já invocado anteriormente por seu pai em editoriais da Gazeta do Povo, usando o mesmo exemplo de contraposição entre trabalhadores da ativa e aposentador. Inclusive trazendo novamente um comparativo com o caso do Estado neoliberal do Chile, que privatizou o seu sistema de Previdência. Conforme destaca o trecho do editorial:

O sistema brasileiro de previdência funciona no regime de repartição, ou seja, quem trabalha hoje banca os benefícios de quem está aposentado hoje (uma alternativa é o regime de capitalização, em que cada trabalhador financia sua própria aposentadoria com os depósitos que faz ao longo da vida; é o caso, por exemplo, do Chile e das previdências privadas no Brasil). Com cada vez mais brasileiros idosos e cada vez menos jovens no mercado de trabalho, é fácil imaginar que esse pacto entre gerações está condenado ao colapso. E isso já não é novidade para ninguém há muito tempo. (GAZETA DO POVO, 2016b).

Complementa o jornal com a indicação da futura falência da previdência. No contexto da comparação supostamente exitosa do caso chileno, com o discurso da ineficácia na gestão da Previdência (a partir do elemento Lógica da Eficiência), bem como no exemplo de contraposição entre trabalhadores da ativa e aposentados, percebe-se o uso do modo ideológico da Fragmentação com a estratégia da Diferenciação, conforme os modos de operação da ideologia de Thompson (2009). Estes aspectos são mais acentuados ainda a partir do tensionamento disposto no editorial do jornal, explorando um cenário de falência das aposentarias:

A Previdência Social já corresponde, hoje, à maior das despesas governamentais, e o mero aumento natural do número de beneficiários significa que o pagamento de aposentadorias e pensões crescerá a taxas maiores que a inflação, aumentando a porcentagem desses gastos no orçamento e prejudicando outras áreas. Se nada fosse feito, em pouco tempo a Previdência tomaria uma fatia tão grande que mesmo áreas essenciais acabariam privadas de recursos. (GAZETA DO POVO, 2016b)

Se percebemos até aqui uma similaridade na invocação dos elementos do discurso neoliberal na defesa de medidas de redução dos direitos na previdência, ou ainda em uma postura de promoção da privatização ao criar um quadro de total ineficiência do Estado e falência as aposentadorias, outras posturas ficam acentuadas nos editoriais de Guilherme Cunha Pereira em comparação aos de Francisco Cunha Pereira Filho. No editorial “Hoje é dia de doutrinação”, publicado em 6 de outubro de 2016, em um cenário já polarizado politicamente, percebe-se a posição do jornal na representação das classes dominantes, e na contraposição ao movimento sindical. O lado do jornal no espectro político fica mais evidente aqui diante de todos os demais editoriais que percorremos, como pode ser observado no trecho que selecionamos:

Os sindicalistas afirmam que uma greve geral só aconteceria depois que o presidente interino, Michel Temer, lançasse um “pacote de maldades” com “retirada de direitos”. [...] Mas, com ou sem greve, certo é que a esquerda se mobilizará em várias cidades, como São Paulo e Curitiba. E é no Paraná que se verifica uma das facetas mais nefastas do projeto petista de poder, que a APP-Sindicato, entidade que representa os professores da rede estadual, nem se preocupa em esconder. Isso porque a orientação da entidade para esta sexta-feira não é a de paralisar as atividades, deixando os estudantes em casa, sem aula. A estratégia é outra, descrita em uma página do site do sindicato sob o título “Orientações para o dia 10 de junho”: partir para a doutrinação pura e simples dos alunos. Entre as instruções está a impressão e distribuição “junto à comunidade escolar” de um panfleto segundo o qual “em um mês como presidente interino do Brasil, Michel Temer colocou o Estado a serviço do capital financeiro internacional” e, se aprovada a reforma da Previdência, o brasileiro terá de “trabalhar até morrer”. Até mesmo “FGTS, férias, Previdência Social, 13.º salário e licença-maternidade” estariam ameaçados com Temer, acrescenta o panfleto. (GAZETA DO POVO, 2016c).

Já em meados de outubro de 2016, a previdência retoma o olhar da Gazeta do Povo em meio à discussão do Teto de Gastos, proposta do governo Temer que limitava os gastos do governo. A partir dos padrões de manipulação da mídia

discorridos por Abramo (2016), podemos analisar o editorial “Uma primeira vitória” (GAZETA DO POVO, 2016d), pela lógica do Padrão de Ocultação, na medida em que o jornal busca defender a medida de corte de investimento não reproduzindo o quadro completo do impacto da ação do governo para os gastos sociais e para o IDH do país. De forma a ampliar o tensionamento político, como uma espécie de embate “nós contra eles”, como realizado no editorial anterior contra a esquerda, o texto da Gazeta do Povo imputa uma campanha de desinformação sobre as ações de desmonte do Estado. Esta campanha de desinformação, atenderia, segundo o jornal, uma classe privilegiada. Aponta o trecho selecionado do editorial que:

A popularidade das versões segundo as quais a PEC estrangularia a saúde e a educação mostrou que, além do corporativismo e das convicções econômicas obsoletas da oposição, ainda é preciso derrotar a desinformação em torno do esforço fiscal. Mas há uma pressão de caráter ainda mais perigoso. Ela se situa no setor previdenciário, sumidouro de grande parte dos recursos públicos em razão dos privilégios inconcebíveis garantidos a algumas castas. Portanto, logo em seguida à esperada aprovação final e definitiva da PEC do Teto virá a projeto de reforma da Previdência, desafio a ser vencido com dificuldade dados os poderosos interesses corporativos que influenciam o voto parlamentar. O governo Temer terá de atuar fortemente e com tanta habilidade quanto a que teve para conseguir essa primeira vitória. E do Congresso se espera a mesma responsabilidade (GAZETA DO POVO, 2016d).

Oras, retoma-se o discurso da Lógica da Eficiência ao apontar a previdência como um sumidouro de recursos, ou seja, como um peso para o Estado, que não a gerencia da forma que capitalizaria os seus recursos, conforme já percebido em editoriais anteriores, mesmo nos escritos sob a batuta de Guilherme Cunha Pereira à frente da Gazeta do Povo. A forma como percebe-se a construção e racionalização nos textos é de um cabo-de-força que deve ser vencido contra o atraso em favor da modernização e que setores que são privilegiados com isso tendem a pesar para o contrário. A julgar por editoriais anteriores, esta “casta”, que recebe “privilégios inconcebíveis”, são os servidores, já confrontados em textos anteriores pelo jornal, sobretudo em invocação do discurso do Estado Mínimo.

Ao analisar o golpe de 2016, Souza (2016) observa a forma como a mídia foi instrumentalizada para alcançar a meta do capital na retomada de um governo que fosse subserviente ao mercado. A mídia, neste aspecto, integra a elite financeira, e em alguns casos, a elite política. Diante da impopularidade do governo Temer que já

dava sinais de péssima avaliação da população, e diante das críticas da sociedade, o jornal busca descolar do governo a reforma, indicando que é uma medida necessária, independentemente do governo. Percebe-se o emprego do padrão de manipulação pelo Padrão de Inversão, a partir da inversão da versão pelo fato (2016). A partir disso, percebe-se a Predominância do Elemento Econômico ao pressupor que os “números” estão acima de quem ocupe a presidência, e que não é possível reduzir a eficácia do projeto de reforma. Assim, a “A urgência da reforma previdenciária é dada pelos números, e não pela vontade de quem esteja na Presidência da República. O atual governo teve o mérito de propor a reforma, ainda que esteja cedendo a pressões corporativas que reduzem sua eficácia, mas ela não deixaria de ser essencial se Michel Temer caísse amanhã. Ligar uma coisa a outra é armadilha retórica de quem não deseja admitir que são outros os interesses que mantêm emperrada uma mudança fundamental para o futuro do Brasil” (GAZETA DO POVO, 2017a).

As propostas de reformas e desregulamentação de direitos foi um projeto que no Governo Temer ultrapassou a previdência, passando pelos investimentos públicos com o Teto de Gastos, e procurando alcançar também o mundo do trabalho. É a síntese de medidas neoliberais que buscam fragilizar os direitos individuais, para facilitar a exploração pelo capital. A ótica da liberdade e autonomia empregada para dar a entender que o indivíduo deve buscar a sua independência em um modelo de competição, é invocado pelo jornal no editorial “As reformas avançam” (GAZETA DO POVO, 2017b), de março de 2017, ao reforçar a lógica da eficiência do indivíduo. Oras, no editorial, fica evidente que além da promoção da individualidade pelo uso do recurso discursivo da Liberdade e Autonomia, há também o emprego implícito da Redução da Proteção Social como forma de garantir a modernidade competitiva do mercado. Ou seja, é preciso desregulamentar as leis trabalhistas para que o modelo de terceirização, prática de acentuada exploração do trabalho sem os direitos ou proteção ao trabalhador, sejam aplicadas para atividades fim, até então medidas proibidas. O avanço do capital é limitado ao excesso de direitos, como pode ser observado no trecho:

Ainda que a terceirização não constasse explicitamente da pauta da reforma trabalhista que o governo federal pretende implantar, é inegável que ela se insere no contexto mais amplo das medidas necessárias para que o país se torne mais livre do ponto de vista da atividade econômica. O modelo atual [...] ainda engessa demais a dinâmica do trabalho, às vezes vetando novos arranjos que seriam do

interesse do funcionário sob a alegação de o estar “protegendo [...] O empreendedor precisa ser livre para decidir como gostaria de levar adiante o seu negócio[...] A terceirização, se bem conduzida, trará ganhos de produtividade e benefícios para todos, trabalhadores e patrões. (GAZETA DO POVO, 2017b)

Oras, o sujeito terceirizado, que o discurso neoliberal o colocará como empreendedor de si, considerando a abordagem da Autonomia e Liberdade, é aquele pautado pelo desempenho e competitividade, cujos direitos foram tolhidos em troca de uma suposta garantia de liberdade de decisão do seu futuro no mercado de trabalho. Contudo, conforme aponta Han (2018), esta liberdade esconde uma primazia do mercado e uma prisão, ou seja, o sujeito neoliberal, como sujeito do desempenho, “que se julga livre, é na realidade servo absoluto, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo” (HAN, 2018, p.10).

No uso do padrão de manipulação da mídia pela inversão (ABRAMO, 2016), o editorial busca indicar o contrário, que não é a legislação que protege, mas sim que ela engessa os modelos modernos de relações trabalhistas, que trará “ganhos de produtividade e benefícios para todos” (GAZETA DO POVO, 2017b). Em 21 de abril de 2017, no editorial “A reforma possível será suficiente?”, o jornal critica novamente o modelo da previdência pautado na solidariedade e nos laços sociais, invocando a ótica da capitalização, como aspecto de maior eficiência em reunir recursos da previdência. Um modelo em que a previdência não esteja no âmbito da Seguridade Social, e que se capitalize nas mãos do mercado (um passo para a privatização da previdência), é a ótica que o jornal reforça. Ressalta-se que este mesmo argumento foi usado em momentos em que o jornal estava sob a tutela de Francisco Cunha Pereira Filho, e que agora, na sucessão do seu filho, Guilherme Cunha Pereira, segue reproduzindo os mesmos ideais.

A forma discursiva é a de imposição do medo, diante de um futuro incerto na previdência. Ou seja, sem a solução do mercado, do capital, a previdência tenderá à falência, e os trabalhadores perderão suas futuras aposentadorias. Isso fica evidente no trecho “Como não se pensa em instituir um modelo de capitalização na Previdência brasileira, a reforma trata de garantir amanhã a aposentadoria de quem está trabalhando hoje [...] Se nada for feito, ou se a reforma ficar aquém do necessário, aí, sim, talvez o slogan de “trabalhar até morrer” faça sentido diante de um sistema quebrado e que condenará gerações futuras a não usufruir de benefícios “(GAZETA DO POVO, 2017c). A postura é similar em 5 de maio de 2017, quando o texto da

reforma ainda estava em votação na comissão especial da Câmara. O jornal, no editorial “À previdência e a má política” (GAZETA DO POVO 2017d), reforçava o mesmo discurso de Predominância do Elemento Econômico em destacar a falência da previdência em um futuro estimado em duas décadas e sobrevida. O modo de operação da ideologia fica implícito nos últimos editoriais, reforçando uma insegurança, ou seja, uma imprevidência justamente na massa de trabalhadores que no sistema de solidariedade alimentavam naquele momento a aposentadoria dos inativos. O modo de Fragmentação (THOMPSON, 2009) é apropriado para construir um aspecto de conflito entre os que estão garantidos, e os que podem não ter a sua aposentadoria em um futuro próximo, tendo, a previdência, que passar por mais cortes futuramente, como prevê o editorial ao indicar que “dada a tendência do governo – qualquer governo – a usar lentes cor-de-rosa em temas como esses, é totalmente legítimo perguntar se o impacto dos recuos e concessões não é, na realidade, maior que o estimado por Meirelles, e se a Previdência não precisará de uma nova reforma antes mesmo de 2037 chegar” (GAZETA DO POVO, 2017d).

A contradição entre a alegação anterior do jornal em que a medida de Teto de Gastos não representaria cortes em despesas sociais e de segurança dos trabalhadores começa a ficar evidente em publicações da Gazeta do Povo, sobretudo quando se apropria da ideia de uma previdência falida para impingir o medo e angariar apoio da opinião pública. Como destaca em “A previdência e a matemática” (GAZETA DO POVO, 2017e), em 15 de maio de 2017, ao se apropriar do modo de ideologia da Legitimidade a partir da estratégia da Racionalização como forma de usar a ideia da Matemática como campo científico que justifica a lógica da sustenta a defesa da reforma. Aponta Guilherme Cunha Pereira no editorial, que se “a despesa total do Poder Executivo só pode crescer a uma determinada taxa e os gastos da Previdência aumentam em velocidades maiores, isso significa que as aposentadorias “comerão” uma porcentagem cada vez maior do orçamento, e aí será preciso tirar dinheiro de outras rubricas”(GAZETA DO POVO 2017e).

Além de reforçar o uso do elemento discursivo neoliberal da Predominância do Elemento Econômico, e da Lógica da Eficiência ao apontar a fragilidade da gestão econômica do Estado, o jornal ainda reforça o discurso neoliberal ao defender o Estado Mínimo, ou seja, um Estado não “inchado”, conforme aponta: “É urgente que a inchada máquina estatal seja reduzida, eliminando estruturas supérfluas e privilégios que em nada colaboram para o bem-estar da população. Não se trata de ideologia,

mas de matemática” (GAZETA DO POVO, 2017e). Diante do contexto de impopularidade do governo, e da necessidade de realizar acordos e negociações no Congresso para aprovação das reformas, dentre as quais a da Previdência, percebe-se a crítica do jornal em editoriais sobre a falta de uma postura forte do Estado para encampar as medidas. Isso é um reforço ao discurso do Estado Neoliberal, cobrando do governo compromisso com o capital, para fragilizar e desregular as legislações de proteção ao trabalhador e de amparo à população em situação de vulnerabilidade. Esta fragilidade é explorada pelo jornal, primeiro, no editorial “As reformas ainda terão de esperar”, de 10 de setembro de 2017 (GAZETA DO POVO, 2017f), ao destacar que é preciso de estabilidade para aprovação das reformas, e que os “poderes em confronto aberto e um presidente da República preocupado em afastar denúncias de corrupção estão longe de ser o cenário favorável. Tudo indica que o país terá de esperar ainda mais para colocar nos eixos seus sistemas previdenciário e tributário” (GAZETA DO POVO, 2017f).

Da mesma forma, no editorial em 16 de novembro, intitulado “Hora de Assumir responsabilidades” (GAZETA DO POVO, 2017g), Guilherme Cunha Pereira deposita a culpa de uma reforma menos agressiva que o capital buscava tanto ao governo fraco quanto ao Congresso que cederam às pressões de categorias mobilizadas, como a do funcionalismo público. A culpabilização, a indicação de fraqueza política e ineficácia na gestão, somado política do medo, que flerta com a já abordada tática da Doutrina do Choque, destacada aqui anteriormente a partir da análise das políticas neoliberais no Chile, Estados Unidos e Inglaterra pela jornalista Naomi Klein (2008), são posturas ideológicas operadas pelo jornal para manifestar o discurso neoliberal. Assim, pela lógica do jornal, na falta de um Estado Neoliberal, que produziria efeitos de privilégio do capital, um Estado fraco produz efeitos brandos, como destacado no trecho do editorial:

De concessão em concessão – e não excluimos a possibilidade de que algumas delas tenham, sim, sua razoabilidade – , a reforma foi enfraquecida em dois campos: o moral, ao não eliminar todos os privilégios, deixando a impressão de que mais uma vez o trabalhador da iniciativa privada será chamado a fazer o maior sacrifício; e o fiscal, ao reduzir a economia que o governo precisa desesperadamente fazer para colocar a Previdência e as contas públicas em um caminho sustentável. (GAZETA DO POVO, 2017g).

A seguridade social e as políticas de amparo aos trabalhadores, à população sem renda na velhice, aos trabalhadores rurais que não são latifundiários mas que sobrevivem da sua mão de obra ou da agricultura familiar, os idosos ou deficientes físicos que são amparados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), na perspectiva da família Cunha Pereira, a partir dos editoriais que manifestam sua posição e visão de sociedade, penalizam os trabalhadores que arrecadam com a previdência, e que, segundo o jornal, não terão condições de aproveitarem a aposentadoria, pois o déficit resultante do que o jornal considera como benesses ou privilégios, afetará a sobrevivência da previdência.

O discurso da Redução da Proteção Social, como um peso que deve ser retirado dos ombros do Estado, é reiteradamente reforçado nos editoriais, como forma de justificar as medidas que se aprovadas, deixariam ainda mais desamparadas tais parcelas da sociedade. A postura é corrente no Capitalismo na Era da Acumulação Integral (VIANA, 2006). Na postura de pressupor uma estratégia narrativa que legitime ideologicamente as práticas neoliberais, o jornal reforça o quadro em que o atraso da modernização das reformas e da gestão no Brasil o coloca atrás de países vistos como desenvolvidos, como podemos verificar no trecho:

A equipe econômica cedeu ao tirar do texto da reforma o maior rigor na concessão de aposentadorias rurais e dos benefícios de prestação continuada (BPC), concedidos a pessoas de baixa renda que não conseguiram contribuir para INSS. Também foi retirado o aumento do tempo mínimo de contribuição, que continua em 15 anos – em vez de 25 anos, como dizia o texto aprovado em comissão. [...] Atualmente, o país gasta mais do que países mais velhos, como Japão e Alemanha, com as aposentadorias. [...] O financiamento das aposentadorias rurais, que concentram a maior fatia do déficit, também precisa ser repensado. E a justiça nas aposentadorias especiais ficará cada vez mais questionável quando a idade mínima da reforma começar a valer (GAZETA DO POVO, 2017h)

O jogo discursivo reproduzido pelo jornal nos editoriais segue uma dinâmica de avanço e recuo, em uma prática do Padrão de Fragmentação dentre os modos de manipulação da imprensa, organizados por Abramo (2016). Guilherme Cunha Pereira manifesta o discurso de alinhamento neoliberal se apropriando de ferramentas de Descontextualização e de Seleção de Fatos. O editorial “Previdência: a falência de um modelo”, de 4 de dezembro de 2017 (GAZETA DO POVO, 2017i) reforça esta perspectiva, na medida em que o jornal retoma à política do medo como forma de

defender medidas drásticas na mudança do sistema previdenciário, à custa de falência, caso não realize. Uma das questões do discurso operado é o da Predominância do Elemento Econômico, cuja postura de primazia do campo econômico ante o campo social e político, como se fosse uma validação científica irrefutável que sustente as medidas neoliberais, é identificado por Bourdieu (1998). No editorial, isso se verifica no trecho: “Um assunto de tal relevância deveria ser debatido não com slogans genéricos, mas à luz da lógica econômica, da situação demográfica, da realidade do mercado de trabalho e das experiências do resto do mundo sobre o tema” (GAZETA DO POVO, 2017i). Neste mesmo editorial, o jornal ainda invoca o uso dos elementos do discurso neoliberal da Lógica da Eficiência e da Modernidade, ao indicar que o país ficou para trás diante de outros países que estão reformando suas previdências, e que a ineficiência da gestão brasileira em gerir a aposentadoria tornará inviável o gozo futuro dos trabalhadores. Segue o trecho:

No momento em que vários países estão debatendo e reformando seus sistemas previdenciários em razão das mudanças aceleradas por que passam a demografia e o mercado de trabalho, o Brasil teria muito a aprender na tentativa de encontrar solução eficiente para a previdência social pública e privada. Infelizmente, apesar de falido e insustentável, o sistema previdenciário brasileiro pode perder mais uma oportunidade de mudar e consertar seus defeitos e os déficits gigantescos. [...] Se as reformas não forem feitas, até para adequação às novas realidades econômicas e demográficas, o país pagará um alto preço (GAZETA DO POVO, 2017i).

A ideia de Terra Arrasada caso a reforma não seja aprovada e salve os trabalhadores, mesmo que imponha perdas significativas, aumento de anos trabalhados, redução de benefícios de aposentadoria etc, é reforçado editoria a editorial como forma de angariar apoio da opinião pública, sobretudo em um contexto de fragilidade do governo, e de mobilizações a partir das entidades sindicais. Prova desta preocupação é o alto custo da campanha publicitária milionária empreendida pelo governo para convencer a população da viabilidade e importância da reforma (RIBEIRO, 2017). A maior parcela deste recurso é para veiculação das campanhas na imprensa, além disso, como já apontado, a Globo, da qual a família Cunha Pereira é integrante a partir da sua rede afiliada ao canal nacional, a RPC, tem participação neste bolo que abocanha 1/3 dos valores despejados nas TVs (RIBEIRO, 2018). Isso lança um ânimo na imprensa para intensificar a defesa da reforma:

[...] A batalha pela necessária reforma da Previdência já era difícil desde seu início, a começar pelas teses, repletas de criatividade contábil, que negavam a própria existência da bomba-relógio em que se transformou nosso sistema previdenciário, que ano após ano acumula déficits bilionários. Esses “negacionistas fiscais” preferem olhar para a Seguridade Social em vez da Previdência para alegar que não existe déficit nenhum, anulando a própria necessidade da reforma – a CPI recentemente encerrada no Senado deu força a este desvario. A negação do déficit previdenciário, no entanto, foi apenas parte de uma campanha de desinformação eficaz, comandada por partidos políticos, sindicatos, entidades estudantis e outros “movimentos sociais”, que conseguiram colocar a população contra as reformas com base em slogans tão simples quanto enganosos. Afinal, “acabar com a aposentadoria” e fazer o brasileiro “trabalhar até morrer” é o que vai ocorrer não se a reforma vier, como deseja o governo, mas se nada for feito, como desejam seus críticos: se a Previdência estiver totalmente quebrada, o aposentado do futuro não terá nem mesmo a garantia de um benefício, ou então receberá valores pífios, forçando-o a permanecer no mercado de trabalho. Prova do sucesso da campanha contrária à reforma é a certeza de que, se a reforma não passar em 2017, será impossível aprová-la em 2018, já que nenhum deputado ou senador desejará se ver associado a medidas impopulares bem no momento em que precisa conquistar mais uma vez o eleitor. (GAZETA DO POVO, 2017j).

Diante de uma necessária reforma e da falência da previdência, o jornal investe em um discurso de combate, ou seja, da guerra que deve ser vencida. Uma guerra é composta por dois lados opostos. Se o jornal se lança em defesa do que indica ser o bem nacional, pressupõe que quem luta contra os efeitos da reforma para os trabalhadores, siga em direção oposta, negando a interpretação de que há um déficit que precisa ser combatido. Conforme o trecho selecionado do editorial “Reformas na corda-bamba), de 11 de dezembro de 2017 (GAZETA DO POVO, 2017j) indicado acima. Ainda no final de 2017, o jornal volta a pintar um quadro de colapso da previdência, agora puxando a economia do governo com também prejudicada pelo suposto déficit da previdência. Em “Reforma só em 2018) (GAZETA DO POVO, 2017k), texto publicado por Guilherme Cunha Pereira como editorial do seu jornal em 14 de dezembro de 2017, percebe-se de forma explícita a Lógica da Eficácia sendo invocada no texto, pelo viés negativo, ou seja, pela ineficiência e ineficácia do Governo em gerir as contas suas e da previdência, causando um cenário e colapso, e de forma implícita, percebe-se o uso do Estado Mínimo, ao reforçar que a iniciativa privada teria maior proveito e atuar da melhor forma na gestão. Assim, aponta o editorial:

Sem mudança nenhuma, os gastos do governo nesta área tendem a comer parcelas cada vez maiores do orçamento federal; a se manter essa trajetória, ou não sobrarão recursos para mais nada, ou o sistema previdenciário vai implodir. Em ambos os casos, as consequências são catastróficas. O país já adiou demais a reforma da Previdência; que esse novo postergamento seja o último, e que não se desperdice a oportunidade de construir uma maioria sólida a favor da responsabilidade. (GAZETA DO POVO, 2017k).

Somando ao conjunto de termos que levam para a interpretação de falência do sistema, como “implodir”, ou ainda “catastrófica”, no editorial do próximo dia, em 18 de dezembro, intitulado “Obstáculo no caminho de 2018” (GAZETA DO POVO, 2017l), Guilherme Cunha Pereira amplia o léxico da Terra Arrasada incluindo “rombos nas contas”, “caos do sistema previdenciário”, e situação calamitosa”, forçando ainda mais o uso do discurso neoliberal de choque para legitimar as medidas de redução dos direitos:

Entre as causas dos rombos nas contas públicas estão, de um lado, o elevado contingente de funcionários públicos aposentados em relação ao total de servidores na ativa e, de outro, os déficits no balanço previdenciário das duas previdências, a pública e a privada. O caos do sistema previdenciário no setor público pode ser olhado a partir do exemplo de Curitiba, que, mesmo considerada uma capital que sempre gerenciou bem suas finanças, vive situação calamitosa. (GAZETA DO POVO, 2017l).

Em 31 de janeiro de 2018, ainda com a esperança de uma reforma da previdência, o jornal se manifesta sobre a mobilização das Centrais Sindicais contra a reforma. Em todos os governos neoliberais, a fragilização e desmonte das formas de representação e de aglutinação dos cidadãos e trabalhadores são centrais para evitar a resistência e garantir uma maior facilidade na aprovação de ações de atendimento ao interesse do capital. As táticas podem variar de reduzir o espaço de atuação ou a força econômica (como ocorre no caso brasileiro com a Reforma Trabalhista e o fim da contribuição sindical compulsória), ou a partir de desqualificação das entidades. No editorial “As centrais sindicais bancam o avestruz”, (GAZETA DO POVO, 2018a), a tática é justamente a de atacar a capacidade crítica e de racionalidade da ação das centrais sindicais, principais aglutinadoras das entidades de representação dos trabalhadores no Brasil. O uso da similaridade com o Avestruz é relativo à ideia de “não querer ver”, ou de “se esconder”. Como já mencionado anteriormente, ao usar o discurso da guerra e do “nós contra eles”, percebe-se que a Reforma da Previdência, no uso discursivo do jornal, é a salvação a ser buscada pelo

país, e quem estiver contra ela, é contra o país, o que fica evidente no trecho do editorial ao afirmar que “a reforma da Previdência é uma urgência para o país, e é contra o Brasil que as centrais trabalham quando preferem a postura do avestruz, fingindo que não existe um problema que ameaça as aposentadorias futuras dos trabalhadores de hoje” (GAZETA DO POVO, 2018a). Soma-se à campanha de descredibilizar os sindicatos, a crítica às manifestações ou impingindo um caráter não propositivo e revanchista por conta do fim do imposto sindical, como destaca o trecho:

Independentemente dos métodos usados, e que só serão conhecidos mesmo no dia do protesto ou às vésperas dele, salta aos olhos desde já que, assim como ocorreu ao longo de todo o ano passado, as centrais sindicais não oferecem nenhuma alternativa à reforma que está sendo proposta. Limitam-se a chamar a reforma de “retrocesso” e a denunciar a “campanha enganosa do governo Michel Temer”, como diz a nota assinada pelos presidentes de seis centrais – incluindo Paulinho da Força, teoricamente integrante da base aliada do governo na Câmara. Não há uma palavra sobre como resolver o déficit bilionário da Previdência Social, tanto do setor privado quanto do público. As centrais sindicais têm vários motivos para se opor a Michel Temer: umas o fazem por motivos ideológicos, satélites que são do petismo; outras não perdoam o fim do imposto sindical, aprovado na reforma trabalhista. (GAZETA DO POVO, 2018a)

Percebe-se, portanto, que, da mesma forma como em campanhas anteriores o jornal elencou os Servidores como prejudicadores da ordem e da gestão financeira do Estado, na atual campanha, os detratores do avanço e da solução para os problemas nacionais vão assumindo uma forma, nas centrais sindicais. A polarização, que ainda terá contornos mais claros no futuro governo Bolsonaro, conta com a participação do jornal em um claro espaço. E o clima derrotista fica de quem assumiu uma bandeira fica claro no trecho do editorial intitulado “O melancólico fim da reforma da previdência”:

A primeira baixa da intervenção federal no Rio de Janeiro devido ao caos da segurança pública naquele estado foi a reforma da Previdência. Aquela que era a grande aposta de Michel Temer, que levou o governo a comprar uma boa briga pelo futuro do nosso sistema de aposentadorias, que indispôs o Planalto com grupos interessados mais na proteção dos próprios privilégios que na situação fiscal do país, caiu antes que o general Braga Netto esquentasse a cadeira de interventor responsável por administrar a segurança pública fluminense.[...] Estamos diante de um duplo escárnio. De repente, o governo que passou meses tentando convencer o Brasil da urgência

e da necessidade de reformar a Previdência diz à população que, no fim, o assunto não é tão importante assim a ponto de continuar sendo uma obsessão do governo (GAZETA DO POVO, 2018b).

Apesar dos editoriais inflamados, a aprovação do decreto de intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro e a consequente proibição de alteração da constituição, joga água nos planos da reforma da previdência e o clima em 21 de fevereiro no editorial da Gazeta do Povo, ainda no uso do discurso da guerra para salvar o país, era de total derrota.

4.5 - EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO RELATIVOS ÀS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E CONTEXTO NEOLIBERAL PUBLICADOS DURANTE A TRAMITAÇÃO DA PEC 6/2019 - de 20/02/2019 a 21/11/2019

A instabilidade política em que o país ingressou pós golpe de 2016 se acentuou ao longo do governo Temer, e alcançou patamares mais tensos com a eleição do candidato do nanico Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, ex-capitão do exército, e político de carreira eleito vereador do Rio de Janeiro com mandato entre 1989 e 1991, e depois por sete mandatos como deputado federal pelo Rio de Janeiro com mandatos consecutivos entre 1991 a 2019. Na Câmara, ocupou função de projeção quase nula, sem expressividade parlamentar ou participação em cargos estratégicos na casa. Em quase trinta anos de mandato, foram apenas cinco projetos transformados em norma jurídica, ou seja, apenas cinco propostas validadas pela Câmara⁹⁷.

A inexpressividade da atuação também se reflete nos partidos, sem qualquer adesão partidária, sendo que ao longo da atuação no legislativo na câmara do Rio de Janeiro e no Congresso, passou por ao menos quatro partidos: PDC, PPR, PPB e PP (BOLSONARO, 2019), siglas sucessoras do antigo partido de sustentação política da Ditadura Militar, o Arena. Se a atuação parlamentar é pouco expressiva, a atuação como polemista, por outro lado, é o que abriu espaço pra angariar apoio até a

⁹⁷https://www.camara.leg.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autor=0&ideCadastro=74847&Limite=N&tipoProp=2

presidência com um discurso antissistema (apesar a atuação na política institucionalizada por mais de três décadas até aquele momento), pró-armamentista, com discurso racista, homofóbico, machista, misógino, liberal e a favor de um Estado Mínimo que privilegie o capital.

Tais elementos, em um contexto de polarização política e de medo da retomada do governo petista, foi um terreno fértil para o que Singer (2021) destacará como a reativação da direita no país. Segundo o cientista político, há um “adormecimento das predisposições conservadoras” no país com a eleição de Lula. Segundo Singer (2021), o realinhamento ocorreria em 2006, quando ocorre uma maior proximidade nas eleições da população de menor renda próximo ao candidato petista, enquanto a “classe média em torno do PSDB, teria contribuído para desarmar o conservadorismo popular”.

Contudo, este conservadorismo começa a sair do estado de latência a partir de 2014, fomentada em um contexto das manifestações de junho de 2013, da contração do ciclo econômico em 2015 e da ação midiática da Lava Jato, “cabendo ao extremista Jair Bolsonaro reativá-las por meio de intensa radicalização ideológica. A polarização exacerbada garantiu, além do mais, uma espécie de soldagem “automática” da centro-direita à direita, permitindo a Bolsonaro vencer o segundo turno de 2018 sem negociar” (SINGER, 2021). Antes mesmo de se eleger, Bolsonaro já divulgava como principal trunfo no plano econômico a nomeação do economista Paulo Guedes⁹⁸ para a chefia de um superministério que agruparia funções outrora ocupados pelas pastas da Fazenda, Planejamento e Orçamento, Gestão e Inovação dos Serviços Públicos, e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Sob a orientação de Paulo Guedes na economia, a cantilena do neoliberalismo foi retomada como propostas de reformas estruturais na economia e em áreas sociais, usando como discurso o pressuposto da

⁹⁸ Nascido em 24 de agosto de 1949 no Rio de Janeiro, Paulo Roberto Nunes Guedes é graduado em Ciência Econômica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com mestrado realizado pela Fundação Getúlio Vargas, e doutorado realizado em 1979 pela Universidade de Chicago. Foi professor da Universidade do Chile. Estas duas informações são fundamentais pois destacam um perfil de formação intelectual dentro de duas instituições com clássica formação do pensamento neoliberal. Sobretudo na Universidade de Chicago. A Escola de Chicago, corrente de pensamento liberal econômico com a primazia do livre mercado e promoção do Estado Mínimo, é encabeçada por professores da Universidade de Chicago, dentre os quais George Stigler e Milton Friedman. Empresário do mercado financeiro, foi chefe executivo e sócio do Banco Pactual, e um dos fundadores do Instituto Millenium, instituição focada na disseminação do pensamento neoliberal (FRAZÃO, 2023)

modernização da economia para garantia de emprego. No campo do direito e segurança do trabalhador, por exemplo, antes mesmo de assumir a presidência, em dezembro de 2018, em entrevista ao Valor Econômico, Bolsonaro já anunciava a tônica da sua gestão, em que o trabalhador deveria escolher entre ter mais direitos ou ter emprego (ARAÚJO, 2018). É neste governo que é retomada a proposta da Reforma da Previdência, tanto debatida e desgastada ao longo do governo de Michel Temer. No governo Bolsonaro, Guedes apostou na apresentação da PEC logo no começo do gesto, com o objetivo de aproveitar a aprovação do governo na opinião pública, rescaldo da eleição recém vencida, bem como aproveitar a empolgação de um dos congressos mais conservador das últimas quatro décadas (QUEIROZ, 2018).

Com isso, em 20 de fevereiro de 2019, o poder executivo envia à Câmara a Proposta de Emenda à Constituição 06/2019, que “Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências” (CÂMARA, 2019). A PEC tramita em tempo acelerado, passando pela casa e pelo Senado em poucos meses, sendo sancionada como Emenda Constitucional 103/2019 em novembro de 2019.

Com a defesa de que a PEC promoveria um reequilíbrio das contas públicas a garantiria sustentabilidade para a previdência, a reforma escondia em seu texto base composto por mais de 60 artigos de ajustes de conteúdos da constituição que ameaçavam “substituir os princípios de solidariedade, universalidade e provimento público de proteção social, que hoje alicerçam o sistema, por princípios baseados no individualismo, na focalização das políticas públicas e na privatização da previdência” (DIEESE, 2019b).

Dentre as medidas aprovadas na Reforma da Previdência, destacam a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição, a mudança da idade mínima, que se mantém em 65 para os homens, já na alteração realizada anteriormente, mas que prejudica agora para as mulheres, que passa de 60 para 62 anos. Outro ponto é o teto das alíquotas pagas tanto pelos trabalhadores da iniciativa privada quanto para os servidores. Antes da reforma, o teto variava entre 11% para os funcionários da iniciativa privada e 11 % para o setor público. Com a reforma, o teto passa até 11,68% para a iniciativa privada e 16,79% para servidores. A reforma reduz o valor da aposentadoria por incapacidade, o valor da pensão por morte também foi reduzido.

Uma das propostas iniciais, que dialoga de forma direta com a postura neoliberal, é a adoção de um sistema de capitalização individual privatizado, como é

realizado no Chile, e como vimos também divulgado e defendido em editoriais da Gazeta do Povo tanto na era Francisco Cunha Pereira Filho quando na gestão Guilherme Döring Cunha Pereira. Isso faria cair por terra o princípio da solidariedade. Assim, o “sistema de contas individuais e mantidas por entidades privadas cria terreno propício para a transferência da gestão da Previdência Social a bancos e seguradoras, ou seja, para a privatização dessa política social” (DIEESE, 2019b). Se o discurso era de modernização das regras previdenciárias e garantia da durabilidade dos proventos e da saúde financeira nas aposentadorias, as medidas nada avançou em regra que tornasse o sistema sustentável. Assim, como destaca Emke (2019), é o “rei mercado” que é atendido com a economia de quase R\$ 1 trilhão.

Considerando que a PEC da reforma da previdência de Temer perdeu força em 2018, mesmo ano da eleição que colocou Bolsonaro no Palácio do Planalto, a pauta ainda estava quente no Congresso e retoma como promessa do novo governo, já sendo incluído nos primeiros editoriais do novo mandato. Nem bem retirou a faixa presidencial recebida de Temer um dia antes na rampa do planalto, já estaria na ponta da caneta de Guilherme Döring Cunha Pereira, juntamente com o seu superministro da Economia, Paulo Guedes, como um “salve” de boas-vindas para o governo. Os neoliberais se reconhecem na prática e no discurso. No editorial intitulado “Um bom início para Bolsonaro e Paulo Guedes”, de 2 de janeiro de 2019 (GAZETA D POVO, 2019a), algumas palavras-chave do jargão neoliberal voltam a ocupar o espaço de opinião do jornal em defesa de um Estado Mínimo. Dentre ela, podemos destacar “desregulamentação”, que desde o Consenso de Washington ocupa uma das estrelas da bandeira do neoliberalismo, juntamente com “privatização”, “redução do peso do Estado”, dentre outros, conforme foi percebido ao longo dos editoriais da era Francisco Cunha Pereira Filho no jornal Gazeta do Povo, e perpetuado na nova liderança do clã Cunha Pereira sobre a batuta de Guilherme Cunha Pereira. Segue trecho selecionado para análise:

A desregulamentação, outra prioridade das medidas que virão nos próximos dias, é parte do cumprimento de uma das plataformas de campanha de Bolsonaro, de “tirar o Estado de cima de quem produz”. A burocracia construída ao longo de décadas parte do princípio de que o empresário é sempre um vilão à procura de todos os meios possíveis para defraudar seus empregados e o governo, e por isso é preciso que ele reporte todos os seus passos ao Estado. A expressão “red tape”, usada nos países de língua inglesa para descrever a hiper-regulamentação, é mais que adequada: apesar de

sua origem ser a fita usada para amarrar as regras propriamente ditas, quem fica realmente amarrado é o setor produtivo, do microempresário às grandes corporações. Incentivar a autodeclaração e combater a “República cartorial” são os primeiros passos para que a relação entre governo e empresas seja, finalmente, regida pela confiança mútua. (GAZETA DO POVO, 2019a)

Estes elementos do discurso neoliberal, cujas categorias foram orientadas a partir das leituras empreendidas para a presente pesquisa (FOUCAULT, 2022; BOURDIEU, 1998, 2006; HARVEY, 2011; HAN, 2018) podem ser percebidos neste editorial na medida que invoca o elemento do discurso neoliberal Estado Mínimo, no momento em que pressiona para uma visão negativa da atuação do Estado, como um ente que prejudica ou impede a atuação do capital. Da mesma medida, percebe-se a invocação do elemento da Lógica da Eficiência, ao reforçar o “peso” do governo não apenas pela sua interferência, mas sugerindo sua ineficácia. Ainda com base nas categorizações dos elementos do discurso neoliberal, percebe-se o uso do recurso de Predominância do Elemento Econômico, ao apontar a primazia do capital diante das ações do Estado, que o estaria prejudicando com a regulamentação.

O governo Bolsonaro foi permeado de contradições, sendo uma delas uma tentativa de amálgama entre a postura econômica, focada no liberalismo e na proteção acentuada dos interesses do capital, e nos costumes, em que o conservadorismo fizesse se manifestar em pautas de comportamento, religiosos etc. A ótica do “liberal na economia e conservador nos costumes” (SILVA, 2021), foi ampla e repetidamente abordada ao longo de todo o governo, e elemento central de uma polarização que marcava a retórica de Bolsonaro, a partir dos ensinamentos do guru desta retomada conservadora (SINGER, 2021), o ideólogo Olavo de Carvalho⁹⁹. Neste contexto, o jornal Gazeta do Povo torna-se uma das principais ferramentas de

⁹⁹ Natural de Campinas, em 29 de abril de 1947, Olavo Luiz Pimentel de Carvalho foi escritor, ex-colunista de jornais como Folha de S.Paulo, O Globo, e Revista Bravo. Iniciou os estudos em filosofia na PUC do Rio de Janeiro, mas não chegou a concluir. Em 2005 muda-se do Brasil para os Estados Unidos, em Virgínia. A partir de um curso online de filosofia e de vídeos nas redes sociais inicia uma atividade de influenciador digital promovendo discurso de ódio e teorias conspiratórias. Polemista, torna-se um dos principais ideólogos de uma extrema-direita que chega ao poder junto com Bolsonaro na presidência do país, desempenhando forte influência ideológica no governo, inclusive com ex-alunos do seu curso de filosofia ocupando cargos no primeiro escalão do governo, como o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e os ex-ministros da educação Abraham Weintraub e Ricardo Vélez Rodrigues (FRAZÃO, 2022).

propagação dos discursos desta vertente do governo, com forte postura conservadora sobretudo em pautas como identidade de gênero, educação, aborto etc, como destaca o jornal em 2017, quando publica uma série de textos escancarando sua posição conservadora sobre a sociedade (2017n). O instrumentalismo que Guilherme Cunha Pereira faz do editorial do jornal, à serviço dos ideias que resumem o Governo Bolsonaro, ficam parcialmente (pois não são todos explicitados no mesmo texto) claros no editorial “A carta de intenções de Bolsonaro e seus”, publicado em 5 de janeiro e 2019 (GAZETA DO POVO, 2019b), em que destaca que o desafio da Reforma da Previdência e as pautas econômicas são parte das bandeiras que devem ser aplicadas pelo governo.

O elemento do discurso neoliberal da Predominância do Elemento Econômico é invocado como solução para o futuro econômico do país. A reforma no sistema previdenciário é novamente envolvido a uma retórica de solução para uma solvência do país, pois, sem a reforma, “mais cedo ou mais tarde o governo não terá dinheiro para mais nada”, ou seja, a aposentadoria do trabalhador pesa o Estado, que pesa o capital. Contudo, outros aspectos são postos à mesa, como “combate à criminalidade e à ideologização do ensino, a promoção da vida e da família, o fim da subserviência ideológica e da cumplicidade com ditaduras nas relações internacionais” (GAZETA DO POVO 2019b).

Considerando o intervalo de tempo de tramitação da PEC no Congresso, e o total de editoriais publicados na Gazeta do Povo, percebe-se a centralidade ou importância do tema para o jornal neste período. Em 7 de janeiro, ainda sem uma proposta do governo para a reforma, o jornal começa construir o enredo da defesa da reforma, resgatando parte do discurso já operado nos anos anteriores, na tentativa de reforma do governo Temer. Ao longo do editorial “Previdência, o primeiro grande desafio de Bolsonaro” (GAZETA DO POVO, 2019c), Guilherme Cunha Pereira quase gabarita a tabela de categorias dos elementos do discurso neoliberal, apresentando o leque de argumentos que integram a retórica pelo desmonte da previdência. O modo ideológico presente, a partir de Thomson (2009), é o da Legitimação pelo uso de estratégias de racionalidade ao destacar primeiro um quadro de falência e de desastre na previdência, resultante de má gestão, da ineficácia do modelo e do envelhecimento da população, e posteriormente passa para a apresentação do que considera como solução, os pilares para um plano de redução de direitos dos beneficiários, tornando mais difícil o acesso à aposentadoria, como segue o trecho selecionado do editorial:

O Brasil envelheceu antes de enriquecer, e em breve não haverá mais força de trabalho suficientemente numerosa para bancar as aposentadorias, no sistema atual, baseado na “solidariedade entre gerações”. E o pilar da Previdência pode ser dividido em vários “subpilares”, como a implantação de uma idade mínima para a aposentadoria, a igualdade de regras para o setor público e setor privado, e regras de transição para quem já está na força de trabalho. Uma genuína reforma tem de passar por esses três aspectos, que foram contemplados no projeto elaborado pelo governo Michel Temer e que já foi aprovado em comissão especial na Câmara dos Deputados[...] O segundo grande desafio do presidente é vencer a batalha da comunicação. A esquerda soube desconstruir a reforma de Temer com uma forte e eficaz campanha de desinformação baseada em chavões segundo os quais o presidente iria “acabar com a aposentadoria” e fazer o brasileiro “trabalhar até morrer” – quando, na verdade, o fim da aposentadoria virá se não for feita reforma alguma, levando a Previdência ao colapso. [...] A reforma tem de ser apresentada já com um plano de comunicação bem elaborado, e os responsáveis por isso precisam estudar todo arsenal que foi usado contra a reforma de Temer, para ter as respostas prontas. [...] Mas, independentemente da escolha, a reforma terá de ser abrangente e cortar privilégios – do contrário, será preciso fazer novas correções no curto e médio prazo; e terá de ser muito bem explicada à população, para evitar que uma rejeição infundada desperte oportunismos nocivos no Congresso Nacional. (GAZETA DO POVO, 2019c)

Ao longo do trecho, percebe-se a retomada da “batalha” da previdência, ou seja, da retórica do confronto, entre os inimigos da população que não querem a reforma e que devem ser vencidos, e aqueles que defendem a reforma. Além da forma da construção narrativa, percebe-se esta postura no uso de palavras-chave que remetem a tais cenários de guerra, como por exemplo em “precisam estudar todo arsenal”, como um conjunto de munições e armas para expurgar o outro (THOMPSON, 2009).

Em 30 de janeiro de 2019, já com um mês de governo, o editorial da Gazeta do Povo pressiona a opinião pública para que a cobrança seja por uma reforma “dura”, ou seja, que a profundidade dos impactos para os trabalhadores seja ampla e profunda. Um dos pontos de retirada de direitos claramente evidenciados no editorial é o estabelecimento de uma idade mínima, não permitindo ao trabalhador uma aposentadoria por tempo de contribuição, medida já defendida por Francisco Cunha Pereira Filho, na década de 1990, quando nos editoriais pela reforma da previdência criticava o que considerava como aposentadoria precoce que prejudicava o capital ao retirar a mão de obra ainda operável do mercado. Décadas depois, a postura retórica

se mantém na unidade do discurso neoliberal na manifestação familiar. Assim, como aponta o editorial, a “reforma tem de ser abrangente e não pode ser suave a ponto de exigir novos ajustes em um futuro próximo. Entre os itens-chave está a idade mínima para pleitear a aposentadoria. Amenizar esses números pode anular o impacto positivo da reforma para as contas públicas” (GAZETA DO POVO, 2019d). Aqui, o elemento do discurso neoliberal da Redução da Proteção Social é invocado em parceria com do Estado Neoliberal como promotor de medidas que privilegie o capital em detrimento ao trabalhador, lembrando que na ótica neoliberal, o sacrifício é do cidadão, e não do mercado, como se percebe no trecho do editorial do jornal em que destaca que “todos os brasileiros serão chamados a dar sua conta de sacrifício para que o país possa voltar a ter recursos para investir” (GAZETA DO POVO, 2019d), investimento este que alimenta o capital. A ótica de um país que precisa se modernizar, reduzindo as áreas de atuação do Estado e privilegiando a autonomia irrestrita do mercado é assumido pelo jornal no editorial “As sete reformas”, publicado em 11 de fevereiro de 2019:

[...] atual momento indica que o país está maduro para levar adiante reformas importantes, sem as quais não conseguirá ter crescimento econômico, desenvolvimento social e êxito na superação da pobreza. O quadro geral da economia brasileira e a situação de deterioração acelerada das finanças do setor público consolidado – que inclui municípios, estados, União e empresas estatais – andam tão precários e caminhando para caos que boa parcela da população já compreendeu que as reformas são necessárias. Entre as muitas variáveis importantes que por si demonstram serem várias as reformas necessárias, três se destacam: a precária e insuficiente infraestrutura física, a falência financeira de quase todos os entes estatais e o aumento da expectativa de vida da população – que já passa dos 75 anos [...] O mais importante, porém, é que as reformas atendam aos interesses do país e sejam capazes de recolocar a economia no rumo do crescimento e consertar o rombo financeiro do setor estatal. (GAZETA DO POVO, 2019e)

Junto ao discurso da modernização do país, percebe-se a crítica explícita às estatais como promotoras de crises financeiras resultante da ineficiência do Estado em gerir algo que, pelo discurso neoliberal, deveria constar dentro das atribuições da iniciativa privada. Assim, de forma velada, o que se identifica é a retomada da pauta da privatização, algo que de fato é assumido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, dentro de um plano de desestatização que buscará (sem muito sucesso) promover o Estado Mínimo.

Se a aprovação da reforma é assumida pela Gazeta do Povo como uma bandeira de defesa em um cenário de guerra, era de se esperar que buscaria personificar o adversário. No editorial “Previdência, corporativismo e desinformação” (GAZETA DO POVO, 2019f), de 15 de fevereiro de 2019, Guilherme Cunha Pereira resgata da década de 1990, dos editoriais de seu pai, Francisco Cunha Pereira, o funcionalismo público como agente que prejudica o país a partir do corporativismo e privilégios, ou seja, os Marajá da campanha de Collor. Assim:

“vozes discordantes começam a se fazer ouvir, especialmente dentro das classes que hoje têm as regras menos restritivas ou para a obtenção da aposentadoria, ou no cálculo do valor do benefício. É o caso do funcionalismo público federal, que já iniciou a pressão sobre os parlamentares antes mesmo do início da nova legislatura, recebendo deputados e senadores com faixas no Aeroporto Internacional de Brasília no fim de janeiro. Alguns dos argumentos ou usam de falácias, ou apelam para a emotividade na tentativa de conseguir algum compromisso dos políticos [...] Outro dos slogans usados para pressionar os parlamentares diz que “o servidor público não é o vilão”, como se a sociedade estivesse à procura de um bode expiatório para esfolar, e tivesse encontrado essa figura no funcionário público. Ora, não se trata de promover nenhuma caça às bruxas, mas de reconhecer o óbvio: que o funcionalismo civil federal (os servidores estaduais e municipais têm regimes próprios de previdência, bancados pelos governos locais), embora represente apenas 2% dos beneficiários, responde por pouco mais de 15% do déficit total; e os militares, que são pouco mais de 1% dos beneficiários, respondem por outros 15%. Há uma desproporção evidente que só pode ser corrigida mediante regras mais igualitárias na reforma da Previdência. [...] em mente o festival de desinformação visto durante o mandato de Michel Temer, em que se afirmava que o governo iria “acabar com a aposentadoria” e “fazer o brasileiro trabalhar até morrer”. Considerando que o sistema atual está condenado à insolvência, o “fim da aposentadoria” e a necessidade de “trabalhar até morrer” são, sim, o que aguarda o brasileiro – caso a reforma não seja feita. (GAZETA DO POVO, 2019f)

O modo de ideologia empregado de Fragmentação a partir das estratégias típicas da construção simbólicas de Diferenciação (servidores corporativistas que defendem seus privilégios) e do Expurgo do Outro (redução do Estado, e conseqüentemente, perda de força ou extinção da categoria) (THOMSON, 2009), vai se acentuando na medida que o contexto político também reforça a polarização. Nesta polarização, o jornal declara uma postura e uma posição dentro de um cenário dicotomizado. Como já destacado aqui, Guilherme Cunha Pereira declara esta proposta da Gazeta do Povo como modelo de negócio, delimitando suas defesas e

convicções, e optando por reforça a visão de mundo de uma parcela da sociedade. Ou seja, declara-se como “somos liberais em termos sociopolíticos e econômicos e mais conservadores em termos de comportamento, em termos de preservação da família, da vida e uma série de ideias. Nós achamos que é o posicionamento de boa parte dos brasileiros” (DI FRANCO, 2021). No Brasil, sobretudo por estratégia de sobrevivência, os jornais ao longo do século XX e começo do século XXI opta por se colocar como isento, em uma suposta possibilidade de não expressar sua visão, ao menos não de forma estampada nas capas. Em parte, isso faz com que tenha menos conflitos com a amplitude de público que pode ter. Ao fazer uma opção de público, o jornal Gazeta do Povo faz uma opção de bandeira e de posicionamento, e com isso, não se acanha em escancarar suas convicções no plano econômico e no comportamento. Este é um ponto de distanciamento entre a era Francisco Cunha Pereira Filho e Guilherme Cunha Pereira, não necessariamente por diferenças ideológicas, mas por diferenças de modelo de gestão e de contexto.

Na reforma da previdência, o discurso neoliberal a partir de elementos como Redução da Proteção Social, é colocado em pauta pelo jornal na editoria “Uma reforma da previdência abrangente e necessária” (GAZETA DO POVO, 2019g), de 20 de fevereiro, em que alega que é necessária a igualdade de idade para aposentadoria para homens e mulheres (ignorando a tripla jornada que muitas mulheres desempenham diante da carga de trabalho diária). Como destaca o jornal, “é muito bem-vinda a unificação das idades mínimas para aposentadoria – 65 anos para homens e 62 para as mulheres [...] E especialmente preocupante é a ausência de detalhes sobre o modelo de capitalização, em que a aposentadoria do trabalhador é bancada pelas contribuições que ele mesmo fez ao longo da vida profissional”. (GAZETA DO POVO 2019g). Interessante perceber a forma como o jornal se manifesta diante de alguns tipos de grupos. No caso dos sindicalistas e dos servidores públicos, percebemos nos editoriais anteriores uma postura de ataque e de contraposição. Ou seja, ambos, sindicatos e servidores, nas leituras dos editoriais da Gazeta do Povo, são categorias ou grupos privilegiados cujos interesses prejudicam o Estado e o Capital. Esta mesma postura, contudo, não se dá na mesma agressividade quando quem busca um corporativismo na tramitação da PEC da Reforma é um grupo que integra a elite, como o caso dos ruralistas, cuja bancada no Congresso representa os interesses dos latifundiários e produtores de commodities, ou ainda partidos de direita, cujas pautas estão alinhadas às do jornal, conforme podemos observar no trecho do

editorial “A reforma da previdência já está sendo retalhada”(GAZETA DO POVO, 2019h), publicada em 2 de março de 2019:

E, ainda que o projeto tenha sido desenhado com alguns trechos mais “descartáveis” ou que podem sofrer alterações sem prejudicar a essência da reforma e seu impacto nos cofres públicos, o governo talvez esteja mostrando suas cartas cedo demais. A bancada ruralista, que inclui quase 40% da Câmara dos Deputados, já declarou apoio à proposta, mas também disse estar interessada em negociar aspectos da aposentadoria rural. Outro partido, o Podemos, defendeu uma idade mínima mais baixa para que as mulheres possam se aposentar – a proposta de Bolsonaro é de 62 anos. [...] A tramitação da reforma da Previdência não é um jogo de pôquer, em que os participantes já têm de mostrar toda a sua mão após algumas poucas rodadas. É uma partida de xadrez, em que sacrificar peças logo nos primeiros movimentos só se justifica para conseguir logo o xeque-mate; do contrário, o jogador passará a partida toda em desvantagem, se defendendo para não perder ainda mais espaço e material para o oponente. Ao mostrar tão cedo onde está disposto a ceder, em vez de simplesmente dizer que está atento às demandas e que irá analisá-las caso a caso, para estimar seu impacto, o governo entrega sua estratégia logo no início da partida. Mas ainda há tempo de rever os planos para jogar com mais inteligência e conseguir a vitória. (GAZETA DO POVO, 2019h).

Os direitos do trabalhadores, a vida de milhares de brasileiros que contribuem diariamente para a composição da previdência para suas aposentadorias, os idosos e deficientes beneficiários de um salário mínimo pelo BPC pela impossibilidade de trabalharem ou se manter uma renda, usuários do sistema de apoio pela saúde e mais uma série de assistidos pela Seguridade Social em uma política essencial do Estado de Bem-Estar Social têm suas histórias, humanidades reduzidas a uma interpretação da dinâmica política a um jogo de Poker ou um jogo de Xadrez com tendência aos interesses de lobistas e de partidos que atendem o capital. No fim, “conseguir a vitória”, é alcançar uma reforma que não seja “retalhada”, ou seja, que mantenha em grande parte as previsões iniciais da PEC para Redução da Proteção Social, sobretudo quando estas concessões, como as “alterações em regras como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a aposentadoria rural e o novo tempo mínimo de contribuição diminuirão o impacto da reforma nas contas públicas” (GAZETA DO POVO, 2019i). De acordo com Guilherme Cunha Pereira, a partir dos editoriais do seu jornal, as medidas modernas de eficiência na gestão do Estado, que promoveria uma liberdade do indivíduo em definir seu futuro e seus recursos, não são aprovadas pela pressão de grupos que se alimentam dos privilégios que receberam.

Oras, neste aspecto, a reforma da previdência, vista pelo jornal como uma tábua de salvação para o país, que pode afundar suas contas pelo que chama de rombo da previdência, só não é aprovada pois tem resistência de quem se privilegia. Assim, as “sociedades modernas são sistemas sofisticados e complexos, que funcionam sob estruturas rígidas de difícil modificação, seja por serem grandes demais ou por terem gerado interesses ou privilégios cujos grupos benefícios rejeitam as mudanças” (GAZETA DO POVO, 2019j). A retórica do jornal não é pela percepção dos trabalhadores sobre os impactos que eles sofrerão diante de uma mudança drástica na aposentadoria, mas sim que existem forças contrárias, que precisam ser combatidas, lógica de guerra e de confronto operada diversas vezes pelo jornal. “Só que agora, tudo indica que a sociedade compreendeu que o sistema está falido e, se não mudar, está fadado a tornar-se um peso financeiro para toda a população e virar um inibidor do crescimento econômico” (GAZETA DO POVO, 2019j). Aqui, fica evidente que o que está em jogo, não é a garantia dos direitos, mas a possibilidade de a previdência prejudicar o capital, ou seja, em inibir o “crescimento econômico”. Para isso, é preciso trabalhar e recolher mais, conforme indica o jornal:

Em geral, um bom sistema de previdência deve cumprir pelo menos três funções: conceder aposentadorias dignas, atingir todos os trabalhadores, mobilizar recursos para o desenvolvimento nacional. [...] Atualmente, há aposentados que pararam de trabalhar aos 47 anos, após 30 anos de trabalho, e já estão recebendo aposentadoria há mais de três décadas. Ou seja, se isso continuasse o Brasil teria em breve uma legião de pessoas cujo tempo de aposentadoria seria maior do que todo o tempo de sua vida antes de se aposentar. Em nenhum lugar do mundo, sob nenhum argumento, uma pessoa pode se aposentar com 47 anos e viver outros 47 recebendo aposentadoria da sociedade. Ainda que o número de aposentados nessas circunstâncias seja pequeno, embora muitos de salários elevados, esse fato revela a insanidade lógica e moral de um sistema que permite tal coisa. (GAZETA DO POVO, 2019j).

Fundamental reforçar o uso do padrão de manipulação preconizado por Abramo (2016) relativo ao Padrão de Inversão, partir de suas estratégias, sendo uma delas a do Frasismo, como forma de usar jargões para esconder o contexto real do discurso, e em segundo aspecto pela Inversão da Relevância dos Aspectos, em que puxa um caso específico e secundário para indicá-lo como foco e justificativa da reforma. No uso da alegoria do confronto, em que os defensores das medidas neoliberais da reforma da previdência estão em guerra aberta contra aqueles que

buscam prejudicar os investimentos do Estado e o capital, o jornal usa a retórica do apoio popular como forma de criar um cenário em que quem está contra a reforma da previdência, está contra o povo. Agora já não é mais o capital que quer a reforma, mas sim o povo, como emprega o jornal no editorial “O povo pede a reformas”, publicado em 28 de maio de 2019, em:

No domingo, dia 26, centenas de milhares de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro foram às ruas de mais de 150 cidades em todos os estados e no Distrito. [...] Mas o brasileiro foi além disso: ele tomou uma postura ativa, indo às ruas pedir a mudança, colocando o interesse do país acima do interesse pessoal imediato – e dizemos “imediato” porque bem sabemos que só a reforma da Previdência pode garantir que os trabalhadores de hoje possam receber uma aposentadoria no futuro, em vez de encontrar um país falido. É possível que estejamos diante de um aumento na conscientização sobre a importância da reforma; mesmo que regras de transição e outras informações não estejam na ponta da língua dos apoiadores do governo, a noção de que ela é necessária para que o Brasil não quebre é suficientemente simples para que seja compreendida por qualquer cidadão. (GAZETA DO POVO, 2019k).

A convocação do povo como integrante do seu exército na guerra pela reforma, é a invocação do modo de ideologia de Fragmentação (THOMPSON, 2009) tanto pela estratégia típica de construção simbólica pela diferenciação, quanto pelo expurgo do outro, daquele que deve ser combatido e vendi para que os interesses das elites sejam atendidos. Nesta luta, se o Estado não encampa as medidas de ajuste, o povo segue para as ruas conclamando, é o que aponta o jornal. A contradição presente de forma explícita no editorial, de indicar que o povo pede a reforma, mesmo que o conhecimento sobre o que a reforma ataca esteja “na ponta da língua dos apoiadores do governo” (GAZETA DO POVO, 2019k). Mesmo que a perda de direitos não seja de claro conhecimento, e mesmo que nem saibam que estes direitos a serem retirados não é da classe política, do governo ou ainda da elite. Para o jornal, o povo deve aceitar. Assim, a reforma “exigirá sacrifícios de praticamente todos os brasileiros. Seria compreensível que a população, diante desses dois fatos, simplesmente se resignasse ao destino inevitável de ter de trabalhar por mais alguns anos, ou de não conseguir ter uma aposentadoria nos valores desejados” (GAZETA DO POVO, 2019k).

O recurso discursivo do achaque aos direitos sem qualquer forma de resistência conforme o presidente já tinha anunciado antes de sentar na cadeira no

Palácio do Planalto, de que o trabalhador deveria escolher entre ter mais direitos ou ter emprego (ARAÚJO, 2018). O sacrifício do povo, defende. Gazeta do Povo, é importante para que o Estado não prejudique a acumulação integral do capital, ou seja, como afirmado no trecho que selecionamos do editorial “A greve geral e o desejo de fazer o país parar”, de 16 de junho e 2019 (GAZETA DO POVO, 2019l), em uma explícita invocação do Predomínio do Elemento Econômico, da primazia do capital, da Redução da Proteção Social, o “cidadão está percebendo que, apesar dos sacrifícios que a reforma exige, ela é essencial para que o Brasil tenha um futuro e para que os brasileiros tenham, mais adiante, a possibilidade de uma aposentadoria; para que o Estado recupere a capacidade de investimentos e não tenha de asfixiar o setor privado, o verdadeiro motor da economia e gerador de empregos” (GAZETA DO POVO, 2019l).

O inimigo, a vitória, a batalha continuam sendo recursos primordiais na retórica do jornal para construir discursivamente um cenário de libertação do povo pela aprovação da reforma. Ao longo dos editoriais, percebemos a construção de uma narrativa em que jornal defende os interesses do povo, que quer a reforma da previdência, que é a chave para salvar o país da falência. E as forças contrárias (as vezes forças não nominadas, como forças ocultas que operam no obscurantismo para afundar o país), desejam o oposto. Estes recursos são invocados pelo jornal em editoriais seguidos próximos à aprovação da reforma, não apenas desenhando um inimigo as vezes sem face, e as vezes delineados com as entidades sindicais e os servidores, mas também usando como um instrumento de ameaça aos parlamentares, principais agentes no debate e aprovação da medida. No editorial “Os adversários da reforma da previdência não descansam” (GAZETA DO POVO, 2019m), o jornal se apropria dos elementos do discurso neoliberal da Lógica da Eficiência e da Predominância do Elemento Econômico para forçar uma pressão ao Congresso, jogando com a preocupação recorrente que os parlamentares tem com a opinião pública e a consequência disso para a sua performance nas urnas de quatro em quatro anos. Desta forma, aponta o jornal:

É preciso lembrar que, no estado atual das contas públicas, quando se fala na “economia” que a reforma proporcionará, não estamos nos referindo a dinheiro que o governo terá à disposição para usar em outras áreas, ou para reforçar suas reservas; trata-se, pura e simplesmente, de evitar que o governo tenha déficits ainda mais profundos, e que serão respondidos com mais endividamento ou com

o retorno da inflação por meio da impressão de moeda.[...] As forças que não desejam a reforma da Previdência, ou que buscam enfraquecer o texto, retirando-lhe a força que ajudará o Brasil a recuperar a saúde fiscal, são muitas e continuam ativas. Ao longo dos próximos dias, durante as discussões finais e, especialmente, durante a votação do texto e de eventuais destaques na Comissão Especial, o país saberá com quem realmente pode contar, quem está realmente trabalhando pelo Brasil, quem aposta no “quanto pior, melhor” – caso dos partidos de esquerda, que prometem obstruir a votação na Comissão Especial – e quem está usando a reforma apenas como plataforma para chantagear o governo, colocando preço em seu voto. (GAZETA DO POVO, 2019m)

Aprovada, a reforma da previdência seria o primeiro passo para medidas neoliberais mais duras, que passariam pela desregulamentação do trabalho, um plano de privatizações e redução do Estado, dentre outras medidas. Em “Os desafios das privatizações”, de 21 de julho de 2019 (GAZETA DO POVO, 2019r), o tema e o formato sem assemelham muito aos editoriais da década de 1990, que depositavam nas privatizações (iniciadas pela venda da Usiminas) como a forma de modernizar o país e torná-lo competitivo e eficaz. Desta vez, contudo, há um inimigo a ser combatido, na mesma estratégia discursiva empregada até aqui na defesa da reforma da previdência. Assim, como aponta o jornal, a “esquerda conseguiu, durante muitos anos, imprimir na população brasileira a ideia de que empresas estatais são “patrimônio do povo”, quando na verdade são patrimônio do Estado” (GAZETA DO POVO, 2019r). E o Estado, como já amplamente o jornal defendeu, deve repassar à iniciativa privada as empresas, pois “com algumas raras exceções, a manutenção de empresas estatais viola o princípio da sustentabilidade e atrofia o setor privado, o verdadeiro motor do desenvolvimento econômico de uma nação. Que as ideologias ultrapassadas e os interesses mesquinhos não frustrem esta nova frente que o governo quer abrir em direção a uma maior liberdade econômica no país” (GAZETA DO POVO, 2019r).

4.6 – JUNÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE DOS ELEMENTOS DO DISCURSO E SÍNTESE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

A cada leitura individualizada dos 90 editoriais que compõem o corpus de análise da presente tese, confrontamos os conteúdos à luz da metodologia da Análise

Crítica do Discurso observando as dinâmicas da tríade abordada por Fairclough (2019) no discurso, entendendo como tal o uso da linguagem como uma prática social e não somente uma manifestação individual, sendo que “implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”(FAIRCLOUGH, 2019). Inicialmente, a tríade parte da análise textual, para observar nas dinâmicas do texto elementos das estruturas linguísticas que nos auxiliasse na observação da construção dos modos simbólicos conforme observado por Thompson (2009).

As escolhas das palavras, os termos que dialogavam com o discurso neoliberal, a hipertextualidade que aprofundava um determinado tema explorando o texto dentro do texto foram perspectivas observadas em cada leitura de editorial. Da mesma, forma, partimos para as perspectivas de contexto, analisando a estrutura dentro de um cenário tanto a partir das categorias do discurso neoliberal, quanto das observações dos textos como manifestações de um local privilegiado de fala, relativo a uma classe, e relativo a um capital simbólico familiar. Por fim, partimos para uma percepção ampla do discurso como prática social, cuja análise se inicia na observação do conjunto dos editoriais, e da percepção da unidade do discurso.

Parte desta abordagem ampla do discurso como prática social na perspectiva de Fairclough (2019. p.107) se dará aqui também, na observação dos dados sintetizados, e na organização de linhas de atuação do discurso neoliberal manifestado no conjunto da obra do jornal Gazeta do Povo. Partimos do pressuposto de que há uma unidade deste discurso ao longo dos editoriais tanto na Gazeta do Povo de Francisco Cunha Pereira Filho, quanto da Gazeta do Povo de Guilherme Döring Cunha Pereira, com pouca variação de intensidade dos elementos do discurso. Conforme fomos observando os textos, identificamos os elementos do discurso neoliberal seguindo a tabela organizada com as categorias resultantes do mapeamento na literatura. Partimos de sete categorias que reúnem posturas discursivas e modos de operação da ideologia específicas no texto, sendo elas: Estado Neoliberal; Estado Mínimo; Lógica da Eficácia; Modernização; Predominância do Elemento Econômico; Redução da Proteção Social; Liberdade e Autonomia.

Desta forma, soma-se ao esforço de análise qualitativa um levantamento quantitativo que pode nos ajudar a compreender as dinâmicas e reincidências dos elementos do discurso neoliberal nos editoriais observados no jornal Gazeta do Povo

nos intervalos de tramitação das Propostas de Emendas à Constituição relativas à reforma da previdência. Considerando que em cada início de mapeamento dos editoriais que integram o corpus foi realizada uma introdução do contexto dos projetos, seguiremos diretamente para a apresentação dos dados quantitativos acerca do mapeamento dos elementos discursivos, para posterior aglutinação das observações sobre temas e modos de ideologia que demonstram a unidade do discurso neoliberal os editoriais da Gazeta do Povo ao longo das gestões de Francisco Cunha Pereira Filho e Guilherme Cunha Pereira. Passemos agora para observação dos dados de contagem dos elementos do discurso, iniciando pela leitura ampla ao longo dos anos.

TABELA 7 – QUADRO COM DADOS QUANTITATIVOS DO LEVANTAMENTO DOS ELEMENTOS DO DISCURSO NEOLIBERAL NOS EDITORIAIS DO JORNAL GAZETA DO POVO RELATIVOS À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

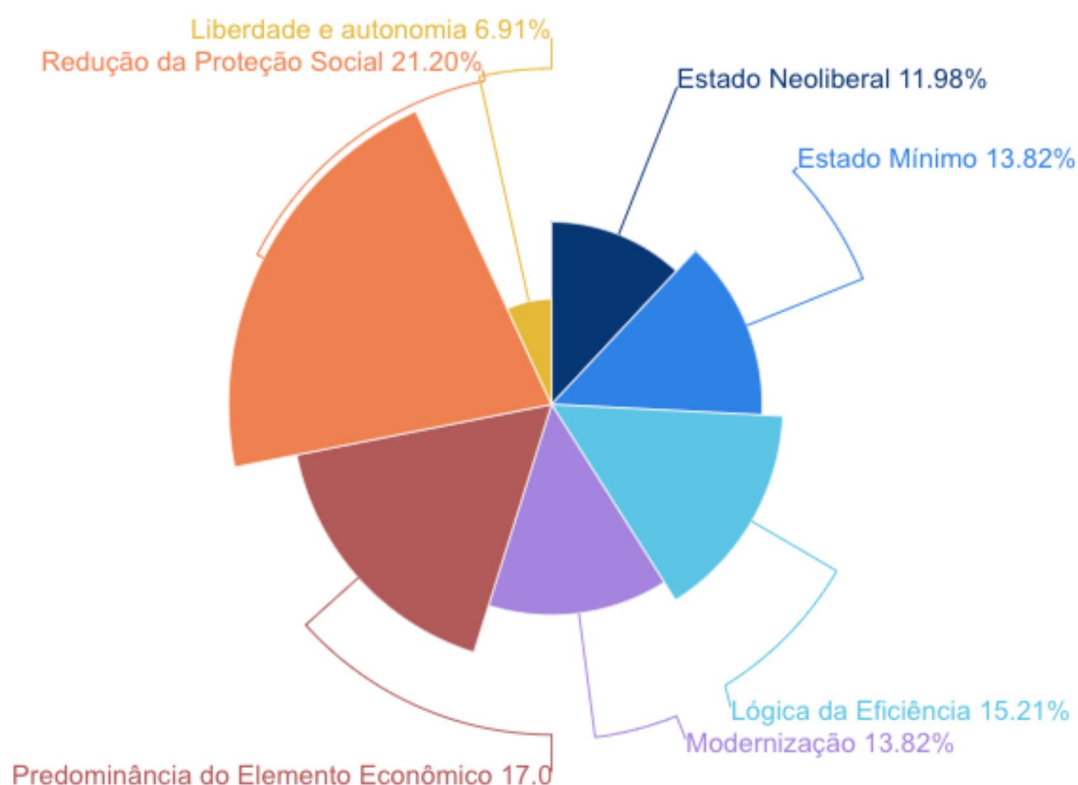
Projeto	Pres. GP	Estado Neoliberal	Estado Mínimo	Lógica da Eficiência	Moder nização	Predomi nância do Elemento Econômi co	Redução da Proteção Social	Liberd ade e auton omia
PEC 48/91	FCPF	5	12	7	6	6	12	3
PEC 33/95	FCPF	2	4	2	5	3	4	1
41/2003	FCPF	3	0	1	3	2	2	2
PEC 227/04	FCPF	1	1	0	2	1	1	0
PEC 287/18	GDCP	5	6	12	5	11	9	2
PEC 6/19	GDCP	10	7	11	9	14	18	7
	Total	26	30	33	30	37	46	15

Fonte: Autor (2023)

Na tabela 6, reunimos de forma sintética os dados agrupados por PEC e com o total, para dar uma dimensão da leitura ampla do que foi predominante em termos de elemento do discurso ao longo do tempo no conjunto dos editoriais. Para fins de orientação, identificamos em cada PEC quem era o presidente da Gazeta do Povo no período, indicado na tabela pelas iniciais, sendo FCPF para Francisco Cunha Pereira Filho, e GDCP para Guilherme Döring Cunha Pereira. Esclarecemos que tanto aqui na atual tabela, quanto nas demais que serão apresentadas sobre os dados dos elementos do discurso, bem como nos gráficos, os alinhamentos dos dados nas gestões de Francisco Cunha Pereira e de Guilherme Cunha Pereira não foram

abordados de forma a comparar uma maior ou menor subserviência ao capital ou instrumentalização do jornal para atender à lógica do mercado, mas sim como forma de observar as dinâmicas deste discurso, e perceber a mudança das estratégias de organização desde discurso.

FIGURA 10 – GRÁFICO INDICANDO VOLUME PROPORCIONAL DE MARCAÇÕES DOS ELEMENTOS DO DISCURSO NEOLIBERAL NOS EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO ACERCA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA



FONTE: autor (2023)

De forma geral, acompanhando a tabela, mas também o gráfico, a principal marcação que se percebe nos editoriais do jornal é o uso de recursos do texto e de intertextualidade para estabelecer alguma forma de defesa da Redução de Proteção Social. Da leitura que realizamos, e disposta nos subtítulos anteriores, percebemos que ao longo dos editoriais, tanto na gestão de Francisco Cunha Pereira quanto na de Guilherme Cunha Pereira, os direitos fundamentais sociais, conforme preconiza a Constituição, relativos à educação, trabalho, lazer, segurança, previdência, proteção

e assistência aos desamparados são percebidos pelo jornal como benesses, que influenciam no processo de concorrência em um cenário de livre mercado.

O que vem na sequência em termos de volume é a Predominância do Elemento Econômico, que foi verificado nos editoriais a partir de duas estratégias amplamente usadas para justificar as medidas neoliberais. Uma delas é pela forma retórica de privilegiar o capital com as medidas da reforma da previdência, tanto de forma explícita quanto implícita. Geralmente, quando esta estratégia foi empregada, percebia-se um uso em conjunto do ou do Estado Mínimo, buscando indicar que o capital é mais capaz de gerenciar os serviços que o Estado, ou ainda juntamente com a Redução de Proteção Social, considerado como benesses que prejudicam a dinâmica e liberdade do mercado. Uma segunda estratégia vista de Predominância do Elemento Econômico é pela predominância do Campo Econômico diante dos demais campos, como sociais e políticos, empregando o discurso econômico como pressuposto de verdade científica (BOURDIEU, 1998).

Na sequência, seguem com quase similaridade de reincidência os elementos Lógica da Eficiência, Estado Mínimo e Modernização. Em vários momentos foi possível perceber a invocação de forma conjunta dos elementos, na medida que as estratégias de justificativa e legitimação do discurso acerca de tais elementos se complementam ou são passíveis de serem interpretados como consequência. Ou seja, a partir da literatura, percebemos que a concorrência e performance individual se estabelece como regra primária para o capital dentro de um cenário neoliberal, de tal forma que alcança a abordagem do indivíduo como empreendedor de si mesmo. Neste caso, o Estado Mínimo, conforme percebemos nos editoriais da Gazeta do Povo nos dois períodos de presidência, é aquele que tem como função fiscalizar e garantir o bom funcionamento do mercado garantindo a liberdade e a segurança dos interesses do mercado, primar pela Segurança, Saúde e em parte, da Educação de Base.

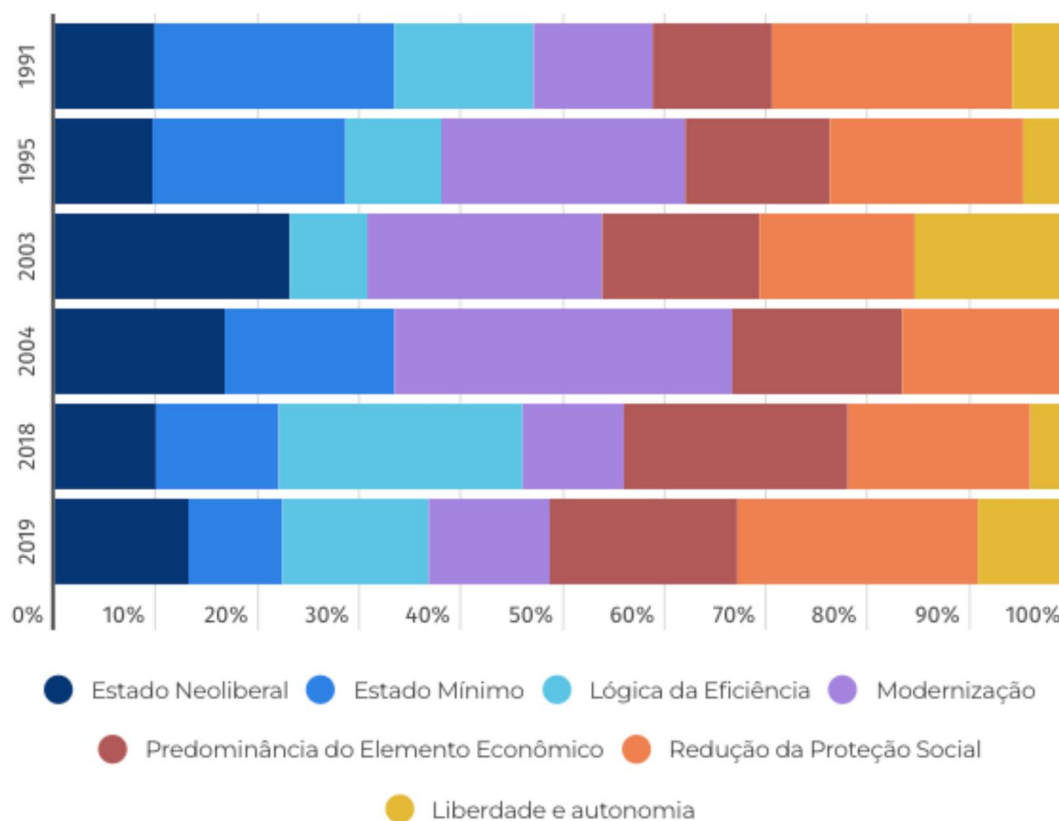
Com isso, ele consegue deixar o capital livre para explorar os demais serviços fundamentais para a sociedade, na mesma medida em que com menos atribuições, pode ampliar, na lógica neoliberal, e conseqüentemente do jornal, a sua performance, ou seja, sua Eficácia. No polo contrário, um Estado inchado, com muitas estatais, tende a ser ineficiente na sua gestão. Estas retóricas são recorrentes nos editoriais do jornal, reforçando a incapacidade de gerir, o que resulta em aumento do custo do Estado para os cidadãos. A promoção do Estado Mínimo, as privatizações e a

liberdade ao mercado são bandeiras de legitimação do que o jornal chama de Modernização. Aqui, a comparação com outros países ditos desenvolvidos é empregada como recursos para contrapor o que os editoriais qualificavam como uma gestão conservadora para uma moderna.

O processo de implantação das medidas que fomentam o neoliberalismo, conforme observado na literatura aqui explorada, demandam não apenas a dinâmica do capital, mas um Estado que promova, inicialmente, as ações de desmonte do Estado de Bem-Estar Social, bem como seja forte para garantir no plano político segurança para o mercado. Desta forma, percebe-se nos editoriais o uso do elemento do discurso do Estado Neoliberal, sobretudo na década de 1990, momento em que se iniciam com maior voracidade os planos e debate nacional acerca das privatizações, uma cobrança para que o Estado seja o encampador de tais medidas. Um Estado Moderno compreende que o mercado deve ser livre, e que deve deixar para a iniciativa privada a exploração de todo os serviços que não sejam de interesse de um Estado Mínimo. Da mesma forma como o Executivo nacional como um líder forte, que mantenha a robustez de uma proposta estrutural sem ceder para grupos de pressão, também são recursos retóricos usado, sobretudo nas PECs mais recentes, da era Guilherme Cunha Pereira, como forma de invocar implicitamente o discurso neoliberal.

Por fim, a individualidade e o uso de recursos do texto que tensionam o cidadão a se ver despido de uma participação de grupo, ou ainda a se contrapor, conforme os modos de operação da ideologia pela Fragmentação (THOMPSON, 2009), a partir das estratégias de construção simbólica da Diferenciação, quando opera o discurso como forma de segmentar a sociedade; ou do Expurgo do Outro, quando opera o discurso na lógica da guerra ou da batalha que precisa ser vencida a partir da derrota do outro. Percebe-se ainda na medida em que leva o trabalhador a questionar o princípio da solidariedade do regime da Previdência, indicado que ele deve se preocupar com a sua aposentadoria, e não com a forma como o sistema a partir da ótica de laços sociais é mantido.

FIGURA 11 – GRÁFICO DOS ELEMENTOS DO DISCURSO NEOLIBERAL NOS EDITORIAIS AGRUPADOS POR PEC



Fonte: Autor (2023)

Uma leitura ano a ano dos elementos podem revelar como o contexto pode pressionar para emprego de manifestações específicas do jornal ao longo das defesas das reformas da previdência. Observando as categorias e refletindo sobre as suas incidências é possível resgatar elementos do contexto indicados nos tópicos e análises individuais dos editoriais para nos ajudar a compreender o gráfico acima. Considerando que em 2004 foram observadas apenas duas publicações, definimos por desconsiderar os dados de contagem de tal tramitação da PEC, apesar de apresentar pouca variação comparada aos demais intervalos. A invocação do Estado Neoliberal permaneceu proporcionalmente igual em praticamente todas as tramitações de PEC, à exceção de 2003, durante os debates e votação da PEC 40/2003. Uma leitura que realizamos é resultante de dois aspectos. Primeiro, por ser um governo de esquerda, ao menos na sua origem e no seu discurso eleitoral. Com isso, uma estratégia de cobrança de forma mais incisiva da mídia para que o Estado

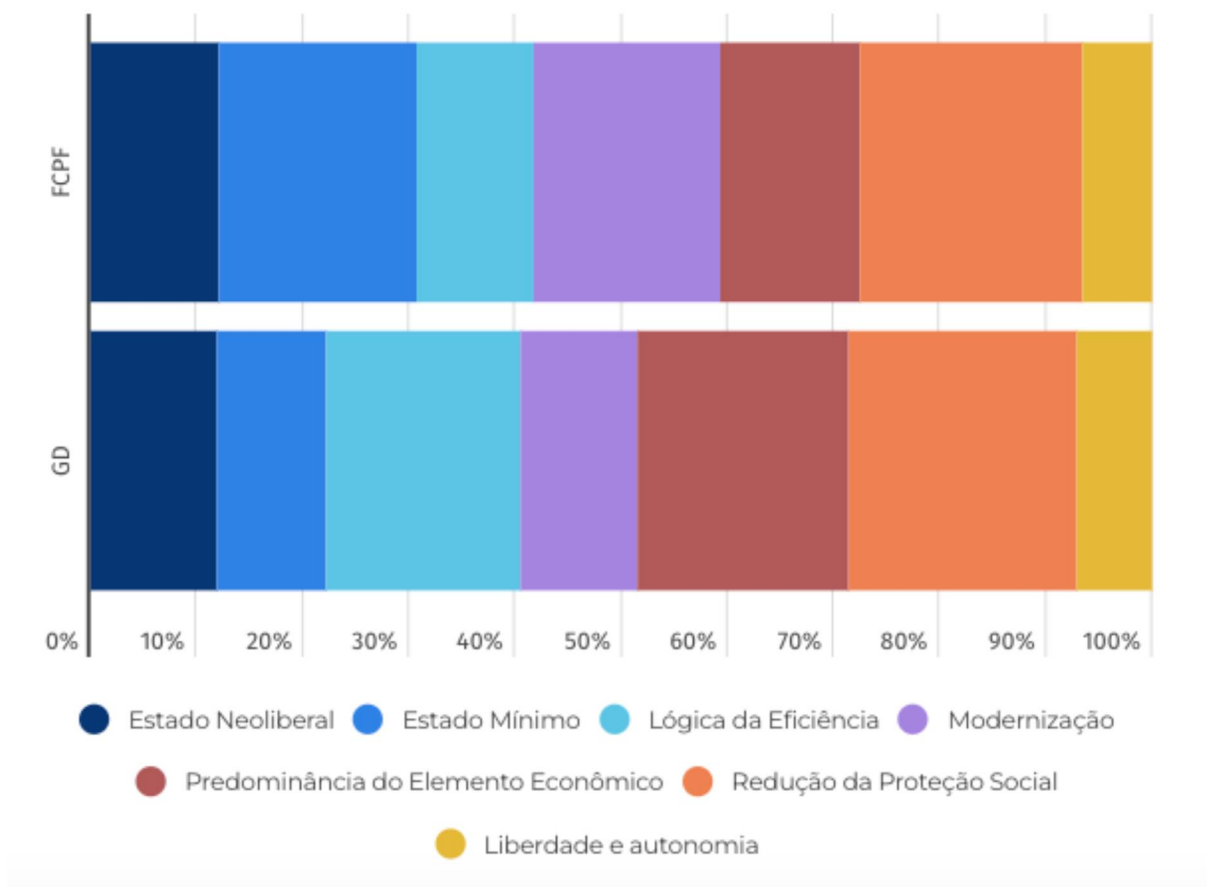
seja irredutível nas negociações nos parece ter sido mais presente neste intervalo. O segundo aspecto dialoga com o primeiro, na medida em que observamos qual a categoria mais afetada com a PEC, qual seja, os servidores públicos, cuja pressão no governo, por ser uma categoria de apoio à campanha e eleição, foi de forma mais acentuada.

O Estado Mínimo, segunda categoria do gráfico, também segue a mesma proporção em praticamente em todos os anos, à exceção de 2004 (dados descartados na leitura do gráfico, como informado anteriormente), e durante a primeira tramitação da PEC em 1991. Neste ponto, interpretamos a influência do contexto da redemocratização no país, das mais de duas décadas de uma Ditadura Militar encastelada no Estado amplamente repressor, e do fim da bipolarização do mundo sob tentáculos entre EUA e URSS. Não a toa, de forma ampla e recorrente, Francisco Cunha Pereira Filho buscava na falência da URSS e o conseqüente peso do Estado cercado de estatais como algo a ser combatido e transformado em um Estado Mínimo.

A lógica da eficiência se torna mais presente na PEC 287/2008, que tramitou sem sucesso de aprovação no governo de Michel Temer. A interpretação que fazemos é do contexto de aprovação de medidas que cortes de investimentos, o que resultou na aprovação da medida de Teto e Gastos, que congelaria por duas décadas a capacidade do governo de realizar investimentos afetando sobretudo áreas sociais e de suporte à população carente.

Em meio a isso, busca-se como justificativa a ótica da eficiência do Estado na gestão, ou de forma contrária, reforçar a ineficiência que gerou déficits e que demanda medidas de cortes de custos. As demais categorias, apresentam relativa proporcionalidade dentro dos intervalos de circulação, à exceção do elemento de Autonomia e Liberdade, que em 2003 ocupa um espaço distinto do padrão nos demais anos. Em parte, interpretamos como resultado da estratégia de contraposição de servidores e demais trabalhadores da iniciativa privada, algo percebido em parte dos editoriais, que buscava construir a imagem dos servidores como uma categoria privilegiada, que pesa o Estado e prejudica os demais trabalhadores.

FIGURA 12 – GRÁFICO DOS ELEMENTOS DO DISCURSO NEOLIBERAL NOS EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO AGRUPADOS POR PRESIDENTE DA GAZETA DO POVO



Fonte: Autor (2023)

Por fim, menos com parâmetro de comparação, mas mais como aspectos que podem nos ajudar a compreender as dinâmicas do discurso do jornal na passagem de Francisco Cunha Pereira Filho para Guilherme Döring Cunha Pereira. A análise qualitativa dos editoriais nos permitiu perceber grandes similaridades entre as estratégias retóricas dos dois presidentes da Gazeta do Povo mesmo em situações e tempos distintos. Em vários momentos, conforme destacamos nas observações dos editoriais, foram empregadas as mesmas táticas ou retóricas na defesa de medidas neoliberais, como a defesa do Estado Mínimo e a leitura sobre os elementos que devem ser de concernência do Estado, a primazia do mercado, a defesa de uma privatização da previdência, ou ainda de um sistema de capitalização que privilegie o

capital e a individualidade eliminando um sistema baseado no princípio da solidariedade, dentre outros pontos.

Considerando o contexto político e econômico em que o país se encontrava, Francisco Cunha Pereira defendia de forma mais incisiva o Estado Mínimo e os programas de privatização. Importante reforçar que isso fica mais aprofundado durante a tramitação da primeira reforma da previdência. Neste mesmo contexto, o jornal atuava em alinhamento ao discurso do Governo Collor, que se elegeu como pauta de ruptura, indicando como meta a Caça aos Marajás, que seria a classe dos servidores, que encastelada no Estado pesavam os custos dos cofres com benesses. O Estado Mínimo, desinchado, despido de responsabilidades que seriam rentáveis ao capital, portanto, é um elemento do discurso neoliberal em voga não apenas no jornal, mas no cenário político nacional. Da mesma forma, a ideia de Modernização é usada de forma usual como legitimação das medidas de Estado Mínimo.

Já no rol de elementos reforçados por Guilherme Döring Cunha Pereira, percebemos uma maior incidência da Lógica da Eficiência somada à Predominância do Elemento Econômico. Isso em parte pode ser observado no contexto de crise econômica e instabilidade política em que o país passava ao longo de 2016 a 2019, momentos em que tramitaram as duas PECs no período de análise em que Guilherme Cunha Pereira presidia a Gazeta do Povo. A reforma da previdência, nos dois momentos da PEC, foi amplamente empregada como única e derradeira solução para salvar o país de um colapso resultante da ineficiência da gestão, motivo pelo qual o elemento econômico foi se posicionando pelo jornal como central na legitimação das medidas neoliberais.

Com base nestes dados, e sobretudo, com base na compilação dos elementos do discurso neoliberal nos editoriais das reformas da previdência, foi possível alcançar um mapeamento de sete estratégias discursivas construída ao longo das campanhas pela reforma da previdência amplamente usado tanto na era Francisco Cunha Pereira Filho quando na era Guilherme Döring Cunha Pereira. São elas: A Construção do Bom Senso; A luta do Bem contra o Mal e a ótica da Guerra; A lógica da Modernidade versus Atraso; A estratégia do Colapso Financeiro e Bancarrota da Previdência; O Peso do Estado sobre a Economia e a População; o Capitalismo versus Comunismo; a Estratégia da Evolução Natural do Mercado a partir do Estado Mínimo. Assim, compreendemos que tais estratégias, conforme amplamente identificado e mapeado aqui no trabalho, identifica a unidade do discurso familiar na defesa do neoliberalismo.

A Construção do Bom Senso – o apelo a indicação das medidas neoliberais como resultantes de um processo racional e lógico torna-se resultante das estratégias discursivas do jornal ao longo dos editoriais. A ideia do “Bom Senso” que deve ser seguido pelos gestores no uso dos recursos público, ou o bom senso do Estado na promoção da privatização ou de medidas de austeridade, bom senso dos trabalhadores ao aceitarem que é preciso que eles renunciem aos seus direitos para que o Capital receba os recursos de investimentos do Estado, dentre outros. Desta forma, o Bom Senso está explícito em alguns editoriais como clara forma de estratégia. O Bom Senso é sinônimo de Prudência, de Razoabilidade. Com isso, percebe-se em títulos que se apropria do termo como forma de indicar que se deve buscar o equilíbrio o Estado ou na Economia, como em “Bom Senso”, editorial publicado em 1998, durante a PEC 33/1995, por Francisco Cunha Pereira Filho (GAZETA DO POVO, 1998d), ou ainda em 2004, no título “Prevalece o bom senso”, durante a pec 227/2004 (GAZETA DO POVO, 2004a). Mas também de forma explícita como ao longo dos editoriais da PEC 287/2018, do Governo Temer, que busca sensibilizar o Congresso ou ainda a população do Bom Senso da aprovação da PEC para salvar país. O Bom Senso é individual e coletivo, nesta leitura, percebe-se que o equilíbrio e a percepção de que cada um deve fazer seu sacrifício para o bem do capital, vem de forma de forma implícita, como a partir da ideia e “responsabilidades”, como em “o governo Temer terá de atuar fortemente e com tanta habilidade quanto a que teve para conseguir essa primeira vitória. E do Congresso se espera a mesma responsabilidade”, (GAZETA DO POVO, 2016d), em que cabe ao Congresso assumir as reponsabilidades e fazer uso do Bom Senso para acompanhar o governo nas decisões necessárias para o país. Ou ainda no sentido de ação individual, como em “todos os brasileiros serão chamados a dar sua conta de sacrifício para que o país possa voltar a ter recursos para investimentos” (GAZETA DO POVO, 2019d).

A luta do bem contra o mal e a ótica da guerra – trata-se de uma estratégia discursiva que se percebe de forma amplamente empregada nos editoriais em todas as etapas de tramitação de PECs, tanto na presidência de Francisco Cunha Pereira Filho quanto na de Guilherme Cunha Pereira. Logicamente, o jornal buscou ao longo dos editoriais indicar as reformas da previdência como tábuas de salvação da economia e do capital diante de uma série de agentes eu buscam “atrasar” ou

“prejudicar” o país e o povo. Estes agentes variam de acordo com o contexto, ora assumindo a figura de servidores público (cuja interpretação do jornal é de que se consolidam em uma categoria que prejudica o Estado na medida em que seu corporativismo pressiona para a manutenção de benesses e privilégios.

Os direitos e conquistas da categoria não são interpretadas pelo jornal como Direitos, mas como um benefício alcançado em detrimento à capacidade do Estado em pagar, ou seja, às custas do povo), ou ainda dos Sindicalistas (que buscam prejudicar do Estado tanto de forma proativa para manter a benesses das suas categorias, quanto de forma reativa, como no andamento da PEC 287/2018, em que foi aprovada uma reforma trabalhista que, dentre diversos desmontes dos direitos dos trabalhadores, atacou a forma de custeio dos sindicatos extinguindo a contribuição sindical compulsória; ou ainda os políticos no Congresso, que buscam privilégios e cargos em troca das suas decisões de voto. A estratégia de batalha também é abordada no uso de geração de conflitos entre categorias ou entre membros da população. Neste ponto, ao reforçar o que considera como privilégio dos servidores, o jornal nos editoriais compara com os trabalhadores da iniciativa privada, como forma de tensionar as categorias na luta pela aprovação da reforma da previdência.

A lógica da modernidade versus atraso – Um Estado que atua no mercado, provedor de auxílio e de amparo ao seu povo, promotor do desenvolvimento tecnológico como gestor de estatais que garantem atendimento de qualidade a serviços estratégicos como energia, saneamento, telefonia dentre outros, e que atua na garantia de direitos sociais fundamentais, na ótica do neoliberalismo, é um Estado fadado ao fracasso ao representar uma forma de gestão que precisa ser superada a partir das ações neoliberais. O Estado Neoliberal, como agente forte que garante ao mercado a sua livre iniciativa e que promova ações de privatizações é considerado pelo jornal como o ideal de Modernidade, e usado como forma de invocar o discurso para construir uma ideia de que o Brasil precisa se ajustar às regras e funcionamento das instituições internacionais. A modernização é também apropriada de forma discursiva como estratégia do país para dar Liberdade aos cidadãos e garantir a primazia do capital. Isso se percebe também, por exemplo, na defesa de desregulamentação do trabalho e da previdência, como forma de promoção de desmonte do trabalho.

A estratégia do colapso financeiro e bancarrota da previdência – uma das estratégias de legitimação que Klein (2008) aponta sobre as políticas neoliberais na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa é pela Doutrina do Choque, em que se criam situações de extrema preocupação para a sociedade, o que auxilia na justificativa e arrecadação da opinião pública no apoio às medidas de privilégio do capital. Guerras, desastres naturais e conflitos políticos estão dentre as estratégias empregadas.

No campo discursivo, o jornal buscou adotar ao longo de todas os Projetos de Emenda à Constituição criar um cenário de preocupação dos trabalhadores com a crise econômica que poderia ser facilmente resolvida com a reforma da previdência. A estratégia se deu em ao menos dois formatos nos editoriais de Francisco Cunha Pereira Filho e de Guilherme Cunha Pereira. A primeira, é a da falência do próprio sistema que alcançaria a solvência antes que os trabalhadores pudessem alcançar suas aposentadorias. Este recurso foi usado de forma conjunta com a crítica ao princípio da solidariedade, buscando impingir nos trabalhadores uma fragmentação em relação aos aposentados, pressionando para um individualismo. Um segundo formato é o emprego da ideia de falência não na previdência, mas na economia do país, o que prejudicaria de forma geral as contas públicas, forçando o país a retirar recursos de outras áreas, e prejudicando o capital e seus investimentos.

O peso do Estado sobre a economia e a população – de forma geral, os editoriais foram desenhando a ideia de um Estado dispendioso, que gasta sem pensar no peso tributário para o povo, e a percepção das suas ações apenas como gastos, e jamais pela sua ótica do apelo social. Na década de 1990, isso se deu de forma mais clara como um Estado que precisa ser Estado Mínimo para alcançar maior eficiência, e não prejudicar o capital e o povo. Neste momento, impulsionado pelo contexto econômico e social, a partir da ideia do jornal, o Estado precisava reduzir seu tamanho em prol do capital, supostamente mais eficiente. Ao longo do tempo, o discurso foi se moldando não mais pela busca primária da privatização, não ao menos de forma tão incisiva quanto na década de 1990, mas sim a partir da não intervenção ou da criação econômicas e políticas que não prejudicasse o financiamento e acumulação do capital. O peso do Estado é entendido nos editoriais como um peso no conjunto de regras que defende os trabalhadores, no conjunto de regras que regulamentam setores econômicos, e eu devem ser desregulamentados, ou seja, devem-se retirar

as regras para que a regra seja o mercado. Para isso, apela para óticas do Estado que prejudica o trabalhador ao garantir seus direitos, como se isso não fosse papel do Estado, mas sim função do próprio trabalhador, que supostamente emancipado, na sua maioria social, tivesse condições de definir o que é melhor para si, mesmo que isso resulte (e o neoliberalismo busca certamente isso) em fragilização e perda de direitos.

Capitalismo versus Comunismo – trata-se de uma estratégia mais específica que a da Guerra ou do Combate que precisa ser vencido. Neste aspecto, o jornal já parte da derrota do comunismo, sobretudo a partir do evento da queda do muro de Berlim e o colapso da URSS. Na década de 1990, em diversos editoriais o jornal buscou encontrar na derrocada da URSS no fim da bipolarização uma forma de indicar que o neoliberalismo como representação atual e moderna do capitalismo venceu e que é mais eficaz e deve prevalecer. Assim, se a URSS caiu, um Estado inchado que representa um peso amplo na sociedade, que seja provedor de benefícios etc. é um estado que precisa ser vencido na mesma medida em que o capitalismo venceu o comunismo. Nos editoriais de Guilherme Cunha Pereira, isso fica implícito na polarização política, vinculando os críticos da Reforma da Previdência (sindicatos, servidores, partidos de oposição) ao atraso e ao intervencionismo de um totalitarismo da URSS, que deve ser extirpado ou combatido.

Estratégia da evolução natural do mercado a partir do Estado Mínimo – por fim, percebe-se a unidade do discurso neoliberal nos editoriais do jornal Gazeta do Povo ao construir um cenário de naturalização do Estado Mínimo, do não intervencionismo do Estado na economia, das privatizações e do atendimento da primazia do mercado como situações e medidas naturais da evolução da economia. Assim, parte a leitura do jornal, com a queda do modelo comunista ou do Estado inchado totalitário, ou ainda do Estado de Bem-Estar Social, que funcionou como forma de intervir na economia para se levantar no pós-guerra, o próximo passo natural da evolução é que o mercado assuma a sua autonomia, e que o Estado seja um financiador e garantidor desta expansão da forma de acumulação integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Família importa e explica (OLIVEIRA, 2018). De forma sintética, a frase apresenta uma chave fundamental para compreender as dinâmicas sociais. O indivíduo é resultante e agente de um processo, que se inicia antes dele, e que se reproduz de forma capilar para além dele. Se o nome identifica a singularidade do sujeito, o sobrenome o localiza em termos de coletivo, de posição dentro de uma estrutura, e de capitais reunidos acerca desta estrutura. No cenário brasileiro, como aponta Oliveira (2012), estas estruturas de parentescos cujo poder se reproduz na sociedade resultam no que podemos interpretar como Classes Dominantes Tradicionais.

Oras, tais redes “controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações” (2012, p.13). Desta forma, podemos interpretar que uma cartografia ou um esquema que dê conta de estruturar de forma imagética o poder resultaria em uma trama complexa cujos nós são relações ou conexões familiares, cuja influência na sociedade se dá pelos capitais simbólicos, econômicos, culturais etc reunidos e compartilhados entre os membros desta família.

Como aponta Monteiro (2016), compreender a política, por exemplo, passa obrigatoriamente por considerar a família e “os recursos sociais que informa a redes de parentescos”. A presente pesquisa buscou navegar por tais espaços, guiando seus olhares sobre estas dinâmicas e formas de reprodução familiar na sociedade.

A linha que nos orientou ao longo da investigação foi a de que a reprodução do poder familiar se dá de forma complexa e multiforme, apropriando-se de uma gama enorme de estratégias de ampliação dos diversos tipos de capitais. Um deles certamente é o econômico, e é perceptível que o poder familiar, neste aspecto, acaba resultando em um “processo de concentração de poder e renda, responsável, em grande medida, pela formação de desigualdades e carências de longa duração” (OLIVEIRA, 2012, p. 53). Outras formas de perpetuação ainda podem ser destacadas, como a ocupação do poder público pelas relações de família. O Estado, neste caso, é permeado de interesses privados que se apropriam de forma rizomática das mais variadas camadas do governo (não apenas do Executivo, mas também do Legislativo e do Judiciário), em redes de nomeações e de ocupação de cargos eletivos e não eletivos (OLIVEIRA, 2012). Como sistemas de poder, as famílias se unem a partir dos

sobrenomes, em casamentos e arranjos que aprofundam cada vez mais os capitais e o fortalecimentos dos clãs na sociedade.

Ao longo deste trabalho, buscamos, de forma singela e localizada, identificar, mapear e analisar uma parcela deste poder de reprodução social de um clã familiar centenário no cenário paranaense: os Cunha Pereira. No Paraná, o sobrenome é facilmente vinculado ao poder midiático, ou seja, ao domínio dos principais meios de reprodução ideológicos na sociedade, poder operado principalmente a partir do jornal Gazeta do Povo, maior portal de notícias do estado, e da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), emissora de TV afiliada à Globo, que é a maior emissora do país.

Mas não para por aí. Como destaca Oliveira (2018, p.45), temos “Cunha Pereira no Tribunal de Contas, no Tribunal de Justiça, com desembargadores, na Associação Comercial do Paraná e até nos esportes. Assim vemos como a família do poder tem tentáculos em várias instituições”. E mais ainda tivemos Cunha Pereira na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), na Câmara Federal, em associações do comércio em São Paulo, temos Cunha Pereira no setor econômico em revendedoras de veículos populares e de luxo no Paraná, no setor publicitário, no ramo imobiliário, no setor de eventos e até em atividade de especialização junto ao ensino superior.

Aqui na pesquisa, nos centramos especificamente em um dos principais negócios da família, o jornal Gazeta do Povo, que ingressa o rol de ativos dos Cunha Pereira na década de 1960, e ajuda a consolidar ainda mais o poder da família no Paraná. O jornal torna-se, portanto, um instrumento que amplia o capital político familiar, entendido como uma espécie de distintivo simbólico e material que se desdobra “simbolicamente pela força exercida pela “palavra de ordem” família. [...] consiste em um distintivo que se transforma em patrimônio simbólico que sutilmente se transmite de forma legítima no espaço social para os herdeiros” (MONTEIRO, 2016, p26).

Ao longo da pesquisa, discorreremos sobre o poder que a imprensa desempenha na sociedade contemporânea, como um instrumento do capital comunicacional¹⁰⁰ (VIANA, 2020) da família, e como instrumento que integra os

¹⁰⁰ Para Viana (2020), o capital comunicacional é resultante do processo de concentração midiática no contexto do capitalismo na era da acumulação integral. “O capital comunicacional não é apenas estabilizado da sociedade capitalista, mas também reprodutor de suas contradições. Os meios oligopolistas de comunicação não são neutros e servem aos interesses do capital” (VIANA, 2020, p.65).

aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1978) desempenhando não apenas as funções de controle das massas e de administração da opinião pública, mas também como um instrumento empregado pelas classes dominantes como reproduz as contradições da sociedade capitalista. A partir desta ótica, destacamos no presente estudo que o interesse dos donos de jornais que integram a imprensa comercial, busca preservar o status quo a partir da ideologia abordada reiteradamente pelos veículos, percebendo esta ideologia não como uma “ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZÁROS, 2004, p.65). Ela não é superada na sociedade de classes, e se mantém a partir de uma reconstrução constante a partir de uma articulação de “conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos” (MÉSZÁROS, 2004, p.65). É a reprodução do poder da classe dominante não pela força repressora, mas sim a partir da força ideológica, no que Althusser destaca como aparelhos ideológicos de Estado. Neste aspecto, a imprensa integra o rol de aparelhos ideológicos na medida em que atua como instituição especializada em reproduzir as relações de produção e exploração do capitalista (ALTHUSSER, 1978, p.63).

Oras, desta forma, partimos do pressuposto de que a reprodução do poder familiar dos Cunha Pereira passa, portanto, também pelo poder ideológico que um dos seus veículos, o jornal Gazeta do Povo, desempenha na sociedade à luz do que abordamos sobre o papel midiático. Como um capital familiar, o jornal reproduz um recorte de realidade socialmente construído (BERGER, 1985) a partir de uma perspectiva estabelecida pela família, que divulga suas ideias e ideais de sociedade. Entendemos, portanto, que os donos do jornal “falam” a cada edição dos seus jornais à sociedade paranaense, orientando diariamente seus consumidores de informação sobre o que pensam. Este “falar” parte não apenas de um indivíduo, ou seja, não é apenas um olhar singular, mas de uma coletividade cujo sobrenome é Cunha Pereira. Não só isso, mas também o espaço social em que os Cunha Pereira estão inseridos, ou seja, representa um local de classe.

Nossa investigação foi orientada aqui neste espaço, em analisar, portanto, o poder da Classe Familiar Tradicional a partir da manifestação dela dentro do espaço

mediático, de forma mais específica, a partir do Jornal Gazeta do Povo. A partir da perspectiva da Newsmaking (TUCHMAN, 1978), partimos do pressuposto de que a notícia e a realidade construída por ela é resultante e uma série de dinâmicas das rotinas produtivas, dentre elas, as pressões institucionais. Desta forma, para sermos mais pontuais ainda na nossa produção da investigação, apesar de reconhecer que alinha editorial e os enquadramentos da cobertura de uma notícia pode representar olhares e vieses que manifestariam os interesses dos donos dos jornais, resolvemos nos aproximar de um espaço qualificado de opinião e de fala institucional direta do jornal: os editoriais (MARQUES DE MELO, 2003).

De forma mais evidente, este espaço privilegiado de manifestação de fala do jornal foi empregado ao longo das décadas por Francisco Cunha Pereira Filho, patriarca da família Cunha Pereira até seu falecimento, em 2009. A próprio punho, Francisco Cunha Pereira Filho manifestava suas posições e bandeiras nos editoriais, espaço em que realizava campanhas midiáticas sobre determinados temas que considerava de seu interesse. Como aponta Fernandes (2010), Francisco Cunha Pereira Filho se apropriava dos editoriais como espaço para estabelecer seu ponto de vista, sendo “ali que tripudiou o que chamava de “migalhas dadas ao Paraná”, estado que com tanta generosidade ofereceu à União suas riquezas, melhores terras e belezas como as Sete Quedas de Iguaçu. Nos editoriais da página 3, clamou por investimentos em educação, redução da miséria, geração de empregos e industrialização” (FERNANDES 2010, p.182). E é para este espaço que buscamos olhar para analisar a forma como o clã Cunha Pereira reproduz sua visão de mundo e o seu poder familiar.

Para não nos perdermos nas várias manifestações da família pelos editoriais, delimitamos nossa percepção sobre a visão do clã acerca de uma série de eventos aos quais poderíamos observar uma posição de classe e de defesa: o discurso neoliberal nas reformas da previdência. Partimos, portanto, de uma problemática que nos desafiava a perceber a reprodução do poder familiar nos editoriais sobre as reformas da previdência, especificamente a partir do discurso neoliberal. Oras, a partir da literatura do familismo, nos é evidente que as bandeiras e defesas midiáticas pelo jornal Gazeta do Povo resultava de escolhas operadas pelo patriarca da família, Francisco Cunha Pereira Filho (FERNANDES, 2010), e que esta posição de fala manifesta não somente um ideal particular, mas sim uma visão que reproduz o poder da Classe Familiar Tradicional. Francisco Cunha Pereira Filho falece em 2009, e

assume a presidência do jornal (dentre outros empreendimentos da família), seu filho mais velho Guilherme Döring Cunha Pereira.

Considerando o editorial como um espaço de reprodução do poder familiar e do seu discurso sobre os mais virados temas da sociedade, partimos, portanto, da hipótese da unidade do discurso sobre uma temática que permearia um intervalo de tempo amplo do jornal sob a tutela de Francisco Cunha Pereira Filho e posteriormente sob a batuta de seu filho Guilherme Döring Cunha Pereira. A Previdência Social no Brasil integra o rol de direitos previstos na Constituição Federal da década de 1980, e ao longo de diversos governos foi alvo de medidas que resultaram em redução de direitos dos trabalhadores e demais assistidos pela previdência.

Desde o início da década de 1990, foram seis projetos de emenda à constituição que buscaram alterações estruturais no sistema de previdência social com impactos negativos para os trabalhadores. Cinco destas emendas foram aprovadas no Congresso Federal e uma delas chegou a tramitar nas casas legislativas, mas não teve êxito, diante da falta de apoio de senadores e deputados federais para a aprovação do projeto. Em ordem cronológica, podemos indicar as Emendas Constitucionais 03/1993 ; 20/1998 ; 41/2003 , 47/2005 e a EC 103/2019 como propostas aprovadas com efeitos práticos na previdência, e o PEC 287/2018, que chegou a tramitar, mas não foi aprovado. Com isso em mente, partimos para um levantamento nos editoriais para alcançarmos um total de textos que poderiam nos ajudar a mapear os discursos da família a partir do seu jornal.

A leitura ampla foi guiada pelas palavra-chave que localizavam os textos dentro do rol de assuntos vinculados às PEC. Ao final, alcançamos uma tabela com 90 editoriais nos quais em vários momentos o jornal se manifestou sobre as medidas que circulavam no congresso acerca do sistema previdenciário ou com reflexos na previdência. Oras, se a proposta é buscar identificar a reprodução do poder familiar, de classe e de visão de mundo nos jornais, teríamos que nos aproximar na leitura e compreensão sobre o discurso ideológico empreendido ora por Francisco Cunha Pereira Filho, ora por Guilherme Döring Cunha Pereira à frente do jornal nos seus editoriais. Para este empreendimento, definimos pelos recursos metodológicos da Análise Crítica do Discurso (ACD), orientados por Fairclough (2019), para quem a prática discursiva contribui “para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças), como e’, mas também contribui para transformá-la”.

A partir da leitura de Foucault (2002), Han (2018), Dardot (2016), Bourdieu (1998), Harvey (2008, 2005), Duménil e Lévy (2014, 2011) e Viana (2009) alcançamos um quadro que sintetizava os principais recursos discursivos de defesa das ideias neoliberais para que pudéssemos analisar a forma como a família reproduziu sua posição de classe e seu poder a partir dos editoriais. A imprensa, desta forma, integra o que Dijk denomina de Elites Simbólicas, que ocupa lugar junto com as elites políticas e econômicas, e cujo papel é sustentar o aparato ideológico que permite a reprodução do poder, ou seja, a “voz da elite é, frequentemente, a voz do patrão empresarial ou institucional. Os interesses e as ideologias das elites não são, em geral, fundamentalmente diferentes dos interesses e das ideologias dos que pagam seus salários ou lhes dão apoio”. (DIJK, 2023, p.43).

A hipótese da pesquisa que aqui se apresentou é a de que estes elementos do discurso neoliberal foram invocados nos editoriais como reprodução do poder da Classe Familiar Tradicional do clã Cunha Pereira nas oportunidades de manifestação da família sobre as reformas da previdência, e que a partir das marcações das categorias que alcançamos na literatura (Estado Neoliberal, Estado Mínimo, Lógica da Eficiência, Modernização, Predominância do Elemento Econômico, Redução da Proteção Social, e Liberdade e Autonomia).

A partir de tais categorias, nos apropriamos dos quadros de modos de ideologia preconizado por Tompson (2009) e dos padrões de manipulação da imprensa organizados por Abramo (2016) para perceber as estratégias discursivas do jornal na defesa do neoliberalismo nas medidas de reforma da previdência. As categorias e as estratégias foram instrumentalizadas como ferramentas dentro da ACD passando pelas etapas tríades apontadas por Fairclough (2019) qual seja, passando pela leitura e marcas no texto, posteriormente, de forma contextualizada no processo de produção. partir da prática discursiva, e por fim, de forma ampla a partir da ideologia e da hegemonia do discurso pela prática social.

O que percebemos ao longo deste percurso, é que tanto Francisco Cunha Pereira Filho quanto Guilherme Döring Cunha Pereira apropriaram-se dos editoriais como instrumento de verbalização da ideologia da Classe Dominante Familiar, empreendendo campanhas de defesa do ponto de vista da família sobre assuntos de repercussão social, reproduzindo sua posição de classe e seu poder na sociedade. Importante destacar que este poder não representa apenas a família Cunha Pereira como detentora de um jornal de circulação nacional com forte impacto estadual, mas

sim um patrimônio milionário que circula por diversos ramos econômicos. Os interesses defendidos nas campanhas dos editoriais pela redução da intervenção do Estado na economia, pela suposta liberdade do capital em assumir o controle das estatais e de serviços até então de gestão do Estado, pelo desmonte dos direitos e consequente fragilização das defesas e segurança dos trabalhadores, representa interesses da família como Elite Econômica.

Oras, como destaca Oliveira (2017), é interesse do clã a supremacia do poder dos seus representantes e do seu grupo diante de uma consolidação de um poder público ou de uma estrutura de poder que privilegie a plenitude da vida pública. E isso nos pareceu patente nos 90 editoriais observados, considerados seus contextos de produção e contextos sociais e políticos. O que alcançamos, ao final deste percurso, é a unidade do discurso neoliberal do jornal manifestado nos editoriais sob as batutas dos seus presidentes, primeiro a partir de Francisco Cunha Pereira Filho e depois sobre a orientação de Guilherme Döring Cunha Pereira. Interessante foi perceber que, apesar das características singulares dos seus percursos educacionais e culturais, como pudemos observar, há um emprego inclusive de exemplos e de estratégias discursivas como em *A Construção do Bom Senso*; *A luta do Bem contra o Mal e a ótica da Guerra*; *A lógica da Modernidade versus Atraso*; *A estratégia do Colapso Financeiro e Bancarrota da Previdência*; *O Peso do Estado sobre a Economia e a População*; *o Capitalismo versus Comunismo*; *a Estratégia da Evolução Natural do Mercado a partir do Estado Mínimo*. Assim, compreendemos que tais estratégias, conforme amplamente identificado e mapeado aqui no trabalho, identifica a unidade do discurso familiar na defesa do neoliberalismo.

Apesar de demarcar com tais considerações finais o fechamento deste documento parcial para a obtenção do título de doutor em sociologia, considero que a pesquisa não se encerra aqui, sendo iniciada neste empreendimento, com proposta de aprofundamento na genealogia da família Cunha Pereira, sobretudo ampliando o mapeamento do poder rizomático empresarial da família. Da mesma forma, indicamos aqui a continuidade da pesquisa para analisar o discurso neoliberal como estratégia de reprodução do poder da classe familiar tradicional em outros veículos de imprensa, debatendo e mapeando a instrumentalização dos jornais pela classe dominante

REFERÊNCIAS

- A REPÚBLICA. **Edição do jornal A República**, Ano XXII, N211, Curitiba, 9 de setembro de 1907. Disponível em <memoria.bn.br/pdf/215554/per215554_1907_00211.pdf> Acesso em 22/01/2022
- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ADMIN3. **Cadê Romeu?** site da Revista Istoé. 10 de junho de 2000. Disponível em <https://istoe.com.br/38868_CADE+ROMEU+/> Acesso em 6 de junho de 2023
- AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy dos. **Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- ALVES, Giovanni. **Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social” Ascensão (e Crise) do Sindicalismo no Brasil (1978-1998)**. *Revolução Sociológica Política*, v. 15, s.n., p. 111- 124, 2000.
- APL. Academia Paranaense de Letras: **biobibliografia** / edição e revisão Ernani Buchmann - Curitiba, PR : Posigraf, 2016.
- ARAÚJO, Carla. **Bolsonaro: Trabalhador terá de escolher entre mais direitos ou emprego**. Portal do Valor Econômico. 04 de dezembro de 2018 Disponível em <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/12/04/bolsonaro-trabalhador-tera-de-escolher-entre-mais-direitos-ou-emprego.ghtml> Acesso em 13 de junho de 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATISTA, Bruno Nunes. **Foucault e a genealogia do neoliberalismo**. *Movimento – Revista de Educação*, Niterói/RJ, v. 6, n. 11, p. 137-159, jul-dez. 2019.
- BELMIRO, Luiz; DA SILVA, Monica Ribeiro. **Democracia em Ruínas: direito em risco**. Curitiba: Editora CRV, 2019. Disponível em <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/7231/2019_belmiro_de_mocracia_ruinas.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 22 de outubro de 2023.
- BELTRÃO, Luis. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980
- BERGER, Peter. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- BIONDI, Aloysio, 1936-2000. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003a.
- BIONDI, Aloysio, 1936-2000. **O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003b.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOLSONARO, Jair. **Biografia**. Portal da câmara dos deputados. 2019. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>> Acesso em 23 de maio de 2023.

BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2. Por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRAGA, Lisandro. **Neoliberalismo discricionário e discurso do bloco dominante no Brasil (2015-2019)**. Revista E-I@tina. Volume 18, número 71, abr-jun de 2020.

BRASIL. Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências e suas alterações**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212rep.htm#:~:text=Introdu%C3%A7%C3%A3o-,Art.,Munic%C3%ADpios%20e%20de%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20sociais.> Acesso em 22/01/2022.

BREED, Warren. **Controle social na redação: uma análise funcional**. TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Florianópolis: Insular, 2016.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha - os Estado Unidos na economia mundial**. RJ. Ed. Record, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?**. Pesquisa e planejamento econômico, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.

BULST, Neithard. **Sobre o objeto e o método da prosopografia**. In: Revista Polítia: História e Sociedade. Vitória da Conquista, vol. 5, nº 1, 2005, p. 49-50.

CALDAS, Maria das Gracas Conde. **Latifúndio do ar: mídia e poder na Nova República**. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. . Acesso em: 10 set. 2022.

CÂMARA. **Projeto de Emenda à Constituição 48/1991**. Portal da Câmara dos Deputados. 8 de novembro de 1991. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169319>> Acesso em 06 de junho de 2023.

CÂMARA. **Lançado há 20 anos, Plano Real acabou com a hiperinflação**. Portal da Câmara dos Deputados. 01 de julho de 2014. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/tv/437249-lancado-ha-20-anos-plano-real-acabou-com-a-hiperinflacao/>> Acesso em 01 de maio de 2022.

CÂMARA. **Projeto de Emenda à Constituição 6/2019**. Portal da Câmara dos Deputados. 20 de fevereiro de 2019. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>> Acesso em 02 de maio de 2023.

CÂMARA. **Proposta de Emenda à Constituição 33/1995**. Portal da Câmara dos Deputados. 28 de março de 1995. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169284>> Acesso em 01 de janeiro de 2022.

CÂMARA. **Proposta de Emenda à Constituição 227/2004**. Portal da Câmara dos Deputados. 6 de janeiro e 2004. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=150399>> Acesso em: 02 de junho de 2023.

CÂMARA. **Proposta de Emenda Constitucional 40/2003**. Portal da Câmara dos Deputados. 30 de abril de 2003. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=113716>> Acesso em 22 de junho de 2023.

CÂMARA. **Proposta de Emenda à Constituição 287/2016**. Portal da Câmara dos Deputados. 05 de dezembro de 2016. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>> Acesso em 15 de março de 2023.

CANDIDO, Antonio. **“The Brazilian Family”**. In: SMITH, T. L., & MARCHANT, A. (orgs). Brazil: portrait of half a continent. New York: The Dryden Press, 1951

CANEDO, Letícia Bicalho. **“Caminhos da Memória: Parentesco e Poder”**. In: Textos de História. v.2, n. 3. pp. 85-122, 1994

CANÊDO, Letícia Bicalho. **UM CAPITAL POLÍTICO MULTIPLICADO NO TRABALHO GENEALÓGICO**. Revista Pós Ciências Sociais, [S. I.], v. 8, n. 15, 2011.

Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/578>. Acesso em: 4 set. 2022.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **METÁFORAS DO PARENTESCO E A DURAÇÃO EM POLÍTICA**. T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., [S. l.], v. 3, n. 1, p. 82–103, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27719>. Acesso em: 4 sep. 2022.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. “**Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**.” In. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, pp, 229-250.

CARVALHO, Guilherme. MESSAGI JR, Mário. **Teoria organizacional: a redação sob controle**. IN: NICOLATO, Roberto. Teorias do jornalismo. Curitiba; Intersaberes, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder**. In: MORAES, Dênis. Pode midiático e disputas ideológicas. Rio de Janeiro: Consequências, 2019.

CHOMSKY, Noam. & HERMAN, Edward. **A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia**. [1988]. São Paulo: Futura, 2003.

CNI. **Avaliação do governo e expectativa com relação o novo governo**. Confederação Nacional da Indústria (CNI). Pesquisa CNI-Ibope. Março de 2018. Disponível em < https://static.poder360.com.br/2018/04/pesquisa_cni-ibope_mar18_web.pdf> Acesso em 10 de maio de 2023.

CNI. **Avaliação do governo e expectativa com relação o novo governo**. Confederação Nacional da Indústria (CNI). Pesquisa CNI-Ibope. Dezembro e 2010. Disponível em <https://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/07/25/52/20120828032958853226u.pdf> Acesso em 10 de maio de 2023.

CNI. **Avaliação do governo**. Confederação Nacional da Indústria (CNI). Pesquisa CNI-Ibope. Dezembro e 2015. Disponível em < https://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2016/07/01/31/Pesquisa_CNI-IBOPE_Avaliacao_do_Governo_Dezembro2015_Relatorio_de_divulgao_v3.pdf> Acesso em 10 de maio de 2023.

COHN, Gabriel. **Sociologia da comunicação: Teoria e ideologia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

COSTA, Claudia Ferreira da. **Eugenia e Identidade: a campanha contra a imigração assíria para o norte do Paraná em 1934**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Paraná. 2003.

COSTA, Osmani Ferreira da. **A televisão e o palácio: concessões e desenvolvimento das emissoras e redes televisivas no Paraná (1954-1985)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Reforma da previdência social**. IN: DE NEGRI, João Alberto. Desafios da nação: artigos de apoio. Brasília: Ipea, 2018.

CURY, Robson Marques. **História do Judiciário Paranaense - Desembargador Francisco da Cunha Pereira**. Site do Tribunal de Justiça do Paraná. 29/10/2020. Disponível em <https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/historia-do-judiciario-paranaense-desembargador-francisco-da-cunha-perei-1/18319> Acesso em 22/01/2022.

CROCETTI, Priscila Soares. **Ciência, Ensino e Código: Lentes, Elites e Direito Civil nos albores da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (1912-1945)**. Dissertação(Mestrado)–Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2022.

DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DI FRANCO, Carlos Alberto. **Entrevista com o presidente do jornal Gazeta do Povo, Guilherme Doring Cunha Pereira**. Site do Carlos Alberto Di Franco. 2 e junho de 2021. Disponível em<<https://carlosalbertodifranco.com.br/jornalismo/entrevista-com-guilherme-doring.html>> Acesso em: 10/01/2023

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **PEC 287: A minimização da Previdência pública**. São Paulo: Dieese, 2017. Disponível em<<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec168Pec.pdf>> Acesso em 22/01/2022

DIEESE. **PEC 06/2019: a desconstrução da Seguridade Social**. Nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Março de 2019b. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec203Previdencia.pdf>> Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Proposta de Emenda à Constituição 133/2019 (PEC Paralela), sobre a Reforma da Previdência, após votação no Senado Federal**. São Paulo: Dieese, 2019. Acesso em<<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec216PECparalela.html>> Acesso em 02/01/2022.

DIJK, Teun van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2023

DUALIBI, Julia. **Figuras da república: a acusadora**. Revista Piauí. Novembro de 2016, edição 122. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-acusadora-janaina-paschoal/>> Acesso em 23 de maio de 2023.

DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo na história do capitalismo: 2008-2011, os dois primeiros atos**. In: The Crisis of Neoliberalism. Harvard University Press, 2011. Disponível em <<https://www.cepremap.fr/membres/dlevy/dle2011n.pdf>> Acesso em 22 de janeiro de 2022.

EMKE, Ariane Elisa Gottardo. Et al. **Manual Crítico da Reforma da Previdência EC nº 103/2019**. São Paulo: IBS Advogados, 2019. Disponível em <<https://www.lbs.adv.br/pdf/artigos/38fcde8af7ca0b3fc7f22e099e834634803ca048.pdf>> Acesso em 5 de fevereiro de 2022.

FAGNANI, EDUARDO. **A Política Social do Governo Lula (2003-2010):: perspectiva histórica**. *SER Social*, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 41–80, 2011. DOI: 10.26512/ser_social.v13i28.12682. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12682. Acesso em: 24 out. 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

FERNANDES, José Carlos. **A quem Terezinha Döring deu a mão**. 18/03/2009. Jornal Gazeta do Povo. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/especiais/fcpf/a-quem-terezinha-doring-deu-a-mao-bhfq4l74nmqew6bzanyocbgb2/>> Acesso em 21/01/2022.

FERNANDES, Alessandra Coutinho. **Análise de discurso crítica: para leitura de textos da contemporaneidade**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

FERRARO, Suzani Andrade. **As Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 e o equilíbrio financeiro e atuarial nos regimes de previdência social**. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp039534.pdf>> Acesso em 02/01/2022.

FERREIRA, Cláudio. **Regras da Previdência sofreram seis mudanças nas últimas três décadas**. 27 de fevereiro de 2019. Agência Câmara de Notícias. Disponível em <[https://www.camara.leg.br/noticias/552750-regras-da-previdencia-sofreram-seis-mudancas-nas-ultimas-tres-decadas/#:~:text=Em%201998%2C%20outra%20emenda%20\(EC,a%20aposentado](https://www.camara.leg.br/noticias/552750-regras-da-previdencia-sofreram-seis-mudancas-nas-ultimas-tres-decadas/#:~:text=Em%201998%2C%20outra%20emenda%20(EC,a%20aposentado)

ria%20de%20servidores%20públicos> Acesso em 14 de março de 2023.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978 – 1979)**. São Paulo: Martins Pontes, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOGGIATO, Fernanda. **Denominação gera debate sobre "banco de ruas" e homenagens**. Portal da Câmara De Curitiba. 04/05/2021. Disponível em <<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/denominacao-de-logradouro-gera-debate-sobre-homenagens>> Acesso em 23 de setembro de 2023.

FRAZÃO, Dilva. **Biografia de Olavo de Carvalho**. E-biografias. 23 de janeiro de 2022. Disponível em <https://www.ebiografia.com/olavo_de_carvalho/> Acesso em 15 de maio de 2023

FRAZÃO, Dilva. **Biografia de Paulo Guedes**. 22 de agosto de 2023. Portal E-Biografia. Disponível em <https://www.ebiografia.com/paulo_guedes/> Acesso em 23 de outubro de 2023.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51.ed. rev. São Paulo: Global, 1998.

FURACÃO. **Presidentes: João Alfredo Silva**. Site do Clube Atlético Paranaense. 2023. Disponível em <<https://arquivo.furacao.com/historia/presidentes/joao.php>> Acesso em 18 de fevereiro de 2023.

G1. **Morre a jornalista Juril Carnasciali, aos 91 anos, em Curitiba**. 28/06/2012. Portal G1 Paraná. Disponível em <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/06/morre-jornalista-juril-carnasciale-aos-91-anos-em-curitiba.html>> Acesso em 01 de setembro de 2023

GALANI, Luan. **O que leva Ana Amélia e Guilherme a apostar no jornalismo de qualidade? Especial 100 anos do jornal Gazeta do Povo**. 01/02/2019. Disponível em <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/ana-amelia-guilherme-cunha-pereira-perfil/>> Acesso em: 21/01/2022.

GAZETA DO POVO. **O jeito de consumir informação mudou. E a Gazeta também**. 21/11/2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-jeito-de-consumir-informacao-mudou-e-a-gazeta-tambem-cictf9cre1r5y0j8mz0nhedgx/>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2023.

GAZETA DO POVO. **Impeachment é a aplicação da Constituição.** 15/04/2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/impeachment-e-a-aplicacao-da-constituicao-3di24o2v8dq1x84h2333j4phz/>> Acesso em: 21 de janeiro de 2023.

GAZETA DO POVO. **Por que apresentar nossas convicções.** 29-04-2017 (2017a). Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/nossas-conviccoes/por-que-apresentar-nossas-conviccoes-amjuimg7lvsoo32kbx8ih23o4>> Acesso em: 21 de janeiro de 2023.

GAZETA DO POVO. **A finalidade do estado e do governo.** 29-04-2017 (2017b). Disponível: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/nossas-conviccoes/a-finalidade-do-estado-e-do-governo-c7bd8wp7x7qmfu1lixcwgkxsk/>> Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

GAZETA DO POVO. **As empresas e suas finalidades e o bem comum.** 29-04-2017 (2017c). Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/nossas-conviccoes/as-empresas-sua-finalidade-e-o-bem-comum-7aucmbppt0o1idpzjghmtu6s/>> Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

GAZETA DO POVO. **O teste da privatização.** 23/09/1991 (1991a). Jornal Gazeta do Povo. Editorial, página 6.

GAZETA DO POVO. **Responsabilidades na previdência.** 17/10/1991 (1991b). Jornal Gazeta do Povo. Editorial, página 6.

GAZETA DO POVO. **Um bom início para Bolsonaro e Paulo Guedes.** 02/01/2019. (2019a) Editorial. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/um-bom-inicio-para-bolsonaro-e-paulo-guedes-aa98j3m6qti3unzcn9tj4hfme/>> Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

GAZETA DO POVO. **Previdência, o primeiro grande desafio de Bolsonaro.** 07/01/2019. (2019b). Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/previdencia-o-primeiro-grande-desafio-de-bolsonaro-15mpkzqw3ca1dahe5zomel36e/>> Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

GAZETA DO POVO. **Uma reforma da previdência abrangente e necessária.** 20/02/2019. (2019c). Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/uma-reforma-da-previdencia-abrangente-e-necessaria-21htpcplgyd0qm8fgwgyn2k15/>> Acesso em 23 de janeiro de 2023.

GAZETA DO POVO. **A hora do impeachment.** Editorial. 08/11/2015 (2015a). Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-hora-do-impeachment-6xnjrgo5l15dqs775e8l2xvci/>> Acesso em 21/01/2023.

GAZETA DO POVO. **Impeachment é a aplicação da Constituição.** 15/04/2016 (2016). Disponível

em<<https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/impeachment-e-a-aplicacao-da-constituicao-3di24o2v8dq1x84h2333j4phz/>> Acesso em 01/02/2023.

GAZETA DO POVO. **As convicções editoriais da Gazeta do Povo em resumo.** 2017n. Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/conviccoes-editoriais-gazetapovo-resumo/> Acesso em 10 de agosto de 2023.

GAZETA DO POVO. 1991^a. **O teste da privatização.** 23 de setembro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^b. **A Vitória do Welfare State.** 8 de outubro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^c. **As responsabilidades imperativas.** 9 de outubro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^d. **Todas as nações privatizam.** 11 de outubro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^e. **O Papa no Brasil.** 12 de outubro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^f. **Responsabilidades na previdência.** 17 de outubro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^g. **Privatização sinalizando o futuro.** 23 de outubro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^h. **Modernizar as instituições.** 05 de novembro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991ⁱ. **A reforma política e federação.** 14 de novembro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^j. **Boa a perspectiva da safra.** 19 de novembro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^k. **Em marcha a reforma política.** 20 de novembro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^l. **O futuro na gerência e tecnologia.** 27 de novembro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^m. **Aprofundar a privatização.** 28 de novembro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991ⁿ. **Estabilidade só com o consenso.** 3 de dezembro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^o. **FMI acolhe o Brasil.** 7 de dezembro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^p. **Preparando a fase de transição.** 7 de dezembro de 1991.

GAZETA DO POVO. 1991^q. **Contra o fantasma da separação.** 24 de dezembro de 1991.

- GAZETA DO POVO. 1991r. **Agenda para o consenso**. 30 de dezembro de 1991.
- GAZETA DO POVO. 1992a. **Os deveres sociais do Estado**. 7 de janeiro de 1992.
- GAZETA DO POVO. 1992b. **Sinais de desequilíbrio na Rússia**. 16 de janeiro de 1992.
- GAZETA DO POVO. 1992c. **Reforma ampla na previdência**. 17 de janeiro de 1992.
- GAZETA DO POVO. 1992d. **Boas propostas na previdência**. 5 de fevereiro de 1992.
- GAZETA DO POVO. 1992e. **Aposentadoria**. 6 de fevereiro de 1992.
- GAZETA DO POVO. 1992f. **Aposentadoria**. 22 de fevereiro de 1992.
- GAZETA DO POVO. 1992g. **Aproveitar o bom momento**. 11 de maio de 1992.
- GAZETA DO POVO. 1992h. **Aposentadoria**. 21 de junho de 1992.
- GAZETA DO POVO. 1992i. **Aposentadoria**. 23 de junho de 1992.
- GAZETA DO POVO. 1998a . **Os eixos da campanha**. 4 de julho de 1998
- GAZETA DO POVO. 1998b. **Um Brasil diferente**. 30 de julho de 1998
- GAZETA DO POVO. 1998c. **Fomento**. 4 de setembro de 1998
- GAZETA DO POVO. 1998d. **Bom senso na crise**. 23 de setembro de 1998
- GAZETA DO POVO. 1998e. **A constituição e o ajuste**. 30 de outubro de 1998
- GAZETA DO POVO. 1998f. **Previdência, sinal animador**. 6 de novembro de 1998
- GAZETA DO POVO. 1998g. **O recomeço do Brasil**. 8 de novembro de 1998
- GAZETA DO POVO. 1998h. **O FMI e as reformas**. 15 de novembro de 1998
- GAZETA DO POVO. 1998i. **Valor da assistência**. 3 de dezembro de 1998
- GAZETA DO POVO. 2003a. **As concessões na previdência**. 11 de julho de 2003.
- GAZETA DO POVO. 2003b. **Por um governo eficaz**. 21 de julho de 2003.
- GAZETA DO POVO. 2003c. **A reforma na reta final**. 28 de julho de 2003.
- GAZETA DO POVO. 2003d. **Outra questão urgente**. 1 de agosto de 2003.
- GAZETA DO POVO. 2003e. **Após a batalha da previdência** 7 de agosto de 2003.
- GAZETA DO POVO. 2004a. **Alternativa na previdência**. 19 de julho de 2004.

- GAZETA DO POVO. 2004b. **Prevalece o bom senso**. 22 de julho de 2004.
- GAZETA DO POVO. 2017^a. **A economia do depois**. 22 de abril de 2016
- GAZETA DO POVO. 2017b. **A reforma da previdência**. 12 de setembro de 2016
- GAZETA DO POVO. 2017c. **Hoje é dia de doutrinação**. 6 de outubro de 2016.
- GAZETA DO POVO. 2017d. **Uma primeira vitória**. 13 de outubro de 2016
- GAZETA DO POVO. 2017e. **Por que a reforma da previdência não anda**. 9 de janeiro de 2017
- GAZETA DO POVO. 2017f. **As reformas avançam**. 27 de março de 2017
- GAZETA DO POVO. 2017g. **A “reforma possível” será suficiente?** 21 de abril de 2017
- GAZETA DO POVO. 2017h. **A previdência e a má política**. 5 de maio de 2017
- GAZETA DO POVO. 2017i. **A previdência e a matemática**. 15 e maio de 2017
- GAZETA DO POVO. 2017j. **O preço das reformas**. 18 de junho de 2017
- GAZETA DO POVO. 2017k. **As reformas ainda terão de esperar**. 10 de setembro de 2017
- GAZETA DO POVO. 2017l. **Hora de assumir responsabilidades**. 16 de novembro de 2017
- GAZETA DO POVO. 2017m. **O Brasil ganha com uma segunda chance para a reforma da Previdência**. 23 de novembro de 2017
- GAZETA DO POVO. 2017n. **Previdência: a falência de um modelo**. 4 de dezembro de 2017
- GAZETA DO POVO. 2017o. **Reformas na corda-bamba**. 11 de dezembro de 2017
- GAZETA DO POVO. 2017p. **Reforma só em 2018**. 14 de dezembro de 2017.
- GAZETA DO POVO. 2017q. **Obstáculos no caminho de 2018**. 18 de dezembro de 2017
- GAZETA DO POVO. 2018^a. **As centrais sindicais bancam o avestruz**. 31 de janeiro de 2018.
- GAZETA DO POVO. 2018b **O melancólico fim da reforma da previdência**. 21 de fevereiro de 2018.

GAZETA DO POVO. 2018c. **Matemática Básica**. 14 de junho de 2018.

GAZETA DO POVO. 2019^a. **Um bom início para Bolsonaro e Paulo Guedes**. 2 de janeiro de 2019.

GAZETA DO POVO. 2019b. **A carta de intenções de Bolsonaro e seus**. 5 de janeiro de 2019.

GAZETA DO POVO. 2019c. **Previdência, o primeiro grande desafio de Bolsonaro**. 7 de janeiro de 2019

GAZETA DO POVO. 2019d. **Um cronograma para a reforma da previdência**. 30 de janeiro de 2019

GAZETA DO POVO. 2019e. **As sete reformas**. 11 de fevereiro de 2019

GAZETA DO POVO. 2019f. **Previdência, corporativismo e desinformação**. 15 de fevereiro de 2019

GAZETA DO POVO. 2019g. **Uma reforma da Previdência abrangente e necessária**. 20 de fevereiro de 2019

GAZETA DO POVO. 2019h. **A reforma da Previdência já está sendo retalhada**. 2 de março de 2019

GAZETA DO POVO. 2019i. **A Previdência e a mobilização popular**. 8 de março de 2019

GAZETA DO POVO. 2019j. **As boas notícias dos “superministérios”**. 4 de abril de 2019

GAZETA DO POVO. 2019k. **Reforma da Previdência: o que vem pela frente**. 25 de abril de 2019

GAZETA DO POVO. 2019l. **A sociedade e as reformas**. 1 de maio de 2019

GAZETA DO POVO. 2019m. **O povo pede as reformas**. 28 de maio de 2019

GAZETA DO POVO. 2019n. **Estados e municípios na reforma da Previdência**. 9 de junho de 2019

GAZETA DO POVO. 2019o . **A “greve geral” e o desejo de fazer o país parar**. 16 de junho de 2019

GAZETA DO POVO. 2019p. **A reforma da Previdência e os rompantes desnecessários**. 17 de junho de 2019.

GAZETA DO POVO. 2019q. **Os adversários da reforma da Previdência não descansam**. 24 de junho de 2019

GAZETA DO POVO. 2019r. **A reforma da Previdência novamente travada.** 30 de junho de 2019.

GAZETA DO POVO. 2019s. **Reforma da previdência, prevalece o bom senso.** 7 de julho de 2019

GAZETA DO POVO. 2019t. **Sem Previdência e sem LDO: o “recesso branco” do Congresso.** 15 de julho de 2019

GAZETA DO POVO. 2019u. **O fogo amigo que desidratou a reforma.** 17 de julho de 2019

GAZETA DO POVO. 2019v. **O desafio das privatizações.** 21 de julho de 2019.

GAZETA DO POVO. 2019x. **Hora de concluir o trabalho.** 4 de agosto de 2019.

GAZETA DO POVO. 2019w. **Os deputados e o apoio popular à reforma da Previdência.** 07 de agosto de 2019.

GAZETA DO POVO. 2019y. **Mexer no teto de gastos é péssima ideia.** 8 de setembro de 2019

GAZETA DO POVO. 2019z. **A reforma da Previdência e os méritos do governo.** 23 de outubro de 2019.

GAZETA DO POVO. 2019ab. **A PEC Paralela da Previdência vai à Câmara.** 20 de novembro de 2019

GRANATO, Natália Cristina. **O Partido Democrático Paranaense: um estudo sobre os capitais familiares e sociais de seus dirigentes.** Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

GOMES, Laurentino. **Discurso de posse na cadeira nº 18 da Academia Paranaense de Letras.** In: Edição da Revista Academia Paranaense de Letras. Publicação da Academia Paranaense de Letras Ano 74, nº 60, março de 2011. Disponível em <http://academiaparanaensedeletras.com.br/wp-content/uploads/INTERNET_2011_revista_academia.pdf> Acesso em 22/01/2022.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **A Dança das Cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930).** Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **“As Mulheres na ALEP: uma abordagem prosopográfica”.** In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). Nepotismo, Parentesco e Mulheres. Porto Alegre: RM Editora, 2016.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **“Entre Famílias e Secretarias: análise do arranjo político administrativo da Paraná (1889-1930)”.** In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). Estado, Classe Dominante e Parentesco no Paraná. Blumenau: Nova Letra, 2015.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Poder local e coronelismo no estado do Paraná (1880-1930)**. Dissertação de mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Família e política: concepções teóricas e metodológicas. XV Encontro regional de História**. Curitiba, 26 a 29 de julho de 2016, p. 1 a 14. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468205956_ARQUIVO_FamiliaePolitica.ANPUH.PR.pdf>. Acesso em: 28/01/2022.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Assembleia Legislativa do Paraná: a força das linhagens políticas e das relações de parentesco**. Revista NEP-UFPR, v. 3, n. 3, p. 175-194, ago. 2017.

GONÇALVES, André. **Trocar de partido é trocar de problema**. Jornal Gazeta do Povo. 22 de setembro de 2012. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/trocar-de-partido-e-trocar-de-problema-3u2prub6hh180zrkx0yewkoy6/>> Acesso em: 01 de outubro de 2023

GOVERNO DE ALAGOAS. **Almanaque 200**. Publicação da Secretaria de Estado da Comunicação de Alagoas. Maceió: Secom, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRILL, Igor Gastal; DOS REIS, E. T. **Dos Campos aos Domínios das “Elites” no Brasil**. Revista TOMO, n. 32, 31 mar. 2018.

GRILL, Igor Gastal. **“Família’, Direito e Política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier”**. TOMO, v. 10, pp. 85-111, 2007.

GRILL, Igor Gastal. **‘Famílias’, ascensão social e alinhamentos partidários no Rio Grande do Sul”**. Revista de Ciências Sociais, v. 43, n. 2, pp. 137-157, 2012.

GRILL, Igor Gastal. **“As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes”**. Sociedade em Debate, v. 10, n. 2, pp. 159-197, 2004.

GRILL, Igor Gastal. **“Heranças Políticas” no Rio Grande do Sul.** Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR 3, no. 1 (September 2017): 471. <http://dx.doi.org/10.5380/nep.v3i1.52851>.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas: Unicamp, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica e Neoliberalismo**. Belo Horizonte, Ayiné, 2018.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: histórias e implicações**. Loyola: São Paulo, 2011

HARVEY, David. **Neoliberalismo, projeto político**. Entrevista com David Harvey. Concedida a Bjarke Skærlund Risager. Tradução: Inês Castilho. Instituto Humanitas Unisinos, 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568205-neoliberalismo-projeto-politico-entrevista-com-david-harvey>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IESDE. **Nuestra misión y valores**. Portal do Iesde Business School. 1990. Disponível em <<https://www.iese.edu/es/conoce-iese/mision-valores/>> Acesso em 23 de janeiro de 2023

ISE. **Termos de Uso**. Site da Ise Business School. 2023. Disponível em <<https://ise.org.br/termos-de-uso/>> Acesso em 23 de janeiro de 2023.

JORNAL DO BRASIL. **Francelino quer Arena Unida para a vitória**. Rio de Janeiro. 24 de março de 1976. Ano LXXXV - N 347. Capa. Disponível em <memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1976_00347.pdf> Acesso em 21/01/2023.

JusBrasil. **Corpus - alegação de ocorrência de cárcere privado - análise aprofundada do conjunto probatório - impossibilidade - inviabilidade com a via restrita do habeas corpus - ação de interdição em tramitação no juízo cível discutindo o mérito deste remédio constitucional. Habeas corpus não conhecido**. (2022) TJ-PR - HC: XXXXX PR Habeas Corpus Crime - 0203766-9, Relator: Roberto De Vicente, Data de Julgamento: 15/08/2002, Primeira Câmara Criminal (extinto TA), Data de Publicação: 07/02/2003 DJ: 6305. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-pr/4676363/inteiro-teor-11345843>> Acesso em 24 de julho de 2023.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LACERDA, Nara. **Como era viver no Brasil da inflação descontrolada dos anos 1980?**. Site do Brasil de Fato. 18 de agosto de 2022. Disponível em

<<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/18/como-era-viver-no-brasil-da-inflacao-descontrolada-dos-anos-1980>> Acesso em 22 de setembro de 2023.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o regime militar** / Álvaro Nunes Larangeira. – Porto Alegre: Sulina, 2014

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **Silêncios permissivos**: os cadernos especiais da Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil no 10º ano do regime militar. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 12, p. 216-225, 2015.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. E Prado Júnior, Tarcis. (2020). **Idolatria e desmascaramento do Judiciário de exceção**: Sérgio Moro, Operação Lava Jato e a Vaza Jato. En J.M. Gómez y Méndez, M.C. Turón-Padial, M.J. Cartes-Barroso (Ed.), Más sobre Periodismo y Derechos Humanos Emergentes (pp. 176-201). Sevilla: Universidad de Sevilla. Equipo de Investigación de Análisis y Técnica de la Información.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Gilvânklm Marques de; SORTO, Fredys Orlando. **Reformas da previdência social no Brasil**: fatores que conduzem o processo reformador. Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos, [S. l.], v. 43, n. 92, p. 1–34, 2023. DOI: 10.5007/2177-7055.2022.e73339. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/73339>. Acesso em: 22 out. 2023.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano. **Rádios comunitárias**: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). Projor, jun. 2007. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_no_vo_tipo.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 415, ago. 2021. Disponível em <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD415.pdf>> Acesso em 22/01/2021.

MARQUES, José Elia ; VIEIRA, Renato Gomes. **Pierre Bourdieu e o neoliberalismo**. Revista Plurais , v. 8, p. 313-331, 2018.

MARTINS, Rafael Moro. **Como a Gazeta do Povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou porta-voz do Brasil de Bolsonaro**. The Intercept Brasil. Publicado em: 12/09/2018. Disponível em <<https://theintercept.com/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>> Acessado em: 22/01/2022

MARQUES, Ricardo Joaquim. **CEDOC Museu da Justiça. Site do Tribunal de Justiça do Paraná**. 2018. Disponível em <https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-francisco-da-cunha-pereira/397262?inheritRedirect=false> Acesso em: 22/01/2022

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila. **A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais**. IN: Marques, Francisco P J; Cervi, Emerson U; Mont'Alverne, Camila; Carvalho, Fernanda C de (orgs.) Estudos sobre Jornalismo Político. Curitiba: CPOP, 2018

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MCQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTEIRO, José Marciano. **Apresentação do Dossiê: Oligarquias do Nordeste no Brasil**. REVISTA NEP - NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES DA UFPR, v. 5, p. 1-5, 2019.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar**. São Paulo: LiberArs, 2016.

MONTEIRO, José Marciano. **A REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS POLÍTICAS E AS DIMENSÕES DA HEREDITARIEDADE NO ESTADO DA PARAÍBA**. REVISTA NEP - NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES DA UFPR, v. 3, p. 195-214, 2017.

MORAES, Dênis. **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequências, 2019.

MORAES, Denis. **Forjar o consenso, neutralizar o dissenso: a mídia e seus intelectuais nas disputas ideológicas**. IN: MORAES, Dênis. Poder midiático e disputas ideológicas. Rio de Janeiro: Consequências, 2019

MOSCA, Gaetano. **La clase política**. Fondo de Cultura Económica: México, 1984.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e a seguridade social**. São Paulo: Cortez, 2015.

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O governo FHC e o neoliberalismo**. 2004. Revista NEILS: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. PUCSP, São Paulo. Disponível em: < http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf> Acesso em: 21/01/2021.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio o. Opinión Pública: nuestra piel social**. Ed. Paidós . México : 1995.

NICOLAS, Maria. **130 anos de vida parlamentar paranaense (1854-1984)**. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1984.

O CEARENSE. **Jornal O Cearense**. Ano X, n 919. Edição de 2 de maio de 1856. Disponível em<memoria.bn.br/pdf/709506/per709506_1856_00919.pdf> Acesso em 5 de maio de 2023

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana C.; MONTEIRO, José Marciano. **Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa**. Revista Brasileira de Sociologia, v.5, n. 11, p. 165-198, set.-dez. 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007**. Sociologias, Porto Alegre, n. 18, p. 150-169, jun./dez, 2007.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Ed. Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Famílias, poder e riqueza: Redes Políticas no Paraná em 2007**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 150-169., 2007.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. **Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: “Gazeta do Povo” e “O Estado do Paraná”**. In: Cadernos da Escola de Comunicação UniBrasil. Volume 1, número 2, 2004.

OPUS DEI. **Conferências em Curitiba por ocasião do Centenário de Josemaría Escrivá**. Portal da Opus Dei. 25 de junho de 2002. Disponível em <<https://opusdei.org/pt-br/article/conferencias-em-curitiba-por-ocasio-do-centenario-de-josemaria-escriva/>> Acesso em 23 de junho de 2023

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PANKE, Luciana; LIMA, Alice. **Imagem e desqualificação**: o caso de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais brasileiras de 2014. Em *Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política*, Belo Horizonte, ano 8, n. 5, p. 8-16, jul. 2016. PANKE, Luciana; GANDIN, Lucas. **A transferência de Ethos de Lula para Dilma na campanha eleitoral de 2010**. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, Curitiba, v. 6, n. 1, p.167-186, 2015.

PASSOS, Ghleysikelly Silva. **Emendas Constitucionais e a Previdência Social**. Orientador: Murilo Borsio Bataglia. 2020. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PENA, Felipe. **Teorias do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA, Fernando Marcelino. **Breve genealogia da família Cunha Pereira**. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, v. 2, p. 72, 2016.

PEREIRA, João Candido Cunha. **João Candido Ferreira Cunha Pereira (2015)** Medicina – Curitiba – Paraná. 2015. Disponível em <<https://memoriasparana.com.br/2015-joao-candido-cunha-pereira/>> Acesso em 23 de setembro de 2023.

PERISSINOTTO, Renato Monsef. **Por que é importante estudar as elites políticas?** *Perspectivas*, São Paulo, v. 53, p. 137-158, 2019.

PERISSINOTTO, Renato Monsef; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. **As elites políticas: questões de teoria e método**. Curitiba: Intersaberes, 2018.

PRADO JÚNIOR, Tarcis. **Livrai-nos do mal**: a tecnologia do imaginário na construção do herói Moro pela mídia. Curitiba: UTP, 2019. (Tese de Doutorado em Comunicação e Linguagens). Disponível em <<https://tede.utp.br/jspui/bitstream/tede/1623/2/LIVRAI-NOS%20DO%20MAL.pdf>> Acesso em 22 de junho de 2023.

PROJOR. **Atlas da notícia: mapeando o jornalismo local no Brasil**. Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), 2019. Disponível em: <www.atlas.jor.br/deserto-de-noticias/> Acesso em: 05 maio 2021.

QUEIROZ, Antônio Augusto. **O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos**. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 5 de novembro de 2018. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>> Acesso em 23 de julho de 2023.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

RAMOS, Gustavo Teixeira. **O golpe de 2016 e a reforma da previdência: narrativa de resistência**. Bauru: Canal6, 2017.

REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. **Trajetórias de Multinotabilidades: reconfigurações históricas e condicionantes sociais das inscrições políticas e culturais de parlamentares brasileiros**. Dados, Rio de Janeiro, 58(2), 331-369, 2015.

REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. **Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil**. Tempo Social, São Paulo, 29(3), 137-159, 2017.

REINSTEIN, Israel. **Recebi minhas punições e recebi minhas premiações. Sou um cara feliz**. Jornal Hoje Paraná. 06/05/2022. Disponível em <<https://hojepr.com/recebi-minhas-punicoes-e-recebi-minhas-premiacoes-sou-um-cara-feliz/>> Acesso em 21/01/2023

RIBEIRO, Alexsandro Teixeira. **Rádios de família: estudo sobre parentesco e dominação midiática do grupo Seleski nas rádios da região de Francisco Beltrão**. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses. UFPR, v. 8, n. 1, jun. 2022.

RIBEIRO, Alexsandro Teixeira. **Jornalismo popular, sindical e comunitário**. Curitiba: Contentus, 2020.

RIBEIRO, Alexsandro; BARROS JÚNIOR, José Lázaro Ferreira. **Deserto de notícias: um olhar sobre a diferença de oferta midiática entre grandes centros urbanos e pequenas cidades no Paraná**. Revista de Estudos Universitários - REU, Sorocaba, SP, v. 48, p. e022011, 2022. DOI: 10.22484/2177-5788.2022v48id4955. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/4955>. Acesso em: 16 out. 2023.

RIBEIRO, Alexsandro. **Quanto custou a propaganda federal que defende a reforma da Previdência?** Site da Agência Livre.jor. 10 de agosto de 2017. Disponível em <<https://livre.jor.br/quanto-custou-propaganda-federal-que-defende-reforma-da-previdencia/>> Acesso em 17 de março de 2023

RIBEIRO, Alexsandro. **Reforma da previdência: Globo levou 1/3 dos milhões que Temer queimou em publicidade. Temos a lista**. Site do The Intercept Brasil. 20 de março de 2018. Disponível em <<https://www.intercept.com.br/2018/03/20/reforma-previdencia-globo-levou-milhoes-temer-publicidade/>> Acesso em 27 de março de 2023 .

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. **Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC)**. Campinas: Economia e Sociedade, v. 28, n. 2 (66), p.393-420, mai/ ago. 2019.

SAINT MARTIN, Monique. (2008). **Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França**. TOMO, jul/dez, nº 13, p. 43-73, 2008.

SAINT-MARTIN, Monique; LABACHE, Lucette. **“Fronteiras, trajetórias e experiências de ruptura”**. Educação e Sociedade, mai/ago, vol. 29, nº 103, p. 333-354, 2008

SANTOS, Suzy dos. **E-Sucupira: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras**. E-Compós, v. 7, p. 1-27, 2006. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/104/103>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SCHAFFER, Mary. **Coluna social Mary Schaffer e a sociedade**. Jornal Correio de Notícias. Ano VII, número 1.915. Edição de 17 e 18 de outubro de 1987. Disponível em <memoria.bn.br/pdf/325538/per325538_1987_01915.pdf> Acesso em 23 de maio de 2023.

SCHMIDT, Jonas Albert. **A reforma da previdência e seus aspectos jurídicos, sociais e econômicos**. Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social. N. 2, V. 2, p. 189 – 209. Curitiba, 2016.

SEVERO, Ana Karla da Silveira; FAUSTO NETO, Antônio. **Um Olhar sobre Três Jornais Paranaenses e suas Relações de Comunicação, Consumo e Práticas Sociais**. Revista Anagrama: São Paulo, Ano III, Edição 2, Dez/Fev de 2009/2010.

SIMÃO, Calil. **Coluna Reportagem Social**. Jornal Correio do Paraná. Ano VI - Número 1.589. Curitiba, 21 de outubro de 1964. Disponível em <http://memoria.bn.br/pdf/171395/per171395_1964_01595.pdf> Acesso em 23 de junho de 2023.

SINGER, André Vitor. **A reativação da direita no Brasil**. Opinião Pública, v. 27, n. 3, p. 705-729, 2021 Tradução . . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>. Acesso em: 26 out. 2023.

SILVA, Wellem Ribeiro da. **Reformas previdenciárias e seus impactos na vida do trabalhador**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. MONTES CLAROS: Unimontes, 2021.

SILVA, Marcio. **Nossa História**. Site da Câmara Municipal de Curitiba. 2020. Disponível em <<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/rua-historia>> Acesso em 17 de junho de 2023

SILVA, Ademir Alves da. **A reforma da Previdência Social brasileira entre o direito social e o mercado**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 16-32, jul./set. 2004.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. **“Liberal na economia e conservador nos costumes”**: uma totalidade dialética. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, n. 107, p. 1-19, 2021.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SOARES, Pedro. **País privatizou 165 empresas entre 91 e 2002**. Folha de S.Paulo. 21/12/2004. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2112200423.htm>> Acesso em 21/01/2021.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe. Entenda Como e por que Você Foi Enganado**. LeYa: 2016, São Paulo.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 39, jun. 2011.

TAVARES, Camilla Quesada. (2020), “**Do Jornalismo Informativo ao de Posição: a ‘Guinada à Direita’ do Jornal Gazeta do Povo**”. Revista Mídia e Cotidiano, v. 14, n. 3, pp. 118-136.

TAVARES, Camilla Quesada. **A CRISE DO MODELO TRADICIONAL DE JORNALISMO: Reconfiguração da prática profissional na redação da Gazeta do Povo**. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2018.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

UFPR. **Lista de graduandos em Bacharelado e Licenciatura em Física**. Departamento de Física da Universidade Federal do Paraná. Atualizada em 2 de fevereiro de 2011. Disponível em <fisica.ufpr.br/grad/formados_em_fisica.pdf> Acesso em 28 de abril de 2023.

ULBRICH, Giselle. **Conselho do vô**. Jornal Tribuna do Paraná. 7 de agosto de 2018. Disponível em <<https://www.tribunapr.com.br/cacadores-de-noticias/curitiba/completando-90-anos-paulo-pimentel-da-uma-aula-de-administracao-e-governabilidade/>> Acesso em 21/01/2023

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida: Santuário, 2009.

VIANA, Nildo. **Tese sobre o capital comunicacional**. Goiânia: Enfrentamento, 2020.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Senado, 1999.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Contracorrente, 2018.

ZAPANI, André Kron. **Coronelismo Eletrônico: relações assimétricas de poder no campo midiático paranaense**. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses. UFPR, v. 3, p. 171-192, 2017.

ZAPANI, André Kron. **Os coronéis e as propriedades midiáticas: uma análise da concentração do poder midiático nacional**. In: VII Encontro de pesquisadores em Comunicação, 2015, Curitiba. ANAIS DO VII ENPECOM. Curitiba: UFPR, 2015. p. 1014-1028. 2015.

ZAPANI, André Kron. **Coronelismo eletrônico no Paraná: estado, mídia e parentelas em querelas (nada) rastaqueras**. Tese de Doutorado – Departamento de Pós-Graduação em Sociologia. 2021. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/71447>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

ZAPANI, André Kron; PIERONI, Geraldo. **Coronelismo eletrônico: a concentração do poder midiático nacional e no Paraná**. Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, v. 1, p. 241-266, 2016.

WELTE, Vania Mara. **Ícone da imprensa paranaense**. 18/03/2009. Jornal Gazeta do Povo. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/especiais/fcpf/icone-da-imprensa-paranaense-bhfohbxiplpo0fwdvz6zmn9se/>. Acesso em: 22/01/2022.

WILLIAMSON, John. **'What Washington Means by Policy Reform'**, in J. Williamson (ed.) Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Washington, DC: Institute for International Economics, 1990. Disponível em <https://documents1.worldbank.org/curated/en/624291468152712936/pdf/766500JRN0WBRO00Box374385B00PUBLIC0.pdf> Acesso em: 12/01/2021.

Apêndice 1

Quadro de sócios da PBV Representações, eventos e participações - Fonte (Receita

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 82.489.972/0001-56
NOME EMPRESARIAL: PBV - REPRESENTACOES, EVENTOS E PARTICIPACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA
Qualificação: 22-Sócio

Nome/Nome Empresarial: PAULO BERNARDO CAMARGO DA VEIGA
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Federal):

Apêndice 2

Quadro de sócios da Gazeta do Povo - Fonte (Receita Federal):

CNPJ: 76.530.047/0001-29
NOME EMPRESARIAL: EDITORA GAZETA DO POVO S/A
CAPITAL SOCIAL: R\$1.000.000,00 (Hum milhão de reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: ANDERSON ROBERTO GODZIKOWSKI
Qualificação: 08-Conselheiro de Administração

Nome/Nome Empresarial: GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualificação: 16-Presidente

Nome/Nome Empresarial: ANA AMELIA CUNHA PEREIRA FILIZOLA
Qualificação: 10-Diretor

Apêndice 3

Quadro de sócios da Convergência Participações - Fonte (Receita Federal):

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 06.120.367/0001-25
NOME EMPRESARIAL: CONVERGENCIA PARTICIPACOES S/A
CAPITAL SOCIAL: R\$24.301.652,92 (Vinte e quatro milhões, trezentos e um mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualificação: 16-Presidente

Nome/Nome Empresarial: ANA AMELIA CUNHA PEREIRA FILIZOLA
Qualificação: 10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 16/10/2023 às 16:34 (data e hora de Brasília).

Apêndice 4

Quadro de sócios da CPL Administração e Participações - Fonte (Receita Federal):

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	06.139.385/0001-59
NOME EMPRESARIAL:	CPL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$42.923.980,85 (Quarenta e dois milhões, novecentos e vinte e tres mil e novecentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	FRANCISCO CUNHA PEREIRA NETO		
Qualificação:	29-Sócio Incapaz ou Relat.Incapaz (exceto menor)		
Nome do Repres. Legal:	TERESINHA DORING CUNHA PEREIRA	Qualif. Rep. Legal:	09-Curador
Nome/Nome Empresarial:	CONVERGENCIA PARTICIPACOES S/A		
Qualificação:	22-Sócio		
Nome do Repres. Legal:	GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA	Qualif. Rep. Legal:	05-Administrador
Nome/Nome Empresarial:	CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA		
Qualificação:	22-Sócio		
Nome/Nome Empresarial:	ANA AMELIA CUNHA PEREIRA FILIZOLA		
Qualificação:	49-Sócio-Administrador		
Nome/Nome Empresarial:	GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA		
Qualificação:	49-Sócio-Administrador		

Apêndice 5

Quadro de sócios da Toyota Sulpar - Fonte (Receita Federal):

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 76.515.527/0001-10
NOME EMPRESARIAL: TOYOTA SULPAR LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$10.616.797,00 (Dez milhões, seiscentos e dezessets mil e setecentos e noventa e sete reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: ANA AMELIA CUNHA PEREIRA FILIZOLA
Qualificação: 05-Administrador

Nome/Nome Empresarial: CPL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA
Qualificação: 22-Sócio
Nome do Repres. Legal: GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualif. Rep. Legal: 05-Administrador

Nome/Nome Empresarial: CONVERGENCIA PARTICIPACOES S/A
Qualificação: 22-Sócio
Nome do Repres. Legal: GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualif. Rep. Legal: 05-Administrador

Nome/Nome Empresarial: GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualificação: 05-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Apêndice 6

Lista dos editoriais analisados

Lista de editoriais analisados (PEC 48/1991 - de 19/09/1991 a 17/03/1993)	
1	GAZETA DO POVO. O teste da privatização. 23 de setembro de 1991.
2	GAZETA DO POVO. A Vitória do Welfare State. 8 de outubro de 1991.
3	GAZETA DO POVO. As responsabilidades imperativas. 9 de outubro de 1991.
4	GAZETA DO POVO. Todas as nações privatizam. 11 de outubro de 1991.
5	GAZETA DO POVO. O Papa no Brasil. 12 de outubro de 1991.
6	GAZETA DO POVO. Responsabilidades na previdência. 17 de outubro de 1991.
7	GAZETA DO POVO. Privatização sinalizando o futuro. 23 de outubro de 1991.
8	GAZETA DO POVO. Modernizar as instituições. 05 de novembro de 1991.
9	GAZETA DO POVO. A reforma política e federação. 14 de novembro de 1991.
10	GAZETA DO POVO. Boa a perspectiva da safra. 19 de novembro de 1991.
11	GAZETA DO POVO. Em marcha a reforma política. 20 de novembro de 1991.
12	GAZETA DO POVO. O futuro na gerência e tecnologia. 27 de novembro de 1991.
13	GAZETA DO POVO. Aprofundar a privatização. 28 de novembro de 1991.
14	GAZETA DO POVO. Estabilidade só com o consenso. 3 de dezembro de 1991.
15	GAZETA DO POVO. FMI acolhe o Brasil. 7 de dezembro de 1991.
16	GAZETA DO POVO. Preparando a fase de transição. 7 de dezembro de 1991.
17	GAZETA DO POVO. Contra o fantasma da separação. 24 de dezembro de 1991.
18	GAZETA DO POVO. Agenda para o consenso. 30 de dezembro de 1991.
19	GAZETA DO POVO. Os deveres sociais do Estado. 7 de janeiro de 1992.
20	GAZETA DO POVO. Sinais de desequilíbrio na Rússia. 16 de janeiro de 1992.
21	GAZETA DO POVO. Reforma ampla na previdência. 17 de janeiro de 1992.
22	GAZETA DO POVO. Boas propostas na previdência. 5 de fevereiro de 1992.
23	GAZETA DO POVO. Aposentadoria. 6 de fevereiro de 1992.
24	GAZETA DO POVO. Aposentadoria. 22 de fevereiro de 1992.
25	GAZETA DO POVO. Aproveitar o bom momento. 11 de maio de 1992.
26	GAZETA DO POVO. Aposentadoria. 21 de junho de 1992.
27	GAZETA DO POVO. Aposentadoria. 23 de junho de 1992.
Fonte: autor, 2023	

Lista de editoriais analisados (PEC 33-1995 - de 29/03/1995 a 15/12/1998)

1	Gazeta do Povo. Os eixos da campanha. 4 de julho de 1998
2	Gazeta do Povo. Um Brasil diferente. 30 de julho de 1998
3	Gazeta do Povo. Fomento. 4 de setembro de 1998
4	Gazeta do Povo. Bom senso na crise. 23 de setembro de 1998
5	Gazeta do Povo. A constituição e o ajuste. 30 de outubro de 1998
6	Gazeta do Povo. Previdência, sinal animador. 6 de novembro de 1998
7	Gazeta do Povo. O recomeço do Brasil. 8 de novembro de 1998
8	Gazeta do Povo. O FMI e as reformas. 15 de novembro de 1998
9	Gazeta do Povo. Valor da assistência. 3 de dezembro de 1998
Fonte: autor, 2023	

Lista de editoriais analisados (41/2003 - de 30/04/2003 a 19/12/2003)

1	Gazeta do Povo. As concessões na previdência. 11 de julho de 2003.
2	Gazeta do Povo. Por um governo eficaz. 21 de julho de 2003.
3	Gazeta do Povo. A reforma na reta final. 28 de julho de 2003.
4	Gazeta do Povo. Outra questão urgente. 1 de agosto de 2003.
5	Gazeta do Povo. Após a batalha da previdência 7 de agosto de 2003.
Fonte: autor, 2023	

Lista de editoriais analisados (PEC 227/2004 - de 06/01/2004 a 05/07/2005)

1	Gazeta do Povo. Alternativa na previdência. 19 de julho de 2004.
2	Gazeta do Povo. Prevalece o bom senso. 22 de julho de 2004.
Fonte: autor, 2023	

Lista de editoriais analisados (PEC 287/2018 - de 05/12/2016 a 05/06/2017)

1	Gazeta do Povo. A economia do depois. 22 de abril de 2016
2	Gazeta do Povo. A reforma da previdência. 12 de setembro de 2016
3	Gazeta do Povo. Hoje é dia de doutrinação. 6 de outubro de 2016.
4	Gazeta do povo. Uma primeira vitória. 13 de outubro de 2016
5	Gazeta do Povo. Por que a reforma da previdência não anda. 9 de janeiro de 2017
6	Gazeta do Povo. As reformas avançam. 27 de março de 2017
7	Gazeta do Povo. A "reforma possível" será suficiente? 21 de abril de 2017
8	Gazeta do Povo. A previdência e a má política. 5 de maio de 2017
9	Gazeta do Povo. A previdência e a matemática. 15 e maio de 2017
10	Gazeta do povo. O preço das reformas. 18 de junho de 2017

11	Gazeta do povo. As reformas ainda terão de esperar. 10 de setembro de 2017
12	Gazeta do Povo. Hoa de assumir responsabilidades. 16 de novembro de 2017
13	Gazeta do povo. O Brasil ganha com uma segunda chance para a reforma da Previdência. 23 de novembro de 2017
14	Gazeta do Povo. Previdência: a falência de um modelo. 4 de dezembro de 2017
15	Gazeta do Povo. Reformas na corda-bamba. 11 de dezembro de 2017
16	Gazeta do Povo. Reforma só em 2018. 14 de dezembro de 2017.
17	Gazeta do Povo. Obstáculos no caminho de 2018. 18 de dezembro de 2017
18	Gazeta do Povo. As centrais sindicais bancam o avestruz. 31 de janeiro de 2018.
19	Gazeta do Povo. O melancólico fim da reforma da previdência. 21 de fevereiro de 2018.
20	Gazeta do Povo. Matemática Básica. 14 de junho de 2018.
Fonte: autor, 2023	

Lista de editoriais analisados (PEC 6/2019 - de 20/02/2019 a 21/11/2019)

1	Gazeta do Povo. Um bom início para Bolsonaro e Paulo Guedes. 2 de janeiro de 2019.
2	Gazeta do Povo. A carta de intenções de Bolsonaro e seus. 5 de janeiro de 2019.
3	Gazeta do Povo. Previdência, o primeiro grande desafio de Bolsonaro. 7 de janeiro de 2019
4	Gazeta do Povo. Um cronograma para a reforma da previdência. 30 de janeiro de 2019
5	Gazeta do Povo. As sete reformas. 11 de fevereiro de 2019
6	Gazeta do Povo. Previdência, corporativismo e desinformação. 15 de fevereiro de 2019
7	Gazeta do Povo. Uma reforma da Previdência abrangente e necessária. 20 de fevereiro de 2019
8	Gazeta do Povo. A reforma da Previdência já está sendo retalhada. 2 de março de 2019
9	Gazeta do Povo. A Previdência e a mobilização popular. 8 de março de 2019
10	Gazeta do Povo. As boas notícias dos “superministérios”. 4 de abril de 2019
11	Gazeta do Povo. Reforma da Previdência: o que vem pela frente. 25 de abril de 2019
12	Gazeta do Povo. A sociedade e as reformas. 1 de maio de 2019
13	Gazeta do Povo. O povo pede as reformas. 28 de maio de 2019
14	Gazeta do Povo. Estados e municípios na reforma da Previdência. 9 de junho de 2019
15	Gazeta do Povo. A “greve geral” e o desejo de fazer o país parar. 16 de junho de 2019

16	Gazeta do Povo. A reforma da Previdência e os rompantes desnecessários. 17 de junho de 2019.
17	Gazeta do Povo. Os adversários da reforma da Previdência não descansam. 24 de junho de 2019
18	Gazeta do Povo. A reforma da Previdência novamente travada. 30 de junho de 2019.
19	Gazeta do Povo. Reforma da previdência, prevalece o bom senso. 7 de julho de 2019
20	Gazeta do Povo. Sem Previdência e sem LDO: o “recesso branco” do Congresso. 15 de julho de 2019
21	Gazeta do Povo. O fogo amigo que desidratou a reforma. 17 de julho de 2019
22	Gazeta do Povo. O desafio das privatizações. 21 de julho de 2019.
23	Gazeta do Povo. Hora de concluir o trabalho. 4 de agosto de 2019.
24	Gazeta do Povo. Os deputados e o apoio popular à reforma da Previdência. 07 de agosto de 2019.
25	Gazeta do Povo. Mexer no teto de gastos é péssima ideia. 8 de setembro de 2019
26	Gazeta do Povo. A reforma da Previdência e os méritos do governo. 23 de outubro de 2019.
27	Gazeta do Povo. A PEC Paralela da Previdência vai à Câmara. 20 de novembro de 2019
Fonte: autor, 2023	

Apêndice 7

Dados dos elementos do discurso neoliberal compilados dos editoriais

Tabela com dados por período da PEC

Ano	Estado Neoliberal	Estado Mínimo	Lógica da Eficiência	Moder nização	Predominância do Elemento Econômico	Redução da Proteção Social	Liberdade e autonomia
1991	5	12	7	6	6	12	3
1995	2	4	2	5	3	4	1
2003	3	0	1	3	2	2	2
2004	1	1	0	2	1	1	0
2016	5	6	12	5	11	9	2
2018	10	7	11	9	14	18	7

Tabela com dados gerais

Projeto	Pres. GP	Estado Neoliberal	Estado Mínimo	Lógica da Eficiência	Moder nização	Predominância do Elemento Econômico	Redução da Proteção Social	Liberdade e autonomia
PEC 48/91	FCPF	5	12	7	6	6	12	3
PEC 33/95	FCPF	2	4	2	5	3	4	1
41/2003	FCPF	3	0	1	3	2	2	2
PEC 227/04	FCPF	1	1	0	2	1	1	0
PEC 287/18	GDCP	5	6	12	5	11	9	2
PEC 6/19	GDCP	10	7	11	9	14	18	7
	Total	26	30	33	30	37	46	15

Tabela com dados por presidente da Gazeta do Povo

	Francisco Cunha Pereira Filho	Guilherme Döring Cunha Pereira	Total
Estado Neoliberal	11	15	26
Estado Mínimo	17	13	30
Lógica da Eficiência	10	23	33
Modernização	16	14	30
Predominância do Elemento Econômico	12	25	37
Redução da Proteção Social	19	27	46
Liberdade e autonomia	6	9	15

Apêndice 8

Lista de categorias marcadas por editorial analisado

Lista de editoriais analisados (PEC 48/1991 - de 19/09/1991 a 17/03/1993)

	Editoriais	Esta do Neoli beral	Estado Mínimo	Lógica da Eficiênc ia	Moder nização	Predominân cia do Elemento Econômico	Redução da Proteção Social	Liberdade e autonomia
1	O teste da privatização. 23 de setembro de 1991.			x			x	
2	A Vitória do Welfare State. 8 de outubro de 1991.						x	
3	As responsabilidades imperativas. 9 de outubro de 1991.			x		x		
4	Todas as nações privatizam. 11 de outubro de 1991.		x		x			
5	O Papa no Brasil. 12 de outubro de 1991.	x						
6	Responsabilidades na previdência. 17 de outubro de 1991.		x	x	x			
7	Privatização sinalizando o futuro. 23 de outubro de 1991.		x		x			
8	Modernizar as instituições. 05 de novembro de 1991.	x			x			
9	A reforma política e federação. 14 de novembro de 1991.		x				x	
10	Boa a perspectiva da safra. 19 de novembro de 1991.			x		x		
11	Em marcha a reforma política. 20 de novembro de 1991.						x	
12	O futuro na gerência e	x				x		

	tecnologia. 27 de novembro de 1991.						
13	Aprofundar a privatização. 28 de novembro de 1991.		x			x	x
14	Estabilidade só com o consenso. 3 de dezembro de 1991.				x		
15	FMI acolhe o Brasil. 7 de dezembro de 1991.				x		
16	Preparando a fase de transição. 7 de dezembro de 1991.		x				
17	Contra o fantasma da separação. 24 de dezembro de 1991.	x	x			x	
18	Agenda para o consenso. 30 de dezembro de 1991.		x		x		
19	Os deveres sociais do Estado. 7 de janeiro de 1992.		x	x	x	x	
20	Sinais de desequilíbrio na Rússia. 16 de janeiro de 1992.			x			
21	Reforma ampla na previdência. 17 de janeiro de 1992.		x			x	x
22	Boas propostas na previdência. 5 de fevereiro de 1992.					x	x
23	Aposentadoria. 6 de fevereiro de 1992.					x	
24	Aposentadoria. 22 de fevereiro de 1992.		x		x		
25	Aproveitar o bom momento. 11 de maio de 1992.	x	x	x			
26	Aposentadoria. 21 de junho de 1992.					x	
27	Aposentadoria. 23 de junho de 1992.					x	

**Lista de editoriais analisados (PEC 33-1995 - de 29/03/1995
a 15/12/1998)**

	Editoriais	Estado Neoliberal	Estado Mínimo	Lógica da Eficiência	Moder nização	Predom inância do Elemento Econômico	Redução da Proteção Social	Liberdade e autonomia
1	Gazeta do Povo. Os eixos da campanha. 4 de julho de 1998			x		x		
2	Gazeta do Povo. Um Brasil diferente. 30 de julho de 1998		x	x	x	x		
3	Gazeta do Povo. Fomento. 4 de setembro de 1998	x	x					
4	Gazeta do Povo. Bom senso na crise. 23 de setembro de 1998				x			x
5	Gazeta do Povo. A constituição e o ajuste. 30 de outubro de 1998		x		x		x	
6	Gazeta do Povo. Previdência, sinal animador. 6 de novembro de 1998		x		x		x	
7	Gazeta do Povo. O recomeço do Brasil. 8 de novembro de 1998				x		x	
8	Gazeta do Povo. O FMI e as reformas. 15 de novembro de 1998	x				x		
9	Gazeta do Povo. Valor da assistência. 3 de dezembro de 1998						x	

Lista de editoriais analisados (41/2003 - de 30/04/2003 a 19/12/2003)

	Editoriais	Estado Neo liberal	Estado Mínimo	Lógica da Eficiência	Moder nização	Predominância do Elemento Econômico	Redução da Proteção Social	Liberdade e autonomia
1	Gazeta do Povo. As concessões na previdência. 11 de julho de 2003.						x	x
2	Gazeta do Povo. Por um governo eficaz. 21 de julho de 2003.	x		x	x		x	
3	Gazeta do Povo. A reforma na reta final. 28 de julho de 2003.	x						
4	Gazeta do Povo. Outra questão urgente. 1 de agosto de 2003.				x	x		
5	Gazeta do Povo. Após a batalha da previdência 7 de agosto de 2003.	x			x	x		x

Lista de editoriais analisados (PEC 227/2004 - de 06/01/2004 a 05/07/2005)

	Editoriais	Estado Neo liberal	Estado Mínimo	Lógica da Eficiência	Moder nização	Predominância do Elemento Econômico	Redução da Proteção Social	Liberdade e autonomia
1	Gazeta do Povo. Alternativa na previdência. 19 de julho de 2004.		x		x	x		
2	Gazeta do Povo. Prevalece o bom senso. 22 de julho de 2004.	x			x		x	

Lista de editoriais analisados (PEC 287/2018 - de 05/12/2016 a 05/06/2017)

	Editoriais	Estado Neo liberal	Estado Mínimo	Lógica da Eficiência	Moder nização	Predominância do Elemento Econômico	Redução da Proteção Social	Liberdade e autonomia
1	Gazeta do Povo. A economia do depois. 22 de abril de 2016	x			x	x		
2	Gazeta do Povo. A reforma da previdência. 12 de setembro de 2016			x		x		x
3	Gazeta do Povo. Hoje é dia de doutrinação. 6 de outubro de 2016.						x	
4	Gazeta do povo. Uma primeira vitória. 13 de outubro de 2016		x	x	x	x		
5	Gazeta do Povo. Por que a reforma da previdência não anda. 9 de janeiro de 2017			x		x		
6	Gazeta do Povo. As reformas avançam. 27 de março de 2017			x	x		x	x
7	Gazeta do Povo. A "reforma possível" será suficiente? 21 de abril de 2017			x		x		
8	Gazeta do Povo. A previdência e a má política. 5 de maio de 2017					x		
9	Gazeta do Povo. A previdência e a matemática. 15 e maio de 2017		x	x		x	x	
10	Gazeta do povo. O preço das reformas. 18 de junho de 2017	x					x	
11	Gazeta do povo. As reformas ainda terão de esperar. 10 de setembro de 2017	x		x				
12	Gazeta do Povo. Hora de assumir responsabilidades. 16 de novembro de 2017	x		x			x	

13	Gazeta do povo. O Brasil ganha com uma segunda chance para a reforma da Previdência. 23 de novembro de 2017						
14	Gazeta do Povo. Previdência: a falência de um modelo. 4 de dezembro de 2017						
15	Gazeta do Povo. Reformas na corda-bamba. 11 de dezembro de 2017						
16	Gazeta do Povo. Reforma só em 2018. 14 de dezembro de 2017.						
17	Gazeta do Povo. Obstáculos no caminho de 2018. 18 de dezembro de 2017						
18	Gazeta do Povo. As centrais sindicais bancam o avestruz. 31 de janeiro de 2018.						
19	Gazeta do Povo. O melancólico fim da reforma da previdência. 21 de fevereiro de 2018.						
20	Gazeta do Povo. Matemática Básica. 14 de junho de 2018.						

Lista de editoriais analisados (PEC 6/2019 - de 20/02/2019 a 21/11/2019)

		Estado Neo liberal	Estado Mínimo	Lógica da Eficiência	Moder nização	Predominância do Elemento Econômico	Redução da Proteção Social	Liberdade e autonomia
	Editoriais							
1	Gazeta do Povo. Um bom início para Bolsonaro e Paulo Guedes. 2 de janeiro de 2019.	x	x	x		x		
2	Gazeta do Povo. A carta de intenções de Bolsonaro e seus. 5 de janeiro de 2019.			x		x		
3	Gazeta do Povo. Previdência, o primeiro grande desafio de Bolsonaro. 7 de janeiro de 2019	x		x	x	x	x	
4	Gazeta do Povo. Um cronograma para a reforma da previdência. 30 de janeiro de 2019	x				x	x	
5	Gazeta do Povo. As sete reformas. 11 de fevereiro de 2019	x	x	x	x			
6	Gazeta do Povo. Previdência, corporativismo e desinformação. 15 de fevereiro de 2019		x			x	x	x
7	Gazeta do Povo. Uma reforma da Previdência abrangente e necessária. 20 de fevereiro de 2019						x	x
8	Gazeta do Povo. A reforma da Previdência já está sendo retalhada. 2 de março de 2019						x	
9	Gazeta do Povo. A Previdência e a mobilização popular. 8 de março de 2019	x				x	x	
10	Gazeta do Povo. As boas notícias dos "superministérios". 4 de abril de 2019						x	
11	Gazeta do Povo. Reforma da Previdência: o que vem pela frente. 25 de abril de 2019					x	x	

12	Gazeta do Povo. A sociedade e as reformas. 1 de maio de 2019			x	x		x	x
13	Gazeta do Povo. O povo pede as reformas. 28 de maio de 2019				x	x	x	
14	Gazeta do Povo. Estados e municípios na reforma da Previdência. 9 de junho de 2019	x				x	x	
15	Gazeta do Povo. A "greve geral" e o desejo de fazer o país parar. 16 de junho de 2019					x	x	
16	Gazeta do Povo. A reforma da Previdência e os rompantes desnecessários. 17 de junho de 2019.		x	x			x	
17	Gazeta do Povo. Os adversários da reforma da Previdência não descansam. 24 de junho de 2019		x	x			x	
18	Gazeta do Povo. A reforma da Previdência novamente travada. 30 de junho de 2019.				x			x
19	Gazeta do Povo. Reforma da previdência, prevalece o bom senso. 7 de julho de 2019	x		x				x
20	Gazeta do Povo. Sem Previdência e sem LDO: o "recesso branco" do Congresso. 15 de julho de 2019		x	x				
21	Gazeta do Povo. O fogo amigo que desidratou a reforma. 17 de julho de 2019				x		x	x
22	Gazeta do Povo. O desafio das privatizações. 21 de julho de 2019.	x	x		x		x	
23	Gazeta do Povo. Hora de concluir o trabalho. 4 de agosto de 2019.			x	x		x	

24	Gazeta do Povo. Os deputados e o apoio popular à reforma da Previdência. 07 de agosto de 2019.				x	x		x
25	Gazeta do Povo. Mexer no teto de gastos é péssima ideia. 8 de setembro de 2019	x				x		
26	Gazeta do Povo. A reforma da Previdência e os méritos do governo. 23 de outubro de 2019.	x		x		x		
27	Gazeta do Povo. A PEC Paralela da Previdência vai à Câmara. 20 de novembro de 2019					x	x	

Apêndice 9

Quadro de sócios da Faculdade Bela Vista - Fonte (Receita Federal):

CNPJ:	43.717.729/0001-96
NOME EMPRESARIAL:	FACULDADE BELA VISTA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOSE PAULO DENADAI CARELLI
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	GLAUCIA CREMA NOGUERA
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	FABIO GOULART TOMKOWSKI
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualificação:	16-Presidente

Nome/Nome Empresarial:	ANA CLAUDIA KARAM ABDALLAH DOS SANTOS
Qualificação:	10-Diretor

Apêndice 10

Quadro de sócios da Centro de Extensão Universitária - Fonte (Receita Federal):

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.488.576/0001-38
NOME EMPRESARIAL:	CENTRO DE EXTENSAO UNIVERSITARIA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CARLOS ALBERTO DI FRANCO
Qualificação:	16-Presidente

Nome/Nome Empresarial:	DANIEL DE MORAES ANDRADE
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	GUILHERME DORING DA CUNHA PEREIRA
Qualificação:	10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 31/10/2023 às 05:34 (data e hora de Brasília).

TERMOS E CONDIÇÕES DE USO

O ISE Business School ("ISE"), com recepção na Rua Martiniano de Carvalho, 573, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01321-000, inscrito no CNPJ **03.488.576/0001-38**, ou simplesmente "ISE", estabelece o presente instrumento denominado Termos e Condições de Uso conforme as disposições descritas a seguir.

Pelo presente instrumento, Colaboradores e Usuários do site/porta web do ISE ficam cientes e concordam que, ao manifestar o seu aceite, aderirão e concordarão integralmente com as suas condições. Por favor, leia atentamente antes de ativar e usar a sua conta do site do ISE.

1. DEFINIÇÕES

Os seguintes termos, quando empregados neste instrumento, terão os seguintes significados: